

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GUILHERME DIAS DA SILVA

**A recepção da Antiguidade nas *Inscrições e Tradições da America Prehistorica* de
Bernardo de Azevedo da Silva Ramos (1930-1939).**

Porto Alegre

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GUILHERME DIAS DA SILVA

**A recepção da Antiguidade nas *Inscrições e Tradições da America Prehistorica* de
Bernardo de Azevedo da Silva Ramos (1930-1939).**

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, sob a orientação do Prof. Dr.
Temístocles Américo Corrêa Cezar, como
requisito para a obtenção do título de
Doutor em História.

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Guilherme Dias da

A recepção da Antiguidade nas Inscrições e Tradições da America Prehistorica de Bernardo de Azevedo da Silva Ramos (1930-1939). / Guilherme Dias da Silva. -- 2015.
199 f.

Orientador: Temístocles Cezar.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Bernardo de Azevedo da Silva Ramos (1858-1931). 2. Inscrições e Tradições da América pré-histórica. 3. Recepção da Antiguidade Clássica no Brasil. I. Cezar, Temístocles, orient. II. Título.

GUILHERME DIAS DA SILVA

**A recepção da Antiguidade nas *Inscrições e Tradições da America Prehistorica* de
Bernardo de Azevedo da Silva Ramos (1930-1939).**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a orientação do Prof. Dr. Temístocles Américo Corrêa Cezar, como requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em 27 de novembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Temístocles Américo Corrêa Cezar (UFRGS)
Orientador

Prof. Dr. Rodrigo Turin (UNIRIO)

Profa. Dra. Maria Cristina Bohn Martins (UNISINOS)

Prof. Dr. Fernando Nicolazzi (UFRGS)

Prof. Dr. Francisco Marshall (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao Prof. Dr. Temístocles Cezar, pela orientação segura e pela confiança que demonstrou neste trabalho. Agradeço também ao Prof. Dr. Francisco Marshall, que acompanhou minha trajetória acadêmica desde o primeiro semestre da graduação, e foi o último avaliador desta tese por ocasião de sua defesa. O tema deste trabalho também surgiu no ensejo das atividades que desempenhei sob a orientação do professor Marshall entre 2004-2009, pelo que reforço estes agradecimentos.

Estendo meus agradecimentos aos professores que participaram da avaliação deste trabalho em suas diferentes etapas. Aos participantes da banca examinadora, Prof. Dr. Rodrigo Turin (UNIRIO), Profa. Dra. Maria Cristina Bohn Martins (UNISINOS), e Prof. Dr. Fernando Nicolazzi (UFRGS). Ao Prof. Dr. Eduardo Neumann (UFRGS), que avaliou a qualificação desta tese. As considerações de todos, levantadas na qualificação e na defesa, foram valiosas e indispensáveis para que este trabalho tomasse a forma que hoje apresenta.

Agradeço à CAPES pela concessão da bolsa no ano de 2011. E às equipes do Museu de Numismática Bernardo Ramos, e do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas pela eficiência e presteza no auxílio.

Agradeço aos meus amigos Dante e (Dra.) Caroline. Para eles, tenho só uma coisa para dizer: *hoi polloi kakoi, oligoi d'agathoi*. A frase não é minha, mas serve para o caso.

Agradeço às minhas colegas da Biblioteca Pública Monteiro Lobato, que fizeram a gentileza de apontar os ajustes necessários às normas da ABNT.

Assim como na minha dissertação de mestrado, reitero aqui meu agradecimento ao contribuinte. O mínimo que eu poderia fazer para retribuir o investimento que foi depositado em mim era concluir este trabalho com a maior seriedade e eficiência.

Finalmente, e não menos importante, agradeço à Cristiane pela companhia constante e paciente.

RESUMO

Esta tese aborda o imaginário da ocupação pré-colombiana das Américas por parte das civilizações do Mediterrâneo antigo, nomeadamente grega e fenícia, tal como abordada nas *Inscrições e Tradições da América Pré-histórica*, de Bernardo de Azevedo da Silva Ramos (1858-1931). As *Inscrições*, publicadas entre 1930-1939, são o resultado de décadas de pesquisa do autor sobre esta teoria, especulada no século XIX nos círculos da arqueologia brasileira, mas que por ocasião do fim do século caída em descrédito. Esta obra, publicada pela Imprensa Nacional com subsídios governamentais, é o último momento onde o imaginário da Antiguidade brasileira ainda encontrou algum respaldo institucional, passando a partir daí a persistir apenas em meios pseudohistóricos e pseudocientíficos, entre outros. Concluiu-se que a argumentação das *Inscrições* é marcada por um discurso de re-significação do território nacional e seus monumentos, e constituía uma tentativa de valorização do passado nacional através da vinculação com as culturas da Antiguidade.

Palavras-chave: Bernardo de Azevedo da Silva Ramos. Inscrições e Tradições da América pré-histórica. Recepção da Antiguidade Clássica no Brasil.

ABSTRACT

This thesis deals with the imagery of pre-Columbian colonization of the Americas by the ancient Mediterranean civilizations, such as Greek and Phoenician, as seen on the work *Inscrições e Tradições da América Pré-histórica*, (Inscriptions and Traditions of Prehistoric America) de Bernardo de Azevedo da Silva Ramos (1858-1931). That work, published between 1930-1939, was the result of decades of research on that theory, which was entertained by some circles of Brazilian archaeology on the 19th century but later discredited. The *Inscrições*, published by the *Imprensa Nacional* (National Press) with governmental funding, is the last moment in which the imagery of Brazilian Antiquity still found some institutional support, later belonging only to pseudohistorical and pseudoscientific speculation. It was concluded that the argumentation of the *Inscrições* consists of a strong discourse of reinterpretation of the country and its monuments, and that it attempted to enhance the national past by linking it with the cultures of Classical Antiquity.

Keywords: Bernardo de Azevedo da Silva Ramos. *Inscrições e Tradições da América Pré-histórica*. Reception of Classical Antiquity in Brazil.

LISTA DE IMAGENS:

Figura 1. Exemplo de tradução nas <i>Inscrições</i> (RAMOS, 1939, p.82).	13
Figura 2. Entrada no Catálogo da Coleção Numismática (RAMOS, 1900, p.10).....	33
Figura 3. Entrada no Catálogo da Coleção Numismática (RAMOS, 1900, p. 16).....	33
Figura 4. Exemplo de decodificação nas <i>Inscrições</i> . (RAMOS, 1930, p.119).....	91
Figura 5. Inscrições Curiosas (RAMOS 1939, p. 445).....	95
Figura 6. O nome de Votan nas lages amazônicas. (RAMOS 1930, p.332).....	101
Figura 7. Citação de Ladislau Netto (RAMOS, 1930, p.199).	104
Figura 8. Decodificação da geometria marajoara (RAMOS 1930, p.210).....	105
Figura 9. Tabelas Comparativas das <i>Inscrições</i> (RAMOS 1930, p.28-30, LEFEVRE 1855, p.213).....	116
Figura 10. Tradução da Inscrição da Gávea (RAMOS 1930, p. 436v).....	117
Figura 11. Inscrições lidas como planetas (RAMOS 1939, p.17).	120
Figura 12. Cópia da inscrição da Pedra Lavrada da Paraíba (RAMOS 1939, p.27).	122
Figura 13. Diagrama zodiacal da Inscrição da Pedra Lavrada (RAMOS, 1939, p.59).	123
Figura 14. Tertre como inscrição (RAMOS, 1939, p.351).	132
Figura 15. Decodificação dos hieróglifos da América central (RAMOS 1939, p.384-385). .	133
Figura 16. Inscrições da Assembléia Ilíada (RAMOS, 1930, p.307).	137
Figura 17. Inscrições votivas a Heracles, Zeus e à Assembléia Ilíada (RAMOS, 1930, p.324).	138
Figura 18. Chamada de <i>Brasil maravilhoso</i> . <i>Correio da Manhã</i> , 19 de julho de 1930, p.8 ..	147
Figura 19: Caricatura de Ramos publicada por ocasião da exposição do 4o Centenário.	187
Figura 20: Retrato de Bernardo Ramos. Acervo Museu de Numismática.....	187
Figura 21: Reportagem da Revista da Semana sobre a decifração da Pedra da Gávea (30 de abril 1932)	188

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
Um breve histórico das hipóteses anteriores a Ramos.....	10
Recepção, percepção: a produção do conhecimento nas <i>Inscrições</i>	17
1. RAMOS E SUA TRAJETÓRIA.....	25
1.1 A Coleção Numismática.....	26
TABELA 1. Lista de moedas de prata gregas no Catálogo da Coleção Numismática – 1900... 32	
1.2 A Exposição do Quarto Centenário.....	34
1.3 A Exposição de Saint Louis	36
1.4 A experiência do Velho Mundo: viagens pela Europa e Egito.....	38
1.5 <i>O Egypto</i>	39
1.6 “Os formidáveis livros de pedra”: Ramos e o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas..	41
2. TLÖN, UQBAR, AMAZONAS	48
2.1 A arqueologia dos <i>hrönir</i> amazonenses	50
2.2 Ensaio sobre a dúvida	54
2.3 Acreditavam os antiquários em seus mitos?	68
2.4 Crença e prova nas <i>Inscrições</i>	69
2.5 A Grécia de cartolina.....	72
3. ENIGMAS DA AMÉRICA	76
3.1. O Champollion Brasileiro	80
3.2. Ramos leitor da Antiguidade.....	83
3.3 Quais são as fontes das <i>Inscrições</i> ?	85
3.3.1 Histórias universais, usos locais.....	88
3.3.1.1. Rocha Pombo e as reviravoltas de uma imagem institucional.....	89
3.3.2 O uso dos dicionários e obras de referência.....	91
3.3.3 Literatura de divulgação e relatos de viagem.....	92
3.3.4. A literatura estrangeira e nacional sobre as migrações transoceânicas	96
3.3.4.1 Ramos e Thoron: Tradições e Inscrições	96
3.3.4.2 Vikings, Chineses, Fenícios? Ramos e a discussão oitocentista sobre a... 102	
arqueologia amazônica.....	102
3.3.5 Obras pontuais de referência	111
3.4. A Leitura dos Mitos da Antiguidade Brasileira nas <i>Inscrições</i>	113
3.4.1. Ramos e a Inscrição da Pedra da Gávea.....	113
3.4.2 A Cidade Perdida da Bahia.....	118
3.4.3 A Pedra Lavrada da Paraíba	121
3.4.4 Sobre a expedição Fawcett.....	125
3.4.4.1 Ramos e Fawcett	128
3.4.5 Da Amazônia ao mundo: Inscrições Gregas e Fenícias	129
3.4.6 Pessoas e Lugares da Antiguidade Brasileira.....	134
4. CAMINHOS DA ANTIGUIDADE BRASILEIRA	142
4.1 Leituras do Brasil Fenício na década de 1930	142
4.1.1 A Inscrição da Gávea.....	150
4.2. Orwell, a pseudohistória, os fenícios no Brasil	153
4.2.1 A Antiguidade brasileira: uma memória alternativa do Brasil?	157
4.2.2 Veyne e o duplipensar	168
4.2.3 Um <i>desideratum</i> para o futuro	171
4.3 Conclusão.....	174
REFERÊNCIAS	177
ANEXOS:.....	187

INTRODUÇÃO

Em 30 de abril de 1932, é publicado, na *Revista da Semana* do Rio de Janeiro, um curioso artigo. Intitulado *Decifrado, afinal, o mysterio da inscripção da Gávea!*, apresenta a resolução de uma questão que vinha há quase um século intrigando os pesquisadores da história nacional, acerca da inscrição da Pedra da Gávea. Tida por um suposto vestígio de viajantes da Antiguidade no litoral fluminense, esta inscrição foi objeto das primeiras especulações do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1839. Mesmo que a expedição do Instituto, enviada ao Morro da Gávea para averiguar estes sinais, não tenha chegado a um resultado conclusivo, o acontecimento foi suficiente para a criação, a partir daí, de um dos "mitos" da pré-história brasileira (LANGER, 2001) ¹.

É com grande ênfase, portanto, que a *Revista da Semana* noticia a resolução deste problema. Segundo ela, a "sensacional descoberta" foi realizada pelo historiador brasileiro Bernardo Ramos, e, de acordo com ele, revelava a passagem dos fenícios pela Guanabara 850 anos antes de Cristo. A reportagem consiste da reprodução de parte de um capítulo das *Inscrições e Tradições da America prehistorica*, obra deste escritor, então em fase de publicação pela Imprensa Nacional. Segundo a revista, esta divulgação teve

[...] em vista não somente a elucidação de um ponto interrogativo da nossa pre-historia, como também render uma homenagem ao autor da obra que tanto elevará a sciencia brasileira e que, por isso mesmo, mereceu a honra de ser mandada imprimir pelo governo, na Imprensa Nacional, que se esmera em lhe dar feitura condigna com o seu alto valor" (DECIFRADO, 1932).

Seguem-se ainda fotografias da Gávea, do autor, e da capa das *Inscrições*, cuja legenda diz "(a obra) marcará mais uma victoria da cultura brasileira e do desvelo do nosso povo para com suas gloriosas tradições".

Lamentavelmente, o autor não pôde ver tais elogios. Falecido no ano anterior, Bernardo de Azevedo da Silva Ramos (1858-1931), amazonense, numismata, historiador, fundador do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, talvez percebesse aí mais um sinal do reconhecimento público de décadas de pesquisa.

Bernardo Ramos foi um personagem singular. Comerciante e proprietário na Manaus da *belle époque*, possuiu, no final do século XIX, uma vastíssima coleção de moedas antigas, considerada em sua época a principal do Brasil e (supostamente) a quarta do mundo em

¹ Neste trabalho, eventuais citações de obras estrangeiras serão apresentadas em tradução minha. Da mesma forma, a ortografia original das citações será preservada.

importância. Foi publicado um catálogo desta coleção em 1900, na Itália, prefaciado por pesquisadores italianos e que ainda hoje é um referencial importante para a numismática brasileira. Ramos ainda viajou pela Europa e pelo Oriente na virada do século XX, estudando a história e a arqueologia dessas regiões. Foi também destacado pelo governo do Amazonas para representá-lo em numerosas exposições, tanto no Brasil quanto no exterior, ajudando na redação de catálogos e da divulgação do Estado. Fundou, juntamente com outros representantes da elite amazonense, o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas em 1917. Dedicou os últimos anos de sua vida a um longo trabalho de recolhimento de inscrições rupestres, através dos rios tributários do Estado, fotografando, anotando e traduzindo, trabalho esse que culminou nas *Inscrições*.

As *Inscrições e Tradições da America Prehistorica* tem uma premissa definida: provar, através da análise paleográfica de centenas de inscrições rupestres espalhadas pelo Brasil e nas Américas, a presença de uma colonização greco-fenícia no Amazonas, e no continente americano como um todo. Baseado nas pesquisas etimológicas do visconde francês Henrique Onffroy de Thoron, que visitou a Amazônia em meados da década de 1870, assim como de outros trabalhos que sustentavam explicações semelhantes, Bernardo Ramos empreendeu pesquisas arqueológicas na região, recolhendo e catalogando suas inscrições, usualmente atribuídas aos índios ou aos habitantes pré-históricos da região, mas que segundo ele eram formas altamente complexas de epigrafia grega e fenícia. Onffroy de Thoron acreditava que as similaridades por ele apontadas entre as línguas americanas e os idiomas grego e hebraico indicavam o contato entre estas culturas, e Ramos, a partir do recolhimento de dados, propôs-se a fornecer a evidência física para essa hipótese.

No final da década de 1910, surgem os primeiros resultados das pesquisas de Ramos, divulgadas inicialmente como *Inscrições e Tradições do Brasil Prehistorico*. Nele, o autor julgou ter provado as hipóteses de Thoron, e não somente estas, ampliando o quadro da Antiguidade americana com evidências da presença de gregos exilados, de árabes, chineses e até mesmo egípcios neste continente. Apresentadas ao Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, suas conclusões foram ratificadas em 1919 (RAMOS 1930), dando margem a que o autor procedesse ao refinamento de sua obra (evidente na nova titulação: *Inscrições e Tradições da America Prehistorica*) e à busca de maior reconhecimento em esfera nacional.

As *Inscrições* obtiveram, às custas de longo trabalho de articulação do autor, durante a década de 1920, o apoio de políticos influentes do Rio de Janeiro. A obra foi apresentada pelo próprio autor a dois presidentes da República, Epitácio Pessoa e Arthur Bernardes (MARSHALL, 2005, p.309; BITTENCOURT, 1973, p.140-141). Sua política obteve

resultado: a obra recebeu aprovação e financiamento do governo pelos decretos 5.572, de 14/11/1928, e 18.830, de 03/07/1929, sendo publicada à custa do Estado. O primeiro volume do trabalho vem à luz datado de 1930. Ramos trabalhava na correção do segundo volume das *Inscrições* quando faleceu; porém, isso não impediu que esse fosse impresso em 1939 pela Imprensa Nacional.

Comente, ao expormos o objeto dessa pesquisa, temos que explicar por que planejamos tratar de uma obra de hipóteses tão pouco ortodoxas. É corrente o entendimento na historiografia e arqueologia de que as teorias "fenícias", "egípcias" ou até mesmo "atlantes" da ocupação do continente americano não têm embasamento suficiente na evidência material – e concordamos plenamente com isso. Nosso foco de análise versará, diferentemente, sobre a forma na qual Ramos sintetiza toda a vertente destas teorizações da pré-história brasileira e americana, que chegaram a ter alguma fama no século XIX, inclusive em alguns círculos da historiografia brasileira de então. Tratava-se aí de mais um exemplo da força do imaginário da Antiguidade como normatizador de uma visão de mundo, que só entendia como sinal de civilização verdadeira aquilo que se enquadrasse nos ideais das culturas do Mediterrâneo clássico. A insistência em ver no Brasil traços das passagens destas culturas encaixava-se num projeto civilizacional que tencionava valorizar o País frente ao Velho Mundo, através de uma associação a uma matriz cultural comum. Por isso, propomos, como tema deste trabalho, o estudo da **recepção da Antiguidade nas *Inscrições e Tradições da America Prehistorica***, ou seja, como Ramos apropriou-se de uma hipótese (a do contato entre os povos da Antiguidade e as Américas) e lhe deu um *corpus* epigráfico completo, com personagens, mitos, costumes, cronologias; tendo retirado estas informações a partir das decifrações que empreendeu.

Um breve histórico das hipóteses anteriores a Ramos

No Brasil, o advento da Independência trouxe também a necessidade de pensar a nação nos termos de uma identidade própria, o que viria a acontecer nos anos seguintes e mais especificamente com a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), em 1838. O primeiro número da Revista do Instituto, de 1839, é significativo para nossa análise.

Nele, dois artigos tratam de supostas evidências da passagem de colonizadores da Antiguidade no Brasil: nomeadamente, a já citada inscrição da pedra da Gávea, no Rio de Janeiro, e a descrição do manuscrito 512, da Biblioteca Nacional, datado de 1754 e que narrava a descoberta das ruínas de uma cidade antiga no interior da Bahia.

Para o pesquisador Johnni Langer (2001), estas notícias, assim como o enfoque dado a elas, mostravam o interesse do Instituto (e da Monarquia que o subvencionava) em descobrir no Brasil traços da passagem de culturas "superiores". O sinal desta superioridade seria a **escrita**, existente tanto na Pedra da Gávea quanto nos misteriosos caracteres encontrados na cidade perdida da Bahia. A existência destes vestígios arqueológicos seria contribuinte na formação de uma identidade própria ao País, inclusive em potenciais comparações com as grandes civilizações pré-colombianas da América Central.

No entanto, apesar da boa-vontade do Instituto com relação a este passado potencial do Brasil, as evidências físicas não corresponderam às expectativas. Já em 1839, o IHGB não conseguia estabelecer se os sinais da Gávea eram provenientes de mão humana ou das intempéries do clima e do tempo. A descoberta, em 1871-2, de uma suposta inscrição fenícia na Paraíba, só veio a desestimular estas visões do passado quando descobriu-se, pouco depois, tratar-se de uma falsificação – um incidente constrangedor para o renomado arqueólogo Ladislau Netto, que teve de retratar-se de sua autenticação inicial (NETTO, 1885).

A falta de vestígios tangíveis acabou por fazer com que estas especulações desaparecessem, pelo menos nos meios historiográficos do Centro do País, com o fim do Império, afirma Langer (2001, p.9-10). Isso não impediu o surgimento de uma vertente romântico-aventuresca deste imaginário, analisada por Langer em trabalho anterior (1996).

Outras formas de procurar os vestígios da Antiguidade brasileira foram engendradas no século XIX. Uma delas é a análise etimológica. Podemos listar dois exemplos: a obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, *L'Origine Touranienne des Americains Tupis-Caribes et des Anciens Egyptiens. Indiquée principalement par la philologie comparée: traces d'une ancienne migration em Amérique, invasion du Brésil par les Tupis, etc²* (1876), e o trabalho de Onffroy de Thoron, *Les pheniciens a L'ile d'Haïti et sur le continent americain. Les vaisseaux d'Hiram et de Salomon au fleuve des amazones (Ophir, Tarschich, Parvaïm)* (1889). Ambos buscaram ver, nas semelhanças linguísticas entre os idiomas da Antiguidade oriental e as línguas indígenas, traços do contato, ou descendência direta, entre essas culturas. A obra de Thoron tem particular relação com o Amazonas: uma versão prévia de seu trabalho, publicada

² Este trabalho foi apenas traduzido para o português recentemente (VARNHAGEN in GLEZER, GUIMARÃES 2013).

em 1869, foi traduzida e impressa em Manaus em 1876 (RAMOS, 1930, p.46-47).

Esta metodologia etimológica foi, e é, uma ferramenta largamente usada pelos pesquisadores defensores do contato transoceânico entre os continentes na Antiguidade. Exemplos neste aspecto podem ser rastreados até inícios da Idade Moderna, não somente como prova desta hipótese mas também de muitas outras especulações históricas (ECO, 2002), até exemplos mais recentes, como a sua utilização por Martin Bernal em seu *Black Athena* (1987-2006). Este trabalho polêmico suscitou grande repercussão nos meios classicistas ao argumentar que o aumento do racismo e do anti-semitismo nos meios intelectuais europeus do século XVIII em diante fez com que a contribuição do Egito e da Fenícia na formação da cultura grega fosse progressivamente negada pela historiografia. Um dos argumentos usados por Bernal é a semelhança entre as etimologias destes lugares. O trabalho de Thoron, igualmente fundado na argumentação etimológica, vem a embasar o trabalho de recolhimento de fontes realizado por Ramos.

Longe, então, de formular uma posição excêntrica, as *Inscrições* se apropriam destes mitos arqueológicos, que existiram durante o século XIX. Interessante aqui é notar como se dá a relação entre a erudição etimológica de Thoron e a participação de Ramos, eminentemente prática, na coleta e decifração das inscrições.

Segue, abaixo, um exemplo de como Ramos decifrou os sinais rupestres. Trata-se de inscrições recolhidas num sítio da localidade de Brejo da Cruz, na Paraíba :

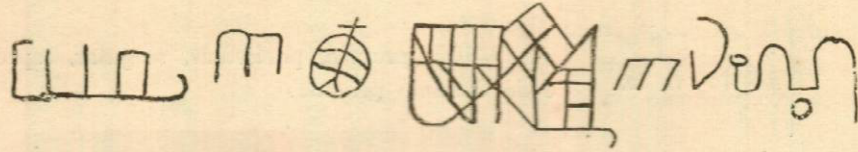
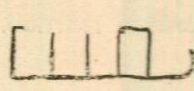
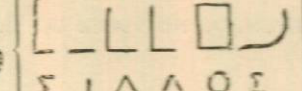
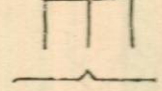

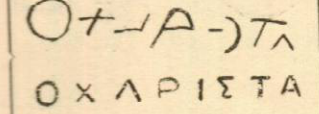
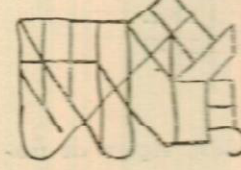
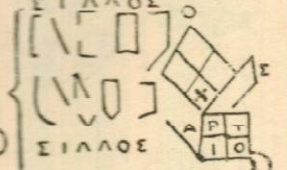


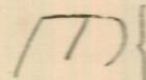
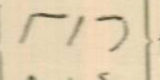
Fig. 1.344

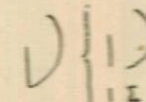
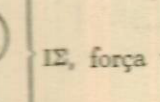


 ΣΙΑΛΟΣ, satyra, poema satyrico; sarcasmo, mofa, zombaria, gracejo, etc.

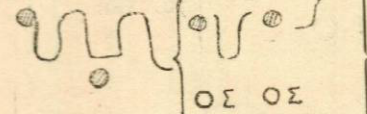
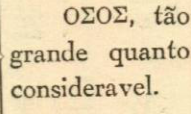

 ΛΙΑ, por ΛΙΑΝ, adv. muito, demasiado forte, etc.



 ΟΧΑΡΙΣΤΑ, o melhor possivel.



 ΣΙΑΛΟΣ, satyra, poema satyrico; sarcasmo. ΟΧΑΡΙΣΤΟΣ, de muitos o melhor ou mais bravo.



 ΙΛΙΣ, ιως, Gramm. estofa e roupa branca, etc.



 ΙΣ, força vigor.



 ΟΣΟΣ, tão grande quanto consideravel.

ΣΙΑΛΟΣ ΛΙΑΝ ΟΧΑΡΙΣΤΑ. ΣΙΑΛΟΣ ΣΙΑΛΟΣ! ΟΧΑΡΙΣΤΟΣ. ΙΛΙΣ ΙΣ ΟΣΟΣ.
 O GRACEJO NÃO DEMASIADO FORTE É O MELHOR POSSIVEL.
 A SATYRA OU O POEMA SATIRICO É MAIS BRAVO.
 ESTOFO E ROUPA BRANCA, DE FORÇA E VIGOR CONSIDERAVEL!

*

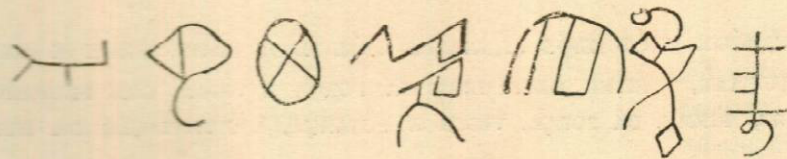


Fig. 1.345

Figura 1. Exemplo de tradução nas Inscricões (RAMOS, 1939, p.82).

Como podemos notar, inicialmente é apresentada uma transposição gráfica da inscrição tal como se encontraria *in situ*. Depois, Ramos a separa em pequenas unidades, que são desmembradas em seus traços componentes, e em seguida identificados como formas de letras. As *Inscrições* iniciam o primeiro volume com uma série de tabelas de formas alfabéticas em suas diferentes variações tais como encontradas pelo autor: grego paleográfico figurativo e linear (RAMOS, 1930, p. 28-30). As palavras obtidas têm o seu significado dicionarizado apresentado, e a frase ou palavra resultante é apresentada em sua versão bilíngue. Isso não quer dizer que Ramos fosse fluente em todos os idiomas antigos que encontrou: recorreu à ajuda de terceiros, como no caso da língua hebraica, quando apelou para o auxílio do rabino de Manaus (RAMOS, 1930, p.xvi).

No campo da paleografia, não se pode dizer que houve falha no procedimento de Ramos, uma vez que seu método estava de acordo com as práticas da época (cf. FRAENKEL, 1995, p.91; COOKE, 1903). O problema não está aí. A questão é tratar deste furor interpretativo que via, em toda sorte de vestígios arqueológicos (Ramos tratou de ver suas inscrições nas pedras, nas cerâmicas marajoaras, em notícias de escritas cuneiformes da Suméria etc), a confirmação de uma idéia fixa: a Antiguidade brasileira e americana.

Mais ainda: a sua percepção destes vestígios acomodava-se aos referenciais da cultura clássica. Ramos conseguiu encontrar nomes de deuses como Zeus e Ísis, instituições como a fabulosa "Assembléia Ilíada", localizada na foz do rio Abacate, no Amazonas; assim como nomes e feitos desconhecidos, como o torneiro "Iai-Cyphysis", ou o legislador "Xieto Tito Kio". Richard Hingley comenta sobre esta acomodação como uma característica da arqueologia clássica do XIX:

Os textos clássicos foram considerados frequentemente como uma fonte de status privilegiado e usados sem questionamento na interpretação de material arqueológico. Uma conexão acrítica foi frequentemente feita entre o texto clássico e o material arqueológico de forma a tentar reconhecer eventos históricos no material arqueológico³ (HINGLEY, 2005, p.3).

Então, pacientemente gestada durante as primeiras décadas do XX, surge a obra de Ramos em 1930. A que propósitos serve? Como ela se relaciona com seus predecessores? Mais: como ela obtém reconhecimento institucional quando, ao mesmo tempo, publicam-se obras como *Casa-Grande & Senzala*, de 1933, e *Raízes do Brasil*, de 1936, marcos da

³ No original: *The classical texts were often considered as a source with a privileged status and used unquestioningly in the interpretation of archaeological material. An uncritical connection had often been made between classical text and archaeological material in order to attempt to recognize historical events in the archeological record* (HINGLEY, 2005, p.3).

historiografia brasileira? Apesar de representar uma historiografia já marginalizada, sua interessante fortuna político-institucional sinaliza um resquício desse imaginário arqueológico dentro de alguns círculos decisórios do país.

Estamos diante de um final apoteótico, por assim dizer. Do ponto de vista técnico, trata-se de uma obra impressionante. Todas as obras historiográficas ou evidências arqueológicas produzidas até então sobre a Antiguidade brasileira estão listadas, citadas, e discutidas nas *Inscrições*, com especial ênfase na obra de Thoron. Além de sintetizar os trabalhos anteriores na temática, o autor estabelece um diálogo com posições contrárias, procurando desqualificá-las. Um exemplo pode ser dado por esta censura à obra de Theodor Koch-Grunberg (1872-1924), explorador alemão que realizou estudos de etnografia indígena no Amazonas na virada do século XX:

O illustre autor (*o doutor Theodor Koch-Grunberg, adição minha*) externa sua forma de pensar, que outra não é que a de Ricardo André, Carrick Mallery (sic) e de outros antiamericanistas: *que taes inscrições nenhum valor symbolico ou ideographico representam “e não passam de simples garatujas, gravadas ou desenhadas em rochedos, por mera diversão dos selvagens em suas longas horas de ociosidade”* (RAMOS, 1930, p.391).

Postular a origem indígena, portanto, é ser um “antiamericanista”, negando a importância dos vestígios. Neste sentido, Ramos manifesta preocupação com a preservação das evidências e de sua valorização, questão reiterada nas *Inscrições* sempre que Ramos apresenta algum conjunto de inscrições recolhidas pessoalmente por ele.

Tendo em vista tais desdobramentos, podemos afirmar que as *Inscrições* sintetizam os mitos arqueológicos do século XIX num só percurso interpretativo, no que se pode considerar como o último período onde a crença numa Antiguidade greco-fenícia e brasileira encontrou algum respaldo em meios não inteiramente “alternativos” no país.

Ao final dos dois volumes das *Inscrições*, são apresentados como anexos artigos de jornais e entrevistas que sinalizam boa aceitação das hipóteses de Ramos. Isso não quer dizer que a obra não tenha encontrado opositores já em sua época de publicação. Vivaldo Lima, responsável pelo prefácio das *Inscrições*, publica, em 1933, um livreto intitulado *A Pedra da Gávea*, onde ataca violentamente uma crítica feita por um articulista chamado David Peres ao primeiro volume de Ramos, falecido no ano anterior. A crítica feita por Peres, segundo Lima, rotulava o trabalho das *Inscrições* como sendo risível (LIMA, 1933). Francisco Marshall também sinaliza uma crítica negativa feita por Alberto Childe, diretor do Museu Nacional, às descobertas de Ramos (MARSHALL, 2005, p.309).

Existe, como já afirmamos, uma persistência deste imaginário até os dias de hoje, numa perspectiva que combina revisionismo histórico, esoterismo e um gênero aventuresco de literatura. Exemplos desta vertente contemporâneos a Ramos são a obra do austríaco Ludwig Schwennhagen, *Antiga História do Brasil*, publicada em Teresina (PI) em 1928, e a expedição do inglês Percy H. Fawcett, desaparecida no Mato Grosso em 1925, em busca da "Cidade Perdida de Z" (CALLADO, 2010; GRANN, 2009). A obra de Ramos se distingue destes esforços, mesmo que os mencione também em seu texto, pelo seu caráter eminentemente técnico e por ter recebido apoio e financiamento do Governo. É importante, ainda, ressaltar que, no século XIX, o lugar destas especulações era a Corte, o centro do país. Agora, em suas manifestações posteriores, esta pretensão de identidade passou também a ser exercida nas regiões periféricas e "inexploradas", durante a República.

A Amazônia e o Pará, no final do século XIX, passaram por grandes transformações. Já a partir de 1867, com a abertura dos rios Amazonas, Tocantins, Tapajós e Madeira à navegação mercantil estrangeira, também se oportunizou a possibilidade destas regiões e seus recursos inserirem-se num sistema econômico mais vasto. Porém, dois fatores potencializaram esta abertura: a utilização mais ampla da navegação a vapor, facilitando o transporte de gêneros e a criação de povoados nas margens dos rios; e a expansão do uso da borracha na produção industrial, ampliando a demanda deste produto que, na segunda metade do século XIX, tinha essas regiões como únicas fornecedoras.

Com isso, a região recebe um grande influxo de recursos, viajantes estrangeiros e da própria cultura européia (DAOU, 2000, p.14-15). A própria visita de Onffroy de Thoron a Manaus, em 1876, é um exemplo deste destaque. As elites da região rapidamente europeízam seus hábitos e modernizam suas capitais de acordo:

[...] de fato, no cenário urbano de Belém e Manaus do início do século, consagraram-se as fachadas que expressavam a incorporação de novas técnicas, dos princípios de higiene e das normas estéticas. Novos materiais de construção chegavam da Itália, de Portugal e da França, de onde vinham também muitos dos profissionais que cuidaram de executar as alterações de estilo (DAOU, 2000, p.31-32).

Essa reformulação das cidades representa uma apropriação do espaço pelas elites locais, não apenas no sentido econômico, mas também simbólico:

A elite já consolidada apropria-se agora da cidade que conquistou como lugar privilegiado de consagração da distinção, seja pelo consumo de bens e serviços sofisticados, seja pelo contato e interação com os negociantes da borracha e muitos viajantes que deram seu caráter cosmopolita, ou ainda por ser este mais e mais o

lugar privilegiado do investimento simbólico de indivíduos que se articulam como grupo (DAOU, 2000, p. 38).

Ana Maria Daou argumenta que um exemplo particularmente ilustrativo deste investimento simbólico é o Teatro Amazonas, inaugurado em 1896. Partindo das considerações de Pierre Nora sobre os "lugares de memória", Daou afirma que o Teatro representava a objetificação das expectativas da elite com relação a si; uma contribuição na construção de uma "memória nacional", e um emblema da afiliação cultural pretendida por esses grupos (DAOU, 2000, p. 51-55). Acreditamos que estas reivindicações identitárias não se dão apenas no âmbito da cidade e de suas construções, mas também na reapropriação da paisagem amazônica sob uma nova ótica cultural. Nesse sentido, entendemos a obra de Ramos como uma ação, uma tentativa de estabelecimento de uma nova "memória cultural" da região (e do País, por extenso), procurando vinculá-la às civilizações do Mediterrâneo antigo.

Esta tese objetiva, pois, entender **como** se dá o processo de leitura-recepção que Ramos faz das suas inscrições, a partir dos referenciais da Antiguidade e do peso da cultura clássica. É evidente que isso se dá a partir de todas as formulações anteriores sobre a suposta presença das culturas do Mediterrâneo no Brasil, e isso implica também no estudo do uso destas referências na construção das *Inscrições*. Elas representam um importante marco do imaginário arqueológico da Antiguidade brasileira e o começo de um imaginário "místico" ou "esotérico" da mesma: ocasionalmente surgem referências às *Inscrições* como sendo um livro raro (e caro), revelador de uma "verdade" oculta pelo *establishment* historiográfico.

Recepção, percepção: a produção do conhecimento nas *Inscrições*

Quando falamos em "recepção", usamos um termo com forte significado dentro das humanidades. Inicialmente, este conceito é oriundo da crítica literária. Trabalhos como os de Wolfgang Iser e Hans-Robert Jauss (JAUSS, 2005) são creditados como os mais representativos desta vertente de interpretação, usualmente chamada "estética da recepção", que dá um papel privilegiado ao leitor dos textos como seu principal formador de sentido.

Hans Ulrich Gumbrecht, aluno de Jauss, resume um dos aspectos importantes da teoria da recepção. Além da “descoberta” do leitor como formador de sentido, a importância deste caminho teórico consistiria na compreensão do processo de formação deste sentido:

Percebeu-se que seu caráter inovador na história das teorias não repousava simplesmente na tematização do leitor, mas – mais especificamente – no esforço de *evidenciar as condições de formações de sentidos distintos aos respectivos textos (ficcionais) por parte dos distintos leitores e grupos de leitores* (GUMBRECHT, 2003, p.14).

Longe da *intentio auctoris* (a intenção do autor), ou de uma *intentio operis* (a intenção do texto, ou da obra), argumenta-se em favor de uma *intentio lectoris*, uma intenção do leitor. O texto é lido de acordo com as convicções próprias deste, de acordo com sua visão de mundo. Esta visão guarda relação direta com as “condições de formações de sentidos distintos” de que fala Gumbrecht. Pode-se afirmar que se trata do reconhecimento de uma historicidade das interpretações possíveis, mutáveis com o tempo. As interpretações feitas de um clássico como a *Ilíada* ou a *Odisséia*, em épocas diferentes, dizem muito sobre as preocupações não dos gregos antigos, mas do que se pensava, nestes períodos, terem sido estas preocupações.

O enfoque dado à ação do intérprete na estética da recepção representou uma valiosa contribuição, não somente no campo da Teoria Literária, mas em outras áreas das ciências humanas, principalmente pelo fato de que, se considerarmos como “textos”, não somente os registros escritos, mas toda sorte de objetos passíveis de interpretação (como ritos e imagens), algumas das conclusões inicialmente formuladas dentro das discussões literárias podem ser aproveitadas para outros processos interpretativos.

Um exemplo de tal apropriação pode ser encontrado no trabalho do arqueólogo Cornelius Holtorf. Este, em seu texto *The reception history of monuments* (HOLTORF 2001⁴), defende o uso de conceitos da teoria/estética da recepção como ferramentas úteis para a arqueologia, e, em certa medida, para todas as ciências humanas.

O autor argumenta que os antigos monumentos arqueológicos podem ser entendidos, de certa forma, como textos. A percepção que as pessoas têm destes vestígios arqueológicos é uma leitura, ou seja, uma recepção. Alain Schnapp também chegou a uma posição semelhante: "Há muito tempo sabemos que todo sistema de objetos é também um sistema de sinais [...] os objetos funcionam por que são portadores de sentido" (SCHNAPP, 1993, p.71).

⁴ O texto de Holtorf encontra-se em formato eletrônico, e, portanto, não tem numeração de página. O site onde o texto está hospedado está na bibliografia.

No entanto, este sentido pode variar de acordo com o leitor. Cornelius Holtorf, no texto citado, assinala vários tipos de possíveis leitores/receptores desses monumentos, tais como os "leitores presumidos pelos construtores", hipotéticos "leitores ideais", capazes de compreender com máxima eficiência a gama de significados invocada pela construção/vestigio, e os "leitores reais" dos monumentos. Esses leitores reais, como é o nosso caso quando vemos algum vestígio arqueológico, podem estar separados por um grande espaço de tempo das evidências. Da mesma forma, nossas leituras, e nossos questionamentos, mormente no caso de vestígios impressionantes, são influenciados pela cultura e pelo contexto no qual elas são apresentadas.

Monumentos antigos tais como os megálitos são, por sua própria forma, material, e contexto, objetos que atraem a atenção e estimulam a mente a pensar, mesmo que seja apenas para como lidar com eles⁵ (HOLTORF 2001).

Holtorf, em seu trabalho de doutoramento, estudou os megálitos da região do Mecklenburgo-Vorpommern, na Alemanha, assim como o conjunto das interpretações que foram dadas a estes, ao longo do tempo. Essas interpretações foram produzidas em função da necessidade de responder a uma indagação: o que eram estas construções? Por que estavam ali? Em tempos diferentes, a gama dos significados possíveis de serem atribuídos a estes monumentos sofreu mudanças, ou seja, o campo de possibilidades interpretativas dos leitores da paisagem determinava o que poderia ser uma interpretação plausível em cada período histórico.

Quando Ramos lê as inscrições rupestres, as analisa seguindo um método relativamente adequado, discute com a bibliografia existente, e se situa como o defensor de uma idéia que ainda permanece no imaginário cultural, mesmo que marginalmente. Então, pode-se dizer que a "Antiguidade brasileira" ainda se situa, no período de produção das *Inscrições*, dentro de um espectro de interpretações possíveis por parte de alguns segmentos da sociedade. Mas não se trata apenas de uma idéia que é aprovada ou reprovada. No texto de Ramos, há uma reconstrução do passado, tal como o autor o percebeu, a partir da interpretação dos dados. Há a ressurreição de **usos e costumes**, de **divisões geográficas**, de **tratados**, de um **sistema religioso**, e até mesmo de **personagens**. Todos os tipos de evidência que se conseguem obter a partir de uma análise epigráfica são lidos nas interpretações do autor.

⁵ No original: *Ancient monuments such as megaliths are, by their very form, material, and context, objects that draw attention and stimulate the mind to think, even if only about how to deal with them (HOLTORF 2001).*

Michel de Certeau, num texto célebre (CERTEAU, 2007, p. 65-119) sobre a operação historiográfica, comentou sobre uma característica epistemológica da história. Trata-se de uma distinção no seio da disciplina, referente à opção pelo reconhecimento das técnicas como mediatizadoras da história, ou pela sua discriminação como meras ciências auxiliares, provedoras de dados para que o trabalho "histórico", propriamente dito, a interpretação, seja feito. A questão está no fato de que, se a técnica é privilegiada, a história reveste-se de um caráter científico; já se a interpretação é preferida, seu caráter se tornaria mais "literário", por assim dizer. No seguimento de sua argumentação, o autor aponta o fato de que, embora indiscutivelmente haja uma mediatização da história através das técnicas, a definição e aproveitamento destas técnicas se dá através de um trabalho de interpretação. Desta forma, tanto o caráter literário quanto o caráter científico da história não estão em conflito, mas em mistura: "Não mais se encontra a dicotomia que opõe o *natural* ao *social*, mas a conexão entre uma socialização da natureza e uma "naturalização" (ou materialização) das relações sociais" (CERTEAU, 2007, p. 79).

As *Inscrições* podem ser lidas por um viés semelhante: a adição das numerosas inscrições amazônicas e sua decifração representam a adição da técnica (a epigrafia/paleografia) a um trabalho interpretativo (a discussão com as fontes). Mais do que isso: a interpretação da Antiguidade brasileira, antes formulada majoritariamente com base em semelhanças etimológicas e algumas poucas notícias, ganharia, no texto de Ramos, seu maior suporte no ramo da técnica, ou seja, um conjunto de provas primárias na totalidade de sua interpretação (transposição gráfica, decifração, ordenamento).

Talvez este tenha sido um dos motivos da singularidade das *Inscrições*. M. de Certeau diz também: "Também os "momentos" epistemológicos (conceituação, documentação, tratamento ou interpretação) hoje distintos no interior de um sistema generalizado, podiam estar extremamente misturados no sistema regional da erudição antiga" (CERTEAU, 2007, p. 84). A união, num só texto, de todo o percurso interpretativo do autor pode ter tornado as *Inscrições* mais palatáveis a um público leigo, facilitando a esse a compreensão das hipóteses de Ramos e agindo como uma ferramenta de convencimento.

Algumas considerações de Thomas Kuhn, historiador da ciência, são esclarecedoras a este respeito:

Quando um cientista pode considerar um paradigma como certo, não tem mais necessidade, nos seus trabalhos mais importantes, de tentar construir seu campo de estudos começando pelos primeiros princípios e justificando o uso de cada conceito utilizado. Isso pode ser deixado para os autores de manuais. [...] Suas pesquisas já não serão habitualmente incorporadas a livros como *Experiências... sobre a*

Eletricidade de Franklin ou a *Origem das Espécies* de Darwin, que eram dirigidas a todos os possíveis interessados no objeto de estudo do campo examinado. Em vez disso, aparecerão sob a forma de artigos breves, dirigidos apenas aos colegas de profissão, [...] que certamente conhecem o paradigma partilhado e que demonstram ser os únicos capazes de ler os escritos a eles endereçados (KUHN, 2007, p.40).

Kuhn tende a argumentar que o “paradigma”, o arcabouço conceitual que sustenta um sistema de interpretação, se constitui sob a forma de uma solidificação progressiva, que aumenta à medida em que se investe nele. Nos inícios deste processo, ainda não há uma carga de conhecimentos e pressupostos que devam ser levados em conta para interpretar as evidências. Ou seja, os princípios básicos da teoria ainda devem ser explicados. De acordo com o autor:

Somente nestes casos pode o leigo esperar manter-se a par dos processos realizados fazendo a leitura dos relatórios originais dos especialistas. Tanto na matemática quanto na astronomia, já na Antiguidade os relatórios de pesquisa deixaram de ser inteligíveis para um auditório dotado de cultura geral (KUHN, 2007, p.41).

Costuma-se supor que a matemática, por exemplo, está dentre as “ciências exatas” por excelência. Uma vez que se chegue a uma conclusão matemática, ela permanece a mesma através dos séculos. Não é bem o caso da história. Em nossa disciplina, a subjetividade exerce um papel de grande relevância:

Ao olhar para as notas de rodapé em trabalhos acadêmicos, que, de acordo com Kuhn, são sinal de um paradigma aceito, se poderia ser tentado a concluir que, no ramo dos estudos culturais, nós devemos falar de comunidades quase independentes, cada qual com seu paradigma, em lugar de uma sucessão linear de modelos claramente diferentes⁶. (HOLUB, 1984, p .5-6).

Robert Holub refere-se, aí, à multiplicidade de modelos teóricos que existem dentro da área das humanidades. Onde há a coexistência destes modelos, cada qual com a pressuposição de que é o mais adequado ao objeto, se presume que haja certo conflito de idéias (ou discussão teórica, um nome mais polido). Ramos tenta, nas *Inscrições*, solidificar sua visão do passado brasileiro, e faz isso retomando os primeiros esforços para a descoberta de uma ocupação greco-fenícia, e corroborando-os com seu trabalho epigráfico. Ou seja, apresenta todo o processo interpretativo, tornando assim seu trabalho mais inteligível.

⁶ No original: *Looking at footnotes in scholarly works, according to Kuhn a sign of an accepted paradigm, one would be tempted to conclude that in the field of cultural studies we must speak of quasi-independent communities, each with its own paradigm, rather than a linear succession of clearly differentiated studies* (HOLUB, 1984, p.5-6).

Na compreensão deste processo, partimos de mais algumas conclusões de Kuhn, na sua obra *A Estrutura das Revoluções Científicas*. O autor, em determinado momento, argumenta sobre a validade de teorias chamadas obsoletas em ciência, como a teoria do flogisto ou a dos miasmas. Apesar de terem sido desqualificadas pelas descobertas posteriores, elas possuíam uma espécie de metodologia que fazia sentido em seu período :

Se essas crenças obsoletas devem ser chamadas de mitos, então os mitos podem ser produzidos pelos mesmos tipos de métodos e mantidos pelas mesmas razões que hoje conduzem ao conhecimento científico. Se, por outro lado, elas devem ser chamadas de ciências, então a ciência inclui conjuntos de crenças totalmente incompatíveis com as que hoje mantemos. Dadas essas alternativas, o historiador deve escolher a última. Teorias obsoletas não são em princípio acientíficas por que foram descartadas (KUHN, 2007, p. 21).

Da mesma forma, procuramos entender o texto das *Inscrições*, em parte como herdeiro de um imaginário arqueológico, mas também como um esforço para a construção de uma espécie de conhecimento “científico” sobre o passado, dentro de uma sociedade onde ainda era possível aceitar suas hipóteses. A questão aqui também é definir o que é passável por “científico” para cada público. Por um lado, na pesquisa arqueológica brasileira corrente na época de Ramos, já não se levavam a sério hipóteses como as dele. Por outro lado, para o público em geral, como se pode perceber pelo próprio apelo do artigo que inicia esta tese, não havia esta recusa automática às hipóteses “fenícias” ou “gregas”, assim como mesmo hoje não as há. Cito como exemplo um trecho do interessante discurso realizado pelo pesquisador Chico Castro, do Piauí, em sessão solene do Congresso Nacional destinada a marcar o centenário do falecimento do Marquês de Paranaguá, em 05/11/2012:

Muitos estudiosos estrangeiros se dedicam à história pré-cabralina, ao contrário do que acontece aqui, onde poucos estudiosos se dedicam ao tema. Há muito mais interesse em universidades americanas e europeias do que aqui no Brasil. Há muitos estudiosos estrangeiros que se dedicam ao estudo da história pré-cabralina brasileira, mais do que pesquisadores nacionais ocupados nesse mister.

Eu quero citar um exemplo. O primeiro grande estudioso do assunto foi o naturalista dinamarquês Peter Wilhelm Lund, cujos trabalhos na região da Lagoa Santa, em Minas Gerais, contribuíram para pesquisas sobre a presença humana em solo americano.

Outro estudioso, Sr. Presidente, das coisas do Brasil antigo foi o filólogo austríaco Ludwig Schwennhagen, autor de um precioso estudo intitulado Antiga História do Brasil, cuja primeira edição saiu em Teresina, em 1928, publicado pela imprensa oficial do Estado. Essa é uma obra que há muito deveria estar nos currículos escolares brasileiros.

Não posso deixar de citar também, Sr. Presidente, o pesquisador Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, autor do livro *Inscrições e Tradições da América Pré-Histórica*, que se constitui num dos marcos dos trabalhos que se têm produzido nessa área.

[...]

A tese, Sr. Presidente, pronunciada por Ludwig Schwennhagen, de que os fenícios estiveram no norte do Brasil tem que ser levada em consideração, por numerosas evidências, a exemplo do nome dado à cidade de Tutóia, no litoral maranhense, bem na fronteira com o litoral piauiense, cuja nomenclatura é derivada de Tur, a metrópole dos fenícios, e Tróia, tendo inicialmente surgido o vocábulo Tur-Tróia, que com o tempo o povo encarregou-se de chamar simplesmente de Tutóia. Também o nome Piauí, Sr. Presidente, foi assim consignado ao longo dos séculos devido ao hoje monumental sítio arqueológico denominado de Sete Cidades, lugar onde se realizava, de tempos em tempos, a ordem e o congresso dos povos tupis, batizados pelos colonos de piagas, que seriam os pajés. Daí o nome piagui, de onde se originou a palavra piauí, que originalmente era escrita com h. Para Ludwig Schwennhagen, a palavra piauí significa terra dos piagas, o que condena, Sr. Presidente, a interpretação corrente e mais conhecida no Brasil de que o nome piauí provém do nome de peixe piau, abundante nas águas do Rio Parnaíba e reconhecido pelo seu sabor incomparável (CASTRO 2012).

Como podemos perceber, fica evidente que o apelo do “Brasil fenício” não é apenas um fenômeno circunscrito no passado, podendo aparecer nos círculos mais inusitados. Mesmo que as premissas ou mesmo a metodologia de trabalho possam ser vistos como apenas *aparentemente* científicas aos olhos dos estudiosos academicamente reconhecidos, nem sempre esta distinção é evidente aos olhos do pesquisador autônomo, ou mesmo ao público geral.

Organizaremos o trabalho em quatro capítulos. O primeiro deles versará sobre a trajetória do autor das *Inscrições*, procurando entender o singular percurso de Ramos: de comerciante de roupas finas a historiador e arqueólogo dileteante. As produções do *Catálogo da Coleção Numismática*, assim como a participação de Ramos na fundação do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, pertencem a esta argumentação. Somos de opinião que estes acontecimentos auxiliaram na instrumentalização de Ramos para a construção das *Inscrições*.

O segundo capítulo abordará as *Inscrições e Tradições da America Prehistorica* sob um viés peculiar. Tratar-se-á aqui de analisar as estruturas teóricas da obra, entendendo-se estas como as hipóteses epistemológicas que guiam a sua produção e apresentação. Julgamos que uma abordagem compreensiva da argumentação das *Inscrições* passa necessariamente pela compreensão das dimensões **técnicas e epistemológicas** do trabalho, do uso da etimologia e das ciências auxiliares, entre outros tópicos. Além disso, consideramos que uma análise aprofundada destas relações pode contribuir na definição de alguns fundamentos das argumentações "alternativas" sobre a história (ou, em termos menos gentis, pseudo-históricas

ou pseudo-arqueológicas). No Brasil, há pouca ou nenhuma discussão sobre estas práticas, e avaliamos que este trabalho pode levantar algumas questões relevantes sobre o assunto.

O terceiro capítulo versará sobre dois campos. O primeiro buscará articular os grupos de fontes usadas por Ramos na construção das *Inscrições*. Esta relação nos ajudará a compreender a inserção deste texto no universo das argumentações prévias sobre a Antiguidade brasileira. Já o segundo tratará da contribuição própria de Ramos a esta questão. Somos de opinião de que ambas abordagens constituem o universo da recepção, por parte de Ramos, do imaginário da Antiguidade no Brasil. O processo de decifração, a dedução de episódios desta história do Brasil pré-histórico, e as conclusões engendradas pelo autor compõem este tópico.

O quarto capítulo conclui a tese, passando por duas linhas de argumentação. A primeira dirige-se brevemente ao estudo da **recepção** e da **crítica**, não somente das *Inscrições*, mas da própria idéia da Antiguidade brasileira no período de sua publicação. Serão abordadas aqui as obras e reportagens de apoio ou demérito ao trabalho de Ramos que se sucederam à publicação da obra. A segunda linha corresponde às conclusões propriamente ditas, articulando os conceitos levantados anteriormente com a noção de *memória cultural*.

1. RAMOS E SUA TRAJETÓRIA

Bernardo de Azevedo da Silva Ramos nasceu em Manaus, em 12 de novembro de 1858. Embora descendesse de personagens de certa relevância na política do Norte, o falecimento de seu pai, em 1866, colocou sua família em posição difícil, tendo ele que se empregar, primeiramente como funcionário dos Correios, e posteriormente na Tesouraria da Fazenda do Amazonas. A partir de 1878, passa a administrar a casa comercial de um parente, na cidade de Barcelos, gerenciando o transporte de cargas através do rio Negro (RAMOS, 1965, p. 30).

Sua prática comercial o havia posto em contato com as populações indígenas do entorno, onde aprendeu o idioma tupi e começou a registrar certas particularidades etnográficas da região em seu diário. Além disso, Ramos mapeou as rotas fluviais necessárias ao seu comércio, tanto do rio Negro quanto do rio Branco. Em função dessa experiência, Ramos foi convidado a integrar a Comissão de Limites entre o Brasil e a Venezuela, chefiada pelo Barão de Parima em 1879, na qualidade de auxiliar técnico. Na expedição de mapeamento, foi subordinado do capitão Gregório Thaumaturgo de Azevedo (1853-1921), mais tarde Governador do Estado entre 1891 e 1892. Por serviços prestados à Comissão, incluindo a confecção de um mapa do Amazonas em conjunto com Raymundo Nery em 1884, foi indicado para receber a comenda da Ordem de Cristo, recusando-a por simpatizar com a República (RAMOS, 1965, p.44).

Voltando das atividades da Comissão, estabelece-se como comerciante em fins da década de 1880. Tendo em vista o surto de desenvolvimento econômico que vivia a região, decidiu investir no ramo de modas e artigos de luxo, obtendo retorno considerável. A busca de fornecedores para seu estabelecimento levou-o a viajar à Europa, já a partir de 1887 (RAMOS, 1965, p. 49). Suas atividades comerciais estenderam-se até o fim do século XIX, quando começou a ocupar, a partir daí, atividades tais como a presidência da Junta Comercial do Estado, ou a provedoria da Santa Casa de Misericórdia, a partir do começo do século XX.

Bernardo Ramos declarou-se republicano desde jovem. Ainda antes da queda do Império, fundou com alguns associados o Clube Republicano do Amazonas. Em agosto de 1889, quando da visita do Conde d'Eu a Manaus, o Clube Republicano imprimiu um manifesto contra a visita, assinado por Ramos (BITTENCOURT, 1973, p.139-140). Essa posição política, bem conhecida da população, fez com que Ramos fosse indicado para ocupar a Intendência Municipal de Manaus como edil quando da proclamação da República em 1889

(RAMOS, 1965, p. 55; BITTENCOURT, 1973, p. 139-140). Porém, segundo seus memorialistas, as fraudes e desmandos perpetrados nos primeiros tempos do novo regime indispueram-no gravemente contra seus colegas, tendo Ramos afastado-se da política depois de ter impedido à força um caso flagrante de fraude eleitoral (RAMOS, 1965, p. 56).

Recolhido à sua casa, já dono de rendas consideráveis, Ramos decidiu viajar pelo país durante o ano de 1891. Tendo visitado a Europa numerosas vezes, resolveu conhecer os diferentes Estados da Federação. Escreveu um diário intitulado *Do Amazonas ao Prata*, manuscrito infelizente desaparecido. O conteúdo deste diário de viagem consistia de impressões sobre a população dos diferentes estados, assim como da análise dos problemas sociais e econômicos das diferentes regiões: os estados do Nordeste, o Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, o Rio Grande do Sul, e, saindo do País, o Uruguai e a Argentina (RAMOS, 1965, p.58-60).

Retornando a Manaus no final do ano, Ramos voltou a gerenciar sua loja. Passou a participar, como organizador, de algumas comissões comemorativas, tais como a de 5 de setembro (elevação do Amazonas a estado). Estas participações honoríficas viriam a se tornar recorrentes nos anos seguintes. Tendo-se casado em 1894, viajou com a esposa para a Europa em 1899 (RAMOS, 1965, p.73-78).

Ramos havia começado a interessar-se por coleções ainda em fins da década de 1880, inicialmente com uma coleção de selos. A grande circulação de correspondência estrangeira que chegava à Manaus lhe proporcionava grande material. A partir desta primeira coleção, Ramos decidiu colecionar também moedas e medalhas. De 1891 em diante, começou a investir mais na coleção, através da aquisição de bibliografia e de novos itens para a mesma. Os filhos de Ramos datam daí o início do seu trabalho catalográfico – um esforço do colecionador para documentar e ordenar os itens que já havia recolhido (RAMOS,1965, p.69).

1.1 A Coleção Numismática

Os memorialistas Mário e Julião Ramos, em sua biografia do pai, dão conta de que o interesse de Bernardo Ramos pela numismática datava de sua juventude, em paralelo às atividades comerciais que desempenhava (RAMOS, 1965, p. 87). Frequentemente, em se tratando de coleções, costuma-se dizer que é justamente a busca pelo exemplar faltante aquilo que mais atrai o colecionador. Existem tipos de coleções que são, por definição, incompletas, seja pelo surgimento incessante de novos itens, seja pela destruição de itens que existiram e

deixaram lacunas. O interesse do colecionador também pode levar a coleção a diferentes eixos ordenadores, gerando novas demandas, por novos itens. Um exemplo disso está no processo de formação da coleção de Ramos. Tendo acumulado inicialmente uma coleção de selos, este passou a uma coleção de moedas brasileiras, depois começou a colecionar as cunhagens portuguesas do Brasil Colônia e posteriormente passou às moedas estrangeiras (RAMOS, 1965, pp. 49-50, 87).

É possível que o impulso que tenha tornado a coleção de Ramos uma das mais renomadas de sua época tenha se dado em 1898, quando adquiriu a coleção numismática de Manuel Cícero Peregrino da Silva (1866-1956), assim como a biblioteca correspondente. Em um ensaio biográfico sobre Peregrino na Revista do IHGB em 1956, Leopoldo A. Feijó Bittencourt detalhou este processo de aquisição, enfatizando que a organização da mesma havia feita por seu pai, o polímata pernambucano Cícero Odon (1838-1896):

[...] Quando a transportou até Manaus, Manuel Cícero, conhecedor de numismática uma vez que cresceu vendo (o pai) colecionar moedas, prometeu voltar ao Amazonas assim que o chamassem, para completar o catálogo feito por seu pai incluindo então as peças de ouro, que Bernardo Ramos já possuía, porém o farmacêutico⁷ preferiu convidar dois numismatas italianos, que não vieram ao Brasil, não viram a coleção, nada podendo fazer de apreciável ao completarem o catálogo de autoria do pai de Manoel Cícero, e que Bernardo Ramos publicou sob o seu nome como se fosse obra sua.

O catálogo que organizara Cícero Odon era de fato notável conforme vem assinalado em *Das Brasilianische Geldwesen*, de Julius Meili, que viveu muito tempo na Bahia, empenhado em estudar a numismática brasileira, terminando, porém, os seus dias em Zuric (*sic*), onde Manoel Cícero foi especialmente visitá-lo quando de sua primeira viagem à Europa, em 1907 (FEIJÓ BITTENCOURT, 1956, p.20).

É interessante notar a menção ao numismata suíço Julius Meili (1839-1907), considerado um dos pioneiros da numismática brasileira. Tendo sido cônsul da Suíça na Bahia no último quarto do século XIX, formou uma grande coleção de moedas. Foi sócio correspondente do IHGB e, nos volumes de seu compêndio sobre as moedas do Brasil (*Das Brasilianische Geldwesen*), pode-se perceber o momento da transição da coleção de Cícero Peregrino para Ramos. O volume I, publicado em 1897, cita Peregrino como proprietário de algumas das moedas apresentadas (MEILI, 1897, p.352). Já o volume II, de 1905, cita Bernardo Ramos (p.xliii).

Ramos também conhecia Meili, tendo-o visitado em Zurique em 1899 para consultá-lo acerca de particularidades de sua recém-adquirida coleção, com vistas ao aperfeiçoamento do catálogo da mesma:

7 Há aqui uma possível confusão entre Bernardo Ramos e seu irmão Manuel, este sim farmacêutico.

O dr. Julius era o detentor da mais completa coleção de moedas brasileiras, existentes no mundo, naquela época, e além disso, o melhor conhecedor de numismática brasileira. Foram dias de agradável e profícuo convívio. O anfitrião, com sua família, recebeu o casal Bernardo Ramos, como velhos e íntimos amigos, e, os dias de incessante intercâmbio de conhecimentos sobre o apaixonado termo de moedas brasileiras, parecia que não ia ter mais fim (RAMOS, 1965, p.77).

Perceba-se que o objeto da pesquisa realizada por Ramos é a numismática brasileira. Não se pode determinar se as acusações de Feijó Bittencourt são verdadeiras, mas a publicação do Catálogo da Coleção Numismática, em 1900, pela Academia dei Lincei, implicaria numa velocidade considerável de catalogação da coleção recém-adquirida por parte de Ramos. Cumpre notar que a publicação data dos primeiros meses de 1900: em retorno ao Brasil, Ramos apresentou-a aos visitantes da sua coleção, na exposição do IV Centenário, em maio.

Ainda em 1899, o Governo do Estado do Amazonas, percebendo o valor da coleção adquirida por Ramos, negociou com o mesmo sua aquisição. Através da lei 296, de 06 de outubro de 1899, o Estado foi autorizado a abrir crédito para a compra da coleção. O valor da mesma foi orçado em 300 contos de réis. A coleção era tida como sendo a principal do gênero no País, e a quarta em importância no mundo (BITTENCOURT, 1973, p.141).

Os dois numismatas italianos mencionados por Bittencourt, na verdade eram historiadores e arqueólogos: Dante Vaglieri e Vincenzo Grossi. Vaglieri (1865-1913) era arqueólogo e epigrafista, especialista na história da Óstia romana. Foi professor de epigrafia latina na Universidade de Roma e diretor do Museu Nacional Romano, assim como orientador de numerosas escavações. (TAMBRONI, 1914). Já o professor Vincenzo Grossi, Livre-docente de Etnologia Americana da Universidade de Gênova, tinha boas relações com o país: já havia estado no Brasil, em 1891, em missão científica do governo italiano, além de ter publicado uma obra específica sobre o Amazonas em 1897. Da visita de 1891 resultou um opúsculo intitulado *La questione dei cosiddetti "Precursori" di Colombo in America*, transcrição de uma conferência dada à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, de onde era sócio correspondente, em 19 de setembro do mesmo ano. É curioso notar que Grossi, nesta conferência, nega categoricamente que gregos ou romanos tivessem conhecido o continente americano.

Grossi e Vaglieri confessam não ter podido fazer muito pela produção do Catálogo, no prefácio que escreveram ao mesmo em 28 de janeiro de 1900. É possível que Feijó Bittencourt tenha consultado o prefácio escrito pelos dois, em função da semelhança de terminologia: "nada podendo fazer de apreciável", por um lado; "obra forçosamente limitada",

por outro. Em função de seu tamanho e relevância de informações, reproduzimos aqui o texto na íntegra:

O senhor Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, de Manaus, com rara inteligência e grande amor vem recolhendo, no curso de mais de vinte anos, uma coleção incomum de moedas de todos os países. Mas a sua obra não se limita àquela, sobremodo dileitante, do coletor: ele tem realizado a descrição acurada de suas moedas, em modo tão mais digno de elogio, quanto se considera que este catálogo foi compilado pelo autor em sua cidade nativa, hoje certamente destinada a um futuro florescente, mas que no passado não poderia oferecer muita facilidade de pesquisa bibliográfica e científica. Acrescente-se que este catálogo não era destinado à impressão: se hoje vê a luz, isso se deve à fortuita combinação da Exposição do Rio de Janeiro, que se abrirá em maio próximo a solenizar o quarto centenário da descoberta do Brasil, e na qual o catálogo e a coleção do senhor Ramos darão ótimo testemunho da operosidade intelectual do florescente estado do Amazonas. Eles darão uma prova pura do sentimento patriótico do caro autor, o qual tem formado uma valiosa coleção de moedas brasileiras – o qual elenco é dado no terceiro volume – a qual nós não cremos ter sido outra feita antes: ao menos é o que nos faz crer o confronto com publicações análogas que pudemos consultar, e das quais damos a lista em seguida.

Encarregados da revisão das provas tipográficas, pela benevolência e confiança do bom amigo Ramos, nosso trabalho é forçadamente limitado; e queremos deixar isto claro, antes de tudo. Limitados pelo tempo, e sem o precioso auxílio dos originais ou de impressões das moedas, não tivemos a possibilidade de fazer aquelas pesquisas e comentários que porventura se mostrassem úteis, para não dizer necessários; nem, por outro lado, em função da grande distância, pudemos consultar o autor para elucidações e esclarecimentos. Dos erros eventuais, pedimos perdão pelo autor e por nós; por um lado, de resto, o senhor Ramos poderá ainda compilar uma errata/corrigenda especial, e, por outra, muitos erros se corrigirão por si quando, como se espera, todas as moedas forem reproduzidas em um álbum especial.

Ora aqui se permita uma palavra de sincero elogio à Tipografia da R. Academia dei Lincei, que por seus ricos meios e pela diligência de seu inteligente pessoal tornou possível a publicação na Itália de uma tal obra. Obra da qual, especialmente, nos animamos, pela esperança de que possa contribuir ao acréscimo da viva simpatia e das relações cordiais, não somente comerciais mas também intelectuais, entre a Itália e o Brasil, e de modo peculiar no florescente Estado do Amazonas ao qual o egrégio autor pertence, e sob os quais auspícios do patriótico e benemérito Governo a presente obra se imprime⁸ (GROSSI; VAGLIERI in RAMOS, 1900, p.v-vii)

⁸ No original: *Il sig. Bernardo d'Azevedo da Silva Ramos, di Manáos, com rara intelligenza e grande amore è venuto raccogliendo, nel corso de più de vent'anni, una collezione non indifferente di monete di ogni paese. Ma l'opera sua non si è limitata a quella, spesso soltanto diletantistica, del raccoglitore: egli ha badato anche alla descrizione accurata delle sue monete, in modo tanto più degno di elogio, quando si tenga conti che questo catalogo è stato compilato dall'autore nella sua città nativa, ogni certamente destinata a florido avvenire, ma che in passato non poteva offrire molta facillità di ricerche bibliografiche e scientifiche. Aggiungasi che questo catalogo non era destinato alla stampa; chè se ogni vede la luce, lo deve alla fortunata combinazione dell'Esposizione di Rio de Janeiro, che s'aprirà nel prossimo Maggio a solennizzare il quarto centenario della scoperta del Brasile, e nella quale il catalogo e la collezione del sig. Ramos daranno ottimo saggio dell'operosità intellettuale del fiorente Stato di Amazonas. Essi daranno pure prova del sentimento patriottico del chiaro autore, il quale ha formato una pregevole raccolta di monete brasiliane – il cui elenco è compreso nel terzo volume – quale noi non crediamo sia stata fatta mai: almeno ce lo fa credere il confronto colle analoghe pubblicazioni che abbiamo potuto consultare, e di cui diamo l'elenco qui appresso.*

Incaricati della revizione delle bozze di stampa, per la benevolenza e fiducia dell'ottimo amico Ramos, l'opera nostra è stata forzatamente limitata: e ciò ci preme auzitutto di chiarire. Con un tempo innanzi a noi ristretto, e senza il prezioso ausilio degli originali o dei calchi delle monete, non abbiamo avuto la possibilità di fare quelle ricerche e quei riscontri che talvolta ci sarebbero sembrati utili, per non dire necessari: Nè, d'altra parte, per la grande distanza, abbiamo potuto consultare l'autore per dilucidazioni e schiaramenti. Di eventuali errori, quindi, noi chiediamo venia per l'autore e per noi: per una parte, del resto, il sig. Ramos stesso potrà

Podemos extrair algumas deduções deste prefácio, assim como das breves palavras do próprio Bernardo Ramos, que iniciam o primeiro volume. A primeira delas é a corroboração das palavras dos memorialistas, ao dizer que o início da coleção de Ramos data de sua juventude, provavelmente da década de 1880. Porém, as listas bibliográficas que acompanham os volumes do mesmo permitem estabelecer alguns parâmetros de análise. Existem duas listas de bibliografia no Catálogo. A primeira delas é a lista de obras usadas no trabalho de **preparação** do mesmo para ser impresso: são as obras mencionadas por Vaglieri e Grossi no Prefácio. A segunda lista compõe-se de livros que acompanharam a coleção quando de sua aquisição de Cícero Peregrino (e que mais tarde foram repassadas ao Estado do Amazonas juntamente com a coleção numismática)⁹.

É de se supor que estas últimas obras representem a principal fonte de informações para a redação inicial do texto, em virtude de seu caráter mais especificamente numismático e de sua raridade. Ambos critérios, somados à variedade de idiomas de sua redação, leva a supor que ao menos parte do Catálogo já tivesse sido redigida antes da compra da coleção por Ramos. Isso nos permite levantar a hipótese de que Ramos possa ter formulado principalmente a parte do Catálogo referente às moedas brasileiras, uma vez que começou a colecioná-las primeiro; mas que dificilmente tenha realizado mais que ajustes ao catálogo das moedas da Antiguidade e medievais.

O Catálogo consiste de três volumes, abordando as divisões da coleção: História Antiga, Medieval, Moderna, Brasileira etc. Há subdivisões nos volumes tais como I-a ou I-b. Um quarto volume é o Suplemento ao Catálogo Geral, publicado no Rio de Janeiro. A diferença na nomeação dos volumes (ora se cita o Catálogo como tendo três volumes, ora quatro) deve-se a este fato. Em virtude deste Suplemento surgir imediatamente em seguida aos volumes italianos, e, a partir daí, ser citado como parte da obra, contamos este como integrante do Catálogo.

Particularmente relevante para esta tese é a listagem das moedas da Antiguidade. O contato de Ramos com a coleção e a própria bibliografia anexa, supomos, familiarizou-o com

compilare una speciale errata-corrige; e, per altra, molti errori si corregeranno da sè, quando, come si spera, tutte le monete saranno riprodotte in album speciale.

Ed ora ci si permetta una parola di sincero elogio alla Tipografia della R. Accademia dei Lincei, che per i suoi ricchi mezzi e per la solerzia del suo intelligente personale ha reso possibile la pubblicazione in Italia di tale opera. Delle quale, specialmente, l'animo nostro gode, per la speranza che essa possa contribuire ad accrescere le vive simpatie ed i cordiali rapporti, non solo commerciali ma benanco intellettuali, fra l'Italia ed il Brasile, ed in modo peculiare col fiorentino Stato di Amazonas, al quale l'egregio autore appartiene, e sotto gli auspici del cui patriottico e benemerito Governo la presente opera si stampa. (GROSSI; VAGLIERI in RAMOS, 1900, p.v-vii)

9 Ambas as listas encontram-se no Anexo desta tese.

as cronologias e historiografia do período, embasando-o para uma obra de tamanho fôlego como as *Inscrições*. Este processo pode ser percebido ao notar-se que algumas das obras citadas no Catálogo, assim como o próprio, aparecem mais tarde nas *Inscrições*, principalmente a *História Universal* de Cesar Cantu, ou o *Traité de Numismatique Générale*, de Lefebvre, ou os números da *Numismatischer Verkehr* (especificamente, de abril de 1882).

Na Tabela I, replica-se a ordenação do Índice do volume I do Catálogo, no que tange às moedas de prata da Antiguidade grega, como exemplo da variedade acumulada na coleção de Ramos, com alguns dos exemplos mais específicos de cunhagens. Ainda há, no catálogo, índices distintos para as moedas de bronze e romanas, entre outras.

TABELA 1. Lista de moedas de prata gregas no Catálogo da Coleção Numismática – 1900.
(Tabela compilada a partir dos volumes do Catálogo)

Região	Subdivisões	Cidades/Reis
Europa	Hispania	Tarragona, Osca, Segobriga
	Gália	Narbonesa, Lugdunense etc.
	Itália	Sâmnio, Suessa, Tarento, Metaponto, Brútio, Crotona etc.
	Sicília	Siracusa, Leontini, Agrigento, Segesta etc.
	Trácia	Bizâncio, Thanos
	Macedônia romana	Neápolis, reis macedônios etc.
	Tessália	Larissa
	Ilíria	Dirrácio
	Córcira	
	Acarânia	Leucas
	Beócia	Tânagra
	Ática	Atenas. Egina
	Peloponeso	Acaia, Corinto, Arcádia etc.
	Creta	
Ásia	Cólquida	
	Paflagônia	Sínope
	Mísia	Pérgamo
	Jônia	Eritreia, Clazômeno, Mileto
	Cária	Cnido, Rodes
	Panfília	Aspendo
	Lídia	Sardes
	Capadócia	
	Síria	
	Fenícia	Berytus, Aradus
	Judéia	
	Pártia	Cunhagens dos reis arsácidas
	Pérsia	Cunhagens aquemênidas, sassânidas.
África	Egito	
	Zeugitânia	Cartago
	Numídia	

Existem dois exemplos dignos de nota aqui. Um é o item nº 61 da coleção:

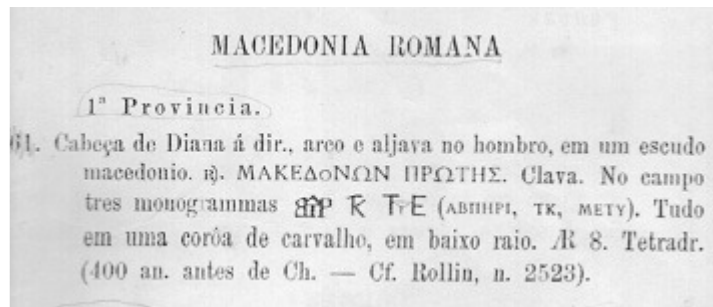


Figura 2. Entrada no Catálogo da Coleção Numismática (RAMOS, 1900, p.10).

Mário e Julião Ramos dão a análise deste item, na biografia de seu pai, como sendo o início das preocupações de Bernardo Ramos com a epigrafia. O renomado numismata Rollin, segundo eles, teria dado a inscrição monogramática como ilegível (RAMOS, 1965, p.88-89), ao passo que Bernardo Ramos a teria decifrado com sucesso como uma parte da fórmula "Macedônia, a grande" (*Makedonon protes*), termo de elogio à cidade de origem da cunhagem¹⁰. Ramos teria deduzido tal fórmula a partir de um exemplo igualmente localizado no Catálogo:



Figura 3. Entrada no Catálogo da Coleção Numismática (RAMOS, 1900, p. 16).

¹⁰ Sendo que a tradução mais acertada é “primeira dentre os macedônios” – referindo-se à cidade.

O uso da fórmula votiva "Jerusalém, a santa" (*Jeruchalim Kedóchah*), levou Ramos a supor exemplos semelhantes em outras cunhagens. É interessante ressaltar que estas deduções marcam o início da fórmula decifratória que Ramos passou a usar para decifrar não somente outras moedas, mas também as inscrições rupestres nas *Inscrições* (RAMOS, 1930, p. 37, RAMOS 1965, p.89).

A preparação do Catálogo foi financiada pelo Governo do Estado do Amazonas, uma vez que havia negociado a compra da coleção de Ramos e pretendia utilizá-la na exposição do Quarto Centenário do Brasil, a ser realizada em maio de 1900 na Capital Federal. Porém, uma vez que o autor era a pessoa mais familiarizada com a coleção no Estado, o governo decidiu encarregá-lo de acompanhar a exposição ao Rio de Janeiro, como seu representante.

1.2 A Exposição do Quarto Centenário

Bernardo Ramos chegou ao Rio no início de março de 1900. Em 15 de março houve uma reunião da Associação Organizadora do Quarto Centenário, no Clube Naval. Nela, Ramos e J. Ayres, outro representante do Amazonas, expuseram o programa de sua visita e das atividades que desempenhariam a mando do Estado. Imediatamente a atenção da imprensa local – principalmente da *Gazeta de Notícias* - foi atraída, ao fazer-se menção da coleção numismática que trazia. O catálogo da coleção ainda se encontrava em impressão na Itália, mas Ramos prometeu que este chegaria a tempo para as festividades (QUARTO, 1900, p.1). De fato, em 4 de maio, Ramos já estava com as cópias do Catálogo em mãos, distribuindo-as à imprensa e personalidades (NOTAS, 1900, p. 2). Mencionam-se quatro volumes do Catálogo, o que permite estabelecer que o Suplemento ao Catálogo Geral tenha sido preparado neste período intermediário entre a chegada de Ramos ao Rio e o início da Exposição.

A exposição numismática iniciou-se na manhã do dia 5 de maio, no Ginásio Nacional. De modo geral, situava-se no âmbito das contribuições artísticas, dividindo o Ginásio com a exposição do baixo-relevo comemorativo ao IV Centenário. A Comissão Organizadora, composta pelo barão de Ramiz Galvão, Oscar Varady e o então capitão Hermes da Fonseca, após ter inaugurado o quadro comemorativo pintado por Aurélio de Figueiredo, dirigiu-se ao Ginásio para a solenidade de inauguração. O lugar havia sido extensivamente decorado por Ramos e os demais organizadores, com tabelas, diagramas, e inscrições relativas à

numismática, além das moedas estarem à exposição em móveis especiais¹¹. A opinião jornalística foi favoravelmente impressionada pela montagem e apresentação da coleção:

A colleção de numismática está disposta em quasi cem vitrinas, collocadas sobre mesas muito elegantes. Contêm medalhas e moedas de todas as nações, das mais modernas às mais antigas, das egypcias às persas, das gregas ás romanas, das gaulezas às byzantinas.

A colleção é preciosa sob todos os pontos de vista e será depois dos festejos do Centenário um dos maiores attrativos do nosso mundo intellectual visital-a e estudal-a (NO GYMNASIO, 1900, p2).

Ramos, ao agradecer as palavras com as quais o barão de Ramiz Galvão o havia apresentado, enfatizou a intenção de tornar a coleção numismática mais conhecida, mencionando que, além desta estar em exposição na Capital, cópias do Catálogo haviam sido enviadas "a todos os centros archeologicos" disponíveis. Sinaliza-se aí a intenção de Ramos de tornar seu trabalho conhecido, não apenas no âmbito da numismática, mas também da pesquisa histórica.

A exposição começou a atrair público nos dias seguintes, e, como resultado dos esforços que havia despendido no sentido de divulgar o Catálogo, Ramos tornou-se rapidamente conhecido. No dia 12 de maio, acontece a primeira grande repercussão da exposição numismática: uma comissão de notáveis reuniu-se no Ginásio Nacional com o intuito de homenagear o trabalho de Ramos ao construir a coleção e preparar o Catálogo. Os termos nos quais estas homenagens foram prestadas são expressivos: Ramos é descrito como "dentre os numismatas brasileiros, aquelle que conseguiu dar as maiores provas de seu grandioso esforço, representado na bellissima Exposição [...] e que attesta, em alto gráo, o maior serviço prestado a sciencia, especialmente à archeologia [...]" (CENTRO, 1900, p. 2). A contribuição dos professores italianos não foi esquecida, sendo tomada pelos oradores como um sinal de que o Brasil adquiriria maior dignidade com relação aos especialistas estrangeiros.

Em sequência a esses elogios, os presentes propuseram a formação de um "Centro Numismático Brasileiro" que reuniria os especialistas da área com o intuito de avançar estes estudos no País, seguindo o exemplo dado por Ramos. Esse agradeceu as honras com que o distinguiam, e disse que não havia tido antes tamanho reconhecimento de seus esforços, sentindo-se desanimado até o início da Exposição, mas que esta dúvida havia se dissipado à vista da repercussão crescente da mesma, animando-se a continuar em suas pesquisas históricas.

Nos dias seguintes, personalidades importantes visitaram a Exposição, como o

11 Os móveis conservaram-se, e ainda expõem a Coleção em Manaus.

marquês de Paranaguá, presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, entre outros. A Comissão do IV Centenário pediu a Ramos que mantivesse a exposição aberta por mais tempo, em função do grande público (O PAIZ, 1900, p.1). O antigo diretor da Casa da Moeda doou a Ramos mais exemplares de moedas e medalhas raras para a coleção (GAZETILHA, 1900, p.2). Em 22 de maio, a *Gazeta de Notícias*, ao noticiar que a exposição encaminhava-se para o seu término, publicou uma nota biográfica sobre Ramos, acompanhada de um retrato, na primeira página (BERNARDO, 1900, p.1) (vide anexo).

A exposição veio a encerrar-se em 23 de maio, com a presença de grande público. A *Gazeta da Tarde* assim resumiu a cerimônia de encerramento: "O encerramento da exposição numismática foi hontem uma especie de apotheose para o Sr. Bernardo Ramos, que teve o prazer de se ver rodeado por grande número de visitantes e admiradores" (EXPOSIÇÃO, 1900, p.5). O discurso dado pelo barão de Ramiz Galvão, neste momento, foi de ênfase no papel que o Amazonas havia desenvolvido na Exposição, ao participar da mesma com grande mobilização de seus municípios – alguns outros Estados não haviam enviado representações de vulto.

Segundo os memorialistas de Ramos, o sucesso da exposição levou a que o presidente Campos Salles oferecesse uma quantia pela sua desapropriação, tendo porém sua oferta recusada (RAMOS, 1965, p.80; BITTENCOURT, 1973, p. 141). Algumas das honrarias obtidas por Ramos e listadas na página de abertura das *Inscrições* datam desta época, tais como a admissão como sócio correspondente na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, e a admissão no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (RAMOS, 1965, p.81).

A manutenção da coleção numismática demandava atenção de especialistas. Quando da volta a Manaus e entrega da coleção ao Governo do Estado, pouco tempo se passou até que Ramos foi novamente contratado para reorganizá-la, em 1903 (RAMOS, 1965, p. 98).

1.3 A Exposição de Saint Louis

O sucesso da exposição numismática no Rio de Janeiro, aliado à experiência de Ramos em viagens internacionais, levou o Amazonas a encarregá-lo de organizar a participação do Estado na comitiva que o Brasil levaria à Exposição Internacional de Saint Louis (EUA), em 1904. Segundo Mário e Julião Ramos, porém, embora tenha realizado toda a organização, Ramos não aceitou ser o representante nos EUA (RAMOS, 1965, p.98).

Este interesse em tornar visível a produção do Amazonas através da participação em

congressos e exposições possuía duas características. A primeira delas era a de divulgar o potencial econômico da região através da mostra de seus produtos. Já a segunda consistia em mostrar que o Estado, apesar de situar-se numa parte do mundo considerada "exótica", era culturalmente tão desenvolvido quanto as nações européias. Daí a mistura de realizações culturais "refinadas", como a de uma coleção numismática, com a exposição dos frutos da terra, plantas medicinais, peles de animais, entre outras.

Essa postura do Governo do Estado replicava a do Governo Federal. Uma das publicações referentes à exposição resumia o pavilhão brasileiro, e, de certa forma, a imagem que o Brasil desejava transmitir:

O pavilhão erigido pelo Brasil fica na avenida Forsyth, a pouca distância do Palácio da Silvicultura, Caça e Pesca. É um dos mais decorados e impressionantes de todos os edifícios estrangeiros. O estilo é da Renascença francesa e não é de nenhum modo típico da arquitetura brasileira. Um domo esplêndido sobe a uma altura de 138 pés, e as fachadas leste e oeste são adornadas por grandes *loggias* circulares cercados por colunas coríntias. Cercando o pavilhão há um jardim de palmas e outras plantas tropicais que foram trazidas do Brasil. [...] O piso principal é devotado unicamente à exploração da indústria cafeeira do Brasil. Aqui se pode encontrar tudo pertinente ao café, desde a planta viva até a deliciosa bebida que é servida aos convidados¹² [...] (THE GREATEST, 1904, p.88).

O estilo é da Renascença Francesa, mas decorado com plantas tropicais. Colunas coríntias e plantas de café. Essas combinações não eram incomuns no Brasil, e sobretudo em Manaus, onde o grande afluxo de dinheiro oriundo da exploração da borracha permitiu que se construíssem palácios neoclássicos e o Teatro Amazonas em meio a florestas. Essa dinâmica entre as mostras de civilização ao modelo europeu e a valorização dos produtos nativos pode ser exemplificada pelo Catálogo dos produtos enviados pelo Amazonas à Exposição Universal. Organizado por Bernardo Ramos e publicado pelo Estado, em edição bilíngue, o catálogo possuía as seguintes divisões: educação, artes, artes liberais, manufaturas, eletricidade, transporte, horticultura, floresta, minas e metalurgia, peixe e caça, etnografia e estatística.

O departamento C – Artes Liberais, continha exemplares da produção escrita do Estado: exemplares de jornais locais, relatórios do Governo estadual, compilações de

¹² No original: *The pavilion erected by Brazil is on Forsyth Avenue, a short distance from the Palace of Forestry, Fish and Game. It is one of the most ornate and imposing of all the foreign buildings. The style is French Renaissance and is in no way typical of the architecture of Brazil. A splendid dome rises to an height of 138 feet and the east and west fronts are adorned by great circular loggias enclosed by Corinthian columns. Surrounding the pavilion is a garden of palms and other tropical plants that were brought from Brazil. [...] The main floor is devoted entirely to the exploitation of the Brazilian coffee industry. Here one may find everything pertaining to coffee from the living plant to the delightful beverage that is served to guests. (THE GREATEST, 1904, p.88).*

estatísticas, álbuns fotográficos dos principais edifícios de Manaus, assim como obras de autores da região, tais como *Le pays des Amazones, L'Eldorado et les terres a caoutchouc*, (1899) pelo Barão de Santanna Nery, e livros sobre as questões de limites territoriais como os *Estudos sobre o Amazonas* (1896), de Torquato Tapajós, ou os *Limites da Republica com a Guiana Inglesa*, (1898) de Silvio Senior. Os itens 16 e 17 deste departamento são reveladores:

16. 1 Album photographico da Exposição Numismática, do Estado, effectuada na Capital Federal por ocasião da comemoração do 4o Centenário do descobrimento do Brasil.

17. 6 Catálogos em 4 volumes, referentes a mesma Numismática. (RAMOS, 1904, p. 5).

Percebe-se aí que a Coleção Numismática, adquirida pelo Estado, passa a se tornar uma mostra de civilização digna de ser apresentada ao exterior. Ela não é a única coleção apresentada pelo Amazonas: o Departamento de Etnologia consiste de uma coleção de 138 peças, adquiridas do conde italiano e explorador Ermanno Stradelli. Há uma ação, então, por parte do governo estadual, de aproveitamento das iniciativas individuais, realizadas inicialmente por interesse pessoal, diletantismo ou estudo, transformando-as em política pública e lucrando com a visibilidade do trabalho já realizado.

1.4 A experiência do Velho Mundo: viagens pela Europa e Egito

Ramos, movido por divergências políticas, deixa o Brasil e muda-se para a Europa com a família em 1905, estabelecendo-se primeiro em Lisboa e depois em Nice, na França. Dedicou-se lá, segundo os filhos, ao aperfeiçoamento de suas leituras sobre História, Pré-história, Linguística e Arqueologia, à aquisição de bibliografia nestas áreas, e ao estudo de áreas afins como a Sociologia e a Ciência Política:

Mas, esses estudos não se resumiam aos temas apaixonantes da História e da Pré-História. E fiel àquele eterno polimorfismo de idéias, que foi uma constante de sua vida, embrenha suas perscrutações pelos terrenos das ciências políticas e econômicas. Marx e Engels, cujas obras tinham ainda naqueles tempos grande merecimento, foram esquadrihados por suas teorias. Liberal por índole, livre cambista por convicção, capitalista de profissão, acompanhava todos os estudos que apareciam nesses difíceis ramos do conhecimento humano (RAMOS, 1965, p.107).

Em 1907, Ramos decide empreender uma viagem de estudos pelo Oriente, tendo em vista o seu interesse pela Antiguidade Oriental. Atravessa o Mediterrâneo em direção a

Alexandria, e posteriormente dirige-se ao Cairo. Tendo passado uma temporada substancial no Egito, sobe o litoral, passando pela Palestina, Síria, Turquia, em direção à Grécia onde novamente demorou-se. Volta ao Brasil em 1908.

Aparentemente, Ramos estabeleceu uma boa reputação como organizador, visto que, pouco depois, é escolhido pelo Governo Estadual para representá-lo, liderando a comitiva amazonense na Exposição Internacional de Bruxelas, em 1910. O governador, em mensagem ao Congresso Estadual, justificou a escolha de Ramos:

No empenho de ter quem, na capital belga, com interesse prestasse aos visitantes da secção brasileira reservada ao Amazonas, os informes porventura solicitados, designei dous cidadãos de comprovada competência: coronel Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, a quem devemos em grande parte o esplendor de nossa representação, e o Dr. Manoel do Nascimento Pereira de Araújo. Anteriormente pedi, e consegui, do governo federal, o acreditamento desses nossos representantes perante o commissariado central do Brasil, em Bruxellas (MENSAGEM, 1910, p.4).

Como parte das atribuições desta comissão, ainda no Amazonas, Ramos coordenou a aquisição de materiais representativos nos diferentes municípios. Já em Bruxelas, Ramos é eleito 2º Vice-Presidente do Júri Internacional da Exposição, e consegue que a borracha amazonense receba um Grande Prêmio (RAMOS, 1965, p.135; BITTENCOURT, 1973, p.140).

Os filhos de Ramos dizem, em sua biografia, que Bernardo fez publicar um relato da viagem ao Egito em 1910 (RAMOS, 1965, p.117). Na verdade, *O Egypto* é o relato de suas experiências no país, inicialmente expresso sob a forma de uma conferência dada na Catedral de Manaus em 1912 (RAMOS, 1912).

1.5 *O Egypto*

Não se trata simplesmente de uma descrição ou relato de viagem. Ramos principia falando das fontes clássicas da história do Egito: Heródoto, Diodoro Sículo, Manethon, e do obscurantismo que envolveu a história egípcia até a redescoberta da significação dos hieróglifos, por Champollion. Os hieróglifos mereceram atenção especial de Ramos, tendo este preocupado-se em distinguir suas diferentes formas (hieroglífica e cursiva), das quais ofereceu tabelas anexas no final do livreto (RAMOS 1912, p.5). Depois de resumir a religião e a arte egípcias, o autor passou a descrição das localidades que visitou: Alexandria, Rosetta, o Cairo, as ruínas de Heliópolis, a aldeia de Matarieh, as ruínas de Mênfis, as pirâmides, a Esfinge, o lago de Manzarieh, a cidade de Damietta, a ilha de Philae, e finaliza seu relato com

uma descrição de Suez.

Importa ressaltar que o olhar do viajante é sobretudo guiado pelas suas leituras. Embora Ramos tenha visto Mênfis com os próprios olhos, as palavras que reserva à descrição da cidade refletem a bibliografia que consultou:

Memphis attingiu seu apogeu sob a 4a dynastia e sua decadencia começou sob os dos reis da 7a e da 8a, decahida de foros de Capital, nem por isso deixou de ser a maior cidade do Egypto e só Thebas graças às suas conquistas, poude rivalisar com ella em esplendor e riqueza (RAMOS, 1912, p.17).

[...]

A decadencia de Memphis foi lenta e progressiva: mas começou a offuscar a sua grandeza a fundação de Alexandria e deu-lhe o ultimo golpe a do Cairo, depois da invasão Arabe. Apesar de tudo, tinha sido tal a sua monumental riqueza, que no fim do XII século, Abd-el-Latif, assim escrevia ainda, em sua descrição do Egypto: "Suas ruínas offerecem a quem as contempla um conjunto de maravilhas que confundem a intelligencia e que o homem mais eloquente tentaria em vão descrever". Um século depois, Aboúl-Féda falla ainda da extensão das ruinas de Memphis (RAMOS, 1912, p.17).

Trata-se de uma exposição substancial, entre outros trechos, do passado da cidade, mas narrou o que viu em um lacônico "Vêem-se hoje apenas algumas estatuas mutiladas, n'uma vasta planície donde emergem alguns montículos, além de duas pobres aldeias modernas, Mitrahin, e Bedrechein." (RAMOS, 1912, p.17-18). Podemos avançar, inclusive, que Ramos baseou-se em literatura de língua francesa, como denota sua escolha ortográfica no nome de Aboúl-Féda.

As fotografias e pranchas alfabéticas que acompanham o livreto manifestam uma preocupação de Ramos com a apresentação imagética do seu trabalho. Tal iniciativa já podia ser percebida quando da organização da exposição de 1900, onde o Ginásio Nacional foi decorado com pranchas, tabelas e diagramas numismáticos e epigráficos. Esta ênfase na imagem acabaria por florescer nas 2100 imagens/ilustrações que documentam as *Inscrições e Tradições da America Prehistorica*, assim como as tabelas alfabéticas que essa também possui.

Bernardo Ramos voltou da Bélgica em fins de 1910 para encontrar o Amazonas em uma grave comoção política. O governador Antônio Bittencourt havia desentendido-se com o chefe político Silvério Nery, e os dois prontamente lutaram pela deposição um do outro. Nery, alinhado com o governo central e com o senador Pinheiro Machado, conseguiu depor Bittencourt e colocar o vice-governador em seu lugar. A facção vitoriosa passa o governo, após nova eleição, a Jônatas Pedrosa. Ramos, na ocasião, não reconheceu o vice como chefe efetivo do Estado, mantendo-se neutro. Essa posição lhe valeu, posteriormente, a indicação de

Pedrosa para que investigasse os incidentes ocorridos no período do caos na cidade (RAMOS, 1965, p.145-151). Ramos e Antônio Bittencourt viriam a participar, anos mais tarde, da diretoria do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

1.6 “Os formidáveis livros de pedra”: Ramos e o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas

Ramos fundou, com Vivaldo Lima, Antônio Bittencourt e outros personagens de destaque, o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, em março de 1917. Os primeiros tempos do Instituto viram a formação dos aspectos administrativos, tais como a criação dos estatutos, das divisões administrativas e das comissões de pesquisa. Desde as primeiras reuniões do IGHA, já surgem registros de doações de espécimes etnográficos, botânicos, mineralógicos e históricos, por parte dos associados, com o intuito de formar um museu próprio ao Instituto. Tal afluxo de itens gerou um debate quando da discussão dos estatutos: criou-se uma disposição que expulsava o sócio que cedesse qualquer item pertencente à coleção do Instituto para o uso em exposições, quer nacionais quer internacionais. Discutiu-se que a expulsão seria medida grave demais, ao que foi então narrada a história da coleção do Museu Amazônico, cedida a uma exposição internacional e que jamais retornou. O dispositivo foi, no entanto, repellido em 18 de março de 1917 (INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS, 1917).

Na ata do IGHA de 25 de março de 1917, são estruturadas as comissões de pesquisa. Ramos, além de ser o presidente, ingressou também nas comissões: de redação da futura Revista do Instituto; na de arqueologia; e na curiosamente nomeada "Comissão de Numismática, Tombamento e Pesquisa de documentos, obras e manuscritos antigos e raros". Pode-se perceber que a existência mesma destas comissões se deve à classificação que o próprio Ramos deve ter estabelecido (INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS, 1917).

Neste período inicial, o IGHA empenhou-se em estabelecer relações com diferentes instituições e esferas. Por um lado, tentou relacionar-se com instituições análogas nos outros Estados; por outro, estreitar seus laços com o governo, visto como um potencial financiador das atividades do Instituto. Além disso, buscou visibilidade na esfera intelectual dominante no país. Exemplo disso é o aproveitamento da visita do historiador José Rocha Pombo ao Amazonas, tendo este sido rapidamente convidado para uma sessão em sua homenagem,

relatada em ata de 19 de novembro de 1917 (INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS, 1917-1935). As palavras com que o orador oficial do instituto, Vivaldo Lima, o saudou refletem o *desideratum* que mantinha o Instituto:

(Lima) Diz que o Instituto se encontra estimulado, com a presença do maior historiador brasileiro, da época actual. Declara estimar que um dos maiores vultos das nossas letras seja testemunha das grandezas e das cousas do Amazonas, tão mal compreendido pelos forasteiros ambiciosos e malsinado pelo despeito dos aventureiros das fortunas rapidas [...] Termina rogando que informe aos nossos patrícios do Sul, que esta é uma terra malsinada, mas que as riquezas naturais que contém, merecem pol-a em destaque no seio da Federação Brasileira (INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS, 1917-1935).

Ou seja, uma função básica do Instituto é a da preservação e divulgação do potencial do Estado, em suas diferentes faces: das riquezas naturais, da variedade dos tipos humanos, do potencial arqueológico, entre outras.

Rocha Pombo visitou o Amazonas no contexto de uma grande viagem que realizou ao Norte e Nordeste do país, em 1917. Os desdobramentos desta viagem foram narrados em um diário, publicado no ano seguinte. Tão logo chegou a Manaus, foi visitado, ainda no barco que o trouxe, por representantes do IGHA. Durante o período em que esteve na cidade, visitou Ramos em sua residência por duas ocasiões, em 10/11 e 14/11. Nas notas referentes ao dia 14, o autor do diário comenta:

Entre as visitas que fiz neste último dia, estão mais algumas que não devem passar sem especial referência.

O coronel Bernardo Ramos [...] tem já nome fora do Amazonas. Tem estado na Europa em comissão do Governo; já esteve no Egypto, e tem já impressos trabalhos que o recommendam como consciencioso cientista. Entre esses trabalhos figura uma conferência sobre o Egypto, feita no consistório da cathedral de Manãos em 1912.

Nada disso, entretanto, diz tão bem do esforço e do valor deste homem como a coragem e perseverança com que prepara uma obra sobre archeologia e prehistoria do Amazonas. Tem elle para isso visitado todas as paragens da immensa bacia onde lhe conste que ha documentos a recolher. Acompanhado de um filho, que é photographo, mette-se dias e dias e até mezes pelo sertão, explorando e perquirindo, vendo e registrando tudo quanto lhe parece interessante às soluções que procura.

Tive ensejo agora, ao visital-o pela segunda vez, de ouvir a leitura de grande parte do primeiro volume da obra em preparo, muito illustrada de copias de inscrições e monumentos.

É de crer que venha elle, com este trabalho, a completar a obra de de (sic) Thoron , e instituir definitivamente, entre nossos estudiosos, o problema das origens americanas.

Pelo menos já podemos ter a certeza de que, com a farta messe de subsídios que tem podido colligir, o operoso cientista amazonense virá augmentar a documentação que possuímos para estudo de tão larga importância (ROCHA POMBO, 1918, pp.204-205).

É possível que este primeiro contato tenha influenciado alguns trechos das *Inscrições* onde Ramos cita a obra de Rocha Pombo.

O trabalho prévio de divulgação do Instituto para os demais Estados começa logo a surtir efeito. Em inícios de 1918, chegam ao IGHA várias solicitações de participação em congressos, como o VI Congresso Brasileiro de Geografia e o XX Congresso Internacional de Americanistas. O IHGB pediu a colaboração do Instituto na produção de seu Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil. Tendo o ministro Lauro Müller instado o Instituto a participar no Congresso de Americanistas, deliberou-se, em ata de 18 de agosto de 1918, que Bernardo Ramos deveria ser o vice-presidente da comissão local – uma vez que o presidente era o próprio Governador do Estado. O nome de Ramos surgiu em função de, já neste momento, seus trabalhos de arqueologia começarem a ser conhecidos:

Usa da palavra o Senhor Doutor Vivaldo Palma Lima e alvitra que o Senhor Presidente vá, em pessoa, representar ali e naquela reunião o Instituto, attendendo aos conhecimentos de Sua Excelência em assuntos da pre-historia americana, tendo, então, oportunidade de revelar, perante o mundo scientifico, o resultado surprehendente das suas pesquisas no valle do Amazonas. Diz ainda que essa incumbência se impõe, porque, até fóra do Paiz, consta já o preparo do Senhor Coronel Bernardo Ramos e seus estudos sobre inscrições antigas. Relata que o Senhor Professor Siqueira Coutinho fóra aconselhado, em Washington, a procurar, no Brasil, ao Presidente do Instituto Geographico e Histórico do Amazonas, por ser o homem mais conhecedor de taes assumptos. Fóra a informação que lhe déra o Ministro Americano, quando aquelle Professor despediu-se, com destino à América do Sul, para o desempenho de representante da Associação Pan-americana, em nosso Paiz (INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS ,1917-1935).

Nos meses seguintes, Ramos começou a preparar alguns resultados de suas pesquisas arqueológicas. Na ata de 22 de fevereiro de 1919, comunica ao Instituto já ter prontos os textos de duas conferências sobre as inscrições antigas que decifrou, pedindo que se estabelecesse uma data para que ele as proferisse. É a primeira divulgação do trabalho de pesquisa que viria a se tornar as *Inscrições* (INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS, 1917-1935). Embora tivessem sido inicialmente previstas para o começo de março daquele ano, somente foram realizadas em maio, nos dias 3 e 4.

Foi convocada uma sessão extraordinária do Instituto para a ocasião, registrada nas atas do dia 03 e 04 de maio de 1919. Como Ramos não poderia presidir a sessão da qual seria o palestrante, o bispo do Amazonas, D. João Irineu Jofilly (1878-1950), se encarregou da função. O tema das conferências versou sobre as "Inscrições e Tradições do Brasil Pré-histórico". Ramos dividiu sua argumentação em duas etapas. Na conferência do dia 3, embasou sua opinião sobre as inscrições através da citação de outros autores sobre o tema,

partindo daí para a explicação da função da linguagem nas civilizações antigas. Destaca-se o fato de que Ramos valeu-se do uso de quadros e tabelas, "adrede preparados, das formas e as significações dos caracteres que os povos coevos usavam para exprimir seus pensamentos" (INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS, 1917-1958). Entre outros exemplos de formas linguísticas, usou a dos *quipos* peruanos.

No dia seguinte, o Governador do Estado, Pedro d'Alcântara Bacellar, estava na platéia. Ramos atacou o tema sob a forma, agora, das inscrições rupestres encontradas no próprio Brasil. Citou os casos da "*pedra da Gavea*, no Districto Federal, a da *cidade abandonada* do Estado da Bahia, as da *pedra lavrada*, na Parahyba, e algumas do Amazonas" (grifo nosso), referindo-se de uma vez só a todos os casos clássicos do século XIX onde se discutiu a possibilidade de existirem vestígios de civilizações mediterrânicas no País.

À vista de diversos quadros que ia exibindo e nos quaes se achavam os caracteres das inscrições pre-historicas, deu a interpretação de varias dessas inscrições ainda não decifradas, baseando sempre suas conjecturas em factos da historia e declarando que elles estavam largamente discutivas (sic) e provadas no seu trabalho inédito, composto já de dois grossos volumes, que dedicava ao Instituto e que, entregava naquelle momento, à Mesa. (INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS, 1917-1958).

Imediatamente, o orador Vivaldo Lima, juntamente com outros associados, firmou uma moção no sentido de fazer aprovar, pelo Instituto, as idéias de Ramos. O texto desta aprovação é o que foi inserido no começo das *Inscrições*.

Porém, apesar de Lima ter sido o maior propagandista das idéias de Ramos, nos meses seguintes alguns acontecimentos estremeceriam o Instituto. Em 6 de julho de 1919, Lima e mais quatro signatários convocam uma reunião extraordinária com o intuito de denunciar Ramos e o coronel Henrique Rubim como instigadores de uma reunião política dentro do IGHA, em flagrante violação aos estatutos da instituição. Pediam o desligamento dos dois sócios, alegando tratar-se de traição aos ideais da sociedade. Aparentemente, a opinião dos sócios foi insuflada contra os acusados, pois, ao se mencionar o seu direito de defesa, foi rapidamente levantada a noção de julgamento à revelia (INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS, 1917-1958). Apesar das palavras duras ditas na reunião, Ramos não foi expulso, apenas tendo seu mandato interrompido.

Ramos demorou um pouco a responder às acusações que se lhe dirigiam. Em comunicação datada de 3 de março de 1920, enviada ao Instituto e lida na reunião do dia 21/03, pede seu desligamento do quadro de sócios:

Diante de suas opostas resoluções desse Instituto, que se diz effectuadas, uma em meados do anno p.p e outra recentemente, nas quais figura meu humilde nome, só me resta um alvitre: é o de agradecer e declinar dessas singulares homenagens. Para que de vez, permaneça eu a salvo de semelhantes surpresas e atendendo a manifesta incompatibilidade em que me acho com dois de seus membros, renuncio prudentemente o direito de sócio dessa Instituição, a qual entretanto, almejo a mais sensata orientação e progresso. Manáos, 3 de Março de 1920. (a) Bernardo de Azevedo da Silva Ramos (INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS, 1917-1958).

No entanto, os ânimos dos sócios contra Ramos já haviam se arrefecido. Recusaram, então, o pedido de desligamento. Até mesmo sua distinção de presidente honorário do IGHA foi preservada. Decidiu-se, à vista disso, em reunião do dia 21 de março de 1920, solicitar que Ramos voltasse a participar do Instituto, designando-se uma comissão para ir convencê-lo a tal (INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS, 1917-1958). O pedido para a volta de Ramos surte efeito, e aparentemente este e Lima voltaram às boas relações em seguida, tendo Lima elogiado novamente o trabalho arqueológico de Ramos ao recomendar seu nome, na ata do dia 06 de março de 1921, para a representação do Instituto no VII Congresso Brasileiro de Geografia (INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS, 1917-1935), e insistido no valor das *Tradições e Inscricções do Brasil prehistorico*, pouco depois, em 03 de julho de 1921, quando Ramos renunciou à indicação (INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS, 1917-1935).

Ramos dirigiu-se à Capital Federal no final de 1921, com a intenção de divulgar os resultados de suas pesquisas. Apresentou, então, em 20 e 27 de dezembro daquele ano, duas conferências na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, sob os auspícios desta e do comitê organizador do XX Congresso Internacional de Americanistas, fazendo uso das técnicas de explanação que já havia empreendido: apresentação de imagens variadas e tabelas. Fez uso também de "projeção luminosa" para estas conferências (O BRASIL, 1921, p.5; VIAJANTES, 1921, p.4; ARCHEOLOGIA, 1921, p.4, XX CONGRESSO, 1921).

A boa opinião dos sócios com relação a Ramos foi demonstrada quando este foi reconduzido à presidência do Instituto em 1923. Ao dirigir-se à platéia da cerimônia de posse, em ata de 25 de março, vinculou diretamente seu retorno à atenção que seus trabalhos vinham recebendo, marcando uma confiança crescente de Ramos nos resultados que vinha obtendo. A obra havia crescido de tamanho: agora consistia de três volumes. Igualmente seus métodos de análise expandiam-se: deu como exemplo a decifração que havia empreendido da inscrição de Grave Creek nos Estados Unidos.

(Ramos) Declarou haver decifrado, entre tantas outras de grande valor, as inscrições

encontradas em certa localidade do Ohio (Estados Unidos do Norte), as quaes ha quarenta annos, constituem uma tortura à curiosidade dos sabios. Enunciou, em vernáculo, a significação desses caracteres considerados até agora incompreensíveis, e disse da sua exaltação immensa no dia em que penetrou no amago daquillo que um passado tão longinquo guardava com avareza. Accentuou a imporancia decorrente do seu trabalho e que vem decidir da lucta travada entre americanistas e anthropologistas, a favor daquelles (INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS, 1917-1958).

A inscrição de Grave Creek, mais tarde reconhecida como espúria, é um dos exemplos mais famosos de inscrição que supostamente fundamentaria a hipótese do contato transoceânico entre o Velho e o Novo Mundo antes da descoberta (FEDER, 2011, p.167). A notícia, ainda que resumida, desta decifração de Ramos foi transmitida aos jornais.

Depois destas palavras, mencionou as conferências que havia realizado no Rio de Janeiro. Em virtude da atenção que havia captado nesta ocasião, sua "decifração" da inscrição americana havia sido inclusive noticiada no Rio de Janeiro (EXCURSÕES, 1923, p.2). Este período, a partir das conferências do Rio, em 1921, marca uma mudança de nível na confiança de Ramos ao falar de seu trabalho e na busca de respaldo a suas idéias. Possivelmente a aceitação que obteve na Capital Federal o incentivou a expressar-se mais, visto que, nas atas do Instituto, aumentam, a partir deste momento, as falas onde Ramos dá testemunho de suas descobertas e viagens. Por exemplo, em sessão de 2 de julho de 1923, em homenagem ao Estado da Bahia, Ramos fala da pré-história baiana – em seus termos: a existência da cidade em ruínas do relato de 1754, as inscrições lapidares do rio Paraguassú, como indícios de que aquele território havia sido habitado por uma "civilização antiquissima" de "uma raça intelligente e forte" (INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS, 1917-1935). Ou ainda, em sessão de 25 de março de 1924, fala das pedras como "formidáveis livros de pedra", fontes das suas descobertas.

Os indícios de uma consagração local vêm ainda em 1923, quando a administração municipal nomeia três ruas em relação a Bernardo Ramos: a rua "Bernardo Ramos", onde fica o IGHA; a rua "Silva Ramos", e a rua "Frei José dos Inocentes", um parente remoto de Ramos que foi pioneiro da exploração do território. Esta última rua é paralela ao Instituto. Quando se leu no Instituto a notícia desta deliberação municipal, na ata de 04 de novembro, Ramos estava na sessão, e agradeceu muito a distinção com que o honravam, atribuindo-a em parte ao empenho com que vinham defendendo suas conclusões, nomeadamente o orador Vivaldo Lima (INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS, 1917-1935).

Durante os anos de 1925 e 1926, Ramos menciona as expedições fluviais que fez na busca de mais exemplares de inscrições rupestres, indicando ter encontrado vasto material de

análise. São as fontes para os trechos das *Inscrições* que tratam do rio Uatumã, Jatapú e Urubu, entre outras localidades.

Enquanto isso, as articulações para a publicação de seu trabalho seguiam pela longa engrenagem da burocracia. Quando proferiu suas conferências no começo da década de 1920, Ramos já havia conseguido apoio no sentido de conseguir publicá-las. Na Câmara de Deputados, havia sido proposto o projeto 675/21, que autorizava a publicação das *Inscrições*. O esforço para conseguir financiar a obra passou ainda por outras instâncias de avaliação, sendo uma inclusive composta pelo preparador de arqueologia do Museu Nacional, Alberto Childe, e o dr. Roquette Pinto, da seção de antropologia e etnologia do mesmo museu (O PAIZ, 1926, p. 9). Finalmente, depois de haver passado por outras instâncias legislativas, foi promulgado o decreto 5.572, de 14 de novembro de 1928, que determina sua publicação, pela Imprensa Nacional, às custas do Estado (BRASIL, Decreto nº 5.572/28). Um decreto subsequente, 18.830, de 03 de julho de 1929, aloca, para a publicação, cento e cinquenta contos de réis (150:000\$), sendo trinta destes destinados à revisão da obra pelo próprio autor (BRASIL, Decreto nº 18.830/29).

A aprovação dessas leis fez com que Bernardo Ramos saísse de Manaus rumo ao Rio, para trabalhar no processo de revisão da obra. Infelizmente, apenas pôde ver o primeiro volume de seu trabalho publicado em 1930, tendo falecido em 1931.

Podemos perceber as diferentes atividades empreendidas por Ramos como sendo instrumentais posteriormente, quando da pesquisa, redação e divulgação das *Inscrições*. Ramos sai da esfera local (em vários níveis: colecionador, comerciante), para se inserir num contexto cosmopolita; além das viagens empreendidas à Europa e Oriente – numa espécie de *Grand Tour* -, e também no âmbito de suas atividades como pesquisador. Basta perceber as mudanças no nome das *Inscrições*. Primeiramente referenciadas como sendo do “Brasil pré-histórico”, elas passam a ser da “América pré-histórica”, e, no corpo do texto, Ramos chega mesmo a aventurar interpretações de inscrições da Ásia, indicando uma tendência universalista de sua interpretação. São manifestações de sua experiência individual (o contato com a numismática, com a literatura, com os círculos sociais no Rio de Janeiro) que veremos em ação nas *Inscrições*, sob as diferentes formas: método, premissa, propaganda.

2. TLÖN, UQBAR, AMAZONAS

As obras do escritor argentino Jorge Luis Borges já serviram como ponto de partida para importantes reflexões filosóficas do século XX. Um exemplo clássico é o da descrição da enciclopédia chinesa *Empório Celestial de Conhecimentos Benévolos*, em *El idioma analítico de John Wilkins (Otras inquisiciones, 1952)*, e que Michel Foucault cita no início de *As Palavras e as Coisas* (1966). Foucault parte do inusitado de uma divisão que não corresponde a nenhum de nossos critérios conhecidos, uma taxonomia na qual se compreende a existência de uma ordem, mas da qual o sentido escapa - uma lógica estranha.

Esses efeitos do maravilhoso tem sido extensivamente pesquisados em Borges. A fixação pelas repetições, combinações, símbolos, explorações de diferentes sistemas de pensamento, que mesmo diferentes, são lógicos em sua alteridade, surge e se afirma em uma variedade de contos: *La loteria en Babilonia; La biblioteca de Babel (Ficciones, 1944)*, *La escritura del Dios (El Aleph, 1949)*. Comum a estes contos é a numinosidade do passado: o tempo e seus vestígios adquirem, em função do próprio peso dos séculos e da estranheza que esta distância gera, um valor transcendente.

Há um conto de Borges que possui significação especial para o tema de que trataremos nessa tese. Trata-se de *Tlön, Uqbar, Orbis Tertius* (em *Ficciones, 1944*). Este conto começa com a descoberta fortuita de uma referência a um lugar exótico, Uqbar, numa enciclopédia comum. O inusitado das descrições de tal lugar leva os protagonistas a buscarem maiores informações sobre Uqbar, este lugar que constantemente se lhes escapa: não conseguem encontrar referências adicionais. Mesmo a enciclopédia de onde retiraram a notícia original lhes falha - outros exemplares do mesmo volume não possuem o verbete.

Porém, alguns acontecimentos fortuitos levam à descoberta de outros livros de Uqbar e de Tlön, o mundo onde este lugar existe. Um volume da Enciclopédia da própria Tlön aparece, avulso:

Agora tinha em minhas mãos um vasto fragmento metódico da história total de um planeta desconhecido, com suas arquiteturas e seus baralhos, o pavor de suas mitologias e o rumor de suas línguas, com seus imperadores e seus mares, com seus minerais e seus pássaros e seus peixes, com sua álgebra e seu fogo, com sua controvérsia teológica e metafísica. Tudo isso articulado, coerente, sem um propósito doutrinal visível ou tom paródico¹³ (BORGES, 1974, p.434).

¹³ No original: *Ahora tenía en las manos un vasto fragmento metódico de la historia total de un planeta desconocido, con sus arquitecturas y sus barajas, con el pavor de sus mitologías y el rumor de sus lenguas, con sus emperadores y sus mares, con sus minerales y sus pájaros y sus peces, con su álgebra y su fuego, con su controversia teológica y metafísica. Todo ello articulado, coherente, sin visible propósito doctrinal o tono*

Sempre incompletos, apócrifos, estes escritos levam os investigadores à descoberta de um plano de suprema ambição: substituir o nosso mundo pelo descrito nas páginas de Tlön. Inicialmente gerado no início da Idade Moderna, como uma experiência do pensamento por alguns filósofos, o plano tencionava inventar um país, apenas a partir da inserção de suas descrições nas enciclopédias e demais livros do nosso mundo. Financiado por um milionário iconoclasta, Ezra Buckley, no século XIX, este experimento adquiriu grandes dimensões: Buckley pretendia “demonstrar ao Deus inexistente que os homens mortais são capazes de conceber um mundo¹⁴” (BORGES, 1974, p.441). A enciclopédia encontrada era apenas a vanguarda de uma invasão muito maior.

As próprias leis naturais de Tlön diferem das nossas, mas isso não era empecilho para o plano. No mundo descrito por Borges, a realidade de Tlön é materialmente afetada pela expectativa de seus habitantes. Evidentemente, uma concepção de mundo radicalmente diferente da nossa, e que levou estes seres a formular teorias curiosas sobre as coisas. A arqueologia de Tlön merece uma descrição especial.

Séculos e séculos de idealismo não deixaram de influir na realidade. Não é infrequente, nas regiões mais antigas de Tlön, a duplicação de objetos perdidos. Duas pessoas procuram um lápis: a primeira o encontra e não diz nada; a segunda encontra um segundo lápis não menos real, mas mais ajustado a suas expectativas. Estes objetos secundários se chamam *hrönir* e são, ainda que de forma desajeitada, um pouco mais compridos. Ainda há pouco os *hrönir* era filhos casuais da distração e do esquecimento. Parece mentira que sua produção metódica tenha apenas cem anos, mas assim o declara o Tomo Onze¹⁵ (BORGES, 1974, p.439).

A partir da descoberta destas propriedades do mundo, foram empreendidos experimentos. Foi dito aos escavadores arqueológicos que havia algo a ser encontrado (mostrando-lhes imagens do tipo de coisa que encontrariam), em lugares em que não havia nada. Então começaram a aparecer os artefatos: máscaras de ouro, espadas, estátuas escritas em línguas mortas. Além dos *hrönir*, começaram a surgir ainda os *ur*: coisas produzidas sem um original, geradas somente a partir da sugestão. Borges comenta que "A metódica elaboração dos *hrönir* (diz o Tomo Onze) tem prestado serviços prodigiosos aos arqueólogos.

paródico. (BORGES, 1974, p.434).

¹⁴ No original: [*Buckley descreve de Dios*], pero quiere demostrar al Dios no existente que los hombres mortales son capaces de concebir un mundo. (BORGES, 1974, p.441).

¹⁵ No original: Siglos y siglos de idealismo no han dejado de influir en la realidad. No es infrecuente, en las regiones más antiguas de Tlön, la duplicación de objetos perdidos. Dos personas buscan un lápiz; la primera lo encuentra y no dice nada; la segunda encuentra un segundo lápiz no menos real, pero más ajustado a su expectativa. Esos objetos secundarios se llaman *hrönir* y son, aunque de forma desairada, un poco más largos. Hasta hace poco los *hrönir* fueron hijos casuales de la distracción y el olvido. Parece mentira que su metódica producción cuente apenas cien años, pero así lo declara el Onceno Tomo. (BORGES, 1974, p.439).

Tem permitido interrogar e até modificar o passado, que agora não é menos plástico e menos dócil que o futuro¹⁶" (BORGES, 1974, p.440).

Pouco a pouco, os protagonistas depararam-se com mais e mais sinais da intromissão deste mundo no nosso. Ora aparece um artefato, ou outro, regidos pelas leis de Tlön, ora surge a Enciclopédia, completa, numa biblioteca dos EUA; sinais de que o plano estava em curso, e venceria. Já estávamos contaminados. Tlön se impunha:

Já tem penetrado nas escolas o (conjectural) "idioma primitivo de Tlön"; já o ensino de sua história harmoniosa (e cheia de episódios comovedores) obliterou a que presenciei na infância; já nas memórias um passado fictício ocupa o lugar de outro, de que nada sabemos com certeza – nem sequer que seja falso. Têm sido reformadas a numismática, a farmacologia e a arqueologia [...] Então desaparecerão do planeta o inglês, o francês e o mero espanhol. O mundo será Tlön. [...] ¹⁷ (BORGES, 1974, p. 443).

Borges fala de ficções. Mas essa noção, apesar de ter sido formulada sob uma forma fantástica, possui uma importância que transcende sua ficcionalidade. A palavra que cria a realidade aponta para uma das grandes tensões da filosofia, a relação entre a linguagem e o "real". No âmbito da história, é perfeitamente possível que diferentes formas de nomear a realidade possam coexistir: são as diferentes teorias da história, que interpretam os vestígios do passado sob diferentes recortes, conceitos e interpretações. Tais possibilidades existem enquanto a história se situa dentro do campo subjetivo das humanidades. No entanto, dentro deste campo, há níveis diferentes de subjetividade, ditados, entre outros motivos, pela esfera de análise ou tipo de evidência. Peter Kosso, ao tratar da epistemologia da arqueologia, afirma que certos tipos de evidência, tais como o lixo ou os restos da nossa atividade cotidiana, demandam um esforço interpretativo diferente do de um registro textual intencional (KOSSO in FAGAN, 2006).

2.1 A arqueologia dos *hrönir* amazonenses

Ainda em se tratando da arqueologia, esta dificuldade de contextualização implicou,

¹⁶ No original: *La metódica elaboración de hrönir (dice el Onceno Tomo) ha prestado servicios prodigiosos a los arqueólogos. Ha permitido interrogar e hasta modificar el pasado, que ahora no es menos plástico y menos dócil que el porvenir. (BORGES, 1974, p.440).*

¹⁷ No original: *Ya ha penetrado en las escuelas el (conjetural), "idioma primitivo" de Tlön; ya la enseñanza de su historia armoniosa (y llena de episodios conmovedores) ha obliterado a la que presidió mi niñez; ya en las memorias un pasado ficticio ocupa el sitio de otro, del que nada sabemos con certidumbre - ni siquiera que es falso. Han sido reformadas la numismática, la farmacología y la arqueología [...] Entonces desaparecerán del planeta el inglés y el francés y el mero español. El mundo será Tlön. (BORGES, 1974, p. 443).*

modernamente, na necessidade da associação às técnicas das ciências como a química ou a geologia, como forma de certificação adicional, ao menos sobre as datações dos achados.

Vamos chamar a arqueologia ao centro da discussão. Nela, a tensão entre a técnica e a interpretação é mais evidente, uma vez que, como vimos, a disciplina está em constante relação com outras. Com relação aos dados obtidos pelas técnicas das disciplinas associadas, estes não são frequentemente passíveis de contestação (uma vez que os dados obtidos através dos métodos da ciência se revestem da autoridade da própria). Já o campo da interpretação é, naturalmente, subjetivo.

Duas contribuições podem ser distinguidas aqui como relevantes para este exemplo. A primeira é a do pensador francês Bruno Latour. Falando acerca da mudança de perspectiva das ciências biológicas quando do início das descobertas de Louis Pasteur, Latour argumenta que o passado das ciências pode ser percebido em dois eixos:

Um ano tem de ser definido ao longo de dois eixos e não de um. O primeiro eixo registra a dimensão linear do tempo, ou seja, a sucessão de anos. Nesse sentido, 1864 acontece *antes* de 1865. Mas não é tudo que se pode dizer a respeito do ano de 1864. Um ano não é apenas um algarismo numa série de números inteiros, é também uma coluna ao longo de um segundo eixo que registra a sucessão sedimentar do tempo. Nessa segunda dimensão, há também uma porção de que aconteceu em 1864 ocorrida *depois* de 1864 e que se torna, retrospectivamente, parte do conjunto que gera, desde então, a soma do que aconteceu no ano de 1864 (LATOUR, 2001, p.199).

Estes "1864" adicionais são as visões parciais que os anos seguintes têm acerca do anterior. Cada ano, com os desdobramentos da ciência e da técnica que nele ocorrem, têm o seu ponto de vista sobre o passado alterado. Os antigos romanos não se imaginavam na "Antiguidade", nem os micróbios poderiam ser pensados antes da sua descoberta, efetivamente não "existindo" antes disso. É só com a sua "inauguração" que eles passam a ser percebidos, retroativamente, no passado.

Já o arqueólogo holandês Cornelius Holtorf aplicou a mesma noção da retroatividade à arqueologia, dizendo que a interpretação da paisagem varia com os diferentes tempos.

Monumentos representam uma variedade de significados constantemente mutáveis, determinados pela luz sob a qual eles são vistos. Pessoas interpretam estes monumentos na paisagem através da construção de um "mundo imaginário" em seu redor, da mesma forma que leitores de um texto constroem um "universo imaginário" durante o processo de leitura. [...] Estes mundos imaginários são determinados pelas características estéticas implícitas dos ditos textos tanto quanto pelos contextos das recepções propriamente ditas. Pessoas em épocas diferentes "construíam" monumentos nas suas interpretações de um modo que fazia sentido então, como parte de "mundos imaginários" distintos - de forma semelhante à que

arqueólogos e outros fazem hoje em dia. Na perspectiva de uma história de tal recepção arqueológica, monumentos tais como megálitos são assim não somente do Neolítico, quando eles foram construídos, mas, na verdade, da maior parte dos períodos desde sua construção, incluindo o presente¹⁸ (HOLTORF, 2001).

O filósofo da ciência Thomas Kuhn comenta que a emergência de modelos interpretativos alternativos sobre os fenômenos naturais só é comum em momentos de crise do paradigma científico anterior. Suas considerações sobre as mudanças de paradigma nas ciências são igualmente importantes para nossa argumentação:

Os estudiosos da filosofia da ciência demonstraram repetidamente que mais de uma construção teórica pode ser aplicada a um conjunto de dados determinado, qualquer que seja o caso considerado. A história da ciência indica que, sobretudo nos primeiros estágios de desenvolvimento de uma novo paradigma, não é muito difícil inventar tais alternativas, mas essa invenção de alternativas é precisamente o que os cientistas raro empreendem, exceto durante o período pré-paradigmático do desenvolvimento de sua ciência e em ocasiões muito especiais de sua evolução subsequente. Enquanto os instrumentos proporcionados por um paradigma continuam capazes de resolver os problemas que este define, a ciência move-se com maior rapidez e aprofunda-se ainda mais através da utilização confiante desses instrumentos (KUHN, 2007, p. 105).

Isso quer dizer que a expectativa de sobrevivência das teorias pode aumentar ou diminuir dependendo do tipo de questões que estas escolhem enfrentar. E mais: interesses na manutenção de um sistema teórico podem inibir a formulação de questões potencialmente destrutivas em detrimento de outras mais inócuas. É perfeitamente possível que, numa formulação "alternativa" da arqueologia americana, a sua "alternatividade" rapidamente desapareça para os seus adeptos: seus princípios não passam a ser mais objeto de questionamento, e questões internas passam a ser formuladas. Para um exemplo evidente, veja-se o caso da arqueologia vinculada à Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (mórmon), nos Estados Unidos (EVANS, 2012).

Houve a colonização greco-fenícia no Brasil? Não se trata aí de uma pergunta simples, pois os modelos de interpretação produzem os fenômenos na medida mesma em que os descrevem. Para Ramos e outros contemporâneos, isto era a história verdadeira do País, obtida e comprovada através de metodologias "técnico-científicas": etimologia, epigrafia,

¹⁸ No original: *Monuments represent a variety of constantly changing meanings, determined by the light in which they are seen. People receive these monuments in the landscape by constructing an 'imaginary world' around them, just like readers of a text construct an 'imaginary universe' during the process of reading [...]. These imaginary worlds are determined by the implicit aesthetic characteristics of the given texts as much as by the contexts of the actual receptions. People in different ages 'constructed' monuments in their receptions in a way that made sense then, as part of distinctive 'imaginary worlds'—much as archaeologists and others do today. In the perspective of such an archaeological reception history, monuments such as megaliths are thus not merely of the Neolithic, when they were first built, but in fact of most periods ever since they were built, including the present.*(HOLTORF, 2001)

arqueologia. Michel Foucault, na *Arqueologia do Saber*, já havia habilmente percebido esta função do discurso (aqui entendido como discurso sobre a ciência) ao notar que as formações discursivas (o conjunto de noções associadas a um dado termo) são construídas a partir das numerosas citações/menções, pequenas e grandes, que o mencionam, seja como agente ou objeto. Ainda, de forma semelhante aos conceitos de Latour e Holtorf, cada menção, ao remeter-se às anteriores, as relê, e as altera. Borges também percebeu e jogou com esta mutabilidade do discurso, descrevendo-a em *Tlön, Uqbar, Orbis Tertius* simplesmente como a mutabilidade das próprias coisas:

Feito curioso: os hrönir de segundo e terceiro grau - os hrönir derivados de outro hrön, os hrönir derivados do hrön de um hrön - exageram as aberrações do inicial; os de quinto são quase uniformes; os de nono se confundem com os de segundo; nos undécimos há uma pureza de linhas que os originais não possuem. O processo é periódico: o hrön de duodécimo grau já começa a decair¹⁹ (BORGES, 1974, p. 440).

Perceber é construir, construir é perceber. Não só os fenômenos da ciência, mas a paisagem, a sociedade e a história são alvos dessa ação dúplice do pensamento. Longe de se ater ao mundo natural, o pensamento se especializa em criar/complementar/imaginar o passado a partir das evidências dos tempos remotos que o cercam. Ramos não está longe de Borges, na medida em que percebemos que suas leituras do passado são o resultado de um arcabouço conceitual que é diferente do nosso, mas dotado de uma lógica própria.

Ou seja, a cultura e a tradição podem fazer com que se veja o que, num período, é "inscrição fenícia", e, no outro, é "inscrição indígena". Agora, os motivos que guiam essas visões de mundo podem ser, como são, diferentes, mas o mecanismo através do qual a crença e a interpretação se dão não o é necessariamente.

Dividem-se aqui a técnica e a interpretação, novamente. A idade moderna viu uma grande mudança na escrita da história, com o aperfeiçoamento das metodologias auxiliares (numismática, diplomática, sigilística) favorecendo o surgimento de um modelo de escrita ancorado na técnica, em substituição de outro calcado na oratória/retórica. Também os momentos da pesquisa se tornaram mais distintos, distanciando o novo produtor de conhecimento (historiador, arqueólogo) do antigo (cronista, antiquário).

Frequentemente a adoção de procedimentos técnicos de seleção e tratamento de dados

¹⁹ No original: *Hecho curioso: los hrönir de segundo y de tercer grado -los hrönir derivados de otro hrön, los hrönir derivados del hrön de un hrön- exageran las aberraciones del inicial; los de quinto son casi uniformes; los de noveno se confunden con los de segundo; en los de undécimo hay una pureza de líneas que los originales no tienen. El proceso es periódico: el hrön de duodécimo grado ya empieza a decaer.* (BORGES, 1974, p. 440)

tem como resultado um modelo de história mais "aceito". Isso por que o peso da metodologia conferiria mais "caráter de veracidade" às construções que são derivadas daí. Surge então um desdobramento importante. Nas *Inscrições*, três disciplinas são fundamentais para sua conclusão: a etimologia usada por Thoron, a numismática - a partir da qual Ramos se aproximou do estudo da história antiga, e a paleografia com a qual ele pretendeu decifrar as inscrições. Todas essas metodologias cresceram num momento do desenvolvimento da disciplina no qual a autoridade dos textos clássicos estava sendo desafiada, pondo em crise uma visão do mundo e da história. Esta crise de confiança tem ecos importantes nas *Inscrições*, como veremos a seguir.

2.2 Ensaio sobre a dúvida

Nossos antecessores Langlois e Seignobos, ao redigir a *Introduction aux études historiques* (1897), situaram a dúvida como elemento fundamental para a prática da história: "Tudo o que não foi provado deve ser tido provisoriamente como duvidoso; para afirmar uma proposição se devem acrescentar os motivos para crê-la exata. Aplicada às afirmações dos documentos, a dúvida metodológica torna-se a (desconfiança) metodológica."²⁰ (LANGLOIS E SEIGNOBOS, 1899, p. 131). Em outra obra, *La Méthode Historique appliqué aux sciences sociales* (1901), Seignobos expande sua argumentação sobre a dúvida:

É que a crítica é contrária à inclinação normal da inteligência humana; a tendência espontânea do homem é de crer naquilo que lhe é dito.[...] Aplicar a crítica, é portanto adotar um modo de pensar contrário ao pensamento espontâneo, uma atitude do espírito contra a natureza. Ora, se deve aplicá-la sem descanso a todas as instâncias do trabalho histórico; se deve dizer com que este olhar contra a natureza se torne um hábito orgânico. Mas isto não se gera sem esforço. O movimento espontâneo de um homem que cai na água é o de fazer tudo o que pode para deixar de se afogar; aprender a nadar, é adquirir o hábito de refrear seus movimentos espontâneos e de fazer movimentos contra a natureza²¹ (SEIGNOBOS, 1909, p.32-33; PROST, 2010, p. 65).

²⁰ No original: *Tout ce qui n'est pas prouvé doit rester provisoirement douteux: pour affirmer une proposition il faut apporter des raisons de la croire exacte. Appliqué aux affirmations des documents, le doute méthodique devient la défiance méthodique.* (LANGLOIS E SEIGNOBOS, 1899, p. 131)

²¹ No original: *C'est que la critique est contraire à la tournure normale de l'intelligence humaine; la tendance spontanée de l'homme est de croire ce qu'on lui dit. Il est naturel d'accepter toute affirmation, surtout une affirmation écrite, - plus facilement si elle est écrite en chiffres, - encore plus facilement si elle provient d'une autorité officielle, si elle est, comme on dit, authentique. Appliquer la critique, c'est donc adopter un mode de penser contraire à la pensée spontanée, une attitude d'esprit contre nature. Or, il faut l'appliquer sans relâche à tous les instants du travail historique; il faut que cette allure contre nature devienne une habitude organique. On n'y parvient pas sans effort. Le mouvement spontané d'un homme qui tombe à l'eau est de faire tout ce qu'il faut pour se noyer; apprendre à nager, c'est acquérir l'habitude de refréner ses mouvements spontanés et de faire des mouvements contre nature.* (SEIGNOBOS, 1909, p.32-33; PROST, 2010, p. 65).

Assim como nas obras clássicas da nossa literatura, como o *Otelo*, ou *Dom Casmurro*, onde a dúvida surge como um câncer que corrói as crenças mais íntimas da personagem, a perda de confiança nas fontes resultou, em alguns casos, no estendimento da negação aos pressupostos mais básicos da história, ou ainda à sua própria existência.

Para além de Seignobos, podemos traçar um momento onde a dúvida exerceu um papel muito importante no desenvolvimento da disciplina histórica: o momento da revolução científica na Idade Moderna (séculos XVI-XVII). Nele, houve o desafio à autoridade das fontes clássicas e a busca de formas alternativas de conhecimento sobre o passado. Para Krzysztof Pomian, os historiadores da Idade Média acreditavam no conhecimento como resultante de uma apreensão imediata, visual, tátil, do objeto: "Os acontecimentos de onde não se era nem o participante nem a testemunha ocular não podiam ser conhecidos"²² (POMIAN, 1999, p.131). A relação dos historiadores medievais com os testemunhos das fontes sobre o passado não presenciado se dava através de uma relação de confiança (ou de fé) com o autor do texto. Ele (o autor) é que era objeto prioritário de julgamento: confiável em função de sua autoridade, ou não, em função de algum erro lógico do texto, por exemplo (POMIAN, 1999, p.134). De qualquer forma, a autoridade do autor original provinha de seu contato presumidamente imediato com o acontecimento ou explicação.

Para Pomian, a revolução científica dos séculos XVI-XVII também teve efeitos na forma de entendimento da história e na relação dos historiadores com suas fontes. De um conhecimento recebido de fontes legítimas porque cercadas da autoridade do passado, passou-se à busca de um conhecimento mediado pela experimentação e pesquisa:

O sábio medieval se sabia submisso às condições espaço-temporais. Não foi senão o aparecimento do conhecimento mediado: da teoria matemática, da experimentação, dos instrumentos de observação e medição, que permitiram ao sábio evadir-se do mundo fechado na percepção. A descoberta destas possibilidades novas se exprimia não somente no desenvolvimento da linguagem científica e de um corpus de técnicas e métodos, mas também da multiplicação de uma quantidade de objetos que apareciam onde sequer se suspeitava sua existência²³ (POMIAN, 1999, p.146).

Pomian estende a compreensão desta revolução ao estudo da história. Já desde o século XV a legitimidade das narrativas sobre o passado (listas de genealogias, explicações

²² No original: [...] *les événements dont on n'a été ni le participant ni le témoin oculaire ne peuvent pas être connus.* (POMIAN, 1999, p.131).

²³ No original: *Le savant medieval se savait soumis aux limitations spatio-temporelles. Ce n'est que l'apparition de la connaissance médiante: de la théorie mathématique, de l'expérimentation, des instruments d'observation et de mesure, qui permit au savant de s'évader du monde clos de la perception. La découverte de ces possibilités nouvelles s'exprimait non seulement dans le développement du langage scientifique et d'un corpus de techniques et des méthodes, ainsi que dans la multiplication du nombre des objets dont auparavant on ne soupçonnait pas même l'existence.* (POMIAN, 1999, p.146).

sobre as origens dos povos) havia sido posta em xeque (POMIAN, 1999, p. 149). O estendimento desta dúvida comprometia a autoridade dos antigos, e, da mesma forma que a ciência viu o surgimento de novos métodos para a análise dos fenômenos conhecidos, as fontes clássicas se viram analisadas por novas técnicas (como no caso clássico da análise da Doação de Constantino por Lorenzo Valla em 1440 (GINZBURG 2002)). Para além disso, novos tipos de fontes passaram a ser utilizadas no esforço de compreensão do passado.

São [...] os 'antiquários' que forjam certas técnicas que permitem extrair informações sobre o passado de diversos objetos que são os seus vestígios, em particular das inscrições e das medalhas. Sua atividade, no entanto se situava ao lado da história, que se escrevia como se esta não existisse, seguindo os modelos traçados pelos Antigos. [...] Os primeiros a tentar a integração destas duas correntes foram os eruditos dos séculos XVI e XVII [...] Foram eles, de fato, que prolongando sobre este ponto a tradição dos juristas e dos polemistas religiosos, introduziram na história a exigência de não formular senão proposições que pudessem ser verificadas com as fontes²⁴ (POMIAN, 1999, p.152).

Uma vez que as próprias fontes começavam a perder sua aura de autoridade e passariam a ser analisadas apenas em função de suas características, há aí um primeiro movimento no estabelecimento da dúvida sistemática como procedimento do historiador. Para o estudo dos documentos, das inscrições, das moedas, da estatuária e das outras fontes, estrutura-se uma série de disciplinas e metodologias de pesquisa: a numismática, a paleografia, a diplomática, a epigrafia, a cronologia, entre outras.

A partir do século XV começa a se constituir a crítica histórica moderna que aplica os percursos comparativos a diferentes categorias de fontes a fim de autenticá-las, datá-las, atribuí-las, determinar os erros dos copistas, as interpolações posteriores, etc. [...] A penetração da crítica na prática dos historiadores europeus tomou aproximadamente quatro séculos. Mas, em todos os países e acerca de todos os objetos o caminho era essencialmente o mesmo: formar uma série homogênea e, ao comparar os elementos uns com os outros, tomar conta de seus caracteres visíveis e dos significados que eles veiculavam, a fim de distinguir os verdadeiros dos falsos, de classificar os primeiros numa ordem cronológica, e, quando necessário, de determinar os lugares de origem, os autores, os destinatários, as circunstâncias de produção, etc²⁵ (POMIAN, 1999, 170-171).

²⁴ No original: *Ce sont [...] les "antiquaires" qui forgent certaines techniques permettant d'extraire des renseignements sur le passé des divers objets qui en sont les vestiges, en particulier des inscriptions et des médailles. Leur activité se situe, cependant, à côté de l'histoire que l'on écrit comme si de rien n'était, em suivant les modeles laissés par les Anciens.[...] Les premiers à tenter l'intégration de ces deux courants sont les erudits des XVIe et XVIIe siècles [...] Ce sont eux, em effet, qui prolongeant sur le point la tradition des juristes et des controversistes religieux, ont introduit dans l'histoire l'exigence de ne formuler que les propositions que peuvent être vérifiées par une confrontation avec des sources.* (POMIAN, 1999, p.152)

²⁵ No original: *À partir du XVe siècle commence à se constituer la critique historique moderne qui applique les démarches comparatives à différentes catégories de sources afin de les authentifier, les dater, les attribuer, en éliminer les erreurs des copistes, les interpolations postérieures, etc.[...] La pénétration de la critique dans la pratique des historiens des peuples européens a pris environ quatre siècles. Mais dans tous les pays et s'agissant de tous les objets la démarche est essentiellement la même: on forme une série homogène et on en compare les*

Pomian (1999, p.171-172) coloca a epigrafia como sendo a primeira a utilizar este método comparativo, seguida pela numismática, pela diplomática e pela paleografia, seguidas paralelamente pela filologia. Ao apresentar o percurso destas disciplinas em seu processo de integração ao trabalho do historiador, deparamo-nos com a figura do antiquário. O que é o antiquário? Qual é a forma de sua relação com o passado e com os vestígios dele? Ao determo-nos sobre as *Inscrições*, vemos traços de uma prática da história marcada pelas disciplinas tidas como "auxiliares", e do estudo das fontes não-literárias (das "inscrições" e das "tradições"). Compensará determos-nos sobre este personagem, o antiquário.

O texto clássico sobre o antiquariado é o artigo de Arnaldo Momigliano *Ancient History and the Antiquarian* (1950²⁶). Nele, Momigliano estabelece as diferenças entre o antiquário e o historiador:

1 - historiadores escrevem em ordem cronológica; antiquários escrevem em ordem sistemática; 2 - historiadores apresentam os fatos que servem para ilustrar ou explicar uma dada situação; antiquários coletam todos os itens que se relacionam com um dado assunto, ajudem ou não a solucionar um problema²⁷. (MOMIGLIANO, 1950, p.286).

Momigliano traça as origens desta forma de estudo sistemático das coisas passadas na Grécia e na Roma antigas, destacando a obra de Varrão como importante ao prover os eruditos do século XV (Petrarca, Flávio Biondo) de um modelo de *antiquitates*: "a idéia de uma civilização recuperada pela coleta sistemática de todas as relíquias do passado"²⁸ (MOMIGLIANO, 1950, p.289). Ao percorrer as ruínas de Roma, esses eruditos caminhavam sob um tesouro de fontes de toda a espécie: estátuas semi-enterradas, moedas, inscrições, colunatas, provendo-os de um corpus não-textual a partir do qual complementar (a princípio) as fontes clássicas. Para Momigliano, a prevalência da autoridade dos antigos com relação à história da Antiguidade greco-romana só veio a ser desafiada a partir de meados do século XVII, estabelecendo aí uma distinção entre os antiquários e os historiadores, mas, no tocante ao estudo da história de outras regiões, a inexistência de autoridades clássicas levou a que os

éléments les uns aux autres, en tenant compte de leurs caractères visibles et des significations qu'ils véhiculent, afin de distinguer les vrais des faux, de classer les premiers dans l'ordre chronologique et, le cas échéant, d'en déterminer les lieux d'origine, les auteurs, les destinataires, les circonstances de production, etc. (POMIAN, 1999, 170-171).

²⁶ Recentemente traduzido em um dos volumes da revista *Anos 90* (2015)

²⁷ No original: (1) *historians write in a chronological order; antiquaries write in a systematic order: (2) historians produce those facts which serve to illustrate or explain a certain situation; antiquaries collect all the items that are connected with a certain subject, whether they help to solve a problem or not.* (MOMIGLIANO, 1950, p.286).

²⁸ No original: [...] *the idea of a civilization recovered by systematic collection of all the relics of the past [...]*(MOMIGLIANO, 1950, p.289).

antiquários rapidamente se confundissem com os historiadores (MOMIGLIANO, 1950, p. 291-293).

Esta diferença inicial veio a desaparecer na segunda metade do século XVII:

Livros sobre a história grega e romana começaram a ser escritos sem estarem subordinados a um esquema da história universal. Eles intentavam tanto apresentar uma narrativa dos eventos cuja evidência estava majoritariamente em moedas, inscrições e vestígios arqueológicos, quanto selecionar e ordenar o que era mais confiável na antiga evidência literária, ou oferecer uma reinterpretação da evidência antiga de algum ponto de vista moral ou político²⁹ (MOMIGLIANO, 1950, p. 293).

A partir deste momento, Momigliano aponta uma grande mudança no método histórico: a controvérsia com relação à confiabilidade das fontes:

No século dezessete disputas políticas e religiosas haviam inundado a história e desacreditado os historiadores. A parcialidade era facilmente farejável em toda a parte, e a conclusão natural era desacreditar de toda a tribo dos historiadores. Ao mesmo tempo, foram feitas tentativas de colocar o conhecimento histórico em uma base mais segura através da análise detalhada das fontes e da busca, se possível, de outras evidências além daquelas providenciadas pelos historiadores do passado. Uma atitude cética prevalecia [...]³⁰ (MOMIGLIANO, 1950, p.295).

Este ceticismo, disseminado por eruditos como François de la Mothe le Vayer e Pierre Bayle, ficou conhecido como pirronismo histórico, tomando o termo da escola cética da Grécia antiga³¹. Momigliano afirma que a disseminação do pirronismo afetou principalmente a escrita da história religiosa, o que levou a que historiadores de congregações religiosas se apressassem em estabelecer distinções entre dúvidas legítimas ou não (MOMIGLIANO, 1950, p. 296).

Riccardo Di Donato, ao comentar sobre Momigliano, adiciona:

De maneira a libertar-se da falta de confiança nos historiadores, a distinção entre fontes primárias e secundárias, e entre documento e narrativa, foi aprofundada. Pela primeira vez na história do método histórico, manuais foram escritos de forma a ensinar não somente como se deveria escrever história retoricamente, mas como se

²⁹ No original: *Books on Roman and Greek history began to be written which were not subordinated to a scheme of universal history. They were intended either to present an account of events for which the evidence was mainly to be found in coins, inscriptions and archaeological remains, or to select and order what was most reliable in the ancient literary evidence, or to offer a re-interpretation of the ancient evidence from some moral and political point of view.* (MOMIGLIANO, 1950, p. 293).

³⁰ No original: *In the seventeenth century religious and political disputations had pervaded history and discredited the historian. Bias was easily scented everywhere, and the natural conclusion was to distrust the whole tribe of historians. At the same time attempts were made to put historical knowledge on a safer basis by analysing the sources thoroughly and drawing, if possible, on other evidence than that provided by past historians. A sceptical attitude prevailed [...]*(MOMIGLIANO, 1950, p.295).

³¹ Uma recensão brilhante do percurso do ceticismo até ali pode ser encontrada na obra de Richard Popkin, *The history of scepticism. From Savonarola to Bayle.* (2003)

poderia e deveria distinguir fatos prováveis de improváveis³² (DI DONATO in MILLER (Ed.), 2007, p.74-75).

Mesmo que alguns pirronianos estendessem suas dúvidas e críticas, plausivelmente, às próprias inscrições e fontes ditas primárias, a crença geral era na superioridade destas com relação ao registro textual.

A questão da história religiosa é relevante para uma série de desdobramentos da disciplina histórica no século XVII. A importância de provar a veracidade dos acontecimentos da história antiga do Cristianismo e dos acontecimentos bíblicos fez com que os pesquisadores desses temas se voltassem para o estudos dos idiomas e costumes do Oriente Próximo; naturalmente, em busca de confirmação para suas teses. A descoberta de ciclos mitológicos semelhantes aos narrados na história bíblica, assim como as semelhanças etimológicas entre os idiomas orientais, fizeram com que os eruditos buscassem oferecer respostas através do estabelecimento de paralelismos, associações e analogias entre fatos e personagens da Antiguidade (MOMIGLIANO, 1950, p.308). Momigliano resume o método destes pesquisadores: "O método de responder estas questões era usualmente uma combinação de etimologia com a comparação de dogmas e rituais"³³ (MOMIGLIANO, 1950, p.308).

Aqui nos aproximamos de personagens que, ao se depararem com esta revolução na utilização e leitura das fontes literárias e não-literárias, tiveram alterado seu senso de confiança no passado - um espécie de doença da dúvida. Se as fontes escritas carregavam inequivocamente uma distorção, seja adicionada pelos copistas, cortada pelos censores ou provocada pelo próprio autor em função de preferências pessoais, naturalmente os testemunhos "involuntários", os vestígios, ruínas, estátuas, moedas, foram tidos como mais confiáveis para o estabelecimento da verdade histórica.

Tomaremos o exemplo do jesuíta Jean Hardouin (1646-1729). Tendo começado seu renome intelectual com uma edição da *História Natural* de Plínio, o Velho, provida de um enorme aparato de comentários, Hardouin ganhou fama como erudito crítico e eficiente. "Uma longa série de trabalhos sobre moedas antigas, dinastias, e patrística o fez uma notável figura acadêmica na grande época da numismática, epigrafia, e cronologia, assim como o

³² No original: *In order to liberate themselves from the lack of trust in historians, the distinction between the primary and the secondary source, and between document and narrative was deepened. For the first time in the history of historical method, manuals were written not to teach how one ought to write history rhetorically, but how one could and must distinguish probable from improbable facts.* (DI DONATO in MILLER (Ed.), 2007, p.74-75).

³³ No original: *The method of answering these questions was usually a combination of etymology with the comparison of dogmas and rituals.* (MOMIGLIANO, 1950, p.308).

opponente de eruditos tão formidáveis - e diferentes - como o cardeal Ezechiel Noris, e o numismata e estadista calvinista Ezechiel Spanheim³⁴ (GRAFTON, 2001, p.185). Uma outra obra sobre os concílios da Igreja foi alvo de perseguição em função de suas implicações políticas, mas seu método crítico e argúcia no tratamento das fontes estavam em um patamar superior ao comum da época (GRAFTON, 2001, p.187).

A eficiência de sua precisão crítica colocou Hardouin em um caminho de difícil retorno. Quanto mais analisava as fontes, mais percebia nelas incongruências, disparidades, paradoxos. Para ele, a numismática se apresentava como um testemunho fiel dos acontecimentos do passado, e, em comparação com as séries e tipologias de moedas, os textos escritos apresentavam-se caóticos. Foi o que o levou, em sua obra *Chronologiae ex nummis antiquis restitutae prolusio de nummis Herodiadum* (1693), a narrar a história de uma conspiração tenebrosa sobre a Antiguidade:

Eu somarei aqui a conjectura de alguém que nunca se prestou a conjecturas vãs, mas que agora está possivelmente mais suspeito do que deveria e confia demasiado em sua esperteza.[...] O crítico a que me refiro descobriu, como mais tarde sussurrou em meu ouvido, que um grupo de pessoas existiu, séculos atrás, que tomou a si a tarefa de inventar a história antiga, como agora a temos, não havendo naquela época nenhuma história; que ele sabia seu período exato de existência e sua base de operações; que nesta tarefa eles tiveram como ajuda as obras de Cícero, Plínio, as Geórgicas de Virgílio, as Sátiras e as Epístolas de Horácio. Estes somente, o crítico considera - como temo que ele tenha dificuldade em persuadir qualquer outro a acreditar - seriam os únicos monumentos genuínos de toda a Antiguidade latina, a não ser por algumas pouquíssimas inscrições [...] ³⁵ (HARDOUIN, 1909, p.xix-xx).

Sob a direção de uma obscura figura mencionada na *História Augusta*, Severus Archontius, eruditos forjaram todos os outros textos da Antiguidade, a partir de uma fabulosa coleção de moedas antigas. Os erros e incorreções dos textos clássicos deviam-se a interpretações erradas das imagens e textos das moedas, ou ainda de falhas de sequência na coleção.

A conspiração não acabava aí. Por consequência, a maior parte da história da

³⁴ No original: *A long series of treatises on ancient coins, dynasties, and patristics made him a major scholarly figure in the great age of numismatics, epigraphy, and chronology – as well as the opponent in controversy of such formidable, and very different, scholars as the cardinal Ezechiel Noris and the Calvinist statesman and numismatist Ezechiel Spanheim.* (GRAFTON, 2001, p.185).

³⁵ Na tradução inglesa: *I will adduce in this place the conjecture of one who is not ever idly given to conjecture, but who is now possibly more suspicious than he should be, and indulges his bent of mind too much. Let each reader take it as he will. The critic I refer to has found out, as he lately whispered in my ear, that a certain band of fellows existed, I know not how many years ago, who had undertaken the task of concocting ancient history, as we now have it, there being at the time none in existence; and that for their affair they had as aids the works of Tully, Pliny, the Georgics of Virgil, the Satires and Epistles of Horace. These alone, the critic considers – as I fear he will not persuade any other to believe – to be genuine monuments out of the whole of Latin antiquity, besides a very few Inscriptions.* (HARDOUIN, 1909, p.xix-xx).

Antiguidade em geral era falsificada. E estes falsificadores haviam deixado pistas intencionais em suas obras, tanto sob a forma de nomes próprios, formas abastardadas de mensagens ocultas em hebraico, quanto em analogias que demonstravam que os povos pagãos tinham consciência do advento do cristianismo nos séculos anteriores ao seu acontecimento. O leitor, ao descobrir esses indícios, passaria a julgar a revelação bíblica desnecessária, tornando assim a tradição clássica uma arma a serviço da descrença nos fundamentos do cristianismo (GRAFTON, 2001, p.193-194).

O funcionamento desta conspiração é particularmente interessante: Toda a derivação dos textos clássicos uns dos outros, menções cruzadas, citações, cálculos astronômicos, cronológicos, eram todos artifícios da fraude:

Esta associação ímpia tinha a seu serviço matemáticos que calcularam eclipses, advogados que fixaram códigos e leis, médicos que escreveram sobre medicina, poetas que fizeram poemas, linguistas e intérpretes a seu serviço, que transformaram seus escritos latinos principalmente em grego, mas também em hebreu e árabe³⁶. (HARDOUIN 1909, p.133).

Os próprios habitantes do império bizantino sustentavam uma tradição inventada. Originalmente eles seriam seguidores da *Vulgata* e da liturgia latina; foi a ação de Severus Archontius que fez com que eles passassem a agir como seguidores de uma tradição grega (GRAFTON, 2001, p.193).

Hardouin foi rebatido pelos seus contemporâneos em função da enormidade de suas acusações. Momigliano (1950, p.303) diz que seus esforços foram "*well beyond the verge of madness*": muito além da loucura. Mas no entanto, assim como Ramos, Hardouin não estava especificamente errado quanto ao seu método de análise: Grafton diz; "Alguns dos métodos de Hardouin para detectar sinais de falsidade pertenciam ao repertório normal das técnicas para o estudo literário - ainda que ele as tenha esticado muito além de seus limites normais"³⁷ (GRAFTON, 2001, p.190).

O surgimento desta interpretação bombástica da Antiguidade como uma mentira nos leva a outro contemporâneo de Hardouin, René Descartes. Para Grafton, Descartes também desafiou a autoridade da tradição como modelo em prol de um conhecimento obtido através

³⁶ Na tradução inglesa: *The impious coterie had mathematical computers of eclipses, lawyers who framed Codices and Laws, medical men who wrote on medicine, poets who put forth their songs, linguists and interpreters in their service, who turned their Latin writings chiefly into Greek, also into Hebrew and Arabic.* (HARDOUIN 1909, p.133).

³⁷ No original: *Some of Hardouin's methods for detecting signs of spuriousness belonged to the normal repertoire of techniques for literary study – though he stretched them far past their normal limits.* (GRAFTON, 2001, p.190).

da experimentação própria, por exemplo, através da viagem (GRAFTON, 2001, p.194). O uso, por parte dos eruditos, de fontes alternativas como as moedas e as inscrições também era indicativo da mudança de foco no pensamento filosófico do período.

Descartes, sintomaticamente, deu expressão ao sentimento da dúvida que passava a se estabelecer nos próprios fundamentos do conhecimento. Nas *Meditações sobre a Primeira Filosofia*, Descartes estende a dúvida aos próprios sentidos, pondo em evidência o fato de que as informações que nos são repassadas por eles poderiam ser objeto de uma distorção premeditada, seja por um demônio, seja por um *deus deceptor*, que, por um motivo só por ele conhecido, nos pode fazer acreditar que dois mais três não é cinco, ou que estamos vendo algo que não está lá. Não haveria como saber se estamos sendo constantemente enganados, vítimas de uma conspiração, seja divina, no caso cartesiano, ou humana, no caso de Hardouin. Ambas são representativas deste período que desafia as crenças preestabelecidas na organização do universo e da história, e iniciadoras de um topos importante na história do conhecimento científico: a idéia de que a razão é a via reveladora dos segredos da natureza.

Alguns senso de humor nos faria dizer que a numismática é a culpada destes percursos exóticos da interpretação do passado, já que é a partir dela que tanto Hardouin quanto Ramos extraem, de formas diferentes, suas teorias alternativas sobre a história. Ezechiel Spanheim (1629-1710), pioneiro no estudo da numismática, já havia dito em 1664:

Não há maior segurança para nós do que aquela a ser encontrada nas moedas ou mármore antigos. Certamente nem a teoria nem o fato podem contradizer isso. Enquanto as nossas fontes remanescentes têm a confiabilidade dúbia dos textos que são continuamente retransmitidos, somente estas (as moedas e os mármore) tem a autoridade inicial das versões originais³⁸ (SPANHEIM 1664, p.44, *apud* SCHNAPP, 1997, p.181).

Mas não é o caso. Eruditos com interesses em outras disciplinas também formularam interpretações extravagantes a partir das mesmas, como é o caso de Olof Rudbeck. Pierre Vidal-Naquet diz:

O problema é que Rudbeck era um sábio autêntico: médico, professor, depois reitor

³⁸ No original: [...] *non aliunde nobis certius, quam in Nummis aut Marboribus antiquis, praesidium occurrit. Nec certe ratio hic aut eventus fallit. Subsidia quippe reliqua, dubiam semper transcriptorum Exemplarium fidem, haec autem sola primigeniam Autographorum dignitatem prae se ferunt.* (SPANHEIM 1664, p.44, *apud* SCHNAPP, 1997, p.181).

da Universidade de Uppsala. Ali criou um jardim botânico e um anfiteatro de anatomia que existem ainda hoje. Descobriu a circulação linfática, foi copernicano, e um dos introdutores de Descartes na Suécia. (VIDAL-NAQUET, 2008, p. 92).

Rudbeck, em sua obra *Atlantica, sive Manheim, vera Japethi posterorum sedes ac patria* (1679-1702), tencionou mostrar que a localização da Atlântida platônica ficava na Suécia. Mais do que isso, que a Atlântida tinha um papel predominante na colonização do mundo pós-diluviano, pois Atlas, neto de Noé, teria nela se estabelecido, e a partir daí é que teriam se espalhados os povos seus descendentes por toda a Europa. Isso faria da Suécia a ancestral de todas as nações européias, motivo muito conveniente para uma nação recentemente destacada no cenário europeu em função da Guerra dos Trinta Anos (VIDAL-NAQUET, 2008, p. 92-93).

Não é estranho o fato de que em cada lugar da Europa algum erudito tentasse fazer o mesmo com seu país. Outro caso curioso, anterior mesmo a Rudbeck, é o do humanista Johannes Goropius Becanus (1519-1572) que, na intenção de descobrir a *ursprache* dos primeiros homens, raciocinou que a língua mais simples e monossilábica era a mais antiga, e com isso seguramente definiu a primazia do dialeto brabantico do holandês, frente ao grego, ao latim, e a todas as outras línguas, que proviriam deste dialeto. Os excursos linguísticos de Goropius ficaram renomados como sinônimo de etimologias esdrúxulas, apelidadas de *goropismos* por Leibniz (ECO, 2002, p.127; 131-133). Umberto Eco julga que etimologias nacionalistas como estas são "típicas dos séculos XVII e XVIII, quando tomam forma definitiva os grandes estados europeus, levantando-se o problema de uma supremacia sobre o Continente" (ECO, 2002, p.133).

O próprio Leibniz, no entanto, não negava o valor do estudo "arqueológico" das línguas: "Quando as origens remotas dos povos transcendem a história, então as línguas tomam o lugar dos documentos antigos. E os traços mais antigos das línguas permanecem nos nomes dos rios e florestas, os quais, mesmo que os habitantes mudem, são usualmente mantidos³⁹" (LEIBNIZ *apud* WATERMAN (ed), 1978, p.59). É interessante ressaltar que a mesma argumentação encontra-se na obra de Thoron e, por extensão, nas *Inscrições*.

Uma necessidade comum a Rudbeck e Hardouin é o sentimento de um contato imediato com as fontes, seja através da posse, da tomada do objeto antigo com as mãos, de vê-lo com os próprios olhos. Sendo assim, Alain Schnapp aponta dois desdobramentos desta necessidade na prática dos pesquisadores da época: a criação de coleções pessoais de objetos;

³⁹ No original: *When the remote origins of people transcend history, then languages take the place of ancient documents. And the oldest traces of languages remain in the names of rivers and forests, which, even though the inhabitants have changed, are usually kept.* (LEIBNIZ *apud* WATERMAN (ed), 1978, p.59)

e a viagem como forma de contato direto com os vestígios do passado (SCHNAPP, 1997).

Rudbeck

Rudbeck não era diferente de seus predecessores Worm e Hadorph. Assim como eles, ele considerava a viagem como a principal disciplina, que desbloqueava o entendimento da paisagem, e, como eles, ele associava a toponímia com os estudos das sagas, fontes medievais e a prospecção de inscrições rúnicas⁴⁰ (SCHNAPP, 1997, p. 200).

A numismática, a viagem, os estudos das inscrições: parece-nos aqui que estamos falando do próprio Ramos. Mas, mais do que isso, é um modo de perceber o passado, próprio ao antiquário, que transparece nas palavras dos eruditos do século XVII e do qual podemos perceber ecos nas *Inscrições e Tradições*. Jacob Spon (1647-1685), ao falar da prevalência dos vestígios não-literários sobre a literatura, disse: "...mas se eles precisam de livros, digamos que as nossas antiguidades não são senão livros, cujas páginas de pedra e mármore foram escritas com ferro e cinzel⁴¹" (SPON, 1673, prefácio, também *apud* SCHNAPP, 1997, p.182). Comparemos estas palavras com outras, escritas 250 anos depois:

O senhor Presidente pronuncia um longo discurso relativo á pré história amazonense, provada pelas numerosas inscrições que se encontram a cada passo nestes formidáveis livros de pedra, que são os grandes lagedos esparsos pelas margens de nossos rios (INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS, 1917-1958).

O secretário do IGHA, ao descrever a palestra de Ramos na ata de 25 de março de 1924, se não fez uso das próprias palavras do mesmo, deu uma idéia bastante aproximada do ponto de vista por ele defendido. Mas como podemos traçar a reta final deste processo de herança psicológica, a linha de leitura ou apropriação, por parte de Ramos, de todo o universo da pesquisa antiquária dos séculos anteriores? O caminho legítimo seria analisar a bibliografia de Ramos atrás de citações ou de menções a esses precursores.

Já no Catálogo da Coleção Numismática, surgem indícios. Na bibliografia que Ramos adquiriu de Cícero Peregrino, estava um exemplar de Spanheim, *Dissertatio de Praestantia et uso numismatum antiquorum*, Roma, 1664, citado acima. Além disso, havia também o trabalho de Joseph Hilarius Eckhel (1737-1798), *Numi veteres anecdoti* (1775). Spanheim e

⁴⁰ No original: *Rudbeck was not different from his predecessors Worm or Hadorph. Like them, he considered travel to be the prime discipline, that which unlocked an understanding of the landscape, and like them he associated toponymy with the study of sagas, medieval sources and the survey of runic inscriptions.* (SCHNAPP, 1997, p. 200).

⁴¹ No original: *Ou si l'on ne veut que des Livres, disons que nos Antiques ne sont autre chose, que des Livres, dont les pages de pierre & de Marbre ont été écrites avec le Fer & le Cifeau.* SPON, 1673, prefácio, também *apud* SCHNAPP, 1997, p.182)

Eckhel foram citados por Momigliano como sendo vitais para o estabelecimento de diretrizes na área da numismática antiquária (MOMIGLIANO, 1950, p.304). Ramos cita uma discussão sobre Eckhel, a partir de Lenermant (1878), no qual este diz que, se na época de Eckhel sabia-se pouco sobre as províncias asiáticas greco-romanas, os avanços da numismática acrescentaram grandes conhecimentos sobre estas regiões até então desconhecidas (RAMOS, 1930, p.36). Por si somente, estas informações não seriam suficientes para estabelecer uma filiação definitiva, mas certamente apontam para uma similaridade de referências.

Um dos grandes propagandistas da obra de Ramos foi o político amazonense Vivaldo Lima, redator do prefácio às *Inscrições* e seu colega no IGHA. Nesse, ao relatar sobre os desdobramentos da decifração epigráfica na história, Lima menciona uma série de antiquários importantes, tais como Athanasius Kircher ou Pietro della Valle. Igualmente, relaciona uma interpretação que o Conde de Caylus teria feito, em 1762, de um vaso persa do rei Xerxes (RAMOS, 1930, p.xi). É importante que Caylus apareça nas *Inscrições*, mesmo que por esta menção oblíqua, pois Ramos, embora não o mencione por moto próprio, é tributário de muitas das suas premissas.

Caylus, em seu *Recueil d'antiquités égyptiennes, étrusques, grecques, romaines et gauloises* (1752-1768) desafiou o modelo interpretativo etimológico que anteriormente passava por interpretação aos eruditos renascentistas. Existem algumas características no *Recueil* que são também apreciáveis nas *Inscrições*: a ênfase na apresentação visual do artefato, e o uso extensivo da comparação entre séries de fontes:

O desenho providencia os princípios, a comparação providencia os meios de aplicá-los, e essa maneira de proceder de alguma forma imprime na mente as predileções de uma nação, de forma a que se durante a escavação se achar algo estrangeiro ao país se pode concluir, sem medo de errar, que veio da mão de um artista ele mesmo estrangeiro⁴² (DE CAYLUS, 1752, vol.1, p.vii-viii).

No estabelecimento das séries tipológicas características de cada país, Caylus via como fundamental o uso da imagem. Era ela que tornava evidente tanto a evolução sutil dos artefatos dentro de uma mesma cultura, quanto as discrepâncias entre artefatos de culturas diversas. Vê-se aí a introdução de uma técnica de análise: "Caylus estava propondo nada mais que uma teoria tipológica, que é a ancestral de todo raciocínio arqueológico⁴³" (moderno)

⁴² No original: *Le dessein fournit les principes; la comparaison donne le moyen de les appliquer; & cette habitude imprime de telle sorte dans l'esprit le goût d'une nation, qui en faisant fouiller on découvroit un monument étranger au pays où l'on est, on pourroit conclure, sans craindre de se tromper qu'il est sorti des mains d'un Artiste, qui lui-même étoit étranger [...]*(DE CAYLUS, 1752, vol.1, p.vii-viii).

⁴³ No original: *Caylus was proposing none other than a typological theory, which is the ancestor of all archaeological reasoning.* (SCHNAPP, 1997, p. 241).

(SCHNAPP, 1997, p. 241).

Assim como os antiquários anteriores, Caylus insistia no contato em primeira mão com o objeto. Isso é perceptível na própria construção do *Recueil*, onde ele apenas apresentou artefatos que possuía, ou já tinha possuído. De qualquer forma, o conhecimento profundo do tema ou do objeto está ligado à sua experiência sensorial.

Ora, quando Bernardo Ramos, equipado com uma câmera fotográfica e um bloco de anotações, expediciona os rios Uatumã, Jatapú e Urubu para recolher inscrições, ele está seguindo a mesma lógica: a de que pode obter um conhecimento privilegiado sobre o objeto a partir da experiência direta do mesmo. Fotos, desenhos, comentários afirmam que Ramos viu as inscrições, e logo seu trabalho de recolhimento é tanto mais fidedigno (e sua interpretação, confiável por associação).

A chave aqui é entender o movimento de dissociação da história tradicional e da busca de uma reescrita da pré-história do Brasil como uma manifestação da *dúvida* enquanto força motriz do conhecimento, ou seja, a desconfiança do passado tal como ele é dado pelas fontes ou pela historiografia oficial, acompanhada de um desejo de descoberta da "verdade" que se ocultaria atrás desta. Resumindo, trata-se de uma manifestação do espírito inquisitivo que se manifesta em todo o historiador ou cientista, mesmo que nestes casos exóticos ela se transforme num vórtice devorador. Eu suporia que a maior parte dos estudos "alternativos" sobre a história (outros diriam logo "pseudohistória") baseiam-se acima de tudo numa disfunção do julgamento sobre o que é passível de ser duvidado. Uma **doença da dúvida**.

Isso pode se dar em função de um desdobramento do que Seignobos tão argutamente disse acerca da crítica: que ela é contrária à natureza. Ora, para estes eruditos, a descoberta de que se pode usar a crítica como ferramenta para a obtenção de uma "verdade" superior aos fatos tais como são dados pode ter o mesmo efeito de uma revelação quase divina dos segredos da história; é até mesmo lógico que se passe a aplicá-la aos fundamentos mais básicos da mesma. Trata-se de um percurso análogo ao de Descartes no questionamento dos próprios sentidos:

Suporei, pois, que não há um verdadeiro Deus [...] mas certo gênio maligno, não menos ardiloso e enganador do que poderoso, que empregou toda a sua indústria em enganar-me. Pensarei que o céu, o ar, a terra, as cores, as figuras, os sons e todas as coisas exteriores que vemos são apenas ilusões e enganos de que ele se serve para surpreender minha credulidade. Considerar-me-ei a mim absolutamente desprovido

de mãos, de olhos, de carne, de sangue, desprovido de quaisquer sentidos, mas dotado da falsa crença de ter todas essas coisas (DESCARTES, 1983, p.88).

Descartes julga, no seguimento desta consideração, que exercer um tal nível de dúvida radical é muito árduo, e que a mente tende a acomodar-se novamente às certezas antes refutadas, por serem mais confortáveis. É o mesmo percurso afirmado por Seignobos, uma ação contra a corrente.

Tivemos uma situação parecida como o *linguistic turn*, décadas atrás. A conscientização e a apropriação de que a linguagem e as versões da história também eram passíveis de dissecação levaram a que imediatamente se proclamasse, de forma apocalíptica, a destruição da história, a legitimação de interpretações revisionistas, a relativização das atrocidades totalitárias, entre outras catástrofes.

Novamente vemos aqui a questão da dúvida. Pôr em xeque a existência de uma verdade única da história é fazer ruir uma visão de mundo, e, para quem estava acostumado a crer ou descrever de tudo, quando se desacredita, nada mais é passível de certeza. É isso que torna tão desagradável para alguns o advento da história à maneira pós-moderna.

E no entanto nem mesmo os "pós-modernos" descrêem da verdade da realidade. Suponho que eles paguem contas, ou fechem a janela quando chove. É o que *é dito* da realidade que está permanentemente em jogo. E estava em jogo antes, quando Hardouin ou Rudbeck proclamaram suas revoluções da história, e mesmo quando Ramos se propõe a redescobrir o passado brasileiro à luz da Antiguidade greco-fenícia. Todas estas interpretações alternativas são fruto do gênio humano.

Ramos acreditava no que dizia. Seu interesse era o de um pesquisador que pretendia estabelecer a verdade sobre o passado do Brasil, aceitando ou refutando as opiniões e trabalhos com os quais se deparava. Nós praticamos uma crítica bastante semelhante. Ao analisar estes modelos de interpretações exóticas da história, tendemos, como Momigliano, a abordá-los como casos patológicos, como se descresem da “Verdadeira Fé Histórica e Acadêmica” e se apegassem a heresias.

Em que medida os historiadores do futuro não lerão nossas interpretações como tão diferentes quanto as de Ramos? Não sabemos.

A ênfase é dizer aqui que o fator dominante no que dirá sobre a prevalência ou não de

uma interpretação não é somente a sua eficácia: para quem acreditava no flogisto, haviam experiências químicas que provavam a sua existência. Thomas Kuhn disse que os paradigmas não caem por um ou outro fato díspar; é o aumento de descréditos que faz o paradigma cair por colapso. E estes descréditos não precisam ser apenas experimentais: podem ser políticos. Ora, os nazistas tinham arqueologia ariana, os soviéticos tinham biologia soviética, segundo as idéias de Trofim Lysenko (1898-1976). Entre outros fatores, o colapso dessas ideologias também fez cair por terra os modelos interpretativos que as acompanhavam. Ora, não se está a tratar aqui senão da força de uma interpretação do mundo, e de como ela pode vir a fazer negar o "inegável", duvidar do "indubitável".

2.3 Acreditavam os antiquários em seus mitos?

Paul Veyne, no clássico *Acreditavam os gregos em seus mitos?* (1983) abordou uma característica importante do pensamento, não somente grego, mas, acreditamos, do pensamento humano. Ao comentar sobre as crenças dos etíopes, Veyne diz que, mesmo ao acreditar que o leopardo é cristão e não come carne na sexta-feira, eles não deixam de se precaver contra o seu ataque nesse dia. Isso reflete o fato de que as crenças mais diversas podem conviver na mente humana, sem que suas contradições potenciais as anulem.

Por que levantamos esta questão? Acreditavam os antiquários do século XVII-XVIII em seus mitos (a imigração das tribos perdidas de Israel, a Atlântida sueca, o holandês como língua-mãe da humanidade)? É claro que sim. Em sua visão, tais interpretações eram tão plausíveis quanto quaisquer outras, e os métodos de que dispuseram para tentar provar suas hipóteses eram os acessíveis na época.

E Ramos? Ele também acreditava, e de modo ferrenho, na versão de Thoron para a ocupação da América, do contrário não teria empenhado quase trinta anos de pesquisa para justificá-la a partir da evidência epigráfica. Aqui, nos deteremos sobre a questão da convicção do pesquisador. Por que o inquietante é entender: **como** ele leu grego e fenício nas inscrições rupestres? Isso só é possível a partir de uma relação com as fontes feita sob uma perspectiva diferente da nossa.

R.G. Collingwood dedicou algumas palavras à questão da crença em história, que julgamos pertinente reproduzir aqui:

Se a causa de um indivíduo ter dificuldade em atravessar montanhas estiver no facto de ele ter medo dos demónios, é insensato da parte do historiador – rogando-lhe

através dum golfo de séculos – dizer: “Isso é pura superstição. Não há quaisquer demónios. Enfrente os factos e veja que não há quaisquer perigos nas montanhas, exceptos rochedos, água e neve, talvez lobos, talvez homens maus, mas demónios nunca”. O historiador afirma que são estes os factos, porque foi ensinado a pensar de tal maneira. Ora o indivíduo que tem medo dos demónios diz que a presença dos mesmos é um facto, porque o ensinaram a pensar assim. (...) O indivíduo que sofre desta superstição, ao tentar atravessar uma montanha, não sofre apenas por culpa dos pais, que lhe ensinaram a acreditar em demónios, se isso é uma culpa; sofre por que aceitou a crença; por que compartilhou a culpa. **Se o historiador moderno acreditar que não há quaisquer demónios nas montanhas, isso é também uma crença que aceitou, precisamente do mesmo modo** (COLLINGWOOD, 1981, p.382-383) (grifo nosso).

O que Collingwood tão sagazmente percebeu é que o mecanismo da crença, seja ele dirigido às nossas convicções modernas, seja à crença em demônios, funciona da mesma forma. Logo, a produção do “conhecimento científico” nas *Inscrições* não se baseia em alguma disfunção, e sim na **herança** cultural incorporada por Ramos. Outro desdobramento desse raciocínio, bastante interessante, é o fato de que, para o autor, nossas crenças não estão melhor qualificadas, nessa perspectiva, do que as crenças nos demônios da montanha...

2.4 Crença e prova nas *Inscrições*

Collingwood, bem ao gosto inglês, inicia uma discussão sobre as provas, em sua obra póstuma *The Idea of History* (1946), a partir de uma investigação de assassinato. O percurso mental traçado pelo inspetor a fim de desvendar o homicídio passa por uma série de indícios: o punhal usado, as pessoas próximas ao morto, suas motivações, a cena do crime etc. Ao chegar ao lugar, não há como se presumir o que é ou pode ser uma prova importante:

Creio que podemos dizer isso com segurança: ninguém poderia possivelmente saber o que é que podia ou não interessar para o caso, antes de ter todas as suas perguntas não só formuladas mas também respondidas. Na história científica, constitui prova tudo o que for usado como prova, antes de ser usada como tal. Por outras palavras, na história de cola e tesoura, se designarmos o testemunho – incorrectamente, reconheço-o – pelo nome de prova, há uma prova potencial e uma prova real. A prova potencial acerca dum assunto é constituída por todas as afirmações existentes a tal respeito. A prova real é a parte destas afirmações que decidimos aceitar. Todavia, na história científica, a ideia de prova potencial desaparece, ou então, se quisermos exprimir o mesmo facto por outras palavras, tudo no mundo é prova potencial de qualquer assunto. (COLLINGWOOD, 1981, p.340-341).

O arqueólogo Garrett Fagan editou uma coletânea de artigos sobre pseudoarqueologia

intitulada *Archaeological Fantasies* (2006). Nela, o próprio Fagan contribuiu com um artigo no qual procurou definir as características dos seus praticantes. É importante definir uma distinção aqui: a pseudoarqueologia tal como vista por Fagan e os demais é uma prática essencialmente comercial e combativa, cuja expressão visível são os *best-sellers* de Erich von Däniken ou Gavin Menzies. Nos Estados Unidos, o alcance destas idéias é vasto, com acesso a canais de televisão, debates com entrevistadores, e principalmente aos recursos financeiros para veicular suas idéias.

Fagan distingue onze características da pseudoarqueologia, separando-as em características de atitude e de procedimento. São de atitude: o uso de teorias ultrapassadas; a aversão à academia e, paradoxalmente, o apelo ao peso da mesma (ou seja, refutam o “conhecimento acadêmico”, mas desejam valer-se do peso de sua autoridade). Já com relação ao procedimento, listam-se: a pretensão a grandes resultados; a apresentação distorcida de fontes; a argumentação baseada na apresentação massiva de “evidências” retiradas de um vasto número de disciplinas; o uso de definições vagas, a comparação superficial e grosseira entre as evidências, a obsessão com o “oculto” ou o esotérico; um acúmulo de falhas de argumentação, variando das falácias lógicas ao apelo à “ciência” para embasar suas premissas, e, concluindo, a expectativa de que o conhecimento revelado pelas suas descobertas resulte em algum “avanço da humanidade” (FAGAN, 2006, p.30-42).

É evidente que a interpretação de Ramos é **hoje** tida por pseudoarqueologia, e algumas características apontadas por Fagan podem também ser detectadas nas *Inscrições*. Mas, mesmo na época de sua publicação, quando as idéias que defendia apenas sobreviviam em nichos muito específicos da sociedade, a sua refutação não tinha o caráter socialmente definitivo que hoje a ciência parece nos oferecer. As suas idéias ainda se revestiam da aura de uma investigação mais ou menos legítima sobre o assunto.

No entanto, a diferença percebida entre a crença expressa por Ramos e a expressa pelos pseudoarqueólogos de hoje nos leva a pensar sobre a produção do trabalho historiográfico a partir da perspectiva da crença e da convicção do historiador. Este artigo de Fagan, assim como outros na coletânea, e em outras obras que versam sobre o fenômeno da pseudoarqueologia, tendem a tratar estas questões como decorrentes de uma falsa visão sobre o passado. Ou seja, pseudoarqueólogos **crêem**, numa perspectiva quase religiosa; arqueólogos **concluem**, com base na ciência.

Ambas, no entanto, se baseiam em provas. Para Fagan, o estatuto das provas pseudoarqueológicas é desviante, pois seus autores ampliam grandemente o conceito de “prova”. Se alguém, alguma vez, apoiou uma teoria pseudocientífica, no passado remoto ou não, isso se

torna prova, espécie de “*aquisição para sempre*”. Se algum estudo científico, mesmo que refutado mais tarde, conclui, ainda que vagamente, a favor da mesma teoria, isto se torna, novamente, prova. As refutações posteriores não interessam. Os desenvolvimentos da disciplina também não; as referências são buscadas no tempo para a formação de um argumento aparentemente coerente, mesmo que exótico em sua conformação. Isso se dá por que a *aparência* da coerência, é, muitas vezes, suficiente para gerar o convencimento do leitor.

Já a convicção do autor em suas hipóteses, em si, não é uma característica ruim, e tampouco sinal de desequilíbrio - basta ver os casos de Ignaz Semmelweis, (introdutor da assepsia nas cirurgias no século XIX) e de Alfred Wegener (propositor da teoria da deriva continental). Semmelweis percebeu que a contaminação das mãos dos médicos vitimava centenas de pacientes que poderiam ser salvos, mas foi ridicularizado por propor mudanças nos procedimentos de higiene. Já Wegener foi tomado por pseudocientista ao propor que os continentes se afastavam lentamente. O tempo vingou esses pesquisadores.

Por outro lado, a convicção pode levar a conclusões espetacularmente equívocas: por exemplo, as interpretações fantasiosas dadas por Athanasius Kircher aos hieróglifos egípcios (ECO, 2002, p.195-197), ou ainda o tragicômico episódio ocasionado pelo trabalho de Johann Beringer, *Litographiae Wirceburgensis*, em 1726. Beringer, então um respeitado professor na Universidade de Würzburg, foi enganado por falsificações grosseiras de “fósseis” e publicou sua obra concluindo que a maior parte destes era de origem divina (GOULD, 2011).

"Tudo no mundo é prova potencial de qualquer assunto". O trecho de Collingwood é fértil em conclusões. Esta constatação está ligada à idéia da **pergunta** que o historiador formula em sua mente, antes de proceder à pesquisa, e de como algo só adquire o *status* de fonte se está relacionado à pergunta. Trata-se aqui de uma outra versão da formulação da história como história-problema, como mais famosamente vista nos *Annales*; mas a maneira como Collingwood põe a questão, à luz dos comentários já desenvolvidos, aponta para o fato de que, para alguém acometido por esta espécie de dúvida generalizada, a definição do que pode ser uma prova e uma confirmação pode se ampliar grandemente. As próprias conexões entre a pergunta e a prova podem ser alargadas. Qualquer coisa pode acabar servindo, por meandros peculiares de justificação, como evidência da afirmação que o autor queira provar, dentro desta lógica particular.

2.5 A Grécia de cartolina

O crítico literário Roberto Schwarz, num texto bastante conhecido, *As idéias fora de lugar* (1977), tratou de um paradoxo importante no pensamento nacional do século XIX. Tratava-se do conflito entre uma sociedade na qual se argumentava a favor do liberalismo, e num plano mais ideal, na igualdade entre os cidadãos – idéias importadas da Europa – e a realidade social brasileira e escravista. Schwarz explica que, em função do Brasil ser resultado de um impulso colonizador tributário do pensamento capitalista, situamo-nos numa lógica que presume, teoricamente, a validade das idéias liberais, ainda que estas não vigorem aqui (SCHWARZ, 2000, p.17). O autor dá como exemplo as instituições: "[...] por exemplo [...] burocracia e justiça, que embora regidas pelo clientelismo, proclamavam as formas e teorias do estado burguês moderno" (SCHWARZ, 2000, p.18).

Para Schwarz, a coerência por nós percebida como incapacitante para a manutenção desse *status quo* não era um empecilho no passado: "o teste de realidade não parecia importante. É como se coerência e generalidade não pesassem muito, ou como a esfera da cultura ocupasse uma posição alterada, cujos critérios fossem outros [...]" (SCHWARZ, 2000, p.15). A invocação da cultura e da lógica européias estava vinculada mais à auto-afirmação social e às determinações da sociedade brasileira do que propriamente à aplicação destas idéias. Schwarz diz que a própria enormidade da distância entre a descrição ideal da sociedade e a sua realidade invalidava qualquer pretensão de engano, logo, não se tratava de uma ficção social para uso externo (SCHWARZ, 2000, p.18-19).

No seguimento do artigo, Schwarz cita uma instância desse descompasso ideológico na própria arquitetura: "em certos exemplos, o fingimento atinge o absurdo: pintavam-se motivos arquitetônicos greco-romanos – pilastras, arquitraves, colunatas, frisas etc – com perfeição de perspectiva e sombreamento, sugerindo uma ambientação neoclássica jamais realizável com as técnicas e materiais disponíveis no local " (REIS FILHO *apud* SCHWARZ, 2000, p.22-23). Essas tensões adentraram a República, guiando a construção mesma do país, como é o caso do Positivismo importado da França. Nesse período da virada do século XIX-XX, alguns observadores já começavam a exercer a ironia sobre esta emulação descompassada do Velho Mundo.

O cronista Brito Broca comentou sobre a mania greco-romana na literatura brasileira naquele momento:

No mais, a Grécia triunfou plenamente em nossas letras até a guerra de 1914, mais

ou menos. Alguns citavam-na a cada passo, por que realmente lhe conheciam a história e frequentavam os mestres da antiguidade clássica; outros helenizavam de oitiva, porque ninguém podia-se considerar verdadeiramente culto, se não falasse em Heitor, Ajax e no cerco de Tróia.

Era geralmente uma Grécia de cartolina, puramente decorativa, nada tendo em comum com o verdadeiro espírito helênico, que dominava por toda a parte (BRITO BROCA, 1975, p.102).

A Grécia aparecia não só na poesia ou no ensaio, mas nos lugares mais inusitados da literatura, como a crônica de futebol ou nos comentários esportivos. Ainda não se sistematizou no Brasil uma obra que acompanhe esta trajetória da influência da Antiguidade na cultura brasileira, certamente notável. A natureza da formação nas academias brasileiras certamente tinha reforçado o viés clássico, como podemos ver nas descrições dos currículos do colégio Pedro II nos anexos de *O Império da Eloquência*, de Roberto Acízelo de Souza (1999). No currículo do sexto ano, em 1912, vemos o conteúdo da literatura grega conter:

A poesia grega antes de Homero – os rhapsodas[sic] - Homero e suas obras - Hesíodo – Poemas cyclicos – Poesia elegíaca – composições em prosa – Heródoto e Hypocrates – Theatro grego – Eschylo, vida e tragedias – Sophocles: comparação de Sophocles e de Eschylo – Antiga comedia – Poetas do século de Péricles – Thucydides – Sophistas – Socrates – Xenophonte – Platão – Aristóteles e Theophrasto – Isocrates – Eschines – Demosthenes – Plutarco e sua vida – Luciano e sua vida – Escola de Athenas (SOUZA, 1999, p.201-202).

A primeira conclusão, ao se ler a descrição massiva da matéria, é a de que dificilmente se escaparia de uma abordagem superficial da mesma. Broca argutamente percebeu que este empenho em apelar para a Grécia e Roma antigas tinha relação com a tentativa de escamotear o estigma do país como dominado pela mestiçagem, tida então, até mesmo nos meios científicos, como um fator de degeneração.

Mas de que recepção estamos falando? Charles Martindale, frente à disseminação geral do termo "recepção", se pergunta sobre a pertinência do mesmo: "Merece-se perguntar se o conceito de "recepção" hoje ainda serve algum propósito útil, agora que o poder de provocação desta palavra está grandemente enfraquecido"⁴⁴ (MARTINDALE in MARTINDALE, THOMAS (eds), 2006, p.11). O autor conclui que a palavra ainda é útil por justamente enfatizar o processo da comunicação através da figura do receptor.

⁴⁴ No original: *It is worth asking if the concept of "reception" today serves any useful purpose, now that the word's power to provoke has largely subsided.* (MARTINDALE in MARTINDALE, THOMAS (eds), 2006, p.11)

É o receptor que dá forma ao conteúdo que chega ao seu contato. Cornelius Holtorf, ao referir-se às percepções diacrônicas dos monumentos arqueológicos, distinguiu categorias de leitores com base nas suas relações com o objeto percebido, sejam leitores ideais, presumidos, reais, entre outros. Já outros autores, numa perspectiva mais textual, voltaram-se para categorizações diferentes do leitor:

Poder-se-ia imaginar uma tipologia dos prazeres de leitura, ou dos leitores de prazer; não seria sociológica, pois o prazer não é um atributo nem do produto nem da produção; só poderia ser psicanalítica, empenhando a relação da neurose leitora na forma alucinada do texto. O fetichista concordaria com o texto cortado, com a fragmentação das citações, das fórmulas, das cunhagens, com o prazer da palavra. O obsessional teria a voluptuosidade da letra, das linguagens segundas, desligadas, das metalinguagens (esta classe reuniria todos os logófilos, linguistas, semióticos, filólogos: todos aqueles para quem a linguagem *reaparece*). O paranóico consumiria ou produziria textos retorcidos, histórias desenvolvidas como raciocínios, construções construídas como jogos, coerções secretas. Quanto ao histérico (tão contrário ao obsessional) seria aquele que toma o texto por dinheiro sonante, que entra na comédia sem fundo, sem verdade, da linguagem, que já não é o sujeito de nenhum olhar crítico e se joga através do texto (o que é muito diferente de se projetar nele) (BARTHES, 2002, p.73-74).

Ao entrar neste caminho, o discurso do analista muda de expressão. O leitor passa a ser descrito nos termos de um sistema patológico: fetichista, obsessional, paranóico, histérico. Ficaria presumida, na leitura de Barthes, a hierarquia das interpretações: algumas são mais “saudáveis” que outras.

Agora, as perspectivas que guiam o leitor do texto em óticas semelhantes às descritas por Barthes são, no meu entendimento, baseadas na magnificação de um **detalhe**, quer sejam palavras, frases, figuras de linguagem, raciocínios. A ênfase do leitor no detalhe guia sua interpretação do todo: *ex ungue leonem*. Para Bernardo Ramos, a unha é a citação da moeda macedônica (Figura 2). A decifração deste monograma funcionou como catalisadora deste furor interpretativo que fez com que os sinais da Antiguidade americana fossem lidos em toda sorte de evidências: inscrições, desenhos, cerâmicas. A peculiaridade de que estes imigrantes do Mediterrâneo só inscreveram mensagens cifradas na América não representava, neste sentido, um entrave, pois os modelos que inspiravam a visão de mundo destes pesquisadores eram relativos à decifração das línguas antigas (como a egípcia ou cuneiforme) que se revestiram, desde sua extinção no uso cotidiano, de uma gama de significações críptico/misteriosas.

O caso da escrita hieroglífica é o mais evidente neste aspecto. A partir da obra de Horapollo (século V d.C) *Hieroglyphica*, os sinais da escrita egípcia passaram, de simples representações de sílabas ou letras, a ser interpretados como símbolos de um conhecimento

oculto ou iniciático. Esta tendência de interpretação estendeu-se até a Idade Moderna, quando Athanasius Kircher (1602 – 1680), trouxe à luz volumosos trabalhos de erudição como *Lingua aegyptiaca restituta* (1643), ou ainda *Obeliscus Pamphilius* (1650), nos quais discernia complexas explicações metafísicas naquilo em que, no Egito antigo, apenas queriam dizer nomes próprios ou outras palavras simples. Kircher, que viveu nos últimos tempos onde os eruditos ainda podiam reivindicar o domínio de todo o conhecimento, não se restringiu à pretensão de decifrar os hieróglifos. Em *China monumentis* (1667), ele também aventou significações dos ideogramas chineses.

No entanto, nem as interpretações dos hieróglifos nem as dos ideogramas vieram a ser corroboradas por estudos posteriores. Além disso, o caráter das interpretações de Kircher levou mesmo a que se as considerassem espetacularmente erradas, sinais de uma mente que via, nestas inscrições, o reflexo da cultura e da visão de mundo da que estava imbuído. As analogias de Kircher com Ramos são evidentes. Tão evidentes que o próprio Kircher é citado por Vivaldo Lima no prefácio das *Inscrições*, como precursor da decifração dos hieróglifos por Jean-François Champollion (1790 – 1832) (RAMOS, 1930, p.xiii).

Resumindo: todos estes desdobramentos da leitura e da interpretação que se verificam ao analisar as premissas de Ramos sinalizam um percurso conceitual marcado pela mediação da **técnica** (da numismática, no caso) e pelos modelos da **erudição** antiga. Estas são as lentes que guiaram o olhar do pesquisador ao observar as inscrições rupestres que o cercavam pelos rios do Amazonas.

É difícil precisar até que ponto as deduções extraídas do caso específico de Ramos possam ser estendidas às interpretações “alternativas” (ou pseudohistórias) em geral, mas as similaridades existem, quanto mais não seja pela influência exercida por Ramos (e pelos outros proponentes da Antiguidade brasileira, como Schwennhagen) na literatura posterior. Preocupamo-nos aqui em tentar reconstruir este arcabouço conceitual que é perceptível na leitura das *Inscrições*.

3. ENIGMAS DA AMÉRICA

Cada Nação, desde sua origem adoptando seus signos ou emblemas convencionaes, assignalou em todos os recantos do mundo as regiões que lhes foram accessíveis ou dellas tomaram posse ou dominio. A galera, por exemplo, era o symbolo tradicional dos grandes e arrojados navegadores os Phenicios e encontra-se mesmo em seu systema monetario, como em outros objectos de uso peculiar.

Não haverá certa analogia nessa série de inscrições e desenhos dispersos nas nossas regiões?

Não traduzirão também lembranças da existência dessa raça que viveu e identificou-se no nosso solo, na calma e mais doce fraternização e occupou extensas regiões do nosso Continente? É o que vamos investigar.

Esses blócos, essas inscrições, denominam-se itacoatiaras, itagraphias, petroglyphos ou pedras pintadas.

Não só admirável como profuso é o numero desses verdadeiros monumentos pre-historicos, dos quaes tem se occupado os notaveis ethnologos e scientistas modernos, Quatrefages, Bertillon, de Nadaillao (sic), Renan, Theodoro Sampaio, Theodoro Cook-Grünberg (sic) e outros, e ora nós, simples investigador, no ponto de vista epigraphico e tradicional.

Dois são os preponderantes especimens característicos empregados nessas inscrições: o grego primitivo, linear ou figurativo, bem como o phenicio cananeo, dando frizante exemplo desta ultima parte, o genial polyglotta Mr. le Vicomte Onfroy de Thoron, na interpretação de uma parte da celebre inscrição de Dighton Rock, como demonstraremos adiante.

"Esses desenhos pichthographicos, no dizer do illustre archeologo Conego Raymundo Ulysses de Pennafort, por suas dimensões, pela nitidez e variedade dos personagens, homens e mulheres, constituem um dos mais curiosos especimens das cryptographias brazilienas" (RAMOS 1930, p.10).

Era preciso que o Ocidente, destinado a uma cultura mais rica e mais alta, recebesse do Oriente os primeiros materiaes para a sua lenta elaboração religiosa. E de fato, destes blócos enormes de pedras brutas que os phenicios deixaram tombar intactos na base dos seus templos informes, levantaram mais tarde os nossos indios no Centro da America as suas Curuaras sublimadas, onde o frescor das aguas, a doçura do ar, a belleza da vegetação, que se estendia ao sopé, lhes inoculavam nalma rude as primeiras emoções religiosas.

Nestes factos ante-historicos não podemos deixar de reconhecer a missão nobre e providencial que desempenhou a Phenicia no seio das populações indigenas no *Novo Mundo*. Na pôpa de suas gloriosas faluas, desbravando as ondas do Atlantico para implementar a ultima balliza das suas pacificas conquistas, é que devemos contemplar e admirar a *dynamis* expansivel desta valiosa raça semitica" (PENNAFORT, 1900, p.185, também *apud* RAMOS, 1930, p. 11).

Klaas Woortmann (2004, p.21-23) argumenta que os descobrimentos territoriais que encerraram a Idade Média determinaram o fim dos antigos imaginários que cartografavam o maravilhoso e o sobrenatural como partes possíveis da Terra. Os antípodas, a terra dos cinocéfalos, os blêmios, os ciápodes; todas estas criaturas e suas terras previstas na geografia medieval desapareciam, substituídas pelos mapas, objetos e relatos do Novo Mundo. Isso não quer dizer, naturalmente, que os eruditos e os religiosos da Europa não tenham tentado enquadrar esta nova série (ou avalanche) de informações nos quadros mentais a que estavam acostumados. Um pormenor muito demonstrativo é o fato de Colombo ter tencionado

comunicar-se com os nativos, mal tendo pisado o continente, através do seu intérprete... de hebraico (por que era o idioma mais exótico de que fazia idéia) (VIDAL-NAQUET, 2008, p.83).

Quais seriam estes quadros mentais? Dois modelos surgem à vista: o primeiro, numa interpretação de molde religioso, procurou encaixar a existência deste novo mundo e destes novos homens e animais na mitologia bíblica; o segundo buscou nos referenciais da Antiguidade clássica as evidências de que os antigos já conheciam estes povos. Em ambos pontos de vista, logo, subjaz a idéia de que este "novo mundo" não poderia ser "novo": os antigos o conheciam, e de alguma forma o conhecimento destas regiões teria se perdido. É importante ressaltar isto, pois a existência de um continente e de milhares de seres humanos que fosse completamente desconhecida, seja da Bíblia, ou dos gregos ou romanos, representa um duro golpe na credibilidade (e na autoridade), da religião e dos antigos clássicos. Daí o empenho, tomado por alguns, na reconciliação do Novo Mundo com o velho conhecimento. Havia uma série de lugares imaginários na geografia da Antiguidade e da Idade Média: Thule, Atlântida, as ilhas das Hespérides, o reino do Preste João, entre outros. Ao deparar-se com a América, é mesmo natural que se tentasse explicá-la com base no que já se sabia sobre as "partes desconhecidas" do mundo (VIDAL-NAQUET, 2008, p.80).

No ponto de vista religioso, se apresentava a questão relevante do Dilúvio. Se o Dilúvio foi universal, como explicar estas centenas de espécies animais que não estavam descritas em lugar nenhum? Mais, se a raça humana começou novamente a partir dos descendentes de Noé, de qual filho descendiam os ameríndios? Os teólogos se viram às voltas com estas questões, propondo variadas teorias para sua resolução (WOORTMANN, 2004, p.61-66; VIDAL-NAQUET, 2008, p.82). Uma destas teorias propunha que os ameríndios eram, na verdade, descendentes das tribos perdidas de Israel (e, portanto, semitas) (BENITE, 2009, p.139-142). Outra procurava assimilar a América à terra de Ophir, nomeada no livro bíblico de Reis (I Reis, 9:28, 10:11) como a fonte de inúmeras riquezas exploradas por Hiram, rei de Tiro, em suas relações comerciais com Salomão. Outro topos, igualmente vibrante dada a exuberância da natureza americana, foi a comparação desta com o Paraíso terrestre, motivo exaustivamente estudado por Sérgio Buarque de Holanda em *Visão do Paraíso* (1959). A relação destas formulações com as *Inscrições* é evidente: Enrique Onffroy de Thoron, inspirador da obra de Ramos, defendia justamente a hipótese "ophiriana".

A interpretação pelo prisma da Antiguidade, por sua vez, possui pormenores igualmente interessantes. O exemplo mais evidente é o das Amazonas, percebidas como tais pela expedição de Francisco de Orellana em 1542 e que nomeiam atualmente o rio e o Estado

da Federação. O uso repetido deste termo, "Amazonas", nos fez perder o alcance de sua significação. Basta pensar em outros termos da mitologia: o pégaso, a medusa, o hipogrifo, etc. Trata-se de um termo grego, da mitologia grega, e que nomeia um trecho do país em função da força do imaginário da Grécia antiga.

Mas não se trata apenas das Amazonas. Segundo Woortmann, o contato com os ameríndios levou a uma re-significação da relação que os europeus mantinham com a Antiguidade. O nativo podia ser entendido como um "homem primitivo" - o que o equiparava aos antigos, por exemplo:

A peculiaridade e a alteridade das crenças desses habitantes do Novo Mundo são da mesma ordem que a peculiaridade e a alteridade dos gregos antigos [...] A estranha singularidade das práticas dos [ameríndios] perde sua estranheza absoluta: torna-se mais geral, mais comum. Aquelas práticas e crenças tornaram-se inteligíveis porque passaram a ser vistas numa relação de repetição analógica com os gregos antigos. E, reciprocamente, a aparentemente invencível estranheza dos gregos finalmente tornou-se menos estranha, na medida em que podia ser relacionada às práticas e costumes do Novo Mundo. A estranheza do passado pré-cristão tornou-se subitamente familiar em simultaneidade com a estranheza do presente extracristão (MCGRANE 1989, p. 22 *apud* WOORTMANN, 2004, p.251).

Diga-se de passagem, esta semelhança tornou-se tão evidente que alguns autores (como alguns dos primeiros intérpretes das sociedades do Novo Mundo, e mais tarde Onffroy de Thoron e o próprio Ramos) passaram a ver ambos como a mesma coisa.

A percepção desta relação de alteridade acabou por colocar os indígenas no epicentro da discussão entre Antigos e Modernos. Para começar, o fato dos Antigos desconhecerem o Novo Mundo já seria, em si, um sinal de que os Modernos lhes teriam superado. Por um processo análogo, o estabelecimento desta diferenciação acabou por associar os Antigos aos habitantes do Novo Mundo: ambos representariam "a infância da humanidade" (WOORTMANN, 2004, p.267). François Hartog, ao tratar dessa associação, acrescentou que o estabelecimento de um paralelismo entre os antigos e os selvagens acabou por ampliar a distância que percebíamos entre estes e nós (HARTOG, 2003, p.131).

Naturalmente, estas concepções e enquadramentos da realidade do Novo Mundo aos modelos interpretativos do Velho não possuíam apenas interesse epistemológico. Pierre Vidal-Naquet, por exemplo, associou bem os interesses dos teólogos espanhóis em atribuir uma procedência ibero-atlante aos indígenas com a reivindicação de uma identidade comum a eles e aos espanhóis; a posse do rei da Espanha sobre as Américas, mais do que um direito, seria apenas a conformidade de uma identidade/parentesco que já existia (VIDAL-NAQUET, 2008, p.84-85).

Pode-se perceber, então, uma aporia na percepção do Novo Mundo e de seus habitantes. Por um lado, temos a posse e a assimilação; por outro, temos o estranhamento e a alteridade. No caso das interpretações do Brasil, ambas podem ser percebidas nos próprios discursos em que os brasileiros tentam entender e firmar sua auto-percepção. A necessidade de enquadrar o indígena no discurso justificativo da nacionalidade tinha um obstáculo evidente nos próprios índios, que, longe de estar perdidos nas brumas do passado (onde poderiam ser convenientemente remodelados numa retórica da ancestralidade), estavam apenas a léguas de distância, no Mato Grosso ou no Amazonas⁴⁵.

Como já dissemos na Introdução, o IHGB apresentou, em seu primeiro número, em 1839, dois artigos que sinalizavam que este impasse poderia ter uma saída diferente: os índios não precisariam ser os nossos "antigos", pois os originais estavam à disposição: fenícios, gregos, romanos perdidos, etc. Tratam-se do artigo sobre a inscrição da Pedra da Gávea, e o artigo sobre a cidade perdida do relato do manuscrito 512, encontrado na Biblioteca Nacional. O pesquisador Johnni Langer (2001) realizou um levantamento exaustivo sobre os desdobramentos destes relatos na construção destes "**mitos arqueológicos**" que exerceram influência na pesquisa arqueológica brasileira no século XIX. Já Lúcio Menezes Ferreira denominou esta vertente de pesquisa de **arqueologia nobiliárquica**:

Sem querer simplificá-la em suas diferenças conceituais e políticas internas, pode-se dizer que a Arqueologia nobiliárquica articulava-se ao projeto político centralizador da Monarquia. Fê-lo ao modo nacionalista e colonialista. Procurava validar uma hipótese mediterrânica de povoamento do Brasil. Buscava, nos vestígios arqueológicos, na arte rupestre e, sobretudo, nas línguas e mitos indígenas, uma origem que remontasse aos povos da Antiguidade: gregos, fenícios, egípcios etc. Essa civilização primordial poderia, também, advir de navegadores europeus modernos, que teriam aportado ao Brasil antes de Cabral. A busca por uma origem civilizada entre os índios correspondia à constituição de uma identidade nacional (FERREIRA, 2010, p.56).

As sínteses realizadas por Langer e Ferreira apresentam o período de máximo vigor destas especulações, o período imperial. O próprio termo "nobiliárquica" o apresenta de forma evidente. No entanto, reflexos deste modelo interpretativo permaneceram agentes no imaginário arqueológico brasileiro pelo menos até meados da década de 1920, não mais no IHGB, mas em institutos históricos regionais, como o próprio IGHA e as *Inscrições* demonstram. Evidentemente, não se trata mais aí de uma articulação política, e sim social, pois, culturalmente, as elites locais se beneficiariam desta vinculação através do

⁴⁵ Veja-se a interessante narrativa da viagem feita por Francisco Adolfo de Varnhagen ao interior do Brasil e de como a sua experiência indígena "enriqueceu" a sua discussão sobre o indigenismo (CEZAR in PIRES (org) 2009, p.176-178).

enaltecimento de suas regiões.

O relato do IHGB sobre a Pedra da Gávea é importante por uma série de motivos. Ele pode ser lido como um resumo das preocupações e das posições da arqueologia brasileira frente a estas evidências - "Pythagoras, senhores, olhava para o sol como uma Deus, e Anaxágoras como uma pedra inflammada. A commissão nesta sua primeira analyse voltou, como os dois philosophos, vendo uma inscripção, e vendo uns sulcos gravados pela natureza" (RIHGB, 1839, v.1, p.78) - no qual a Antiguidade está presente até na metáfora, mas o temor da ilusão obriga as ressalvas. De qualquer forma, o relato da expedição à Gávea expressa claramente o que é esperado do patrimônio arqueológico brasileiro: que houvessem evidências materiais que comprovassem as ocupações da América pelos fenícios, por exemplo:

A commissão não desespera da gloria, que aguarda o Instituto Historico e geographico na descoberta de taes monumentos; nem da esperança de ver apparecer em seu seio um Champoleon (sic) brasileiro, esse Newton da antiguidade Egypcia ou Cuvier do Nilo, para com o facho de seu genio indagador illuminar esta parte tão obscura da historia primeira do nosso Brazil; e porque ella póde n'um dia contemplar aquelle monumento como Anaxagoras o sol, e no outro como Pythagoras, ver n'aquella rocha uma inscripção gravada pelo acaso e o tempo, ou um padrão, pelo cinzel do homem, deixado às gerações vindouras (R.IHGB, 1839, p.80-81).

A inscrição já é um monumento; o que está em discussão é a capacidade de decifrá-lo. O homem providencial esperado pelo Instituto é quase um herói, e o arquétipo deste decifrador de mistérios não é outro senão Jean-Jacques Champollion (1790-1832).

3.1. O Champollion Brasileiro

Maurice Pope (1999, p.9-10) argumenta que o imaginário da decifração tem um estatuto especial na história da erudição. Trata-se, de certa forma, da descoberta mais espetacular que um erudito pode fazer, abrindo todo um novo campo de pesquisas e da cultura escrita de uma civilização, até então interditas pelo desconhecimento de sua língua. A natureza exuberante deste tipo de descoberta tende a associar-se com a idéia do gênio individual, que unicamente pelo seu mérito e sua visão levaria a ciência adiante através destes marcos fundadores. A decifração dos hieróglifos, evidentemente o resultado de um longo trabalho de erudição realizado não apenas por Champollion, mas por seus antecessores e contemporâneos Georg Zoëga, Silvestre de Sacy e Johan David Åkerblad, entre outros, acabou por tornar-se sinônima de decifração em geral, seja de algum enigma ou inscrição. Champollion, naturalmente, tornou-se o arquétipo do decifrador. Daí a sua utilização como

sinônimo, o que implica, em certo ponto, na aceitação da figura do "grande decifrador" como um personagem que pode ser esperado, por exemplo, pelo IHGB.

Subjaz aí também a vontade de que este campo aberto pela decifração seja o campo da escrita. Escrita e civilização, no pensamento destes argumentadores andam inseparavelmente juntas.

Seja-me permitido somente emitir uma reflexão: é que, por infantil que seja, este desenho, e sobretudo, a idéia de adornar os altos rochedos ou pedras planas das cachoeiras, são provas incontestáveis d'uma superioridade intellectual e d'uma maior aptidão à civilização da parte dos mysteriosos artistas que nos deixaram estes hieroglyphos, que não tentaram até hoje, embora isto valesse a pena, algum Champollion.

Eu entendo superioridade intellectual e maior aptidão á civilização, somente com relação, já se vê, aos índios de hoje.

Ou esta está em plena decadência, depois de ter outr'ora estado prestes a alcançar uma civilização autochthone (sic), ou então a raça indiana que nós conhecemos não é a mesma que produziu os artistas dos hieroglyphos (COUDREAU, *apud* RAMOS 1939, p.192).

Trata-se aqui de um trecho de *Voyage au Tapajoz* (1897), de Henri Coudreau, acerca das inscrições existentes no lugar denominado Cantagallo, na margem esquerda do rio Tapajós. Mas poderia ser qualquer outra das obras que guiam o pensamento de Ramos.

A analogia entre escrita e civilização é tão evidente que os próprios hieróglifos, enquanto não tiveram seu significado fonético estabelecido, receberam por vezes uma interpretação simbólica ainda mais potencializada em função de serem uma escrita (indubitavelmente) indecifrável (o que pressupunha um preparo ou ascensão para a sua leitura). Naturalmente, não se esperaria que uma língua tão misteriosa expressasse assuntos prosaicos; serviria apenas para a expressão de verdades cósmicas ou segredos dos antigos egípcios. Quanto mais hermética a língua, mais elevada a civilização. O polímata Athanasius Kircher, como vimos, foi responsável por alguns dos esforços nesse sentido (POPE, 1999, p.21-32; ECO, 2002, 193-197).

Falamos de Champollion por que o imaginário por ele iniciado é freqüente nas *Inscrições*. O prefaciador Vivaldo Lima, ao expor sua apreciação pelas conclusões de Ramos, apresentou um breve histórico destes esforços de decifração, não apenas do hieroglífico, mas também da escrita cuneiforme, mencionando Pietro della Valle, Kircher, Thomas Hyde, o Conde de Caylus, Carsten Niebuhr, Silvestre de Sacy, Zoëga, Henry Rawlinson, entre outros, e dá especial destaque a Champollion em função da grandeza de seu feito. E, em seguida, equivale Ramos ao mesmo:

Seja como fôr, este exaustivo trabalho sobre Inscrições e Tradições da América Pre-histórica, está destinado a um grande sucesso. Terá elle, certamente, de resistir á opinião e à crítica dos incredulos, como succedeu, vae para um século, com os trabalhos de Champollion, porém um dia os homens de sciencia hão de fazer a devida justiça ao seu autor e colloca-lo no ról dos grandes sabios, destes espiritos illuminados que abriram, com as suas descobertas, novos horisontes á sciencia (LIMA *in* RAMOS, 1930, p.xviii).

As menções a Champollion são recorrentes nas *Inscrições*, tanto nas fontes por ele citadas quanto nos artigos jornalísticos que acompanham os dois volumes nos anexos. Um exemplo de fonte é a argumentação exposta no artigo de Tristão do Alencar Araripe ao IHGB, em 1887, acerca das inscrições lapidares:

De todo este martyrologio, não de um só individuo, mas de uma nação inteira, ficaram alli perpetuadas diversas tradições em caracteres profundamente gravados, que nenhum Champollion soube ainda decifrar. Quatro grandes problemas se nos deparam a respeito das inscrições deixadas por estas varias peregrinações proseguidas em todo o sólo americano: a direcção geral tomada pelas nações emigrantes, a significação de semelhantes inscrições; as épocas em que se effectuaram as diversas emigrações, e os instrumentos de que se serviram os foragidos para abrir em duríssimas rochas a breve historia dos seus itinerários (NETTO *apud* ARARIPE, *apud* RAMOS 1939, p.107).

Esta argumentação é de Ladislau Netto, que Araripe cita no artigo original e Ramos cita como se ela pertencesse ao último. Araripe cita ainda a questão da inscrição da Gávea, da pesquisa relacionada ao manuscrito 512, e de comentários sobre a questão da epigrafia brasileira feitas por outros eruditos. A longa citação de Araripe, aliás comum nas *Inscrições*, retoma a citação a Champollion após mencionar as descobertas de Palenque, no México, e aventar que o passado misterioso da América pode acabar por revelar até mesmo a Atlântida:

Façamos, por nossa vez, as mais meticulosas investigações no Brasil, então surgirá um novo Champollion, pára descortinar o tenebroso cáos do mundo americano, como esse espirito lucido e investigador desvendou no Egypto as épocas niloticas com a decifração dos hieroglyphos.

Façamos a nossa epigraphia ante-cabralina, concita Alencar Araripe, analysemos os caracteres, critiquemos as inscrições, e a arte epigraphica poderá talvez no futuro, resolver arcanos, que hoje mal podemos cogitar.

O estudo das inscrições gregas e latinas, que sábios por toda parte colhem, arrancando-as de sob as camadas superiores da terra, que constituem precioso archivo da humanidade, constantemente nos augmentam as noções históricas e nos dão novas luzes para conhecer a antiguidade, que os auctores subsistentes ao cataclysmo da barbaria da media idade não nos explicam com precisão. (ARARIPE *apud* RAMOS 1939, p.109).

Não se pode deixar de notar a propriedade das palavras de Araripe com relação à argumentação de Ramos, tendo em vista que as *Inscrições* procuram responder a cada uma das inquietações do membro do IHGB. Nem mesmo as referências às citações latinas e gregas

escapam, já que a epigrafia encontrada aqui é... grega.

Já a recepção jornalística das idéias de Ramos, pelo menos no *corpus* documental que acompanha as *Inscrições*, tende também a estabelecer esta relação. Sob o título *Inscrições e Tradição da América pré-histórica, especialmente do Brasil – o Champollion amazonense*, o jornal *O Acadêmico*, de Manaus, publicou em 31 de dezembro de 1927 uma reportagem na qual esta comparação era novamente levantada. O artigo, segundo as *Inscrições*, foi republicado em três outros jornais em estados do Nordeste: o *Diário de Natal* (RN), e nos *Diário da Manhã* e *Gazeta de Sergipe* (SE) (RAMOS, 1939, p.547-548):

Assim como Champollion, celebre orientalista francez, que em 1821, após varias tentativas de sábios em pesquisas para traduzir os hieroglyphos, escripta pela qual “os egypcios exprimiam tudo que respeitava às sciencias e às artes, ou para representar idéias mysteriosas de sua religião”, conseguiu desvendar o segredo daquelle povo, Bernardo Ramos, o notável cientista amazonense, decifrou as inscrições lapidares do Brasil (O ACADEMICO, 31-12-1927, *apud* RAMOS 1939, p.547).

Em outras palavras, Ramos não seria nada mais nada menos que o Champollion brasileiro. Não é, então, apenas o imaginário da Antiguidade brasileira que está presente aqui. É também o protagonismo de seu decifrador, que reconstitui, por um talento especial, um mundo que estava até então encoberto pela ignorância do verdadeiro significado dos petróglifos e da falta de patriotismo dos cientistas que insistiam em atribuí-las a "mera diversão dos selvagens".

3.2. Ramos leitor da Antiguidade

Uma das conseqüências que os detratores do "*linguistic turn*" propalaram é a de que a extrema relativização legítima, de certa forma, interpretações moralmente condenáveis, tais como a negação do Holocausto, por exemplo. Já no campo das interpretações do passado, muito se tem falado sobre as mal-apropriações da arqueologia e da história por parte dos regimes fascista e nazista. Katie Fleming analisou a noção do "abuso" associada a essas interpretações:

A condenação moral e intelectual de seus retornos à Antiguidade pode ser politicamente necessária, mas sempre será teoricamente gratuita. Outros períodos da história, outras estruturas políticas e intelectuais são também "culpadas", em menor ou maior grau, de apropriações (frequentemente oportunistas) da Antiguidade, com todas suas distorções concomitantes, exageros, e supressões⁴⁶ (FLEMING in

⁴⁶ No original: *Moral and intellectual condemnation of their returns to antiquity, then, may become politically necessary, but will always be theoretically gratuitous. Other periods of history, other political and intellectual*

MARTINDALE, THOMAS (eds), 2006, p. 130).

A questão é que a maior parte dos estudos de recepção parte do pressuposto de um leitor imerso na cultura clássica. Difícil é sair da esfera da recepção na cultura de elite em direção à cultura popular ou a interpretações menos "neoclássicas" da cultura do Ocidente. Siobhán McElduff diz que a ênfase nas apropriações do passado clássico por meio das elites leva fatalmente a uma distorção com relação aos grupos que não fazem parte dela, mas que também acabam entrando em contato com referenciais da Antiguidade:

Ao ignorar tais grupos criamos uma falsa história da recepção e dos próprios clássicos. Poucos indivíduos nunca sequer tiveram acesso aos textos clássicos e menos ainda leram esses textos com uma educação completa (ou ainda parcial) na história e cultura clássicas; em lugar disso, a maior parte dos leitores operou por sua vez, e ainda opera, a partir de um conhecimento fragmentário e fraturado dos textos⁴⁷. (McELDUFF in MARTINDALE, THOMAS (eds), 2006, p.180)

Em que medida podemos reconstruir o universo das fontes de Ramos a partir de sua leitura? Mais, como podemos perceber a construção da idéia da Antiguidade brasileira a partir da relação que ele estabeleceu com suas fontes? São estes os desafios que procuraremos abordar em seguida.

Keith Jenkins (2004, p.26) apresenta um relato ilustrativo sobre a prática historiográfica. Jenkins diz que um aluno, ao estudar para uma prova sobre história inglesa, leu o historiador Geoffrey Elton. Ao redigir a prova, este aluno replica a visão de Elton sobre a história daquele período; logo seria "mais acertado" dizer que este mesmo aluno foi aprovado em "Elton", não em história. Ou seja, na visão de Elton sobre a história inglesa. Até aí, não há nada de novo em reconhecer que absorvemos a "história" através de versões; no caso das *Inscrições*, é importante levantar esta questão por que a sua visão do passado, além de ser mediada pelas fontes consultadas (muito heterogêneas, por sinal) foi particularmente afetada pelas restrições físicas do pesquisador. Volumes esparsos, traduções, artigos de periódicos, redes de contatos, obras de referência: o universo das leituras de Ramos é também o campo no qual exercita suas interpretações.

Trata-se, então, de uma Antiguidade de *patchwork*, composta de retalhos de diferentes

structures are also "guilty", to lesser and greater extents, of (frequently opportunistic) appropriations of antiquity, with all their concurrent distortions, exaggerations and suppressions [...](FLEMING in MARTINDALE, THOMAS (eds), 2006, p. 130).

⁴⁷ No original: *By ignoring such groups we create a false history of reception and of classics itself. Few individuals have ever had complete access to classical texts even in translation and fewer still have read such texts with a complete (or even partial) education in classical culture and history; most readers instead operated, and still operate, from a fragmentary and fractured understanding of such texts. (McELDUFF in MARTINDALE, THOMAS (eds), 2006, p.180)*

leituras. São os fenício-índios de Onffroy de Thoron, são os fenícios colonizadores de Raymundo de Pennafort, são os asiáticos e escandinavos de Barbosa Rodrigues, são os fenícios de Ladislau Netto. Cada um destes autores, embora concordasse sobre a veracidade da colonização das Américas na Antiguidade – ou seja, a idéia geral -, divergia dos outros com relação a quase todos os outros pormenores. Ramos não é diferente. A recepção da Antiguidade nas *Inscrições* passa por um duplo processo: a citação de cada um destes autores (que corroboram a idéia geral e funcionam como fiadores da interpretação de Ramos), e a leitura sistemática de Ramos no âmbito da técnica. Ou seja, a recepção da Antiguidade nas *Inscrições* é mais uma recepção da **idéia** da Antiguidade brasileira do que de uma versão específica da mesma.

Chegamos aqui a um ponto crucial da tese. Tratar-se-á, daqui em diante, de demonstrar as leituras que Ramos realizou do conjunto de fontes disponíveis, sob dois aspectos principais: o uso das fontes textuais, ou seja, da bibliografia acumulada por ele, e o da releitura dos chamados “mitos” da Antiguidade brasileira. No nosso entendimento, ambas leituras compartilham do mesmo mecanismo de re-significação, que será delineado no final do capítulo.

3.3 Quais são as fontes das *Inscrições*?

Siobhán McElduff, mencionada acima, argumentou sobre instâncias da recepção que não são usualmente consideradas. Seriam "imperfeições"? Não, o que se pressupõe ser o "leitor ideal" é uma ficção explicativa. Nem mesmo no nosso tempo, dominado pela pretensão universalista da informação, poderíamos supor que alguém tem à disposição todo o conjunto de fontes para algo que queira pesquisar.

Ou seja, não há leitor ideal, e nem instâncias ideais de recepção. No tocante ao nosso objeto, levar isso em conta é apreender que o conjunto de referências disponíveis a Bernardo Ramos no período em que redigiu as *Inscrições*, e que lhes serviram de fonte, é particularmente idiossincrático. O que um rico proprietário na Manaus *da belle époque* poderia adquirir, em termos bibliográficos? Quais poderiam ser os caminhos seguidos por ele para recolher bibliografia e outros subsídios para sua pesquisa?

A resposta é possível, apesar de trabalhosa. Digo trabalhosa em função da maneira em que as citações estão expressas nas *Inscrições*. Nem sempre as notas são da bibliografia citada por Ramos, mas sim de artigos e capítulos de livros que este compilou e transcreveu no texto, a fim de subsidiar suas idéias. Logo, tratam-se de citações de segunda mão. Por outro

lado, as particularidades das citações de Ramos tornam difícil precisar que obra, e, em certos casos, que autor, estão sendo especificamente transcritos.

No entanto, uma leitura detida das *Inscrições* permite estabelecer alguns conjuntos de fontes:

1. Livros de História Geral;
2. Dicionários;
3. Literatura de divulgação (Boletins, revistas, jornais) e Relatos de viagem ao Amazonas e região;
4. Literatura sobre arqueologia brasileira e as hipóteses da ocupação pré-colombiana das Américas por civilizações externas, tanto de produção estrangeira (Thoron) quanto nacional (Barbosa Rodrigues, Ladislau Netto, etc.);
5. Obras pontuais de referência.

Cada um destes conjuntos de fontes exerce um papel específico na construção do texto das *Inscrições*. Em função de sua variedade, e de certos agrupamentos de informação apresentados por Ramos, podemos perceber que ele minerou o conjunto de fontes de que dispunha ao máximo que podia, extraindo não só informações diretamente relevantes para sua explicação, ou que concordassem com suas idéias (raramente), mas também dados e informações que entravam em conflito com sua tese. Neste caso, a argumentação de Ramos é mais ou menos invariável: ele diz que os dados são relevantes, e por isso os reproduz; mas que discorda da interpretação. Por exemplo, Ramos apresenta, em dado momento, a argumentação de Ladislau Netto com relação à adoração do falo entre os *mound-builders* de Marajó (1930, p.218-224), apenas para rematar:

O importante elemento que encerra o presente capítulo, com relação aos *mound-builders* de Marajó, Maracá, etc, é mais uma prova incontestada para corroborar o que nos relata a nossa epigrafia valiosa, de alto alcance prehistorico do Brasil. Ladislau Netto externa-se proficientemente, com effeito, e suas conclusões prudentes revelam muito estudo, admirável paciência e vacillação em demasia (RAMOS, 1930, p.225).

Isto nos leva a outra particularidade das *Inscrições*: a cisão evidente entre a interpretação erudita e a prática da pesquisa. Ramos é claro ao dizer que não poderia explicar melhor que suas fontes a história ou a tradição da Antiguidade, e que por isso restringiu-se à função de interpretar os vestígios do passado espalhados pelo Brasil e pelas Américas. No texto das *Inscrições*, esta divisão é perceptível da seguinte forma: o próprio Ramos articula

poucas linhas no início da argumentação, apresentando o autor que citará; seguem-se páginas e páginas de citações; Ramos as comenta brevemente, apresentando o próximo autor, repetindo o padrão. Alguns capítulos destacam-se em função de explicarem as próprias incursões de Ramos nas expedições que realizou; neste caso, a ênfase é maior nas cópias e decifrações das mesmas. As citações não se restringem apenas à esfera textual. Ramos reproduz imagens dos artigos que cita, dando sua interpretação pessoal das mesmas.

No tocante às fontes escritas, Ramos as deixa falar "por si mesmas", para apresentar os fatos que deseja sejam levados em consideração. Isto, em si, já espelha seu procedimento com relação às próprias inscrições que transcreve ou fotografa. Em sua perspectiva, ele não está interferindo nas inscrições; elas sempre foram fenícias. O passado que reaparece, depois de ignorado pela arrogância dos antiamericanistas, é o que sempre esteve lá.

Claude Lévi-Strauss, em *Minhas palavras* (1986), disse, tratando do totemismo, que certas espécies de comida eram "boas para pensar". Eu penso das *Inscrições* o mesmo. Como não perceber os ecos modernos desta perspectiva na discussão sobre as lutas de perspectiva na história? Trata-se aí de uma questão política. Pierre Bourdieu, em citação já muito batida sobre o poder simbólico (2004, p.14-15), diz que a força deste poder de enunciação/interpretação sobre a realidade se dá justamente em função de sua capacidade de se apresentar como "natural", escondendo sua arbitrariedade e mais, o fato de que ele é resultado de um embate de interpretações diferentes entre os grupos sociais.

Para Ramos, sua defesa do valor do patrimônio arqueológico da Amazônia, a imigração greco-fenícia, e o patriotismo estão intrinsecamente ligados. Nessa perspectiva, os trabalhos etnológicos que atribuíam a autoria das inscrições aos índios são "antiamericanistas", através de um curioso percurso interpretativo. Por exemplo, Ramos ataca alguns "antiamericanistas" como "Carrick Mallery" ou "Kock-Grunberg". No caso, Garrick Mallery (1831-1894) foi um pioneiro na transcrição dos pictogramas indígenas da América do Norte, com *Picture-Writing of the American Indians* (1894); já o etnólogo Theodor Koch-Grünberg também realizou pesquisas semelhantes na Amazônia, e mais especificamente no rio Negro, expressas em seu trabalho *Südamerikanische Felszeichnungen* (1907)⁴⁸. Ramos menciona as duas obras ocasionalmente, comentando ter apenas acesso a parte desta última (1930, p.390). O erro fatal destes eruditos é, como vimos, atribuir a autoria destas inscrições aos próprios índios.

Isto nos leva de volta ao universo das leituras de Ramos. A bibliografia usada por ele é

⁴⁸ Apesar de sua relevância, esta obra de Koch-Grünberg apenas foi traduzida para o português em 2010.

vasta (Anexo IV), o que nos leva à escolha de apresentar apenas as referências mais importantes para a construção do texto como um todo.

3.3.1 Histórias universais, usos locais

Três grandes compêndios emergem das fontes das *Inscrições*: as versões traduzidas da *Storia Universale* (1840-1847) de Cesare Cantú, e da *Allgemeine Geschichte in Einzeldarstellungen* (1876-1891) de Wilhelm Oncken, e a *História do Brasil* (1905-1917), de José Francisco da Rocha Pombo. Ramos dificilmente precisa as edições que usou, mas a edição de Cesare Cantú é portuguesa, de 1875. A outra obra, apesar do título impressionante no idioma original, é apenas “História Universal” na tradução.

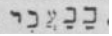
Os nomes dos autores são familiares por que estes grandes compêndios de história universal tiveram grande fortuna no Brasil. Publicados em edições portuguesas, Cantú ainda no século XIX, Oncken a partir de 1910, estes trabalhos tornaram-se uma referência facilmente identificável nas bibliotecas particulares e públicas pelas dezenas de volumes encadernados em capa dura. Cantú e Oncken funcionam, nas *Inscrições*, como fornecedores de informações gerais sobre os povos da Antiguidade e seus usos:

Ocorre-nos ainda que no alto Rio Branco, por exemplo, existe um lugar denominado Canani ou Chanani, que seria de supor significasse – pequena Canaan – tomado o vocábulo *ni* ou *i*, na acepção diminutiva tupy, o que porém não é razoável, não deixando contudo de ter sua analogia.

Em regra, diz Oncken, “*os phenícios, segundo parece, não se serviam do vocábulo Chanaan, mas de uma abreviatura delle, que deve ter sido Kená, porque uma noticia da antiguidade diz que o verdadeiro nome desse país era Chna, ou segundo outro, Ochna, e os dos habitantes chnos, em phenicio kenai’i. [...]*”

[...]

[...] O padre da Igreja, Santo Agostinho, diz, com effeito, que no seu tempo, quando se perguntava aos lavradores da parte da Africa anteriormente carthagineza o que eram, respondiam em phenicio: “Chanani, quer dizer, cananeus””. (grifos meus)

Por conseguinte, aí temos um nome, que teria origem desse povo emigrado, ao qual a região do Rio Branco não lhe fora estranha e se define  canani, Cananeos, que são os próprios phenícios, enquanto o tupy é incontestavelmente recente, não podendo em semelhante caso ser admitido. (RAMOS, 1930, p.26).

Damos em seguida um exemplo de argumentação de Ramos. Em seguida a uma série de imagens detalhando as urnas funerárias da necrópole de Miracauera, o autor as decodifica e explica-as a partir da História Universal, de Cantú:

É intuitivo, porém, que entre essa multidão de traços e figuras estejam compreendidos também symbolos e arabescos de ornamentação ou phantasias próprias a índole do artista, de permeio a outros ritos então seguidos.

É sabido, segundo Cantú: “*que, quando as idéias religiosas começam a germinar no espírito do povo, ellas se revestem, naturalmente, das formas do symbolo e do*

mysterio”.

Cada coisa, em a natureza, póde ser encarada e acolhida como um symbolo, grosseiro, de principio, até o espirito ter descoberto conveniências entre as coisas e as idéas que ellas representavam. O bode fecundador e gerador foi a victima expiatória eimmolada pelo pastor para salvação do rebanho [...] o próprio céu se povoou de symbolos, como os signos do zodiaco, os cem braços de Briareu, o duplo rosto de Ganesa. Saturno devorando seus filhos, as danaiades enchendo o seu tonel sem fundo, as parcas fiando a vida humana; mas assim como os nomes tiveram na sua origem um valor depois perdido, assim se perdeu a significação dos symbolos, e Platão e Zenon não parecem hoje mais engenhosos que verdadeiros na explicação de Homero, que florescia poucos séculos antes d’elles...” (grifo meu) (RAMOS, 1930, p.216-217).

Ramos parte destas considerações para refletir numa lógica altamente simbólica. Não se trata apenas de reconhecer, num desenho de navio, a galera pelo emblema dos antigos fenícios, ou uma forma triangular característica pelo símbolo de alguma divindade fenícia nos trópicos. Tudo passa a ser um enigma passível de decodificação. A própria maneira simbólica do encadeamento da escrita é um testemunho da antiguidade, da filiação e do estágio evolutivo dos povos.

3.3.1.1. Rocha Pombo e as reviravoltas de uma imagem institucional

Wilson Martins, na *História da Inteligência Brasileira* (1978), comentou, acerca da História do Brasil de José Francisco da Rocha Pombo:

Esse foi o tratado pelo qual, durante muitos anos, numerosas gerações de brasileiros aprenderam tudo o que jamais vieram a saber sobre o passado nacional. Rocha Pombo terá concorrido, mais do que qualquer outro para constituir, no espírito do público não-especializado, a nossa visão da história do Brasil (MARTINS, 1978, p.273-274).

Evidentemente, trata-se de uma afirmação passível de relativização, mas é indicativa de que a obra exerceu certa influência formativa no período.

Quando da visita de Rocha Pombo a Manaus, em 1917, a acolhida no IGHA foi entusiástica. Como vimos em capítulo anterior, o historiador paranaense visitou Bernardo Ramos em duas ocasiões, em que foi apresentado ao trabalho das *Inscrições* em andamento. Rocha Pombo chegou mesmo a comentar sobre a tentativa de validação das hipóteses de Thoron em suas *Notas de Viagem*.

No entanto, os trechos da *História do Brasil* citados por Ramos não aparecem nas edições das décadas de 1940-60 que são tão comuns nas estantes de bibliotecas e das quais Wilson Martins fez o elogio acima. O motivo para tal lança luz sobre alguns aspectos pouco conhecidos desta obra.

A primeira edição da *História do Brasil* tinha 10 volumes, e foi mal recebida pela crítica e pelo público (NASCIMENTO, 2013, p.3). Rocha Pombo inseriu discussões nesta edição que seriam extirpadas nas publicações subseqüentes, e principalmente na remodelação da obra realizada em 1922. Segue-se que os primeiros volumes tratavam de discussões que foram julgadas ultrapassadas ou pouco relevantes, sendo esse o motivo de sua excisão. Como disse um comentador, as questões e referências se tornaram “quase incompreensíveis” (SANTOS, 2009, p.147). E é no volume 2, completamente extirpado, que Rocha Pombo cita e debate a hipótese de Thoron:

Passemos agora a ouvir a abalisada opinião de Rocha Pombo, sobre elles e sobre o monumentoso problema da prehistoria Americana:

Na Europa, que saibamos, nenhum trabalho serio se fez, até hoje, que revelasse interesse ao menos pelo formidável problema creado por Thoron. Não há talvez um só espírito que não sinta vontade de sorrir incredulamente, ante a firmeza com que se atreve este homem a lançar um questão assim tão fora e tão aberta das normas da nossa historia clássica. Isto, no entanto, não é razão para que se condemne ou se repulse in limine a these, por mais phantastica que possa parecer. Estranha também foi no século XVIII a descoberta, na Ásia, de documentos até então absolutamente desconhecidos e que vieram projectar sobre a historia dos povos occidentaes uma luz nova e imprevista. Quem tivesse previsto no século XVI tudo que sabemos relativamente à alta antiguidade oriental, não passaria, sem duvida, de um mero phantasia; pois só depois que nos caíram sob os olhos as provas irrecusáveis recolhidas pelos Deperron é que nos convencemos que o movimento da família humana não se deu como até ali suppunhamos. Ora, neste nosso caso americano, póde-se dizer que não dahimos ainda da fase do puro presentimento. Uns affirmam na antiga língua culta do peru- o kichua – a substancia de palavras sanskritas (o illustre philologo argentino Dr Fidel López colligiu para mais de 2000 raízes sanskritas no kichua) [...] outros ainda, como de Thoron, se afoitam a discutir these mais vasta e mais alheia ainda ao espírito clássico e que, se vier a ser victoriosa, subverterá completamente todas as nossas noções actuaes sobre o curso da civilização humana. Comprehende-se que tudo aqui está por fazer. A America ainda não foi estudada. (grifos meus) (ROCHA POMBO, vol.2, p.46 apud RAMOS, 1930, p.47-48).

Comenta-se que os primeiros trabalhos de Rocha Pombo eram idiossincráticos no uso das fontes e teses. “Os critérios [...] não seguiam tópicos acadêmicos, ou de relevância intelectual” (SANTOS, 2007, p.147). É justamente desta *História do Brasil*, anterior à padronização e ao sucesso editorial, que Ramos retirou suas citações. É interessante perceber este ponto de convergência entre trajetórias díspares dos pesquisadores; enquanto as *Inscrições* desaparecem de circulação, a obra de Rocha Pombo, mercê de uma remodelação conservadora, torna-se emblemática.

Cantú, Oncken e Rocha Pombo funcionam como lastros da argumentação de Ramos. Em função da relativa disponibilidade destas obras (nas atas do IGHA do período, aparecem ocasionalmente menções às mesmas), estas seriam as fontes mais acessíveis para informações sistemáticas acerca dos usos e costumes dos povos da Antiguidade a que Ramos se refere

continuadamente. No caso de Rocha Pombo, especificamente, a convergência de temas, ainda que diversa em seu tratamento, tornou especialmente citáveis os trechos onde Pombo comenta sobre as hipóteses de Thoron, por exemplo.

3.3.2 O uso dos dicionários e obras de referência

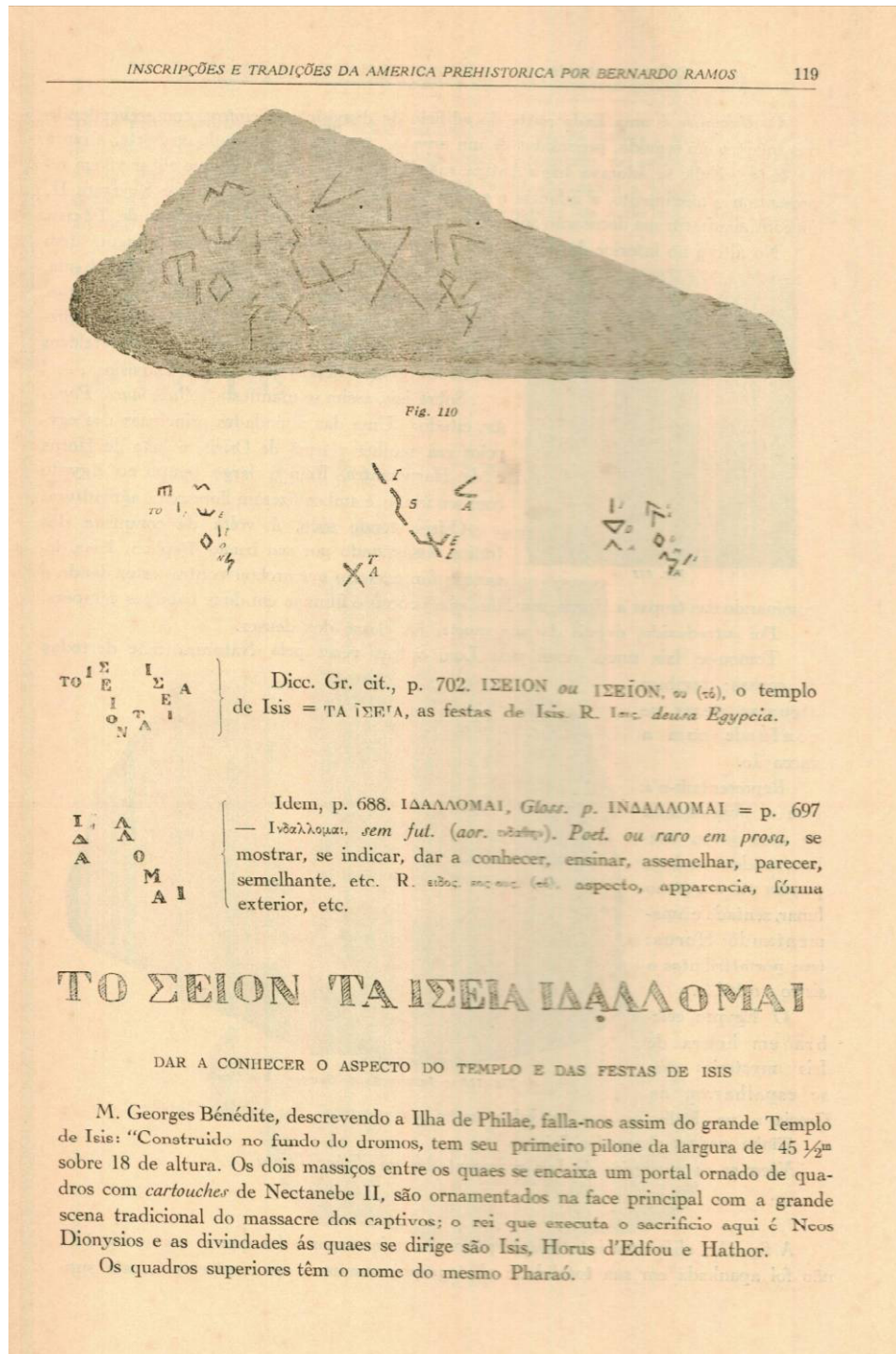
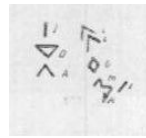

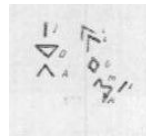
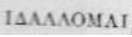


Figura 4. Exemplo de decodificação nas Inscricções. (RAMOS, 1930, p.119).

Como podemos perceber, depois da decodificação, Ramos cita o verbete dicionarizado correspondente à palavra. Neste caso específico, o autor julgou necessário expandir a explicação com o significado adicional deste termo. Aqui está expresso o uso primário dos dicionários e obras de referência usados por Ramos: apresentar as definições sintéticas, tanto lexicais quanto conceituais, das palavras encontradas.

Ramos cercou-se de um número significativo de obras de referência. De certa forma, elas ocupam o papel da erudição; são auxiliares na explicação das inscrições por que as situam, tanto no contexto da língua grega, quanto nos significados destas palavras.



A figura  é na verdade  que por sua vez quer dizer , forma bastarda de *Ἰνδαλλομαι*, que Ramos entende por “Dar a conhecer”. A citação e a explicação do processo às vistas do leitor apenas contribui para a aceitação do mesmo como uma conclusão lógica.

Tratam-se de dicionários variados: de grego, inglês, português, geográficos, históricos, bíblicos. A reunião destas áreas de conhecimento nestes compêndios instrumentalizou Ramos para enfrentar o conjunto de inscrições que pretendeu analisar. Marshall McLuhan disse, replicando um argumento já expresso em trabalhos anteriores: "Todos os meios são prolongamentos de alguma faculdade humana - psíquica ou física" (MCLUHAN, FIORE, 1969, p.54). Na mesma argumentação, apresenta a definição: "o livro é o prolongamento do olho" (1969, p.62-65). É evidente que a argumentação provocativa de McLuhan em *O Meio são as Massagens* (que é a obra em questão) tem por início apenas apresentar, em forma condensada, reflexões estendidas em outros trabalhos. Mas é exatamente esse o papel que os dicionários e obras de referência exercem nas *Inscrições*: são prolongamentos, não só do olho de Ramos, mas do seu arsenal de referenciais mentais: sua cultura. Da mesma forma, eles cumprem uma função vicária, sendo também prolongamentos destas funções para o leitor.

3.3.3 Literatura de divulgação e relatos de viagem

O século XIX viu a emergência de uma vasta literatura voltada para a exploração e desbravamento da natureza ainda inexplorada. As narrativas das grandes expedições de Alexander von Humboldt, Charles Darwin, mas também de Richard Burton, Livingstone,

entre outros exploradores, geraram grande interesse na metrópole de onde partiam estas iniciativas. Essa demanda pelo contato, ainda que vicário, com o exótico e o desconhecido resultou na difusão do gênero literário conhecido como “relato de viagem”, de maneira relevante no Oitocentos. Narrativas de viagem já tinham público na segunda metade do século XVIII, mas o século XIX potencializará sua difusão pelo impulso nas técnicas editoriais. A importância deste gênero em relação com os interesses das potências coloniais foi estudada por Mary Louise Pratt em “Os Olhos do Império” (*Imperial Eyes*, 1992). Uma correspondência local pode ser vista no trabalho de Flora Süssekind, *O Brasil não é longe daqui* (1990).

Bernardo Ramos, nas *Inscrições*, deve muito a este gênero, e suas influências são visíveis, por exemplo, no uso que faz do periódico de viagem *Le Tour du Monde* (vol.1, 1860), notável pelos relatos de exploração a localidades misteriosas.

Na verdade, estes desdobramentos são só um sintoma de uma grande mudança na difusão do conhecimento durante o fim do século XVIII e o século XIX inteiro, com reflexos perceptíveis até mesmo, em ponto local, nas pesquisas de Ramos e nas próprias *Inscrições*.

Peter Burke, no segundo volume da *História Social do Conhecimento* (2012), distingue três grandes “eras” de descobrimentos. A primeira é a própria era das grandes navegações. A segunda, mais interessante para nós, vai de 1760 a 1860, com ecos até inícios do século XX, e a terceira diz respeito à exploração espacial, ora em curso. Enfatizemos a segunda “era”. Nela, ocorre um impulso para a reformulação do conhecimento sobre o mundo em vários aspectos; primeiramente, na obtenção de informações, com o aumento da importância da observação como ferramenta (BURKE, 2012, p.50-53). Aqui, a exploração científica, tanto em termos espaciais (expedições geográficas) quanto temporais (expedições arqueológicas e/ou históricas) tornam-se fontes privilegiadas de informações. Estas grandes explorações (Humboldt em 1799 e 1804; Darwin na década de 1830; Niebuhr, entre 1761-67; Champollion em inícios do XIX; Schliemann em 1870, entre outros), aparecem recorrentemente nas *Inscrições* e em suas fontes como modelos, paradigmas, exemplos a seguir. A própria obra de Ramos pretende se situar neste âmbito de exploração. Burke distingue ainda outras vertentes, tais como a acumulação de coleções ou o levantamento de dados.

Em segundo lugar, reformula-se a análise dos dados. Burke distingue uma série de procedimentos: classificação, decifração, reconstituição, avaliação, datação, contagem-medição, descrição, comparação, explicação, interpretação, narração e teorização. Trata-se então do aperfeiçoamento destas ferramentas de análise crítica dos dados, com vistas a tentar

construir um edifício teórico-explicativo. Por último, Burke fala sobre os meios de disseminação do conhecimento. O autor lista vários, como a realização de conferências, exposições, cartas, escrita, imprensa periódica, os próprios livros (aí inclusa a recente temática de divulgação científica), assim como o aumento do uso dos recursos visuais (como gráficas, tabelas, ilustrações) como ferramenta.

É curioso perceber como a atuação de Ramos contempla a maior parte destas palavras-chave elencadas por Burke. Quando pensamos na obtenção de informações, podemos referi-la à coleção numismática, ou ainda às expedições realizadas nos rios do Amazonas em busca de inscrições; já o próprio texto das *Inscrições* situa-se dentro do paradigma da análise de dados: decifração, classificação, reconstrução etc. Com relação à disseminação do conhecimento, poderíamos citar as exposições de 1900, as conferências realizadas por Ramos no Rio de Janeiro em 1921, as publicações do Catálogo da Coleção Numismática e as próprias *Inscrições*. Destaca-se ainda o uso massivo de tabelas e imagens, não só nesse último texto, mas nas outras ocasiões em que Ramos pôde falar sobre suas pesquisas, como, por exemplo, nesta entrevista:

(Interlocutor) - Mostre-nos algumas destas inscrições.

(Ramos) - Vejamol-as. Tenho 1.800, interpretadas de acordo com os alfabetos, grego e fenício-canané, que organizei, à custa de paciente e afanoso trabalho. Começemos pelo Brasil.

E o illustre cientista passou a mostrar-nos uma infinidade de inscrições gravadas em caracteres de varias origens, existentes no território pátrio, entre as quaes uma na Bahia se refere, nominalmente, a Pisistrates (RAMOS, 1939, p.539-540).

Ramos beneficiou-se de outros desdobramentos desta disseminação. Burke situa neste momento o início da literatura de divulgação popular da ciência, assim como da produção em massa de periódicos de variadas temáticas. E é aí que se encaixam uma série de periódicos aos quais ele teve acesso, retirando trechos e notícias que dissessem respeito à sua investigação, tanto de escopo geral (revistas *Pelo Mundo*, setembro de 1926; *Portugal* fevereiro de 1927; *Rio Paris*, 1920; *A Ilustração Brasileira*, janeiro de 1922; *Eu Sei Tudo*, fevereiro de 1926, *Era Nova*, setembro de 1928), ocasionais publicações estrangeiras (*The New York Times*, 20 de janeiro de 1924; revistas *El Grafico* (Colômbia), fevereiro de 1920; *Cromos* (Colômbia), maio de 1921, *Revista de la Sociedad Científica de Chile*, 1918; *L'Illustration* (França), março de 1926, *Revue des Revues* (França)), até inserções heterogêneas, que reforçam o caráter onívoro da busca de informação (revista *Missions Posten* (Suécia), novembro de 1924, *Journal de Dietetique et Bacteriotherapie* (França) 1906?), por exemplo. A possibilidade de acesso (que não supomos fosse constante) a

periódicos de várias partes do mundo permitiu a Ramos expandir grandemente seu modelo interpretativo. Certamente um caso interessante neste sentido é dado no final do segundo volume das *Inscrições*, sob o tópico “Inscrições Curiosas”:

*

INSCRIÇÕES CURIOSAS

E' digna de interesse uma inscrição publicada em o *The National Geographic Magazine*, de Fevereiro de 1916, e reproduzida ás fls. 162, pela importante obra — *Origens Chaldaicas da Biblia* — publicada pelo notavel escriptor Alvaro Reis — 2ª edição de 1918. Este specimen acha-se exposto no Seminario Geral Theologico da Cidade de New-York e fôra interpretado pelo Professor Barton de Bryh Mawr, de modo diverso do que se nos afigura.

Não podemos saber qual é a paleographia seguida pelo illustre professor, para conseguir esse resultado originalissimo.

Sendo a nosso ver a inscrição de caracter grego primitivo, como as que temos demonstrado, pedimos venia para offerecer a nossa interpretação, no intuito de chegarmos a uma conclusão clara e positiva sobre este assumpto epigraphico, que não tem passado de conjecturas e muito interessa á nossa prehistorica como á de varios paizes.

Trata-se de um problema que precisa ser resolvido a bem da sciencia.

O illustre Professor elabora em erro ou nós; e é o que precisamos investigar. Elle dá apenas a summula de seu trabalho, e nós não só fazemos o mesmo, como vamos até á demonstração paleographica e é r'este caso que desejaríamos a sua reciprocidade. E' possivel que elaboremos em erro; e tratando-se com um Professor, consideramos sempre util a lucidez de seus ensinamentos.

E' pena que a estampa seja tão diminuta, para ser ampliada, principalmente porque contém caracteres executados em éras remotas (mas nunca *ha sete mil annos!*) segundo revela a inscrição.

O proprio assumpto, que deduzimos em nossa interpretação, dá-nos claramente a época em que foi feita e só podemos admittir aquella asserção como um simples e natural engano chronologico.

Eis acima a interpretação alludida dada á inscrição, sendo opportuno, sobre esta, offerecermos a nossa. Para este fim a dividiremos em 9 partes e proseguiremos na

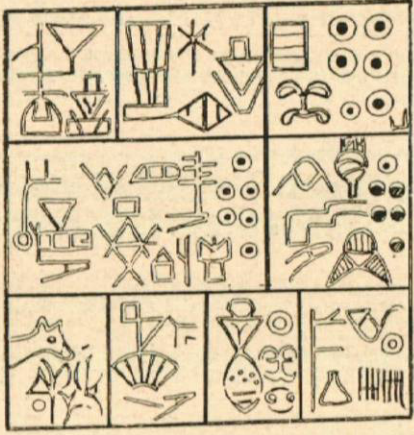


Fig. 2.057

“Uma inscrição de “sete mil annos” (?) que se acha exposta no Seminario Geral Theologico da Cidade de New York, cuja traducção, segundo o Professor Barton, de Bryh-Mawr, é a seguinte: — “3005 bardanas de um campo de argilla, da terra do pôr do sol, pectnente ao sacerdote Sadatur; 36050 covados do lado Akkadwards, o mais brizo, desde o principio; 36850 covados na direcção da largura do úggurat de Shamash, a brilhante senhora; 36000 covados para o templo de Shamash, o mensageiro de Ab, o brilhante; a 36050 covados ao lado da montanha, a morada de Shukura, o PA-AZAG. Possa elle dar força; possa elle abençoar.” — *The National Geographic Magazine*, fev. 1916.”

Figura 5. Inscrições Curiosas (RAMOS 1939, p. 445).

Para Ramos, esta inscrição não era nada mais que uma série de repetições dos termos gregos “Ilíada” e “Odisséia”, em lugar das fantasiosas interpretações referentes ao *ziggurat* de Shamash e divisões de terras.

3.3.4. A literatura estrangeira e nacional sobre as migrações transoceânicas

3.3.4.1 Ramos e Thoron: Tradições e Inscrições

As poucas informações que possuímos sobre Jules-Henri Onffroy de Thoron (1810-1893) dão a idéia de uma vida aventureira. Nascido na Jamaica, filho de nobres refugiados da Revolução Francesa, Thoron retorna a Paris na década de 1830. Depois de um breve período de experiência militar, dirige-se ao oriente, passando pela Turquia, Síria e Líbano, onde envolveu-se nas disputas militares locais. O próprio Onffroy afirma ter sido eleito “emir” em 1840. Após estes acontecimentos, Thoron visita a Europa e dirige-se às Américas: Haiti em 1849, um breve período nos Estados Unidos relacionado à prospecção de ouro, e depois estabelece-se no Peru em 1850, permanecendo na região por doze anos.

Depois de ter prestado serviços ao governo equatoriano na determinação de demarcações geográficas, Thoron retornou à França em inícios da década de 1860. Suas publicações começam a surgir em seguida.

A primeira delas é *L'Amérique Équatoriale* (1866), que é basicamente um relato de suas experiências nas Américas. Algumas de suas idéias mais exóticas já se encontram aqui, como a da existência da Atlântida e dos contatos entre os antigos povos das Américas com o Egito, por exemplo (THORON, 1866, p.ix-xii). Thoron diz, no prefácio desta obra, que já formulou um trabalho sobre estas hipóteses. Acreditamos que este seja o opúsculo sobre as viagens de Salomão, publicado no periódico *Le Globe*, de que trataremos brevemente.

Em *L'Amérique Équatoriale*, já aparecem indícios de uma característica marcante de Thoron. Ele acredita firmemente que suas conclusões são inequivocamente corretas e visivelmente importantes. Um exemplo é o caso, narrado por ele, em que teria visto nas Américas uma espécie de “peixe-cantor”. Ao chegar a Paris, Thoron enviou uma memória sobre este animal à Academia de Ciências, ressentindo-se grandemente da pouca acolhida que lhe deram.

Poucos anos depois, Onffroy publica um pequeno artigo na revista geográfica *Le Globe*, de Genebra. Trata-se de *Voyages triennaux des flottes d'Hiram et de Salomon au fleuve*

des Amazonas (1869), onde já defende sua idéia principal: a do contato transoceânico entre os povos da Antiguidade Oriental e as Américas. Os sítios, mencionados na Bíblia, de Ofir, Társis e Parvaim, estariam localizados no Novo Mundo.

Em 1886, Thoron publica outras duas obras: um dicionário francês-quíchua, idioma falado no antigo império inca, e *La Langue Primitive depuis Adam jusqu'a Babel. Son passage en Amérique, ou elle est encore vivante*, onde afirma que a língua quíchua são é senão a língua-mãe da humanidade.

A partir do ano seguinte, Thoron redige sua obra final, *Les Pheniciens à l'île d'Haiti et sur le continent americain* (1887-1889). Nesta obra, Thoron expande suas idéias sobre o contato transoceânico entre as Américas e as civilizações do mediterrâneo antigo. Bernardo Ramos, nas *Inscrições*, baseia-se nesta obra e em sua versão anterior, de 1869, que foi publicada por duas ocasiões em português:

É de facto admirável a tenacidade e perseverança com que D. Henrique Onffroy de Thoron vem de longa data se occupando da elevada questão *Antiguidade da Navegação do Oceano, Viagens dos Navios de Salomão ao Rio das Amazonas, Ophir, Tarschisch e Parvaim*, e de tantos outros assuntos Philologicos, Historicos e Archeologicos.

A elle deve a nossa Municipalidade a importante offerta do extracto do jornal geographico *O Globo* (7ª e 8ª secção), Novembro e Dezembro de 1869, publicado em Genova, offerta esta levada a effeito, aqui em Manáos, por intermédio do Revmo. Pe. Theodoro Gabriel Thauby, em 15 de Fevereiro de 1876. A Municipalidade determinou a respectiva impressão em folhetos, executada pelas officinas do *Commercio do Amazonas*, no mesmo anno, fazendo-o distribuir por seus munícipes.

Mais tarde, em 1906, foi este opúsculo reeditado por ordem do então Superintendente Cel. Miranda Lisbôa, trabalho que sempre apprehendeu a nossa particular attenção e nos serviu de estímulo à consecução da presente obra.

[...]

Thoron estabeleceu theses que a ninguém, do mesmo modo, bem fundamentadas, foi dado refutal-as, que nos conste. Como polyglotta, tem firmado principalmente o seu alto saber em suas obras publicadas, entre ellas: *Grammatica e Diccionario francez e kichua*, *A America Equatorial*, e outras. O que não mais é dado negar é o valioso contingente à nossa prehistória, com desprendimento de outro interesse, ao unicamente scientifico. Já encontramos, não refutadas suas theses, contidas no oppusculo offerecido à nossa Municipalidade, mas singularmente appensas, *como simples curiosidade*, à obra de um valioso historiador.

Justos louvores, não obstante, têm merecido seus preciosos trabalhos e muito subsidiam nosso ponto capital esses vastos assumptos, si bem ultrapassem alguns ao nosso modo de ver (RAMOS, 1930, pp.46-47).

Aqui Ramos rende tributo à influência de Thoron na construção de sua tese, mas é cauteloso em afirmar que não subscreve todas as suas idéias. De fato, a utilização dada por Ramos às obras de Thoron é pragmática, no sentido de aproveitar as relações etimológicas fartamente dispersas em *Les Pheniciens* para subsidiar suas próprias traduções e interpretações de topônimos amazônicos.

No entanto, uma idéia bastante acurada do estilo de escrita de Thoron apenas pode ser dada através de uma citação direta:

[...] Em um escrito publicado em Genebra em 1869 [...], atraí a atenção dos sábios para minha descoberta das “Viagens trienais das frota de Salomão e de Hiram ao rio das Amazonas”, donde todos os marinheiros eram fenícios. Lá ficavam as regiões de Ofir, Társis e Parvaim [...]

Minha segunda descoberta, aquela da “língua primitiva” que, sob o nome de Kichua, é ainda falada na América do Sul, é o feito mais extraordinário e inesperado que se deu dentro da lingüística e da história, assim como a provam minhas demonstrações claras e precisas, que, como um golpe de clava lançada ao conhecimento e à ciência destes Michel Bréal, Oppert e Renan, lhes prostrou mudos e sem ação [...]

A obra que presentemente publico [...] faz conhecer minha terceira descoberta histórica. Este trabalho será como um prefácio da história antiga da América. [...] Assim, meus êmulos (sic) e eu, devemos esperar o benevolente concurso, e o próprio apoio, das pessoas esclarecidas, particularmente daquelas da América, que tenham um interesse patriótico no desenvolvimento dos estudos americanos, assim como em tudo que marche na via do progresso.

A formação de um comitê central de iniciativa para as pesquisas históricas é portanto muito desejável, no que há a necessidade de reagir contra o espírito hostil dos antiamericanistas, e contra o preconceito de certos professores tidos por sábios, no próprio College de France [...] de rejeitar *a priori* e sem exame os documentos da antiguidade americana, desdenhando as fontes de novas luzes, que o sábio verdadeiro acolhe com satisfação, no interesse da ciência. Mas, a seu lado, têm o ramerrão retrógrado, o vaidoso, que rejeita toda superioridade a si, e, acrescentando a fraude desleal à injustiça, se esforça em varrer debaixo do tapete as obras luminosas que lhe ofuscam ou aquelas que são a crítica de suas doutrinas. Mas o tapete tem rasgos por onde se escapa a luz: aquela que se levanta e brilha no Ocidente: **e vespere vera lux**⁴⁹. (THORON, 1889, p.7-9).

Desculpe-se a citação longa, mas ela resume admiravelmente o viés thoroniano. A censura inicial ao *establishment* acadêmico, espalhadas pelos capítulos do livro, chega ao paroxismo no Apêndice C da obra, onde Thoron afirma ter se candidatado ao *Prix Volney*,

⁴⁹ No original: *En effet, dans un écrit publié à Genève en 1869 [...] j'attirai l'attention des savants par ma découverte des "Voyages triennaux des flottes de Salomon et d'Hiram au fleuve des Amazones" et dont tous les marins étaient phéniciens. Là se trouvent les régions d'Ophir, de Tarschich et de Parvaim [...]*

Ma seconde découverte celle de "la Langue primitive" qui, sous le nom de Kichua, est encore parlée dans l'Amérique du Sud, est le fait le plus extraordinaire et inattendu qui se soit produit dans la linguistique et l'histoire, ainsi que le prouvent mes démonstrations claires et précises, qui, comme un coup de massue porté à l'enseignement et à la science des Michel Bréal, des Oppert et des Renan les ont étendus inertes et muets. [...]

L'œuvre que je publie présentement [...] fait connaître ma troisième découverte historique. Ce travail sera comme une préface de l'histoire ancienne de l'Amérique [...] Aussi, mes émules et moi, devons-nous espérer le bienveillant concours, l'appui même, des gens éclairés, particulièrement de ceux de l'Amérique, qui portent un intérêt patriotique au développement des Études américaines, comme à tout ce qui marche dans la voie du progrès.

*La formation d'un Comité central d'initiative pour les recherches historiques est d'autant plus désirable, qu'il y a nécessité de réagir contre l'esprit hostile des anti-américanistes et contre le parti pris de certains professeurs réputés pour savants, au Collège de France même [...] de rejeter a priori et sans examen les documents de l'antiquité américaine, dédaignant les sources de lumières nouvelles, que le véritable savant accueille avec satisfaction, dans l'intérêt de la science. Mais, à côté de celui-ci, il y a le routinier rétrograde, le vaniteux, qui craint toute supériorité à la sienne; ajoutant la fraude déloyale à l'injustice, il s'efforce de mettre sous le boisseau les œuvres lumineuses qui l'offusquent ou celles qui sont la critique de son enseignement. Mais le boisseau a des fissures d'où s'échappe la lumière celle qui se lève et brille à l'Occident: **e vespere vera lux**. (THORON, 1889, p.7-9).*

dado pelo *Institut de France* e pela *Academie des Inscriptions et des Belles-Lettres* para trabalhos de lingüística comparada. Tendo oferecido para apreciação em 1887 seu Dicionário e Gramática francês-quíchua, assim como a *Découverte de la Langue Primitive*, Thoron acredita ter sido descaradamente preterido em função de intrigas “semíticas”, e finaliza sua argumentação ficcionalizando o julgamento de suas obras sob uma forma de peça teatral onde os “Judas” (Michel Bréal, Ernest Renan, Gaston Paris), os “Pilatos” (Xavier Marmier, Gaston Boissier, Alfred Mézières) e o “Fariseu” (Berthelot) debatem sobre a concessão do prêmio. Mesmo nesta peça, Thoron não consegue deixar de fazer seus inimigos reconhecerem a grandeza de suas obras.

Esta diatribe encerra com uma acusação contra a judaico-maçonomia que estendeu seus tentáculos, segundo Thoron, até mesmo à concessão do *Prix Volney*, fazendo com que este fosse dado a um judeu italiano, o prof. Ascoli. É interessante relatar que, o que seria apenas visto como uma excentricidade agressiva ganha contornos sinistros quando se percebe que a França, neste período, passa por um grande crescimento dos sentimentos anti-semitas na população, que teria seu clímax no *Affaire Dreyfus* (1896).

Voltemos a Thoron:

As antigas tradições verbais contém os primeiros dados da história das nações; elas precedem as tradições escritas e, como elas, se perpetuam através das eras; elas narram, em geral, as origens dos povos, as ações heróicas de seus guerreiros, e elas nos contam fatos maravilhosos que beiram o sobrenatural, ou que misturam às ficções contrárias à razão; elas nos transmitem, entre lembranças cosmogônicas, as origens dos diversos cultos religiosos, elas nos fazem assistir às cenas lamentáveis e assustadoras das convulsões do globo, enfim, nós achamos os traços das migrações sucessivas das populações para além dos mares longínquos. Tudo isso, como se vê, é de um grande interesse histórico e geográfico⁵⁰ (THORON, 1889, p.15).

Podemos perceber que o peso dado por Thoron à tradição é muito grande. Até mesmo as narrativas míticas, uma vez depuradas de seus aspectos sobrenaturais, são válidas como fontes de informações sobre as relações, dependências, descendências ou parentesco entre os povos antigos. Thoron, a fim de estabelecer a veracidade das tradições antigas, postulava o uso da filologia comparada como critério de mensuração e distinção (THORON, 1889, p.15).

⁵⁰ No original: *Les antiques traditions verbales contiennent les premières données de l'histoire des nations; elles ont précédé les traditions écrites et, comme celles-ci, elles se perpétuent à travers les âges; elles rappellent, en général, les origines des peuples, les actions héroïques de leurs guerriers, et elles nous content des faits merveilleux qui touchent au surnaturel ou qu'elles mêlent à des fictions contraires à la raison; elles nous transmettent, avec les souvenirs cosmogoniques, l'origine des divers cultes religieux; elles nous font assister aux scènes lamentables et effrayantes des convulsions du Globe; enfin, nous y trouvons les traces des migrations successives des populations, jusqu'au delà des mers lointaines; tout cela, comme on le voit, est d'un grand intérêt historique et géographique.* (THORON, 1889, p.15).

Munido dessa premissa, Thoron partiu para a leitura dos autores da Antiguidade. Curiosamente, sua própria idéia é antiga: o grego Evêmero já afirmava que os antigos mitos não eram senão histórias reais acrescidas do extraordinário, ou relatos históricos disfarçados de parábolas. Ramos o segue fielmente nesse aspecto, não apenas no sentido de validar as associações feitas pelo mesmo, mas de tomar a própria versão de Thoron como carregada de autoridade. Neste sentido, não é incomum encontrar nas *Inscrições* as evidências das migrações e personagens de Thoron. Por exemplo, o herói mítico Votan, associado ao culto da serpente, é encontrado numa inscrição do local conhecido como Lages, situado na confluência dos rios Negro e Solimões:

ou o fim da viagem empreendida. Mas notamos que em hebreu ζ (z) permuta com o samech D (s); que este representa a serpente enrolada e em repouso. Das observações precedentes resulta que ζ corresponde a S e que D corresponde a S ou $\zeta\zeta$: $\text{SS}::\text{DD}::\text{S}$.



Fig. 703 — Inscrição das Lages

Os dois samech DD , por sua vez pronunciados *sous*, significam cavallo; ora, o cavallo era o emblema dos Carthaginezes (1).

A aproximação symbolica destes diversos signos é natural e expressiva, porque indica que chevien Votan era um chefe preponderante entre os Carthaginezes, mas occultava seu verdadeiro nome sob um pseudonymo com a significação da serpente.»

«Votan conta, que tinha sob suas ordens 19 outros chefes que dirigiam os primeiros emigrantes com o nome de Shan; ora em hebreu ζD *than* é igual a Shan (2) e estes dois termos significam serpente; isto faz ver que estes emigrantes eram tambem sectarios da serpente.»

«O emprego dos tres termos diferentes — *shan shivim* (shiphim) e *Votan* (photan) — são synonymos, servia sem duvida aos designios do legislador Mexicano.»

«Votan diz ainda que fez quatro viagens de Voloum Votan a Voloum Chivim e que de passagem visitou a habitação das 13 serpentes; é justamente a indicação de Haiti, onde ha cavernas, nas quaes são esculpidas imagens de serpentes e é mesmo provavel que na caverna sagrada se conservassem vivas treze serpentes; este numero 13 deve ter uma



significação que ignoramos; mas estas serpentes vivas e emblematicas deviam ser tratadas com cuidado, como se vê ainda hoje em alguns cantões da Suissa, onde conservam animaes vivos, que servem de emblemas a estes diversos cantões. M. Bras-seur de Bourbourg diz que duas estatuas de madeira, tendo ambas uma serpente enrolada, foram offerecidas a Christovam Colombo, pelos indigenas, por ocasião de sua segunda viagem ás Antilhas.»

(1) Em suas medalhas, o cavallo pastando, assignalava a paz, a liberdade ou simplesmente um paiz abundante, enquanto que em desfilada, o paiz em agitação ou guerra. Algumas vezes designava as victorias dos jogos publicos, como sobre as medalhas do rei Hiéron II, etc.

(2) Em hebreu as letras *sh* e *th* se permutam.

Figura 6. O nome de Votan nas lages amazônicas. (RAMOS 1930, p.332).

Não por acaso, o nome de Votan está criptografado sob a forma de uma cobra. Isto demonstra a força que a leitura das tradições exerce na visão com que Ramos interpreta a paisagem.

A influência de Thoron nas *Inscrições* é inequívoca, e perceptível até mesmo na evidenciação de suas hipóteses na própria paisagem analisada por Ramos. Porém, a sua função na obra é semelhante à de outras citadas: a validação teórica das interpretações práticas das *Inscrições*. Particularmente úteis a Ramos são as traduções thoronianas dos topônimos e vocábulos americanos nos termos de suas origens supostamente hebraico-fenícias, que constituem um capítulo inteiro de *Les Pheniciens* e são substancialmente transcritas nas *Inscrições*, com relação aos lugares por ele analisados.

3.3.4.2 Vikings, Chineses, Fenícios? Ramos e a discussão oitocentista sobre a arqueologia amazônica

Dissemos anteriormente que Ramos abordou, de uma forma ou de outra, as principais discussões sobre a arqueologia brasileira do Oitocentos.

Na década de 1870, travou-se uma disputa entre dois renomados estudiosos brasileiros, João Barbosa Rodrigues (1842 - 1909), e Ladislau de Souza Mello Netto (1838-1894). Barbosa Rodrigues defendeu duas hipóteses para a explicação de alguns aspectos da cultura amazônica pré-colombiana; primeiramente a existência de contato com a cultura nórdica-viking, supostamente ocorrida no século IX d.C, e, em trabalhos como *Ídolo amazônico achado no Rio Amazonas* (1875) e *O Muyrakitâ e os ídolos simbólicos* (1888), defendeu a existência de migração de populações asiáticas nas Américas. Um argumento comum à essas duas obras seria a existência de adereços e estatuetas de jadeíta e nefrita em nosso continente, quando segundo Rodrigues estes minerais apenas seriam encontrados naturalmente na Ásia (FERREIRA, 2010, p.42-44).

Rodrigues, enquanto diretor do Museu Botânico do Amazonas, liderou escavações arqueológicas na região e publicou seus resultados nos números da efêmera publicação do Museu, *Vellosia*, intitulados *Antiguidades do Amazonas: a necrópole de Mirakanguera* (1892). O vasto material cerâmico obtido por Rodrigues foi fartamente retratado na obra. É interessante perceber como os referenciais clássicos, ainda que ausentes da teoria de Rodrigues, reaparecem em seu discurso: “Comparem-se as suas formas, com as semelhantes da indústria grega, da romana antiga, com a dos egypcios e asiáticos [...] e ver-se-á que mais graciosas e corretas não são as linhas nem mais bem acabadas as proporções” (RODRIGUES

1892, p.18-19, *apud* FERREIRA, 2010, p.48).

Nas mãos de Ramos, o farto material iconográfico deu ensejo a longas transcrições, reproduções de imagens, e interpretações próprias. O capítulo V das *Inscrições* trata especificamente de Miracãuera (Mirakanguera). No entanto, antes de proceder à descrição das urnas funerárias lá encontradas por Rodrigues, Ramos apõe excertos da *História Universal*, de Oncken, tratando dos usos funerários dos fenícios, e especificamente das figuras antropomórficas de seus sarcófagos. Essas citações, ilustradas com as urnas funerárias amazônicas, geram uma relação de sentido entre elas: para Ramos (e para o leitor) está se tratando da mesma coisa (RAMOS, 1930, p.163-180).

Naturalmente, Ramos também conclui depois de resumir Barbosa Rodrigues:

Como vínhamos dizendo, nas urnas ou acessórios fúnebres percebem-se signos ou caracteres graphics, mas tão sumidos, que em vão seria tentar decifrá-los, sendo de lamentar esta circunstância, como a do illustre botânico, disto não fazer qualquer menção.

[...]

Às correntes impetuosas do Amazonas deve-se a profanação de Miracãuera, fazendo vir à luz do sol asylos sepulchraes que representam, no entanto, valioso elemento para a nossa archeologia. A figura ou symbolo predominante, como já dissemos, representado no tampo das urnas, no alto, nas faces, em acessórios fúnebres em muitos outros objetos, é a cabeça, como que penteada com o *klaf* e com o *uræus* na frente, á semelhança na Sphinge Egypcia; já demos suficiente interpretação, quando tratamos das figuras 185 e 186 (**NOTA: Tratam-se de ilustrações de sarcófagos fenícios**), não menos que as gravadas, se bem mais simplificadas, nos blocos de Itacoatiara, Maquará e foz do Uatumã.

Do mesmo modo acontece com a tradicional galera, sempre desenhada ou esculpida de permeio a duas cabeças, que figuramos ser supremas divindades de origem phenicia. É que na época a que se refere o autor citado consideravam-se as inscrições de Itacoatiara como simples specimens *cryptographicos* ou *hieroglyphos indianos*, sem valor, ao passo que hoje já lhe damos a respectiva interpretação (RAMOS, 1930, p.177).

Já Ladislau Netto, diretor do Museu Nacional, posicionou-se contra Barbosa Rodrigues ao afirmar que a cerâmica da região era de origem asteca-incaica. Netto também publicou seus resultados de pesquisa, voltados para a cerâmica marajoara, igualmente com grande material iconográfico. Para Ramos, porém, o conflito entre os dois pontos de vista não afetava em nada sua utilização das informações de ambos pesquisadores: no Capítulo V, passa-se de Rodrigues a Netto de um parágrafo a outro. Deve-se isto ao fato de Ramos negar as conclusões de ambos, dissociando imagens e descrições de suas interpretações originais.

Um aspecto interessante do texto das *Inscrições* nessa parte é a interpretação dada por Ramos a partir das informações de Netto em um capítulo dos *Archivos do Museu Nacional* (1885, vol 6). Nele, o autor tratava dos motivos decorativos da cerâmica marajoara,

assim como das reproduções estilizadas da face humana nelas encontradas:

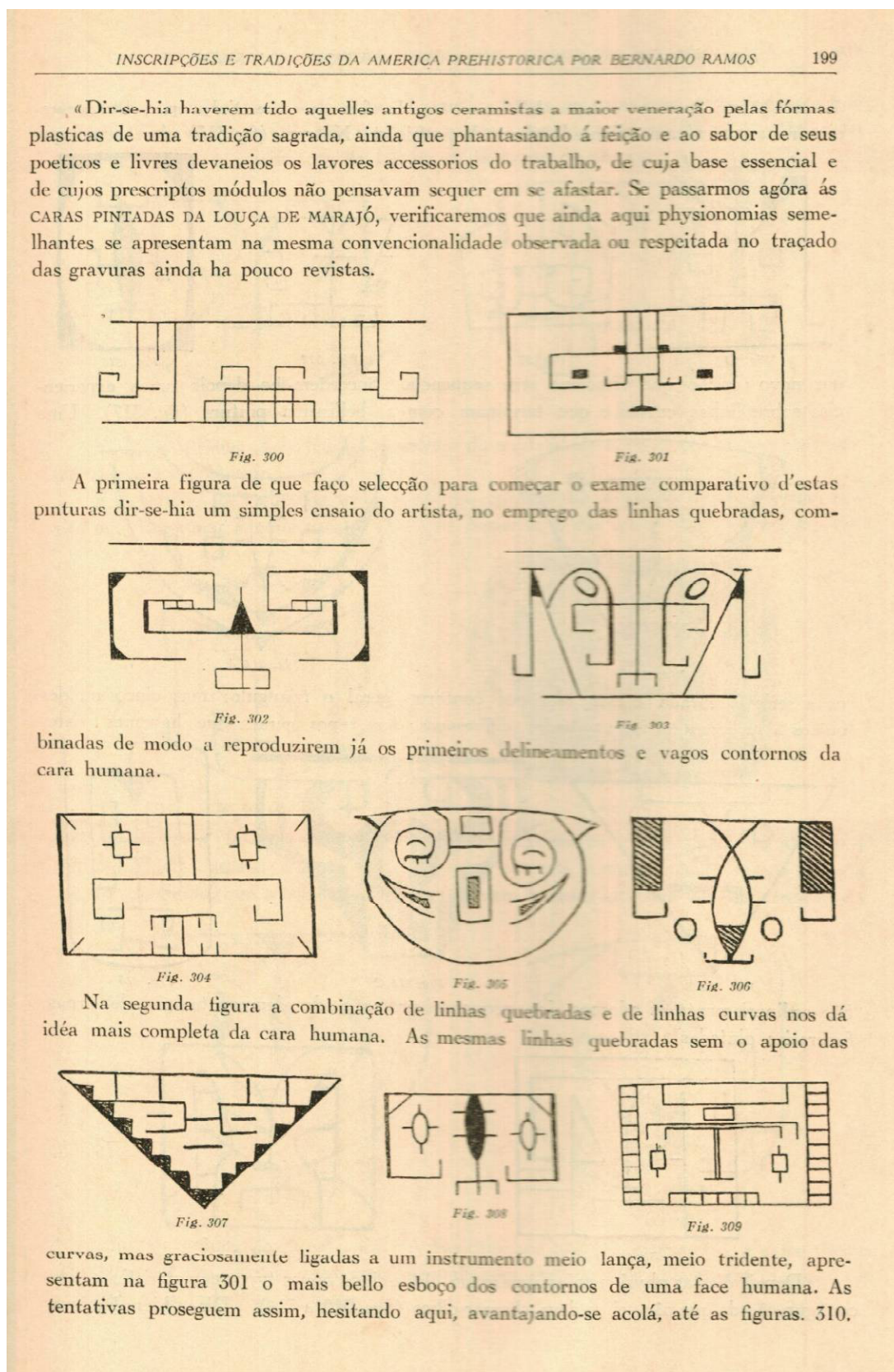


Figura 7. Citação de Ladislau Netto (RAMOS, 1930, p.199).

A discussão é rapidamente transferida dos *mounds* marajoaras para outra esfera de

discurso. Para Ramos, as diferenças nos sítios estudados por Barbosa Rodrigues e Ladislau Netto são estilísticas: as de Miracãuera tem estilo fenício; as de Marajó, grego (RAMOS, 1930, p.202). O autor parte daí para uma breve citação de um trabalho sobre as estatuetas gregas do período cicládico, notáveis pela estilização das formas humanas. Apoiando-se nesta relação geométrica, por assim dizer, Ramos conclui, surpreendentemente, que as formas geométricas da cerâmica marajoara são gregas, e, mais do que isso, são inscrições, tratando da morte e de interditos sagrados:

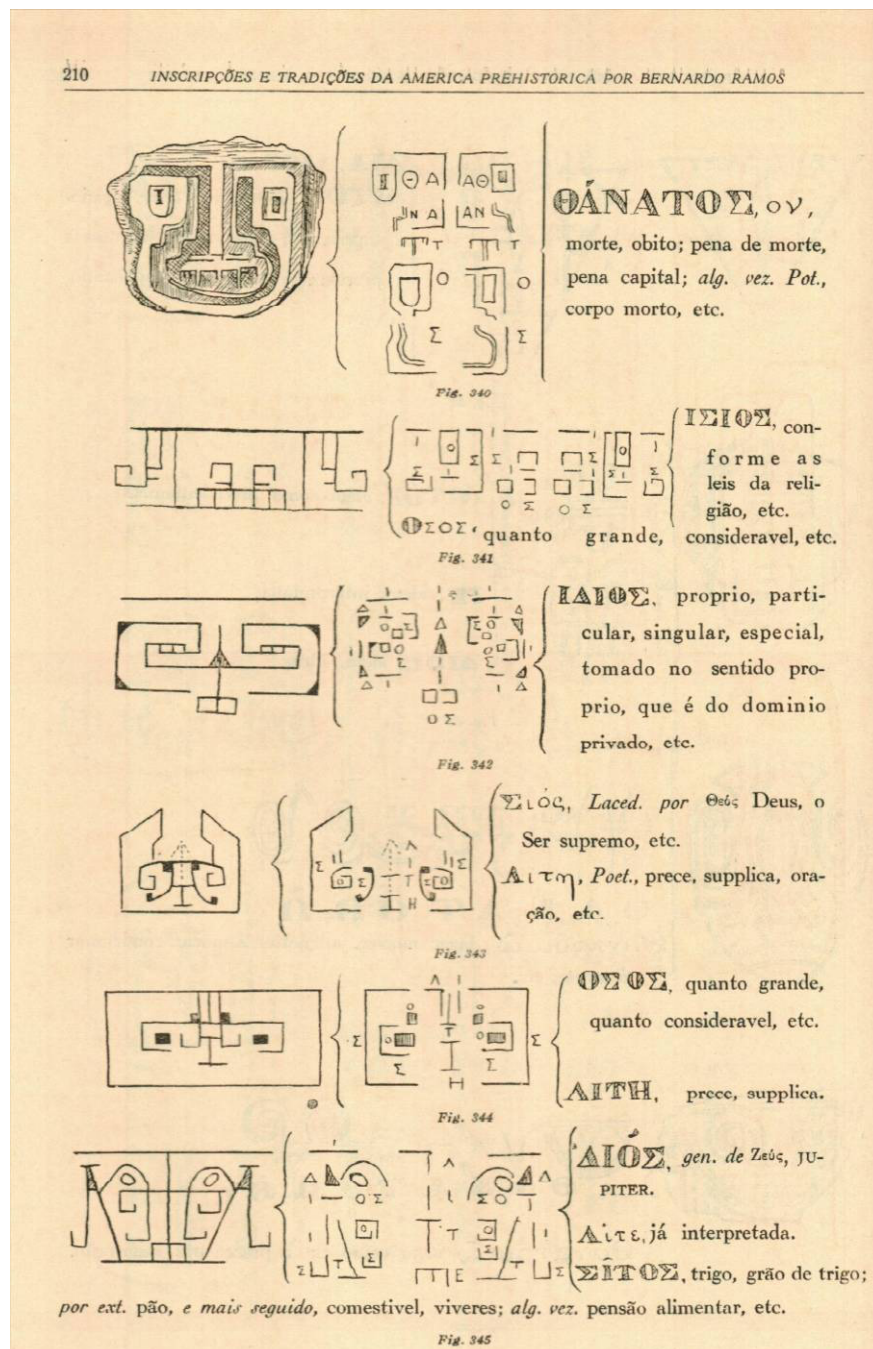


Figura 8. Decodificação da geometria marajoara (RAMOS 1930, p.210).

Em outra explicação do capítulo, Ramos comenta sobre a falolatria, a partir de outro capítulo de Netto. Rapidamente estabelece uma relação com os cultos frígios e hindus, e vê nas representações fálicas das urnas funerárias mais um indício de sua hipótese (RAMOS, 1930, p.218-221).

Dentre os desdobramentos da arqueologia amazônica já em inícios do século XX, Lúcio Menezes Ferreira destaca a figura de Emílio Goeldi (1859-1917), diretor do Museu Paraense entre 1894 e 1907. Ferreira comenta que Goeldi já via as hipóteses fenícias como, no mínimo, engraçadas:

Houve, é verdade, alguns ensaios de provar esta ou aquella mysteriosa concatenação, mas, a uma seria auscultação não resistem de serem cedo reconhecidos como balões de ensaio, fructos precipitados de certos preconceitos, para não dizer manias de uma facil linhagem dos mais antigos povos de cultura conhecidos como os Hindús, os Assyrios e Babilonios, os Egepcios e Phenicios. Especialmente esses ultimos forneceram farto cabedal para aquecer a phantasia de umas tantas cabeças facilmente inflammadas. Grassando aqui, no Brasil, já nos ultimos tempos do Imperio dando origens a quiproquos e acontecimentos tão engraçados que exigem um forte diaphragma – vejo medrar este querido pensamento phenicio ainda hoje, tendo surgido recentemente pela litteratura do Norte do Brasil, do Ceará até o Pará, algumas d'estas tentativas - desesperadamente doudas (GOELDI 1906, p. 764-765, também citado em FERREIRA, 2010, p.110).

Ferreira situa esta citação como um ataque a ambos Barbosa Rodrigues e Ladislau Netto, que esteve envolvido no caso da inscrição fenícia da Paraíba. Mas há outros autores, não tão famosos no contexto da arqueologia brasileira, mas citados nas *Inscrições*, que se enquadram perfeitamente no comentário. É o caso do cônego Raymundo Ulysses de Pennafort, (1855 - ?) autor de *Brazil pré-historico* (1900), obra na qual refutava os argumentos darwinistas acerca da evolução em prol de uma argumentação assombrosa na qual as teses fenício-brasileiras misturavam-se à Atlântida e à narrativa bíblica. Pennafort cita Thoron e o segue em muito, inclusive replicando *ipsis litteris* trechos de sua obra. Uma idéia aproximada do estilo e teses do cônego pode ser dada através de um excerto do *Brasil pré-historico*:

Consoante a opinião dos mais afamados e doutos chronistas da Companhia de Jesus, sabe-se que o povoamento do Brazil devia ter começado pelos annos da creação do mundo de 1700 antes do dilúvio, e antes da vinda de Christo ao mundo 2088 annos. Com toda a plausibilidade de certeza o primeiro povoador do Brazil foi OPHIR Indico, filho de Jectan, neto de Heber, aquelle de quem fala a Santa Biblia no capítulo X, quando trata da genealogia dos filhos de Japhet, de Cham e de Sem, a quam coube também a gloria de fundar verdadeiramente a Índia [...]
OPHIR, undécimo filho de Ioktan, da sexta geração de Noé, pela linha de Sem, é o pae, é o lidimo fundador da India.
Fosse que ao undécimo filho de Jectan, irmão de Phaleg, chamasse Moysés – *Ophir*,

por haver sido fundador da Índia, isto é do povo do fim do mundo Oriental; fosse porque esse filho de Ioktan, chamado *Ophir*, irmão de Khavila e Jobab, desse seu nome à Índia; é indubitável que na Bíblia – OPHIR é a INDIA. O livro mais antigo, que nos fala da Índia, é o de Job, escripto, segundo alguns, por Moysés, e segundo outros, o que é mais certo, pelo próprio Salomão, 977 annos antes da era christan.

No capitulo XXVIII, V. 16, elogiando a excellencia da sabedoria, o texto grego original diz: “Não é comparável às *pedras preciosas* de OPHIR” que a Vulgata latina traduz assim: “*Non confertur tinctis INDIAE Coloribus*” – O *Ophir hebreo*, portanto é a mesma *India*, logar, onde no dizer de Cetesias e outros, abundam o ouro e essas preciosas itás (lithos) de côres lindas e variegadas.

Voltando ao nosso *Ophir Indico*, pae da Índia Oriental, não há pois, difficuldade nem reluctancia alguma em admittil-o egualmente como fundador ou um dos primeiros povoadores da América. E de feito, o illustre filho de *Ioktan*, depois de haver fundado a Índia Oriental, passou d’esta a povoar e assenhorear-se da região d’America, penetrando pela parte do Pará e Mexico até o Brazil entrando n’esta parte pelo grande rio das Amazonas como veremos mais adeantes. D’este *Ophir Indico*, seu primeiro povoador, deviam naturalmente os habitantes do Brazil tomar o nome de *Indios*, e assim toda a região da Índia Occidental, como mui bem se expressa o doutissimo Calmet: “*Ophir, hinc Indi, et variae Indorum gentes!*”

E por causa do mesmo nome já demonstramos em os nossos *Estudos de Philologia Onto-biologica* que *America* era o mesmo *Ophir*, o tão celebrado colono do sagrado e oriental monte *Sephar*, de que resa a Sagrada Escripura quando diz: *Et facta est habitatio eorum de Messa pergentibus usque Sephar Montem Orientalem* (Gen. Liv. X, v. 30) (PENNAFORT, 1900, p.82-84).

Em Pennafort, nada é o que parece. O tupi *ita* é o grego *lithos*. América não vem de Américo Vespúcio, mas de *c’america*, que para Pennafort inicialmente é tupi, mas composto de radicais gregos. Por processos semânticos arcanos, este vocábulo acaba se transformando em *Amerogaia*, que para Pennafort é grego e quer dizer “terra mui remota do antigo mundo” (PENNAFORT, 1900,p. 85). Para o autor, não apenas o tupi é parente da língua grega, mas deriva diretamente da língua-mãe da humanidade, o hebraico (PENNAFORT, 1900, p.164). O kichua thoroniano também é muito puro, segundo Pennafort (1900, p.266).

Como Thoron, Pennafort acredita que as tradições e lendas são fontes carregadas de autoridade para a história. A Bíblia, por exemplo, figura pesadamente no livro, como visto acima, onde o autor valida sua leitura a partir da *Vulgata*. Neste sentido, surge o problema de reconciliar tradições de povos diferentes. Se todas as tradições possuem verdades, elas têm que se corroborar mutuamente. E isso é resolvido de forma semelhante em Pennafort, Thoron, Ramos e em outros autores: as etimologias, e as derivações das palavras através dos tempos, fazem com que vocábulos de línguas diferentes, nesta argumentação, sejam a mesma palavra. O embasamento para estas acrobacias lingüísticas é apresentado através de relatos dos desenvolvimentos da lingüística comparada, como o estudo do sânscrito e das línguas semíticas e orientais (PENNAFORT, 1900, p.231-233). E essa assimilação escorre para outras comparações. Para Pennafort, os egípcios são brâmanes, o inca Manco-Capac é, ora chinês, ora semita, os chineses são ophirianos, os mexicanos são semito-sânscritos. Os índios

Tikunas, por exemplo, são pitagóricos-budistas por acreditarem na metempsicose, praticarem a circuncisão e festas mosaicas, e ao mesmo tempo adoram ídolos arianos. (PENNAFORT, 1900, p.85, nota 2). Os tupis e os guaranis são semítico-fenícios. (PENNAFORT, 1900, p.268). Enfim, as assimilações e migrações de povos são tantas e tão complexas que tornam o *Brazil pré-histórico* praticamente incompreensível. Isso não impediu Ramos de valer-se dos excertos de Pennafort no que se referiam aos fenícios.

Demoramos aqui a falar de Ludwig Schwennhagen. Veremos adiante que a maior parte dos comentários sobre a hipótese fenícia no início da década de 1930 se dirige à sua *Antiga História do Brasil* e não às *Inscrições*. Isso pode se dever a uma série de motivos, entre os quais o fato de ter sido publicada primeiro, em 1928, de ter leitura mais acessível (cerca de 150 páginas, em contraposição às 1000 páginas das *Inscrições*) ou simplesmente por ter tido maior disseminação no período, ou ainda da impressão mais ou menos marcante deixada por Schwennhagen na cultura do Nordeste. De qualquer forma, seu sucesso é nitidamente maior que o das *Inscrições*: reeditada na década de 1940, a *Antiga História* foi publicada até 2004, e ainda está em catálogo nas grandes livrarias do País.

Este intervalo relativamente pequeno de tempo (1928-1932) que separa a publicação de Schwennhagen do primeiro volume das *Inscrições* (que, datado de 1930, teve uma tiragem adicional em 1932) não impediu que as duas obras se citassem mutuamente, e também se referissem a fontes comuns. Onffroy de Thoron, por exemplo, surge no terceiro parágrafo da *Antiga História*. Sem perder o fôlego, Schwennhagen afirma:

O sucessor de Thoron em Manaus é Bernardo Ramos, um legítimo amazonense, com os traços característicos da descendência tapuia, também com a inata modéstia dessa antiga raça brasileira. Bernardo Ramos é hoje o primeiro paleógrafo do Brasil, um Rui Barbosa no terreno das ciências arqueológicas (SCHWENNHAGEN, 1976, p.22).

Ele procede a uma descrição das inscrições em andamento, mencionando quatro volumes e cerca de 3000 inscrições. Visto a obra final ter dois volumes e cerca de 2100 inscrições, é plausível supor que as *Inscrições* sofreram alguma redução de tamanho, possivelmente em função de restrições orçamentárias. Schwennhagen também menciona a apresentação que Ramos fez da obra aos presidentes Epitácio Pessoa e Arthur Bernardes, desejando que as *Inscrições* fossem publicadas sem sobressaltos (SCHWENNHAGEN,

1976, p.22).

Em seguida a Bernardo Ramos, Schwennhagen menciona a obra do historiador paraense Cândido Costa intitulada *As Duas Américas* (1900). Na verdade, *As Duas Américas* é a segunda edição, ampliada, de *O descobrimento da América e do Brasil* (1896). Nesta obra, Costa menciona as tradições comuns ao tema, as navegações dos escandinavos à América, a hipótese fenícia, alguns relatos famosos, como a inscrição de Dighton Rock, e inclusive um relato sobre um túmulo grego encontrado em Montevidéu, datado, pela inscrição que o acompanhava, da época de Alexandre, o Grande (COSTA, 1896, p.25).

Costa ainda recapitula outras argumentações, tal como a do general Cunha Mattos, membro fundador do IHGB, que também sustentou a participação de povos da Antiguidade na colonização das Américas, mas a maior parte do texto versa sobre polêmicas relacionadas às versões tradicionais do descobrimento da América e do Brasil, por Colombo e Cabral.

Da primeira para a segunda edição, *As Duas Américas* aumentam consideravelmente a argumentação sobre a Antiguidade brasileira, apresentando, por exemplo, a inscrição da Pedra Lavrada da Paraíba (COSTA 1900, p.43) e as inscrições do manuscrito 512. Mas o aspecto mais importante é a adição integral, na forma do capítulo II, da recorrente *Viagens dos navios de Salomão ao Rio Amazonas*, de Thoron. Costa, no entanto, não apoiava a argumentação do mesmo, comentando: “Só a título de curiosidade é que publico o presente trabalho, pois, por motivos considerados em nota posterior, não aceito a possibilidade dessa navegação, que entretanto podia ter sido feita para o Brasil, mas para lugar diferente” (COSTA 1900, p.105, nota 1). É interessante notar que Ramos também cita *As Duas Américas*, dentro de sua usual coleta de dados, retirando desta obra a estampa para sua digressão sobre a Pedra Lavrada (RAMOS 1939, p.25-26).

Schwennhagen também cita os esforços do engenheiro francês Apollinaire Frot, que também teria argumentado que as inscrições por ele recolhidas no interior da Bahia documentavam as atividades de mineração dos antigos fenícios, relacionando-as com a cidade mencionada no manuscrito 512.

É possível também que o motivo para a maior fama de Schwennhagen seja a absoluta impavidez de suas argumentações, com datas e fatos afirmados com segurança. Por exemplo, o autor afirma que o relato do descobrimento do Brasil não se encontra na carta de Pero Vaz de Caminha, mas no relato de Diodoro Sículo (*Bibliotheca Historika*, V, cap. 19 e 20), autor grego do século I.d.C, sobre a viagem de uma frota fenícia (através do Atlântico, segundo Schewennhagen). A data, estimada pelo autor, para este acontecimento é o ano 1100 a.C.

A partir daí, ocorrem migrações sucessivas às Américas, como a dos tirrenos-etruscos

na ilha de Marajó (1080-1050 a.C) e da ocupação fenício-troiana refugiada no Norte brasileiro após a destruição de Tróia em 1181 a.C. Esses refugiados, pelo relato de Diodoro, teriam fundado várias cidades com o nome de Tróia. Por uma interessante argumentação etimológica, Schwennhagen localiza uma delas no Maranhão: “No norte do Brasil ficou a tradição de que a cidade mais antiga dessa tradição foi Tutóia [...] O nome antigo foi provavelmente Tur-Tróia, a união dos dois nomes mais ilustres: Tur, a metrópole dos Fenícios, e Tróia, o centro heróico da resistência contra os invasores gregos (SCHWENNHAGEN, 1976, p.37). Há ainda outras explicações de ordem histórica, onde Schwennhagen afirma e expande a premissa de Onffroy de Thoron, situando a exploração aurífera do Amazonas entre as disputas entre Israel, Judá e o Egito governado pelo faraó Sheshonq (em 940 a.C). A única ressalva de Schwennhagen a Thoron versa sobre a língua tupi, que para o primeiro não seria relacionada ao hebraico:

O tupi é muito mais antigo e pertence à grande família das línguas pelasgas, que foram faladas em todos os países do litoral mediterrâneo. Os povos da antiga Atlântida falavam essa língua, e a mesma “língua sumérica” dos antigos babilônicos pertenceu a esta língua geral, dos Cários, respectivamente, dos Pelasgos. Os diversos ramos desta língua diferenciaram-se entre si como, no tempo moderno, as línguas romanas (SCHWENNHAGEN, 1976, p.43).

Resulta, então, que em dado momento a América do Sul se encontrava dividida entre várias civilizações: fenício-troianas, no delta do Parnaíba; tirreno-etruscas, em Marajó; no Amazonas, dividiam-se as colônias das Amazonas e dos hebreus; culminando com a chegada dos egípcios para suas atividades de mineração (SCHWENNHAGEN, 1976, p.44).

Seguem-se ainda outros tópicos tais como as expedições cartaginesas ao Brasil (750 a.C), e o relato sobre a expedição grega, datada da época de Alexandre, que Schwennhagen extraiu como provada a partir do breve relato de Cândido Costa sobre o túmulo de Montevideú, mencionado acima. Depois da morte do conquistador, os cartagineses teriam dominado a navegação do Atlântico (e, por conseguinte, o Brasil) até a destruição de Cartago (SCHWENNHAGEN, 1976, p.51-54).

A destruição de Cartago fez com que as relações comerciais entre as Américas e o Mediterrâneo sofressem grandemente. As colônias estabelecidas no Brasil dispersaram-se rumo ao Norte e Oeste, como ao Peru e ao México, dando origem às civilizações pré-colombianas. Depois do início da Era Cristã, Schwennhagen comenta sobre alguns outros episódios desta história oculta do Brasil, tais como a viagem do apóstolo Tomé ao Brasil, e uma expedição ibérica à costa norte brasileira no século VII, dando origem a alguns séculos

de colonização subseqüentes.

Não poderíamos deixar de citar outros pormenores da argumentação do autor:

A religião tupi apareceu no Norte do Brasil na época de 1050 a 1000 anos antes de Cristo, simultaneamente com os Fenícios. Esta religião foi propagada por sacerdotes cários, emissários da ordem dos piagas, sob a direção dum chefe-sacerdote chamado Sumer, qual nome mudou, pelo abrandamento da letra r em Sumé. A língua tupi é um ramo da língua sumérica, formada e falada pela Ordem dos Magos, na Caldea, desde os tempos do rei Urgana, isto é, 4000 anos antes de Cristo (SCHWENNHAAGEN, 1976, p.66).

Seguem-se a considerações desta ordem algumas comparações etimológicas que tencionavam provar, entre outras coisas, a relação entre o deus Tupâ e uma certa religião antiga e cabalística dos povos caldeus e cários (SCHWENNHAAGEN, 1976, p.68). Nos capítulos seguintes, Schwennhagen detalha suas teorias. Destacam-se também as ilustrações que apresentavam os esboços das ruínas e sítios arqueológicos por ele descritos.

Ramos afirma ter recebido uma cópia da *Antiga História do Brasil* quando dos trâmites para a impressão das *Inscrições* (RAMOS, 1939, p.464), e, mesmo ao discordar de algumas das constatações de Schwennhagen, não deixa de valer-se dos esboços por ele traçados para subsidiar seu périplo interpretativo. Por exemplo, Ramos lê a inscrição sobre a porta de um suposto templo subterrâneo, desenhado por Schwennhagen, como “Satyra da tropa do rancho ou dos comediantes a borrifar a terra”, em grego, e não em fenício como proposto pelo autor, ou ainda relê o nome de Tutóia não como a combinação de nomes proposta por Schwennhagen, mas como uma derivação da interjeição grega *totoi* “Céus, Ai de mim!” (RAMOS, 1939, p.465).

3.3.5 Obras pontuais de referência

Ramos cita uma série de outras obras para a fundamentação de suas argumentações. De forma característica, são extraídos excertos, por vezes bastante longos, que tem por intenção prover o leitor de informações correntes sobre o tema da pré-história e da história da Antiguidade. Uma das obras mais relevantes neste aspecto é *L'Amérique préhistorique* (1883) do Marquês de Nadaillac (1818-1904). O Marquês era um americanista bastante conhecido na época, e *L'Amérique préhistorique*, obra volumosa, teve grande recepção quando de sua publicação (CORDIER, 1996, p.326).

A obra de Nadaillac era bastante compreensiva e demonstrava um domínio vasto da bibliografia sobre a arqueologia americana, inclusive brasileira. Mesmo com as impressionantes referências, porém, Nadaillac não pôde esquivar-se à discussão sobre as antigas colonizações da América. Em seu capítulo X, o autor levanta a existência de relações entre a Ásia e a América como a hipótese mais verossímil (NADAILLAC, 1883, p.546), embora também comente sobre as outras. De uma forma geral, a obra de Nadaillac começa tratando dos temas sólidos da arqueologia da época: os *mounds* (e a discussão sobre os *mound-builders*), os *Kjokkenmoddings*, os sambaquis, as evidências da América pré-colombiana, para finalizar com uma discussão mais especulativa onde entram os asiáticos, gregos, romanos, a Atlântida, por exemplo. No entanto, Nadaillac é cuidadoso em afirmar que estes aspectos ainda apresentavam-se envoltos por um grande mistério (NADAILLAC, 1883, p.573-574).

Ramos vale-se de *L'Amérique Préhistorique* em vários trechos das *Inscrições*. Uma de suas aparições abrange três capítulos (IX, X e XI) do primeiro volume, que versam respectivamente sobre as relações entre asiáticos e americanos, chineses e japoneses e judeus e gregos, a partir de trechos do capítulo X de Nadaillac. No entanto, o tamanho destes capítulos é reduzido, e Ramos elabora pouco mais do que Nadaillac no tocante à imigração asiática. As *Inscrições* até apresentam uma inscrição chinesa, assim como uma árabe e outra hieroglífica, mas são casos isolados dentro da grande e massiva argumentação fenício-grega do restante do trabalho.

Nadaillac cumpre também outra função no texto, no que é secundado pelas outras obras de referência, como *Les Grecs et les Semites dans l'Histoire de l'Humanité*, de Phillippe Hauser (1910), as duas obras de um historiador bem conhecido, *Histoire narrative et descriptive de la Grèce ancienne* (1901) e *Histoire narrative et descriptive des anciens peuples de l'Orient* (1900), ou ainda *La Bible et les découvertes modernes en Palestine, en Égypte et en Assyrie*, de Fulcran Vigouroux (1881) entre outras. Trata-se de acumular aqui uma massa crítica de informação sobre a Antiguidade, validando por associação as conclusões derivadas por Ramos, da mesma forma que nas histórias gerais citadas acima.

Anthony Grafton, ao comentar sobre as notas de rodapé, levanta uma consideração que se aplica particularmente bem a este caso:

Longas listas de autores e artigos anteriores e séries de referências codificadas a documentos inéditos supostamente provam a solidez da pesquisa do autor ao apresentar um relato das fontes utilizadas. Na verdade, entretanto, apenas os relativamente poucos leitores que lançaram suas redes nas mesmas águas podem decifrar qualquer série determinada de notas com facilidade e maestria. Para a

maioria dos leitores, as notas de rodapé exercem um papel diferente. Em uma sociedade moderna, impessoal, na qual os indivíduos precisam, para a maioria dos ofícios, confiar em outros dos quais nada sabem, as credenciais fazem o que a recomendação pessoal costumava fazer: elas dão legitimidade. (GRAFTON, 1998, p.18-19).

3.4. A Leitura dos Mitos da Antiguidade Brasileira nas *Inscrições*

Aqui trataremos dos principais referenciais, não somente oitocentistas, mas também contemporâneos às *Inscrições*, desta suposta Antiguidade brasileira, e de como funciona a articulação entre a argumentação de Ramos e estas.

3.4.1. Ramos e a Inscrição da Pedra da Gávea

Grande parte da fortuna crítica das *Inscrições* é devida à suposta decifração das inscrições da Pedra da Gávea no Rio de Janeiro. Já mencionamos anteriormente que a especulação acerca de sua suposta origem fenícia foi iniciada ainda em princípios do século XIX, dentro do IHGB.

O *topos* da decifração destes idiomas antigos estava já presente nos comentários do Instituto. Vimos, acima, as expectativas para que surgisse, entre os eruditos nacionais, alguém que finalmente pudesse desvendar os enigmas da Antiguidade brasileira.

As menções a Jean-François Champollion são recorrentes nestes comentários. Em função da ampliação dos horizontes da história da Antiguidade proporcionada pela leitura dos hieróglifos, transparece, nestes *desiderata*, a vontade de abrir campos semelhantes de investigação.

Bernardo Ramos trata do Morro da Gávea no capítulo XIV do primeiro volume. A força do *topos* decifrativo surge nas primeiras linhas, onde a obra de Fulcran Vigouroux, *La Bible et les Découvertes modernes*, é citada:

Ninguém pensava ainda na Europa desvendar o segredo dos hieroglyphos, quando se procurava adivinhar o sentido mysterioso das escripturas cuneiformes da Asia antiga.

Entretanto, a obra da decifração do Assyrio não devia ser conhecida, senão muitos annos depois da do Egvpcio. Em 1847 estava-se tão adiantado, que sabios pensavam que Cyro e Nabuchodonosor podiam bem ser a mesma personagem.

Aos escriptos de Ninive e da Chaldéa faltou um Champollion, para nos fazer penetrar de um só golpe na comprehensão de seus signaes bizzaros, cujo aspecto desorienta ainda mais o linguista, que os hieroglyphos dos templos dos obeliscos egypticos; estes ao menos falam à vista com suas imagens tão exactas e tão claras,

emquanto os traços horizontaes e verticaes da Persia e da Syria, apenas offerecem a percepção complexa, sem ponto algum que fixe, excite a attenção, a sustenha ou lhe dê um cunho de estabilidade (VIGOUROUX *apud* RAMOS 1930, p.436a).

Vigouroux (1837-1915) foi um padre católico responsável pela publicação de obras que procuravam provar a historicidade da Bíblia através da evidência arqueológica. Além de *La Bible et les découvertes modernes* (1877) (que na versão de 1896, usada por Ramos, estava na 6a edição), publicou também um Dicionário Bíblico com a mesma temática.

Vigouroux cita, e Ramos replica integralmente, os precursores da decodificação da escrita cuneiforme, principalmente no tocante às ruínas da cidade persa de Persépolis: o antiquário Pietro della Valle (1586-1652), Jean Chardin (1643-1713), Thomas Hyde (1636-1703), o Conde de Caylus (1692-1765), Engelbert Kaempfer (1651-1716), até as tentativas de Carsten Niebuhr (1733-1815) e Friedrich Münter (1761-1830). Destaque-se aqui a presença massiva de antiquários e suas obras. Por uma peculiaridade do trabalho de Ramos, as notas de Vigouroux também são apenas às *Inscrições*, fazendo com que, mesmo sem tê-los lido, obras importantes para o antiquariado apareçam mencionadas no texto.

Para Ramos, toda esta série de tentativas de decifração oferecem exemplos de perseverança científica. O caminho para a resolução do significado das inscrições passa, naturalmente, por uma série de percalços, caminhos sem saída, especulações. No entanto, Ramos vê saídas possíveis para estes problemas. Embora, segundo ele, as semelhanças entre culturas próximas teoricamente facilitassem a decifração de linguagens perdidas, isso não acontece com frequência. Por sorte, os caracteres fenícios seriam exceções, em função de sua semelhança com o hebraico (RAMOS, 1930, 436c-d).

Ramos inicia sua explicação pela primeira menção à inscrição fenícia da Gávea, ou seja, o informe de Januário da Cunha Barbosa ao IHGB, em 1839, assim como o relatório, feito pela comissão do Instituto, enviada àquele lugar para verificar a veracidade da mesma. Como de costume, Ramos as transcreve quase integralmente (RAMOS, 1930, 436d-h).

A introdução de suas próprias explicações é feita de maneira modesta. Ramos diz que jamais as traria a público se não fosse instado a isso, mas que o interesse pela pré-história brasileira, associado à ocasião do centenário da Independência, o fizeram apresentar suas conclusões como uma colaboração patriótica (RAMOS 1930, p.436h).

Reconstruir exactamente uma inscrição lapidar, cuja origem remonta a seculos, é tarefa extremamente difícil e demanda a mais profunda cogitação. Por um lado, ter-se à que vencer o aniquilamento ou alteração dos caracteres pelos elementos corrosivos, por outro, a complexidade daquelles, na razão de seu usso, no momento dado, além de suas annexões, inversões e suppressões de vogaes, casos frequentes

em legendas, inscrições, medalhas, sinetes, moedas, pedras votivas. E finalmente ter-se-á que fazer adaptações de caracteres de outros alfabetos dos mesmo tempo. Convém notar que uma só letra do alfabeto phenicio é representada por duas e até três formas, o mesmo acontecendo com o grego antigo (RAMOS 1930, p.436i).

Estas adaptações e transposições de interpretação foram instrumentais para a leitura, não só da pedra da Gávea, mas de todas as inscrições, realizadas por Ramos. Aqui, temos a convergência de dois tipos de fontes: as tabelas de alfabetos e os dicionários.

As tabelas de alfabetos cumprem um papel fundamental nas *Inscrições*. São elas que permitem a Ramos localizar as variantes morfológicas das letras, efetivamente situando a lingua da inscrição: trata-se de grego, fenício, etc. As alterações e disparidades entre as tabelas constituíam um tema de reflexão de Ramos:

Baseamos nossa interpretação em alfabetos combinados de importantes autores. Chega-nos a vez de também notar, entre estes, grandes discordâncias às vezes, como entre os historiographos, quanto á parte chronologica e descriptiva. Achamos isto natural, considerando que não seriam faceis as formações, alterações e simplificações totaes de alfabetos dos diferentes povos da antiguidade; dahi, essa sensivel complexidade. Por maior que fossem os esforços paleographicos ou iconographicos em taes casos, seria o emprehendimento arduo, senão em extremo difficil. Uns serviram-se, para esse fim, das legendas das medalhas e outros das inscrições lapidares e monumentos de toda especie, mas isto em eras subsequentes. Quando a confusão já estava enraizada, difficil seria methodizar-se uns, enquanto outros ficaram, por assim dizer, em sensivel lacuna. Entre esses alfabetos o phenicio, bem como outros, desapareceram por fim (RAMOS, 1930, p.436m).

Entre as tabelas usadas por Ramos para suas conclusões, encontram-se fontes como a *Histoire des Anciens peuples de l'Orient*, de Charles Seignobos, a *História Universal* de Oncken, assim como uma obra de numismática, o *Vade-mecum des collectionneurs*, de Joseph Leroux (1888) e uma obra de tipografia, o *Guide Pratique du Compositeur d'imprimerie*, de Théotiste Lefèvre.

Para a construção de suas próprias tabelas, oferecidas na primeira parte do livro, Ramos consulta outras fontes, como o *Almanach Hachette* de 1906, por exemplo.

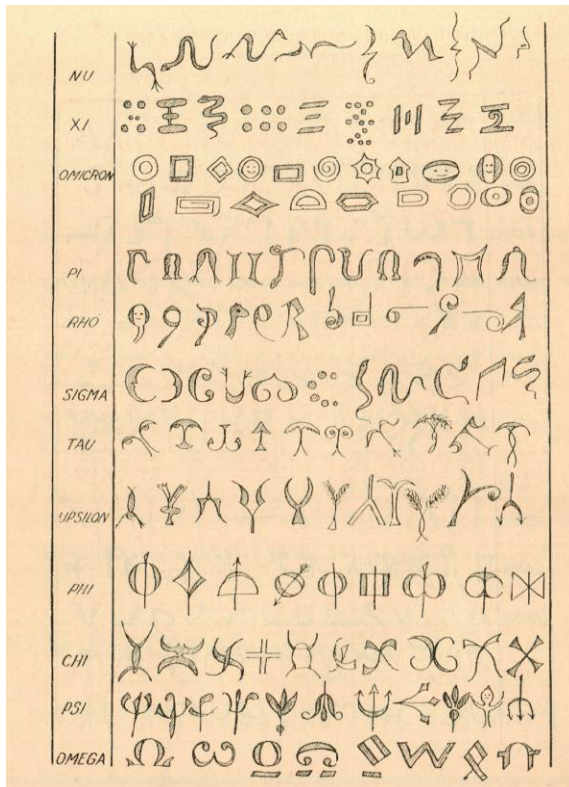
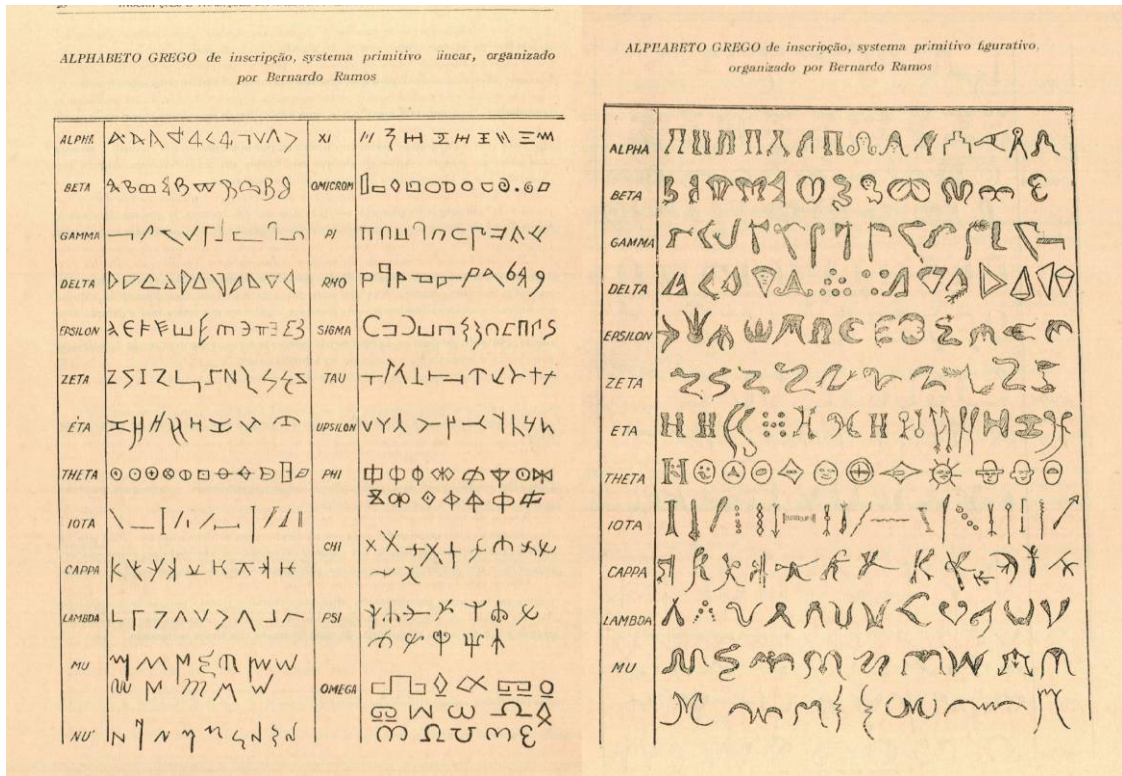


Figura 9. Tabelas Comparativas das *Inscrições* (RAMOS 1930, p.28-30, LEFEVRE 1855, p.213).

A própria heterogeneidade do material é indicativa do modo de apropriação dessas leituras.

A primeira palavra é *tsur/tzor/tyro*. Segundo os dicionários compilados por Ramos,

Tsor seria o nome hebraico de Tiro, cidade fenícia. Como Ramos cita Cantú no sentido de identificar as línguas cartaginesa, fenícia e núbida com o hebraico, Tsur poderia muito bem ser a forma grafada de Tiro, grafada por um fenício.

Ramos preocupava-se com as incorreções possíveis na inscrição, e procurou embasar suas aliterações com apelos a outros autores, como o próprio Vigouroux e Oncken (RAMOS, 436e). As eventuais lacunas ou traços faltantes nas letras foram pacientemente recuperados, segundo o autor, quando possível.

Na fundamentação de seu ponto, Ramos prossegue numa descrição, retirada do *Dicionário Popular*, de Pinheiro Chagas, assim como da *História Universal* de Cantú, da sucessão cronológica dos reis fenícios, focando-se no reinado de Itobaal I (878 a.C a 847 a.C) (Ramos dá datas diferentes: 887 a 856 a.C) e seu sucessor Baal-Ezer (para Ramos, Baalazar).

Eis o que narram os historiadores citados com relação à Phenicia e Tyro, no sentido chronologico de seus reinados, facultando-nos deduzir considerações a proposito do assumpto vertente. Notorias são suas discordancias mas deixam transparecer evidentemente o que procuramos. Entre ellas nota-se, e é particularmente o que nos interesssa: a orthographia dos nomes do principe ou primogenito BADEZIR e de seu pae JETHBAAL, constantes da inscripção da Gávea. Pinheiro Chagas manifesta-se dando àquele o nome BADEZIR, tal como se acha gravado; Cesar Cantú, com differença apenas do I, para O, isto é, BADEZOR, que entretanto não altera sensivelmente a letra, enquanto GUILHERME ONCKEN diverge quasi por completo destes.

Quanto ao de ETHBAAL estão os dois primeiros acordes e diverge o terceiro, que escreve de diferentes formas. Mas, prevalece neste caso o texto dos Setenta, JETHBAAL, como se acha esculpido, citado por este autor, comquanto não observe elle esta orthographia (RAMOS, 1930, p.436q).

Levando em consideração os argumentos que levantou até ali, principalmente no capítulo II, Ramos concluiu que a inscrição tinha a seguinte tradução:



Figura 10. Tradução da Inscrição da Gávea (RAMOS 1930, p. 436v).

É neste momento que reencontramos a chamada da Revista da Semana, que abre esta tese. Ramos argumenta que a divulgação prematura de suas conclusões prejudicou sua correta apreciação. Menciona neste contexto uma réplica às suas teses, publicada por Basílio de Magalhães (1874-1957), político e historiador mineiro, sócio do IHGB desde 1900, em jornais da Capital. Basílio de Magalhães teria argumentado, por instância do Secretário do IHGB, Max Fleiuss, que as inscrições da Gávea não passavam de gretas provocadas por fenômenos naturais, refutando frontalmente a sua tradução por qualquer língua (RAMOS, 1930, p.436w).

3.4.2 A Cidade Perdida da Bahia

Ramos inicia o segundo volume das *Inscrições* dizendo já ter tratado acerca dos fenícios, e que passará a tratar dos gregos:

É assim, pois, que hoje nos foi dado encontrar, depois de profundas investigações tradicionaes e ephigraphicas, elementos dispersos em nosso continente, de norte a sul, dos quaes se deduz a influencia e congraçamento deste antigo povo com o nosso, no período prehistorico. Deduz-se essa influencia, da manifestação do pensamento, por traços característicos de seu primitivo alphabeto, ora esculpidos sobre os rudes granitos colossaes, ora executados com tinta indelével, encarnada e preta.

O que se nos revela é a sublimidade da arte, tão peculiarmente reconhecida na acepção geral do gênio grego, a par do saber invejável de seu privilegiado cérebro, attingindo, por um lado, a lembrança de sua vida bem prospera, porem momentânea em varias regiões sul americanas, e por outro, o estreitamento de relações com os nossos primitivos habitantes, os aborígenes so encantador e vasto território brasileiro (RAMOS 1939, p.3)

Na sequência, Ramos cita a opinião do escritor português Latino Coelho (1825-1891) que deplorava a fixação em atribuir origens gregas e fenícias aos monumentos do país, entendendo estas atribuições como sinais de credulidade excessiva e descaso ao que nao fosse europeu. Naturalmente, Ramos discorda frontalmente da opinião de Coelho, argumentando, a partir de outras citações, que os relatos homéricos eram tidos por lendários até as descobertas de Heinrich Schliemann em 1870, que fizeram emergir o conhecimento de todo um período desconhecido da civilização pré-helênica. Em seguida, cita Thoron sobre as tradições antigas:

Lembramos, pois que estas tradições nos ensinam que Saturno uniu-se a Phylire, que se dizia filha do Oceano.

Tyrrhenis, que deu seu nome a uma região da Italia, era filho d’Athys, que se uniu por sua vez à nympha Sangaris, outra filha do Oceano, como d’este e de Thetys foram todas as nymphas [...]

Esta espécie de genealogia dos deuses do Oceano indica allegoricamente que os

Tyrrhenos tinham uma origem Atlantica, que elles deviam ter atravessado e explorado o oceano e que, segundo toda probabilidade, teriam estabelecimentos na America, se é que d'ella não eram originarios (THORON *apud* RAMOS 1939, p.4-5).

Segue-se ainda um excuro de Thoron falando sobre diferentes Hércules da tradição, e de um destes Hércules que teria visitado o reino dos Maropas (de Mérope), que na citação das *Inscrições* são considerados americanos. O escritor Alcide D'Orbigny teria localizado estes Maropas na Bolívia. Este Hércules ainda teria visitado o continente Croniano, que aqui seria a América. As tradições da Antiguidade sobre Mérope e a Frígia, citadas por Thoron e retiradas dos autores clássicos, como Plutarco (sobre a orbe lunar) e Eliano, substanciam a argumentação: para Thoron, *Maropa* é palavra kichua, que quer dizer autóctone. No caso, autóctone da América.

Ramos, ao encerrar a citação de Thoron, diz: “O que ficou externado é incontestavelmente um valioso subsidio para o presente assumpto referente às inscrições encontradas em uma cidade abandonada nos sertões do Estado da Bahia, em 1753” (1939, p.8). Aqui reencontramos o famoso relato de 1753, já referido na presente tese, e que foi o motivo de numerosas tentativas de encontro desde o século XIX até a expedição Fawcett. Ramos cita o volume 1 da R.IHGB e replica as inscrições lá encontradas, lendo na primeira a palavra “Cephises”, na segunda “Zombeteiro”, na terceira “Xieto Tito Kio, à vitória de Pizistrates”, na quarta, “Avante, Anfictiões!” e na quinta, os nomes dos astros celestes Mercúrio, Saturno, Júpiter, Marte, Sol, Vênus, Lua e Terra.

Cephises é um rio da Grécia Central, tributário do Eta, e que corta a planície da Beócia. Ramos não aventa interpretações além do reconhecimento da palavra, mas diz que o conjunto das inscrições da cidade abandonada faz sentido. É o caso também de “Zombeteiro”, que aqui se pensa ser algum artifício ou piada.

Já as duas últimas são mais proveitosas ao autor:

As palavras XIETO, TITO, XIO ou KIO, cremos que vêm da alta antiguidade e eram de uso dos Gregos e dos Romanos; sendo razoável que XIETO possa prestar-se à significação também de XISTO, mas a maneira pela qual foi esculpida nos induz àquela interpretação. A última é o nome de uma importante ilha da Ásia Menor e dado ao habitante ou nativo de Chios, conforme o Dic. Gr. Cit, pag. 1579. Definindo-a, diz Cantú [...] NIX (NIKH) em grego é Victoria, e assim a interpretamos. Finalmente PIZISTRATES, (Pisístrato); d'elle tratando, assim se manifesta Cantú [...] (RAMOS, 1939, p.13).

Com base nas informações daí obtidas, Ramos conclui que a cidade abrigava um

templo datado de 560-555 a.C, contemporâneo do tirano ateniense Pisístrato, sem no entanto excluir a hipótese de tratar-se de outro Pisístrato.

Já ao comentar sobre a quarta inscrição, o autor lista as referências históricas aos anfitriões, delegados das cidades gregas encarregados de guardar o templo de Delfos, e que organizavam a festa quadrienal em honra de Apolo. Tendo em vista estas informações, Ramos conclui que o lugar onde se encontrou esta inscrição era usado como hipódromo ou anfiteatro dedicado a Apolo e sob a guarda destes delegados (RAMOS 1939, p.16). A última inscrição é relacionada por Ramos com o conhecimento astrológico dos povos da Antiguidade.

ΕΡΜΗΣ ΕΡΜΗΣ	1	ΕΡΜΗΣ	ΕΡΜΗΣ	♀	MERCURIO
ΚΡΟΝΟΣ ΚΡΟΝΟΣ	2	ΚΡΟΝΟΣ	ΚΡΟΝΟΣ	♄	SATURNO
ΖΕΥΣ ΖΕΥΣ	3,5 (*)	ΖΕΥΣ	ΖΕΥΣ	♃	JUPITER
ΑΡΕΣ ΑΡΕΣ	4	ΑΡΕΣ	ΑΡΕΣ	♂	MARTE
ΗΛΙΟΣ ΗΛΙΟΣ	5	ΗΛΙΟΣ	ΗΛΙΟΣ	☉	SOL
ΑΦΡΟΔΙΤΕ ΑΦΡΟΔΙΤΕ	6	ΑΦΡΟΔΙΤΕ	ΑΦΡΟΔΙΤΕ	♀	VENUS
ΣΕΛΗΝΗ ΣΕΛΗΝΗ	7	ΣΕΛΗΝΗ	ΣΕΛΗΝΗ	☾	LUA
ΓΗ ΓΗ	8	ΓΗ	ΓΗ	♁	TERRA

Fig. 1 237

Figura II. Inscrições lidas como planetas (RAMOS 1939, p.17).

A conclusão tomada por Ramos é de que a cidade descrita é grega. O capítulo sobre a cidade abandonada é finalizado com a transcrição de um texto dos *Annaes do Archivo Publico do Museu do Estado da Bahia (1920)*, onde são narrados os desdobramentos da expedição do cônego Benigno José de Carvalho e Cunha, enviado pelo IHGB para descobrir o paradeiro da cidade de 1753. Johnni Langer, em artigo (2002), narrou as desventuras do cônego Benigno, que, compreensivelmente, fracassou em determinar a localização da cidade. A transcrição de Ramos não possui algum desfecho neste sentido, apenas apresentando um relato de parte dos esforços do cônego, e apenas deve ter sido aposta ao capítulo em função de relacionar-se com o tema. Tanto Araripe quanto Benigno são citados por Ramos em outras ocasiões (por

exemplo, RAMOS 1939, p.107-108).

3.4.3 A Pedra Lavrada da Paraíba

Nas imediações da localidade de Boqueirão, situada na margem direita do rio Paraíba, estado da Paraíba, situa-se uma grande rocha de granito coberta de inscrições rupestres. O pesquisador José Fábio da Costa Lyra, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano, publicou, em 1909, um excerto sobre estas inscrições, nomeado *As Antiguidades no Brasil*. Neste trabalho, Lyra argumenta que estes sinais não eram oriundos de fenômenos naturais, mas eram importantes documentos arqueológicos. Ramos transcreve trechos deste trabalho de Lyra e o elogia pela idéia, que basicamente replica uma de suas argumentações frequentes.

Em seguida, Ramos passa a transcrever partes da memória de Tristão de Alencar Araripe, *Cidades Petrificadas no Brasil e Inscrições Lapidares* (1887), publicadas na R. IHGB, vol.50. Especificamente, trata das impressões de Araripe com relação à Pedra Lavrada, e da impressão que este teve do contato com o trabalho de Ladislau Netto com relação à inscrição fenícia apócrifa da Paraíba. Araripe diz:

A este propósito chamaram minha atenção para uma carta escripta pelo Dr. Ladisláo Netto ao Sr. Ernesto Renan, em França, na qual o referido Doutor pretendia provar ser apocrypha uma inscrição, que se havia encontrado na Parahyba, e que, submettida à apreciação do sábio francez, fora declarada ser de origem phenicia. Li o trabalho do Dr. Ladisláo Netto, e deixei-me persuadir mais pela cathorica affirmação do nosso illustrado compatriota do que pela força dos argumentos, que produziu em apoio della [...] (ARARIPE 1887 *apud* RAMOS, 1939, p.30).

Ramos reproduz inclusive a referida inscrição abordada por Netto, acompanhada de sua tradução, retirada da *Lettre a Monsieur Ernest Renan a propos de L'Inscription Phenicienne apocryphe* (1885), na qual Netto narra suas conclusões sobre a inscrição. Chega mesmo a dizer que a transcreveria por inteiro, se não fosse tão longa, mas acabou por apenas replicar a inscrição (RAMOS, 1939, p.28-30). Não é citada a refutação de Netto à mesma, que é a tônica da *Lettre*.

Já com relação às inscrições da Pedra Lavrada, Ramos conclui que são gregas. Os caracteres gregos usados nela são de três variedades: grego antigo, de inscrição e paleográfico. Já o seu significado é astronômico: cada signo é na verdade uma criptografia do nome da constelação ou planeta que representa. Na tradução destes sinais, além dos

significados dicionarizados das palavras, Ramos valeu-se de uma obra de divulgação sobre astronomia, a *Astronomie Populaire* de Camille Flammarion (1880).

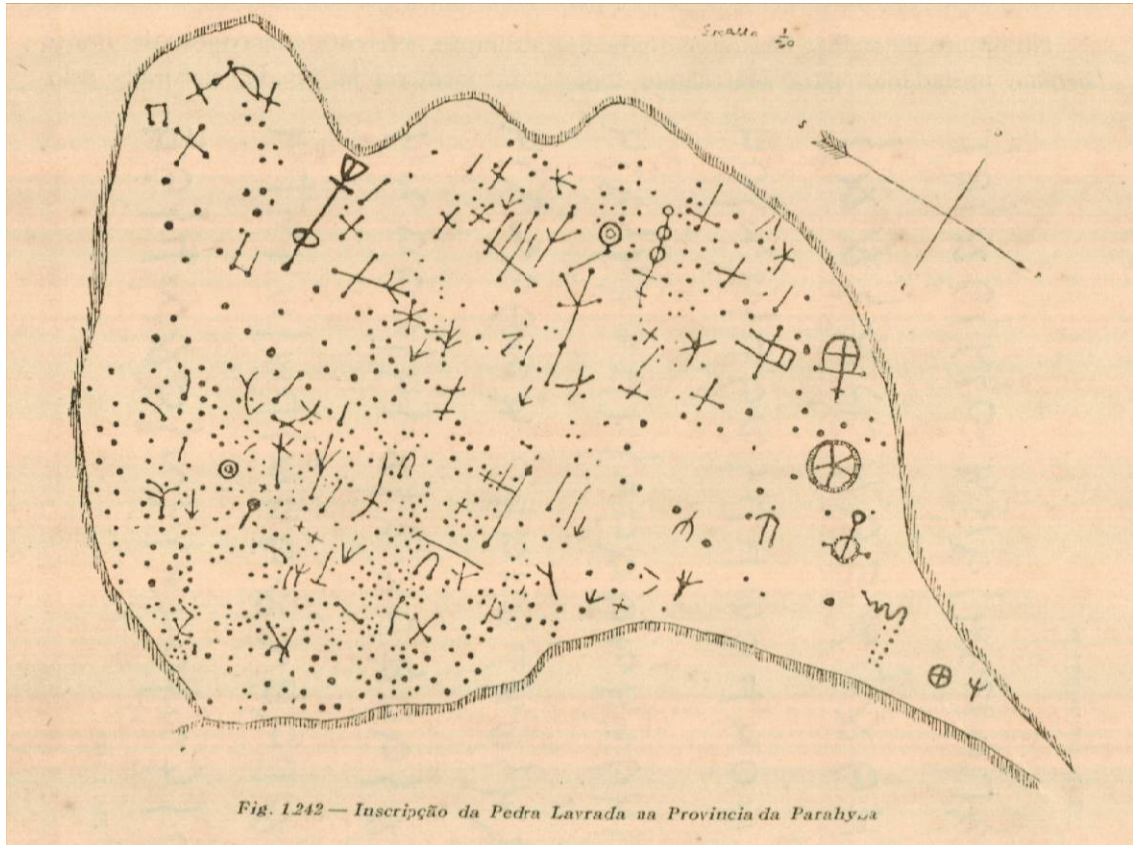


Figura 12. Cópia da inscrição da Pedra Lavrada da Paraíba (RAMOS 1939, p.27).



Fig. 1.298

Dicc. Gr. cit., p. 958: ΝΑΪΣ, *gen.* ναῖς ou *Ion* νηός, *mas sempre Att.* νεωγς, *dat.* νηῖ, *acc.* ναῦν, *pl.* νῆες, *gen.* νεών, *dat.* ναυσί, *acc.* ναῦς e νηας, *dual,* νῆε, *gen. e dat.* νεότην (ἡ), *NAVIO, etc.*

"Constellação austral que contém a estrela Canopos ou Canobos, que segundo Const., p. 217 é derivado do Egypcio enoub ou enub (que significa astro brilhante como o ouro) estrela de primeira grandeza e muito brilhante, situada na extremidade a mais meridional da constellação chamada Náo Argo ou Argos".

*



Fig. 1.200

ΒΟΜΟΣ — Dicc. Gr. cit., p. 298 Βωμογς, ὄσ (ῆ) ALTAR, especialmente d'uma divindade pagã, também templo, santuario, etc. Constellação.

Idem Const., p. 59 "(*Lat.* altare, derivado de *altus, a, um*, alto e *ara* ara, altar; do Gr. *αζα* ara, orações, votos, preces, imprecções) a ara ou meza alevantada de templo ou igreja sobre a qual se oferecem sacrificios, e preces á Divindade. Diz-se tanto das aras gentlicas, das judaicas, etc., como das dos templos christãos, e dos sacrificios de animaes, como dos simbolicos, etc".

*

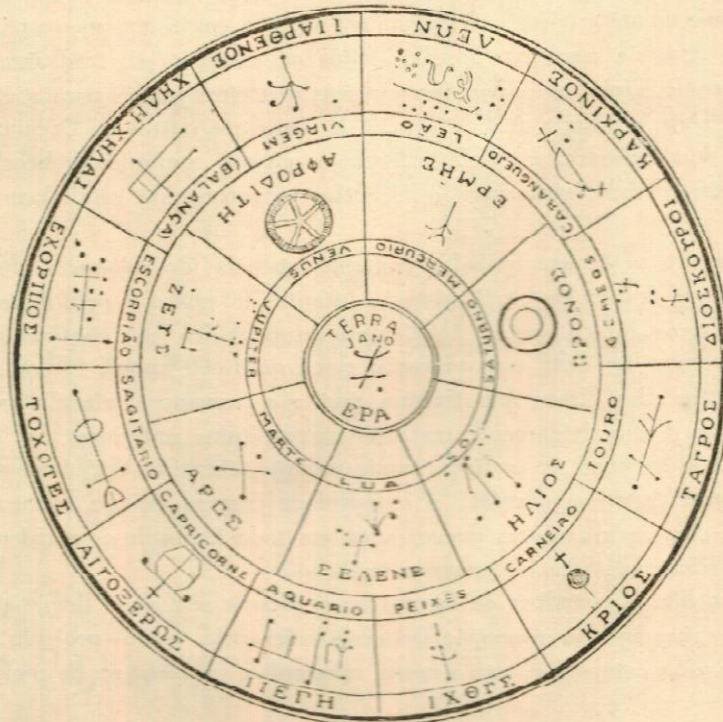


Fig. 1.300 — Resumo de alguns planetas e signos contidos na inscripção da Pedra Lavrada da Parahyba, organizado em forma do Zodiaco, contendo as sete divindades gregas e ao centro ERA (Terra), aliás Juno, rainha dos deuses.

Figura 13. Diagrama zodiacal da Inscripção da Pedra Lavrada (RAMOS, 1939, p.59).

Ramos conclui sua investigação sobre a Pedra Lavrada elencando, num raro excuro de interpretação pessoal, os motivos pelos quais ela é importante:

Entretanto, é, em todo ponto de vista, a Pedra Lavrada da Parahyba, um labor paciente e precioso para a nossa prehistoria:

1º. Porque não se afasta da chronologia astronômica, de grande interesse na ordem das constelações, conhecidas ou citadas por Job, Homero, Hesiodo, Eudoxe, Aratus, desde o XXXVIII, ao IV século, antes de nossa era; sendo provável que anterior mesmo à primeira data, não fossem desconhecidas, pois mereceram citação clássica, se assim se póde dizer, antes deste último período.

2º. Por que é uma revelação valiosa que bem pode confirmar ou ampliar a historia ainda tão dúbia da antiguidade. A escriptura sagrada conta-nos que os phenicios, desde tempos mais remotos, navegavam sobre todos os mares e por tradições, sabemos que antes da guerra de Tróia, os gregos tiveram seus primeiros navios para a exploração dos Argonautas. Depois vê-se a frota Egypcia de Sesostres entrar no Oceano; desta época até o tempo de Alexandre, é admissível que os gregos, muito emprehendedores, como se sabe, teriam podido atravessar o Atlantico e conseguido estabelecer-se na América.

Foram naturalmente aniquilados, em consequência do bloqueio do estreito de Gades (Gibraltar), feito pelos Carthaginezes, durante 300 annos, e pela fusão de sua raça com a dos povos autochtones. Os Gregos estabelecidos no continente Chroniano (America) deveriam ter feito sua migração cerca de 1000 annos, talvez, aantes da éra Christâ, e dentre ellas diz-se, que fizeram parte: astrônomos, naturalistas, geographos etc., assuntos desenvolvidamente tratados em capítulos anteriores.

3º. Porque o systema de escripta, sendo como é, formado englobadamente de caracteres do primitivo grego, revela a antiguidade própria de sua execução, pois tem toda a analogia com as inscrições encontradas em todo hemispherio occidental e varios paizes, por nós interpretados no presente trabalho.

4º. Porque não se constitue de figuras ou arabescos sem valor, levanamente assim considerados, mas encerra assumpto de certa relevância, como provado fica, digno de um estudo serio e compativel com a nossa epigraphia, merecedora de melhor atenção e interesse.

5º. Porque encerra, finalmente, uma das valiosas provas concretas, que nos restam, para definirmos, em seu tempo, a nossa prehistoria, quando se lembrarem os nossos homens scientistas de organizar o Congresso de Inscrições Brasileiro, à semelhança dos que é praticado nos paizes da Europa e da América do Norte, para cuidadoso estudo d'esses verdadeiros monumentos archeologicos, que passarão a denominar-se Nacionaes (RAMOS, 1939, p. 60-61).

Ramos também cita, em outra ocasião, um comentário de Ladislau Netto sobre esta inscrição, logo após um comentário sobre supostas contas fenícias achadas numa urna funerária na Lomba Grande, atual município de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul.

A partir deste momento das *Inscrições*, Ramos começa a listar inscrições de diversas localidades do Norte e Nordeste, dando as suas respectivas interpretações gregas. As fontes são variadas, mas pode-se notar, entre elas, obras como a do geólogo Luciano Jacques de Moraes, *Inscrições Rupestres no Brasil* (1924), e de inscrições recolhidas por pessoas residentes nas regiões onde elas se localizam.

3.4.4 Sobre a expedição Fawcett

O coronel inglês Percy Harrison Fawcett (1867-1925) contribuiu grandemente para o “mito das cidades perdidas”, principalmente pelo fim misterioso de sua expedição ao Mato Grosso em 1925. A fortuna editorial deste acontecimento tem início com o livro *Exploration Fawcett* (1953), uma coletânea das explorações do coronel nas Américas pouco antes de seu desaparecimento. Esta coletânea foi compilada por Brian Fawcett, filho do explorador, que esteve no Brasil em 1952 em um dos muitos esforços subseqüentes para determinar a localização dos restos mortais do pai e seus dois acompanhantes.

À parte as numerosas expedições internacionais realizadas com esse intuito, o desaparecimento de Fawcett foi o tema de destacado ensaio de Antonio Callado, *Esqueleto na Lagoa Verde* (1953). Callado, Brian Fawcett e os irmãos sertanistas Villas-Bôas estiveram juntos na expedição em busca aos restos do coronel, organizada pelos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand. Após encontros tensos com as tribos indígenas locais, estes exploradores encontraram uma cova que acreditaram ser de Fawcett. Estudos antropológico-forenses realizados posteriormente, porém, descartaram esta hipótese, mantendo acesa a especulação sobre este “mistério”.

Exemplos do apelo midiático da expedição Fawcett são a obra de Hermes Leal *Coronel Fawcett, a verdadeira história do Indiana Jones* (1996) que afirma ter sido Fawcett a inspiração para o famoso e irresponsável arqueólogo de Steven Spielberg, e o recente livro de David Grann, *The lost city of Z* (2005, traduzido em 2009). Em ambos os casos, os autores entremeiam as peripécias de Fawcett com suas próprias ações em busca do mesmo: Leal, por exemplo, foi patrocinado em sua “expedição”, por uma famosa marca de repelentes de insetos... De qualquer forma, não obtiveram mais do que os dados já trazidos pela expedição de 1953.

Tratam-se nestes casos, acreditamos, mais de atrair o leitor pelo gosto do desconhecido do que propriamente “responder” algo. Mesmo por que se trata apenas de um meio mistério: Villas Bôas, após conversar com os indígenas da região em 1952, retornou convencido de que Fawcett, enfraquecido por sucessivos reveses na floresta, foi morto por alguma das tribos locais (que se acusavam mutuamente), cobiçosas da equipagem da expedição.

Falou-se acima da “Cidade Perdida de Z”. Fawcett estava convencido de que o Brasil central tinha sediado uma civilização avançada, cujas ruínas estavam escondidas nas selvas da Amazônia. Na concepção do coronel inglês, distinguido com honras tais como a

Distinguished Service Order (DSO) do Império Britânico, e de uma *fellowship* da Royal Geographic Society, com longos anos de serviço na Índia, surpreende pouco que esta civilização avançada tivesse pouco a ver com os índios, e muito mais com os ingleses.

A tradição mexicana nos diz que num passado remoto veio a Cholula, vindo do leste, o povo tolteca (isto é, sábio e artístico), que se tornou a nação grande e próspera, responsável pela construção da arquitetura ciclópica precedente à dos astecas⁵¹. (FAWCETT, 1953, p.241).

Na concepção do explorador, as Américas formavam num passado remoto um conjunto de grandes ilhas separadas entre si. Grandes colisões continentais as reformaram na configuração atual. Os “toltecas” do coronel Fawcett, que habitaram estas ilhas, não se assemelhavam aos índios de costume; estabeleceram inclusive sua soberania sobre as tribos de pele escura, e que viviam “num estágio muito avançado de degeneração” (FAWCETT, 1953, p.241-242).

Todas essas tribos toltecas eram de feições delicadas, de uma leve cor acobreada, de olhos azuis, provavelmente de cabelo castanho [...], e costumavam vestir longos hábitos brancos ou túnicas coloridas de fina textura [...]. Para estes autóctones degenerados os Toltecas eram seres superiores. Eles construíram grandes cidades e enormes templos ao Sol; eles usaram papiros e instrumentos de metal; e eram proficientes em artes civilizadas inimagináveis pelas raças inferiores⁵² (FAWCETT, 1953, p.242).

Fawcett diz que estes povos dominavam a escrita. No México, ela se apresentaria sob uma forma ideográfica ou hieroglífica, mas no Brasil ela era fonética, por influências externas. Essas influências apontariam para a grande antiguidade da civilização brasileira: “Pode ser que a civilização brasileira seja muito mais antiga do que nossa imaginação estima⁵³” (FAWCETT, 1953, p.242).

Estas civilizações foram destruídas por cataclismos, que reorganizaram as Américas em sua conformação atual. As tradições e vestígios destes povos se perderam com a dispersão

⁵¹ No original: *Mexican tradition tell us that in the remote past there came to Cholula from the east a Toltec (i.e. wise and artistic) people, who became the great and prosperous nation responsible for the construction of the cyclopean architecture preceding that of the Aztecs.* (FAWCETT, 1953, p.241)

⁵² No original: *All these Toltec peoples were delicately featured, of a light copper colour; blue-eyed, probably with auburn hair [...] and were accustomed to wear loose white habits or coloured robes of fine texture [...] To the degenerate autochthones the Toltecs were superior beings. They constructed great cities and huge temples to the sun; they used papyrus and metal implements; and were accomplished in civilized arts undreamed of by the inferior races.* (FAWCETT, 1953, p.242).

⁵³ No original: *It may be that the Brazilian civilization goes back far beyond our imagining [...]* (FAWCETT, 1953, p.242).

depois da catástrofe. Pouco a pouco, os sobreviventes começaram a reocupar as ruínas de suas antigas cidades. Nesta época, chegam às Américas nova leva de ocupantes, vindos do Oriente e do Pacífico (FAWCETT, 1953, p.243-244). Nesta última migração, teriam origem povos como os Tupis.

As antigas cidades do Brasil teriam sofrido muito com os cataclismos e os seus sobreviventes isolaram-se nas ruínas. A fixação numa descendência racial melhor que as dos indígenas retorna na argumentação de Fawcett: “Registros sobreviventes, datando da época da Conquista, referem-se à aparência deste povo. Fisicamente eram de uma ótima raça [...] Não eram antropófagos.⁵⁴” (FAWCETT, 1953, p.245-246).

É a partir de relatos como o do manuscrito 512, e de ocasionais rumores sobre estes misteriosos habitantes das cidades pré-coloniais, que Fawcett propôs-se a descobrir a cidade perdida de “Z”, remanescente desta cultura superior.

O caminho para esta cidade, naturalmente, era extremamente perigoso. Tribos ferozes sobrepunham-se umas às outras e aos demais incômodos da selva fechadas, a ponto de equiparar qualquer tentativa de busca à morte certa. Para o coronel, no entanto, as dificuldades eram, até certo ponto, intencionais. Os habitantes da cidade perdida dominavam as tribos vizinhas em função de sua superioridade natural, e as ordenavam repelir ferozmente qualquer intrusão em seu território (FAWCETT, 1953, p.247). Fawcett tinha consciência de que o caminho era difícil e de que talvez não sobrevivesse à expedição.

É interessante ver como o uso “criativo” das tradições informa e corrobora as interpretações destes exploradores. Fawcett dava importância às tradições que amparavam seu ponto de vista, buscando “naturalizá-las” com o uso de explicações adicionais:

Os 11.000 anos que Platão menciona terem decorrido desde que a última das ilhas da Atlântida submergiu podem ser abrangidos pelas gerações de apenas 110 centenários [...] Mais credibilidade pode ser dada àquilo que soaria mítico se isso fosse levado em consideração⁵⁵ (FAWCETT, 1953, p.249).

De qualquer forma, Fawcett, seu filho Jack, e um amigo deste, Raleigh Rimmell, entraram nas florestas do Mato Grosso para desaparecer. Brian Fawcett, ao escrever o epílogo da compilação das anotações de seu pai, deu conta das tentativas posteriores de estabelecer o que aconteceu com os exploradores, sem no entanto concordar com nenhuma. Quase se tem a

⁵⁴ No original: *Extant records, dating from the time of the Conquest, refer to the appearance of these people. Physically they were a fine race [...] They were not antropophagous.* (FAWCETT, 1953, p.245-246).

⁵⁵ No original: *The 11.000 years said bay Plato to have passed since the last of the Atlantean islands submerged could be spanned by the lifetimes of only 110 centenarians [...] More credence may be given to what may sound mythical if this is borne in mind.* (FAWCETT, 1953, p.249).

impressão de que uma explicação definitiva para este “mistério” seria anticlimática, o que se me afirma coerente com o tom aventureiro da narrativa de Fawcett filho. Não por acaso, as últimas palavras do texto de *Exploration Fawcett* são: *That the cities exist, I know...*

3.4.4.1 Ramos e Fawcett

Rendamos homenagens á memória do grande cientista e explorador Coronel inglez P.H. Fawcett e seu filho Jack Fawcett, que se internaram com mais um amigo seu nos sertões do Brasil, onde se suppõe haverem morrido tragicamente. Do mesmo modo transmittimos nossa admiração ao commandante George M. Diott, chefe da expedição que foi em busca d’aquelles abnegados da sciencia.

É do Globo de 17 de setembro de 1928 [...] o sensacional artigo que passamos a transcrever e synthetiza o valor e dedicação á sciencia do coronel Fawcett (RAMOS, 1939, p.470).

Ramos apresenta na sequência uma transcrição completa do artigo jornalístico do *Globo*. Este ocorre por ensejo do retorno da expedição de George Miller Dyott (1883-1972), explorador americano que organizou a primeira expedição em busca do destino de Fawcett.

A espetacular *Fawcett Relief Expedition*, organizada em 1928, já prenunciava o apelo midiático que a busca pelo coronel viria a ter nos anos seguintes. Organizada por uma associação de jornais americanos, levava consigo uma quantidade prodigiosa de pessoal e material (CALLADO, 2010, p.19). Dyott, um pioneiro da aviação e explorador experimentado, conseguiu informações conflitantes das tribos vizinhas do local estimado do desaparecimento do coronel, mas retornou convencido de que este havia morrido pela mão de alguma destas tribos (que se... acusaram mutuamente). Não conseguiu, porém, encontrar os restos mortais dos exploradores. Esta “ausência de materialidade da prova”, fez com que Brian Fawcett discordasse das opiniões de Dyott, preferindo buscar outra linha de inquérito na expedição que organizou 14 anos depois.

A ausência de resultados tangíveis não impediu Dyott de registrar estes acontecimentos em *Manhunting in the Jungle* (1930), livro inclusive transformado em filme na década de 1950 (*Manhunt in the Jungle*, 1958).

O artigo do *Globo* transcrito por Ramos retoma um tema que perpassa a trajetória de Fawcett: o apelo esotérico. Premonições, telepatia, a juventude eterna; desde as manifestações telepáticas recebidas pela viúva de Fawcett, que a asseguravam de que este ainda vivia, os encontros do coronel com um índio centenário, que não aparentava mais que vinte e poucos anos; o símbolo e o ídolo de pedra, inscritos em um alfabeto desconhecido, recebidos deste índio e que garantiriam ao seu portador a segurança contra qualquer tribo das Américas; até a

revoada triste dos pássaros, que anunciaram ao coronel Hermenegildo Galvão, último anfitrião de Fawcett, a morte deste e dos seus companheiros. A notícia tratava da volta de Dyott e das notícias que este trazia. Para Ramos, evidentemente, Fawcett partia de uma premissa inequivocamente correta: a existência de cidades e civilizações perdidas na selva. No entanto, a ausência de elaboração sobre o relato jornalístico permite supor que, à parte esta confluência de interesses, Ramos soubesse pouco mais do que leu ali sobre Fawcett. O fato deste ter perdido a vida na busca de validar hipóteses semelhantes às de Ramos fez com que este, naturalmente, o colocasse como um “martyr da sciencia”.

Com relação às hipóteses mais “esotéricas” de Fawcett, tais como a existência da Atlântida ou das raças superiores que nela habitavam, também há algo que ler nas *Inscrições*. Thoron tinha por certa a existência da Atlântida, e tentou articular essa existência com as migrações e desdobramentos lingüísticos que descreveu em “*La langue primitive*”. Ramos também dedica um excerto às tradições sobre a Atlântida, na parte suplementar do primeiro volume (RAMOS, 1930, p.483-498) onde cita inclusive a obra de viés esotérico *Submundo, Mundo, Supramundo* (1889) do Visconde de Figanière, ocultista português do final do século XIX, de idéias análogas às da Teosofia.

3.4.5 Da Amazônia ao mundo: Inscrições Gregas e Fenícias

No tocante à arqueologia da América do Norte, os defensores da imigração greco-fenícia comumente citam dois exemplos de supostas inscrições: a inscrição de Grave Creek e a de Dighton Rock.

A Pedra de Dighton (Dighton Rock) é um bloco de 40 toneladas localizado na cidade de Berkley, no leste do estado americano de Massachussets, coberto de petroglifos. Ainda no final do século XVII, os colonizadores da região já os haviam notado e se perguntado sobre sua origem. Uma das primeiras divulgações na Europa desta inscrição foi feita por Court de Gebelin, que a afirmou ser fenícia. Dentre as especulações levantadas, supôs-se inclusive que estas inscrições teriam sido feitas pelos exploradores portugueses do século XVI Gaspar e Miguel Corte-Real. Já o antiquário dinamarquês Carl Rafn leu nas inscrições o nome de Thorfinn Karlsefn, explorador islandês (FEDER, 2010, p.80-81).

Onffroy de Thoron, em *Les Pheniciens*, trata da inscrição de Dighton tomando como ponto de partida a argumentação sobre Thorfinn, da qual tomou conhecimento a partir de um relato nos anais do I Congresso de Americanistas em 1875. Thoron, em argumentação

característica, diz que Finn Magnusen, o erudito que teria feito a análise da inscrição a pedido de Rafn (GRANIER, 1875, p.183) a leu errado. Para ele, a inscrição era

[...] uma mistura de letras fenícias e muitas outras delas derivadas, que são do alfabeto da Campânia; o que indica uma época de transformação e permite concluir que a emigração de onde emana a inscrição de Dighton Rock remonta à época aproximada das conquistas de Alexandre, o Grande⁵⁶ (THORON, 1889, p.45-46).

Ramos, ao tratar do assunto, levanta três fontes: a discussão levantada no Congresso de Americanistas em 1875, a crítica de Thoron em 1889 e um artigo sobre o prof. Alberto Childe publicado sobre o assunto no jornal *A Noite*, em 1922 (13 de outubro de 1922). Intitulada *Os Etruscos nada tem que ver com a América*, a notícia traz a refutação de Childe sobre uma suposta afirmação que este teria feito sobre a presença etrusca nas Américas. Childe menciona que a única vez em que se pronunciou sobre este tipo de migração foi em sua palestra *Archeologia Classica e Americanismo*, proferida em maio de 1915 na Biblioteca Nacional. Nesta palestra, Childe tratou brevemente das inscrições de Dighton e Grave Creek, argumentando que a primeira não era fenícia, mas que também não era indígena; já a segunda possuía claros caracteres semíticos (CHILDE, 1916, p.138). O autor ainda menciona a posição sobre a qual Dighton seria de origem escandinava, a partir das mesmas fontes do Congresso de Americanistas.

Como vimos, Thoron achava que a inscrição de Dighton era “fenício-campana”, e Ramos o endossa, replicando a sua argumentação praticamente na íntegra (RAMOS 1930, p.266-272). No entanto, apresenta em seguida um artigo da revista *Portugal* (no 86, 03 de fevereiro de 1927) bastante extenso e que apresentava as fotografias tiradas pelo prof. Edmund Delabarre, em 1920. Delabarre tencionava provar que a autoria das inscrições era de Corte Real.

A partir destas fotografias, Ramos passa a aplicar seu usual método de análise. Para ele, parte da inscrição foi decifrada com sucesso por Thoron e seria mesmo fenícia. Já a partir das fotografias, que mostravam outro conjunto de inscrições, Ramos leu frases gregas, com os seguintes significados: “Florescente e novo rebento de Chios é excelente, admirável e comodo” (RAMOS 1930, p.280); “Ao prospero rebento, Jupiter retém o calor, feliz, afortunado”; “Traços ou vestígios da força ou vigor de Serápis à vida e pujança da

⁵⁶ No original: *Cette inscription est un mélange de lettres phéniciennes et de plusieurs de leurs dérivées, qui sont dans l'alphabet de Campanie: ce qui indiquerait une époque de transformation et permettrait de conclure que l'émigration dont émane l'inscription de Dighton Rock, remonte au temps rapproché des conquêtes d'Alexandre-le-Grand.* (THORON, 1889, p.45-46).

humanidade pobre e não civilizada” (RAMOS, 1930, p.281). É interessante notar que a base para leitura de Ramos foi a cópia da inscrição supostamente feita pelo reverendo John Danforth em 1680, que tem imagens completamente diferentes das fotografias de Delabarre (FEDER, 2010, p.80).

Já com relação à inscrição de Grave Creek, Ramos apresenta pura e simplesmente sua tradução. Trata-se aqui de uma pedra com inscrições encontrada no *mound* funerário de Grave Creek, no estado da Virgínia (EUA) em 1838 (FEDER, 2010, 125-127). Quando se percebeu que os caracteres inscritos na pedra foram retirados de um livro de 1752 sobre alfabetos da Espanha antiga, ficou definitivamente estabelecido que se tratava de uma fraude perpetrada pelo escavador amador do *mound*. Mas essa refutação definitiva é moderna; para Ramos, assim como para Childe, tratava-se de uma inscrição legitimamente passável de análise, e inclusive, grega como as outras: “Ah! Ah! Ah! (grito de alegria) a vetusta terra em que Serápis derrama ouro e abundância com garantias e seguranças, marcha!” (RAMOS 1930, p.266).

Os capítulos XVII e seguintes das *Inscrições* marcam uma ampliação progressiva das hipóteses de Ramos. Este passa a citar obras e inscrições de várias partes do País, e, em seguida, de outras partes do mundo. Então, glifos e narrações dos estados do Ceará (RAMOS 1939, 119-128), Rio Grande do Norte (pp.128-136), Pernambuco, São Paulo (pp.137-190), Bahia (p.217), Rio Grande do Sul (p.216), são apresentadas como evidências de que os colonizadores gregos ocuparam grandes áreas do nosso território. No capítulo XIX, Ramos expande seu modelo interpretativo a várias inscrições espalhadas pelo mundo.

A partir daí, o autor interpreta, por exemplo, as inscrições de Rocky dell Creek (EUA), como “Descortinar e observar: aviso decisão ou decreto aquelle que abandonar sua fila ou seu posto, será lançado ao infortúnio justo e equitativo; forte, valente, dominador e eficaz, coroadado de rosas” (1939, p.296); ou “Sórdido e soez não é aquelle que se occupa em descortinar as origens occultas no seio da terra em teus bens, em teus proprios domínios” (1939, 298); na Herzegovina, “pedra preciosa, branca, perfeita e abundante” (1939, p.303), no Chile, “Hydroselenite (pedra que, tornando-se transparente n’agua, deixa ver uma meia lua) de algum valor ou preço considerável a aquelle que se occupa ou procura descobrir as origens ou forças occultas no seio da terra” (1939, p.306), ou “Solecismo: o satyrico ou autor de poemas satyricos, tem apparencia de um solecismo; é igual em força e pujança à hydra e equivalente a um cataclysmata” (1939, p.308), na Colômbia, etc. Em uma imagem supostamente oriunda de Tiahuanaco, Ramos leu “Sábio Solon amigo do povo, popularizado e tenaz, retém congregada, escolhida elite de homens de alto valor e distinctos, para libertar, perdoar, conciliar, pacificar, resolver, explicar e harmonizar” (1939, p.312). Imediatamente

Ramos argumenta que a menção ao estadista Sólon (aprox. 638 a.C. – 558 a.C.), corrobora a descoberta da inscrição a Pisístrato já mencionada por ele, assim como as inscrições do rio Sangaris (1939, p.316-7).

Por vezes, as interpretações de Ramos não deixam de ter certo tom poético, como esta inscrição chibcha, da Colômbia: Chibcha: “Silêncio!... Quanto considerável é o assombro da destruição e da morte! (1939, p.318). Nestes desdobramentos de ímpeto interpretativo, a própria paisagem é lida como uma inscrição. A partir de uma citação da *L'Amérique Préhistorique* do Marquês de Nadaillac (1888), Ramos vê os *mounds* funerários e os *tertres* como inscrições. O desenho aéreo dos *tertres* passa a ser um ícone, um ideograma grego (1939, p.350-352).

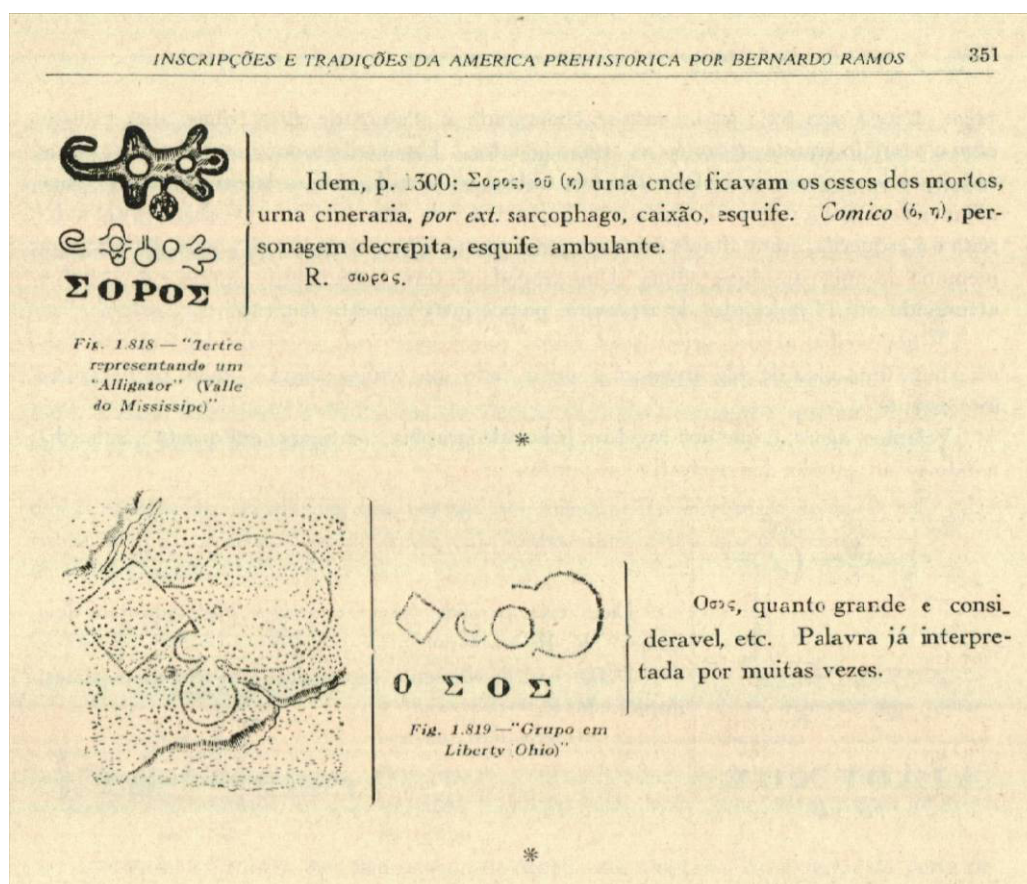


Figura 14. Tertre como inscrição (RAMOS, 1939, p.351).

O Capítulo XX apresenta um desdobramento muito interessante da desconstrução que Ramos realiza das imagens e sinais que lê. Trata-se aqui da antiguidade da América Central. Seria de se pensar que os grandes monumentos e a escrita fartamente testemunhada nas ruínas da civilização maia se constituiriam como evidências autônomas de uma civilização autóctone

das Américas. Não é o caso. Os hieróglifos também são caligramas:

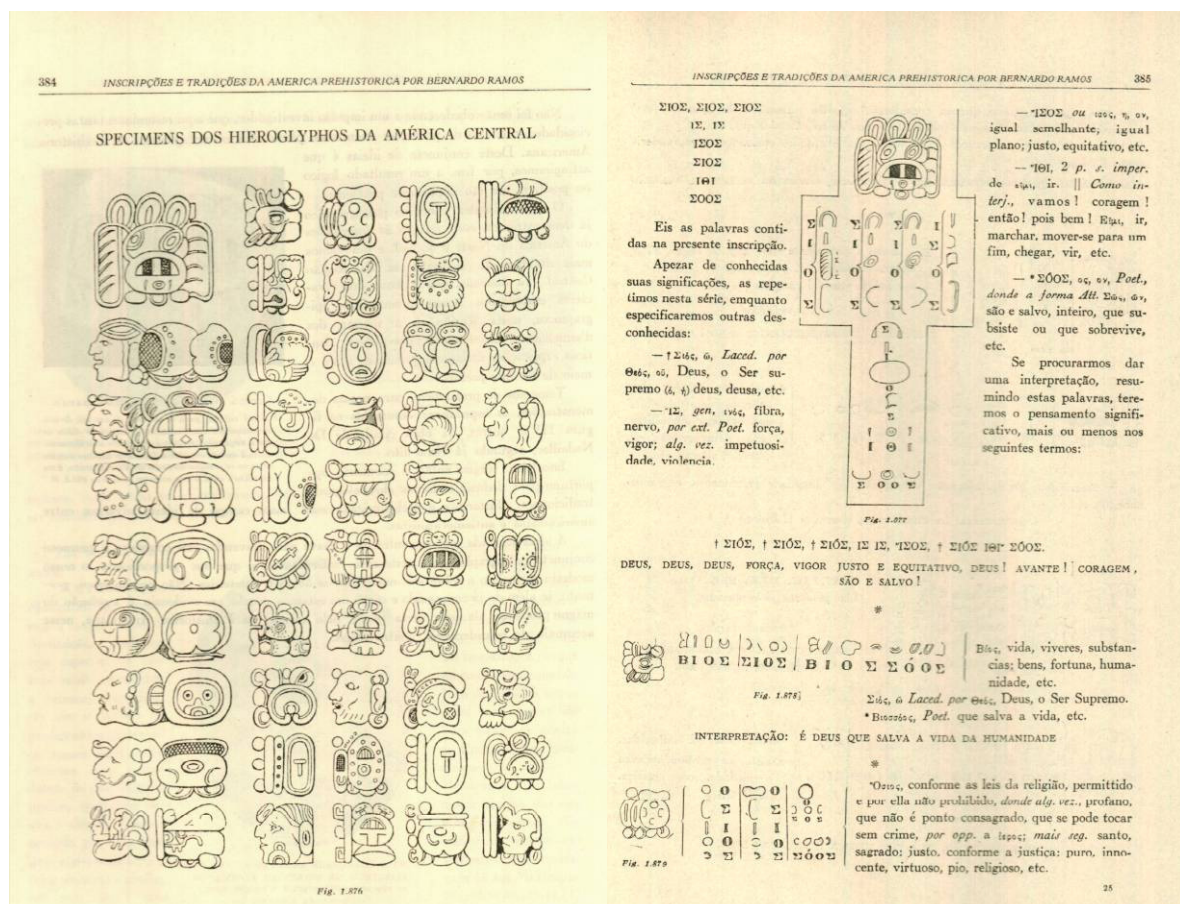


Figura 15. Decodificação dos hieróglifos da América central (RAMOS 1939, p.384-385).

Finalizando, no capítulo XX temos uma digressão curiosa sobre algumas inscrições da Serra de Parintins. Ramos não leu nelas escritas antigas, mas sim de cunho notavelmente pós-descobrimto. Uma delas, por exemplo, diz: “Certamente, Santo Luciano, 1689” (RAMOS, 1939, p.405). Outras trazem monogramas e dísticos religiosos, que o autor associa aos jesuítas. Aqui surge um conflito entre o modelo leitor de Ramos, que decodifica toda imagem nos termos dos idiomas da Antiguidade, e o teor nitidamente mais recente das inscrições:

Surpreendeu-nos não encontrarmos neste local importante, inscrições demonstradamente prehistoricas, da natureza das centenas, que temos colhido nas regiões amazônicas. É de supor porém que a idéia predominante sendo então de conquista, qualquer signo que houvessem allí esculpido, fosse destruído, para firmar outro recente, estabelecendo o direito de posse ou a primazia de ocupação. É este justamente o ponto em que se faz opportuno emitirmos ligeiras considerações.

O estylo dos caracteres gregos empregados nestas inscrições faz crer que ellas foram esculpidas em eras prehistoricas, anteriormente às latinas de feições recentes. Esta hypothese poder-se-á admittir, porque ellas por si só formam pensamentos com accepção regular. Neste caso será manifesta uma premeditada promiscuidade com o intuito de confundir, para se não contradictar aos jesuítas a primazia de domínio da

região, bem como á idéia sobre Colombo e Cabral na prioridade dos seus descobrimentos no Continente Americano, actos que se tem procurado por todos os meios, desviar de investigações ou provas contrarias.

Entretanto sabemos como innegavelmente sempre foram os jesuítas, cultos, e que não lhes seriam estranhas essas gravuras paleographicas. Tinham conhecimentos philologicos, predicados que lhes facultariam interpretações epigraphicas. Elles poderiam tel-as divulgado si conveniências contrarias não lhes obstassem os passos. Nestas condições é-nos difficil formular segura solução de ordem paleographica sobre o presente caso. (RAMOS, 1939, p.408).

3.4.6 Pessoas e Lugares da Antiguidade Brasileira

A maior parte das interpretações de Ramos nas *Inscrições* é limitada a algumas fórmulas que se repetem por todo o trabalho. No entanto, algumas de suas leituras resultaram em nomes e frases relacionadas à história da Antiguidade, que lhe permitiram tentar estabelecer datas e relações. Aqui, abordaremos os principais exemplos disto.

Uma das primeiras inscrições das *Inscrições* foi encontrada por Ramos na localidade de Itacoatiara. Lá, o autor interpretou uma série de petroglifos como pertencente a uma única inscrição: “Juramos aqui reunidos em grande número, aqui tomamos posse expulsos das delicias a Tingis, salvos dos filhos de Heber, em delícias entramos nós, filhos de Ig e de Tehom (isto é, do vento e do mar)” (1930, p.69). Esta inscrição marcaria uma das localizações da colonização fenícia na Amazônia, composta por exilados da cidade de Tingis, atual Tânger, no Marrocos. Tânger foi fundada por colonizadores fenícios. Em outra inscrição, localizada em Aybú, margem esquerda do rio Urubu, município de Itacoatiara, Ramos leu outra referência a Heber: “Asa e Heber entrem nas delícias de Eghe” (RAMOS, 1930, p.94). Tanto Asa quanto Heber são nomes semíticos, relacionados na Bíblia, e Ramos resume em poucas palavras suas impressões acerca da inscrição:

Conclue-se, portanto, que eram os Phenicios (cananeos) oppostos a Asa, Heber e seus adeptos, em crenças religiosas, e sentiam-se bem amparados por EGHE IG ou IK, uma de suas eminentes divindades; concitavam elles aos demais a entrar, (por essa allusiva inscrição) e a compartilhar nas delicias que então gozavam, onde o Destino e as dissensões os arrojavam.

Essa inscrição tem afinidade com as de Itacoatiara sob todos os pontos de vista (RAMOS, 1930, p.94).

O fato de Ramos ter lido especificamente inscrições fenícias em algumas localidades e gregas em outras lhe levou a situar a divisão geográfica entre estas duas esferas de colonização:

Pelo que nos revelam suas inscrições em caracteres phenicios e gregos, sobre variantes naturezas de assumptos, seria este local de alta valia na vida dessas correntes emigratórias, que alli se estabeleceram na alta antiguidade.

A limitação territorial, demonstrada pelos marcos epigraphicos e resolvida, como dizem, em paz e harmonia; a posição estratégica do local, que é um dos mais elevados da região, a divisão natural do curso do rio Urubú, que alli desenha um ângulo saliente, tendo quase à frente a ramificação do rio, que fôrma o lago propriamente do Aybú, e servia talvez de limite natural, tudo nos faz crer no valor desses singulares monumentos.

É certo que as inscrições de Maquará, das quaes já tratamos, e ficam a regular distancia das de Aybú, na parte inferior, denunciam a predominância dos caracteres phenicios, ao passo que da superior até Sangay, ou antes, Sngarys, pelo menos, os dos gregos. A zona de Itacoatiara nesta razão e compreendidas as regiões de Silves, Urucará, Uatumã, etc., seriam do domínio phenicio (Canaanéa) Quantas surpresas ainda nos reservará o futuro, quando um estudo metuculoso do caracter archeologico por levado a effeito nestes valles e nos differentes de outros Estados da União? (RAMOS, 1930, p.93).

Nesta localidade, além de ver os marcos desta delimitação geográfica, Ramos viu ainda testemunhos de alguns costumes, como o de raspar a cabeça, ou de locais como a “pedra do juramento” (RAMOS, 1930, p.111, 117).

A própria decifração da inscrição da Pedra da Gávea proveu Ramos de mais nomes da Antiguidade brasileira: Tiro, Fenícia, Badezir, Jethbaal. Por estas referências, se poderia especular a data aproximada da inscrição, que, como vimos, situar-se-ia no século IX a.C.

Na descrição dos letreiros da Cidade Perdida da Bahia, Ramos leu o nome de Pisítrato. Mas o responsável pela inscrição votiva não era o conhecido tirano ateniense, e sim um personagem até então incógnito, Xieto Tito Kio. Nas inscrições recolhidas por Ramos, ele leu o nome de Kio outras vezes:

Édito, lei ou decreto do venerável ou augusto Xieto Tito Kio. É imprudente ou falto de senso, não ser forte, justo, unido e methodico, conforme as regras da emulação. Leis 17 e 18. (RAMOS, 1939, p.141).

Lei ou instrucções do venerável, referentes ao local da audiência dos astynomos ou edis (magistrados gregos que velavam sobre a policia, alinhamento das ruas) e aos differentes meios de locomoção (RAMOS, 1939, p.151).

Iai-Cyphiszis, torneiro executor de lyras e escudos. Ah! (RAMOS, 1939, p.145).

Aviso: é equitativo o honrado Cyphiszis, torneiro, executor de lyras e escudos (RAMOS 1939, p.147).

Viver por si mesmo ou com autonomia. (Tal seria talvez o systema constitutivo do viver social ou político do povo de que ora tratamos) (RAMOS, 1939, p.155).

Júpiter, o teu tumulto é tumulto duplo divino, tumulto prodigioso, admirável! (RAMOS 1939, p.193).

Os nomes dos deuses e instituições encontrados por Ramos apenas reforçaram sua

opinião sobre a veracidade de suas teses. Os nomes Xieta Tito Kio e Iai-Cyphiszis não são nem mesmo remotamente gregos ou fenícios, mas adquirem esta feição em função do ímpeto assimilador da decodificação. O caráter fragmentário destas informações, assim como sua estranheza, invocam um todo presumido: houve um sistema de leis, das quais conseguiu-se ler as de número 17 e 18. Assim como numa inscrição obliterada pelo tempo, o que não se pode ler adquire realidade como inferência, ou dedução. O torneiro não trabalha sozinho: vive numa sociedade com muitas outras profissões, muitas outras pessoas; das quais algumas necessitam de liras e escudos, objetos icônicos da cultura clássica. Há ruas nas cidades da América clássica; ruas que precisam de magistrados. E, principalmente, de leis: este sistema da equidade que aparece regularmente nas *Inscrições*, mormente pelo fato das palavras a ela associadas terem letras mais ou menos simétricas – palavras de letras simétricas formam a maior parte das leituras de Ramos por este derivá-las das linhas retas e curvas das imagens que reinterpreto.

Além destes nomes novos, vemos também nas *Inscrições* os deuses, tanto fenícios (Baal-Hammon, Tanit, Eshmun, por exemplo (RAMOS, 1930, p.96), quanto da cultura grega: Zeus, Ísis, Afrodite, Hércules, e a interessante Assembléia do Povo Ilíada, devota de Zeus *Sthenius*, da qual Ramos encontrou os vestígios na foz do rio Abacate, em uma de suas expedições realizada em novembro de 1926:

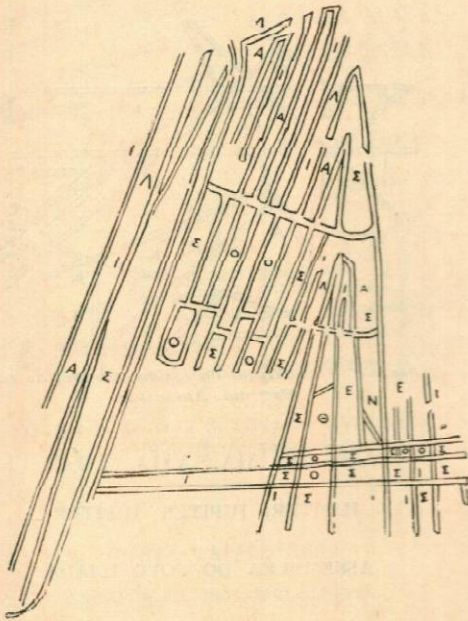


Fig. 612 — Inscricção da fóz do Abacate, no rio Uatumã. Amazonas

I. 'ΙΛΙΑΣ * ΛΑΙΑ 'ΙΛΙΑΣ †ΣΪΟΣ "ΟΣΟΣ 'ΙΛΙΑΣ
 ΣΘΕΝΕΙΑ ΙΣΟΣ, ΙΣΟΣ †ΣΪΟΣ, ΙΣ. ΙΣ. ΙΣ,
 ΙΣ: ILIADA, ASSEMBLÉA DO POVO ILIADA,
 QUE SUBSISTE TÃO NUMEROSA. ILIADA,
 LUCTAS EM HONRA DE JUPITER STHE-
 NIUS? (*) UNIDO, IGUAL Á LIBERDADE,
 FORÇA E VIGOR.

(*) ΣΘΕΝΙΟΣ — ZEYΣ EM ARΓΟΣ, JUPITER
 STHENIUS, DEUS DA FORÇA

II. * ΛΑΙΑ, 'ΙΛΙΑΣ
 ASSEMBLÉA DO POVO ILIADA

III. ΔΙΑ, ΔΙΑ, ΔΙΑ, 'ΙΛΙΑΣ, 'ΙΛΙΑΣ
 ΔΙΑ, acc. de ZEYΣ, gen. ΔΙΟΣ, JUPITER
 Assim temos tres vezes JUPITER e duas
 ILIADA

IV — ΔΙΑ, ΔΙΑ, ΔΙΑ
 JUPITER, JUPITER, JUPITER

"ΟΣΟΣ 'ΙΛΙΑΣ 'ΙΛΙΑΣ
 QUANTO GRANDE E CONSIDERAVEL
 ILIADA, A ILIADA!

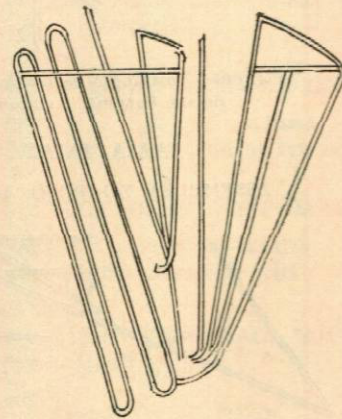


Fig. 613 — Inscricção da fóz do Abacate, no rio Uatumã. Amazonas

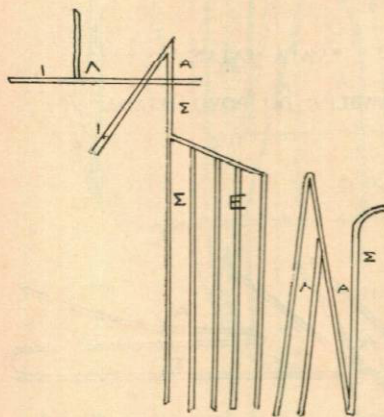


Fig. 615 — Como a precedente

'ΙΛΙΑΣ ΣΕΑΣ ILIADA. O BRILHO,
 ESPLENDOR OU A GLORIA, MAGNIFICENCIA
 FRAGOR, ETC.

Figura 16. Inscricções da Assembléa Ilíada (RAMOS, 1930, p.307).



Fig. 672 — Inscrição do local Bacabal, no rio Jatapú. Amazonas

ΒΙΟΣ ΨΟΣΟΣ *ΣΨΟΣ ΙΣ †ΣΙΨΟΣ ΒΙΑΣ
 *ΔΙΨΟΣ †ΣΙΨΟΣ ΒΙΟΣ

A VIDA TÃO PRECIOSA SÃ E SALVA
 POR FORÇA DO DEUS PUJANTE JUPITER,
 O DEUS DA HUMANIDADE!

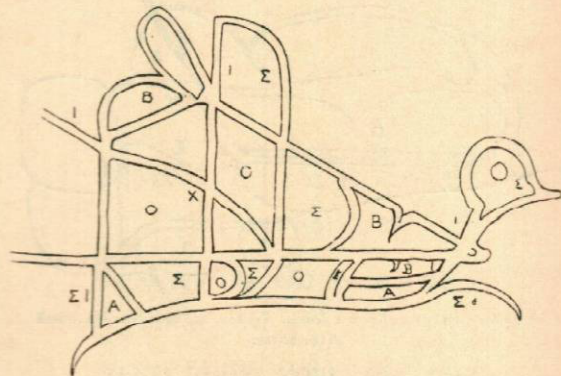


Fig. 673 — Inscrição do local Bacabal, no rio Jatapú. Amazonas

ΨΒΙΣ ΨΟΧΟΣ †ΣΙΨΨ ΨΟΣΟΣ ΒΙΟΣ ΒΙΑΣ

IBIS (AVE DO EGYPTO) TENAZ
 DEUSA TÃO CONSIDERAVEL Á VIDA E PUJANÇA.

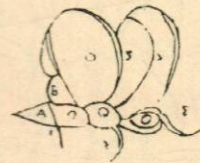


Fig. 675 — Idem como a precedente

ΒΙΟΣΨΨΟΣ ΔΙΨΟΣ

QUEM SALVA A VIDA
 É JUPITER

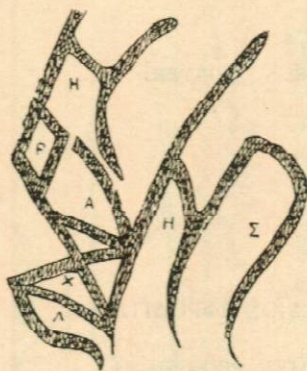


Fig. 674 — Inscrição como a precedente

ΗΡΑΧΛΨΣ
 HERCULES

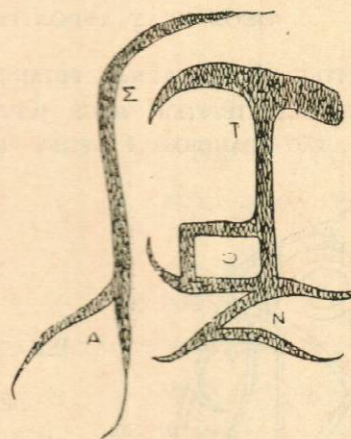


Fig. 676 — Inscrição como a precedente

†ΣΨΑΤΟΝ
 MEDIDA, ALQUEIRE.

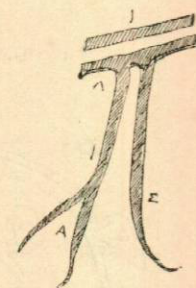


Fig. 677 — Inscrição do local Bacabal (margem direita), no rio Jatapú. Amazonas

Ι Λ Ι Α Σ
 Ι Λ Ι Α Δ Α

Figura 17. Inscrições votivas a Heracles, Zeus e à Assembléia Iliada (RAMOS, 1930, p.324).

Estes nomes denotariam a presença física dos antigos nas Américas. Não se trata aqui apenas das grandes migrações dos povos tomados no geral, mas de pessoas específicas, reis, legisladores, até o simples torneiro. Por estas circunstâncias fortuitas que preservam alguma evidência, por mínima que seja, de alguém do passado, os nomes de algumas pessoas, leis, instituições, sobreviveram, dando lastro a toda a justificação de ordem teórica e filológico-mitológica elencada pelas fontes de Ramos.

Qual é a chave de leitura para entendermos todos este processo de re-significação sistemática das evidências e textos das *Inscrições*? Podemos tentar encontrar alguns caminhos. Michel de Certeau, no primeiro volume da *Invenção do Cotidiano* (1980), delimitou dois conceitos relevantes para nossa compreensão, não só do texto, mas também de sua fortuna. Tratam-se dos conceitos de *estratégia* e *tática*.

Chamo de *estratégia* o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças (os clientes, os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc) (CERTEAU, 2012, p.93).

Segue-se que a estratégia, como entendida por Certeau, é um modo de ação ligado principalmente a um ente dotado de poder. Estes sujeitos de querer e poder, como citados, são entes que possuem autonomia para tentar fazer valer a sua visão de mundo em virtude de algum condicionante social e reconhecimento externo. A empresa possui poder econômico; o exército, força; a cidade possui poder institucional; a instituição científica, “a autoridade da ciência”, entre outros. A relação entre estes entes é, pois, marcada por uma série de posicionamentos que tencionam ganhar campo, “posicionar suas armas”, para usar uma metáfora bélica, de modo a idealmente dominar o aspecto ora em discussão neste jogo.

Já a tática, fundamentalmente, é a ação do ente “fraco”:

[...] chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. [...] Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo” [...] Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance [...] Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia (CERTEAU, 2012, p.94-95).

Certeau ainda afirma que a tática se caracteriza pela ausência de poder. O ente joga com o que lhe foi dado; caça em campo alheio. A metáfora da caça foi usada por Certeau em outro ponto da *Invenção do Cotidiano*, com relação aos processos de leitura (CERTEAU, 2012, p.245), no qual o leitor, embora vague por um cenário definido, colhe deste o que lhe interessa, e mesmo define o que seria de interesse. Não é difícil expandir esta reflexão ao ponto em que definamos o leitor como tático com relação ao texto (e não somente aos livros, mas também aos petroglifos, por exemplo), do qual extrairá as informações pelo intermédio das ferramentas que tenha desenvolvido.

Não temos aqui como presumir aspectos da formação intelectual de Ramos para além das informações que conseguimos reunir acima. Apenas podemos acompanhá-lo em sua tática em diferentes planos, em sua acumulação dos despojos das fontes e temas que re-significa e reformula em seu discurso próprio. Desta forma, as opiniões diversas dos autores que coligiu passam a servir a um único propósito: a fundamentação da argumentação.

Ora, valer-se de uma pletera de autores, dos mais variados contingentes, é também inserir-se institucionalmente entre eles. As *Inscrições*, sem fazerem parte de qualquer *establishment* institucional, precisavam de um arcabouço que as legitimasse. Anthony Grafton, que citamos acima, comentou sobre as notas de rodapé como emblemas de filiação institucional. Não é difícil estender esse raciocínio às próprias citações longas.

Essa associação, no entanto, não presume a subserviência. Neste modo tático de interação com as fontes, a resistência implícita à mesma está expressa na citação, e no comentário de aprovação, aparte ou recusa que Ramos estabelece no diálogo com as fontes, principalmente naquelas que também postulam a colonização clássica nas Américas.

Poderíamos aqui ainda traçar outro percurso da tática-estratégia descrita por Certeau. Dentro do texto, Ramos, enquanto produtor do texto das *Inscrições*, está em posição de relativa inferioridade frente ao assunto e às fontes que cita. Logo, na produção e no diálogo interno do texto, entre as citações, estamos falando de uma **tática** de leitura e interpretação. No entanto, a partir do momento em que Ramos termina a obra, vemos as tentativas de reconhecimento institucional do texto. Também não é demasiado especulativo aventar que estes esforços, como a aprovação institucional do IGHA, as conferências no Rio de Janeiro, as audiências com os presidentes, ou o próprio financiamento das *Inscrições* consistem na tentativa de mudar a relação de forças: a partir da tática pessoal, tentar expandir uma estratégia de divulgação institucional.

Resumindo: as *Inscrições*, apesar de extensivas, elaboram pouco sobre a natureza das civilizações grega e fenícia (além de poucas outras inscrições em outros idiomas: uma em

árabe, outra em hieroglífico egípcio e uma terceira em chinês) nas Américas. Como salientamos anteriormente, trata-se mais de fornecer a evidência física destas ocupações, através do *corpus* documental levantado por Ramos, e apresentar as discussões teóricas elencadas por autores anteriores como subsídio teórico para estas evidências.

4. CAMINHOS DA ANTIGUIDADE BRASILEIRA

Caminha-se por vários dias entre árvores e pedras. Raramente o olhar se fixa numa coisa, e, quando isso acontece, ela é reconhecida pelo símbolo de alguma outra coisa: a pegada na areia indica a passagem de um tigre; o pântano anuncia uma veia de água; a flor do hibisco, o fim do inverno. O resto é mudo e intercambiável – árvores e pedras são apenas aquilo que são (CALVINO, 2003, p.19).

“Caminha-se por vários dias entre árvores e pedras. Raramente o olhar se fixa numa coisa, e, quando isso acontece, ela é reconhecida pelo símbolo de alguma outra coisa”: os desenhos indígenas são inscrições gregas, a cachoeira de Paulo Afonso é uma barragem fenícia, os tupis são na verdade outro povo. Diferentemente da cidade invisível descrita por Ítalo Calvino, aqui nem mesmo as pedras são imunes ao leitor dos símbolos. Para alguns, são pedras. Para outros, ruínas.

Resta-nos a tarefa de fechar as múltiplas interrogações que uma trajetória interpretativa como a das *Inscrições* nos suscita. Para isso, dividiremos aqui a argumentação em dois tópicos. O primeiro, *Leituras do Brasil Fenício na década de 1930*, procurará traçar um panorama da circulação das idéias desta “história alternativa do Brasil” no período particularmente fértil em que as *Inscrições* vêm a público, assim como a própria recepção da obra. O segundo tópico, *Orwell, a pseudohistória, os fenícios no Brasil*, procura, finalmente, traçar a resposta à pergunta que impele este trabalho: Como Bernardo Ramos leu grego, fenício, chinês e egípcio nas inscrições rupestres das Américas? A resposta passará, necessariamente, pela discussão sobre recepção e memória cultural, como veremos.

4.1 Leituras do Brasil Fenício na década de 1930

“O sociólogo estrangeiro desembarcou, dirigiu-se ao hotel, aboletou-se e no dia seguinte percorreu a cidade”. Assim inicia um pequeno conto de Graciliano Ramos no qual analisa, com irônica acurácia, a visita de um sábio a um Estado não nomeado. A partir do momento em que este entrega suas recomendações, de grande peso, ao governador, este determina que um subordinado o acompanhe nas visitas que desejasse empreender para sua pesquisa.

O longo trajeto contemplou toda a sorte de visitas aos operosos estabelecimentos do Estado: as ruas asfaltadas, os institutos, fábricas e depósitos, os mercados e casas de família, num roteiro onde se percebiam duas intenções: a do sociólogo, empenhado em analisar a

sociedade que visitava, e a do governo, institucional, que procurava mostrar o seu lado mais fotogênico para o retrato ora em esboço.

Ao final da semana de visitas, professor e contínuo foram às escolas. Passaram sem incidente pelas escolas primárias. O que ocorreu em seguida, e finaliza o conto, cabe bem neste trabalho:

-Esse tipo, cochichou o funcionário a um lente sabido, quer uns esclarecimentos sobre os índios. Vou levá-lo à sua classe. Pensei em você para explicar direito esse negócio. Conte umas lorotas, que o homem é de universidade.

- Muito bem, respondeu a douda personagem agradecida, feliz por sair da sombra e manifestar-se diante de quem pudesse compreendê-la.

Meia hora depois, numa preleção muito verbosa, dizia aos alunos (dirigia-se na verdade ao estrangeiro, que o escutava assobrado ali perto, o guarda-chuva entre os joelhos) coisas admiráveis a respeito de inscrições achadas no sertão. Garantiu que elas tinham sido feitas pelos egípcios e pelos fenícios, desembarcados no Brasil tantos séculos antes de Jesus (estabeleceu a data), agentes de colônias prósperas, ligadas por um comércio regular às metrópoles. Tentou decifrar alguns caracteres, percebeu neles os nomes de Osíris e dos engenheiros que há quatro mil anos, executaram obras notáveis na cachoeira de Paulo Afonso. Sim senhor. Os devotos de Osíris e de Ísis misturados aos selvagens nacionais, que ainda não eram tupis.

-Não, senhor.

O estrangeiro embasbacava, arregalava os olhos. E o funcionário suava, agitava-se desesperadamente na cadeira, parecia mordido de pulgas. Trincava os beiços e fazia gestos inúteis. Segurava-se à idéia de que o sujeito importante, conhecedor de fatos relativos à pré-história e ao fim do mundo, não entendesse a linguagem do professor cambembe, provinciana e corrupta.

- Ora muito bem. Dessas relações entre o elemento indígena, os egípcios e fenícios nasceram os tupis.

Os estudantes meus bocejaram. Os estudantes bons sorriram. Os medíocres pegaram os cadernos e tomaram notas.

- Felizmente lá fora ninguém entende um português assim estragado, consolou-se o funcionário. Estamos em segurança.

O sociólogo estrangeiro desiludiu-o., fulminou-o com uma pergunta brutal:

- Os senhores não tem programa? Um homem pode aqui ensinar isso na escola?

(RAMOS, 2012, p.223-224).

A edição deste conto, *Uma visita inconveniente*, inclusa na coletânea *Garranchos* (2012) menciona que a ironia de Graciliano Ramos aqui se destina especificamente à *Antiga História do Brasil*, de Schwennhagen. O original deste conto foi publicado na revista *Cultura Política* em dezembro de 1942. As reações de todos à admirável preleção do professor secundário são reveladoras: o estrangeiro revolta-se; o funcionário envergonha-se, os alunos, segundo as suas aptidões, ora revelam o sorriso da ironia fina “para inglês ver”, ora anotam mecanicamente a versão fenícia da história pátria, ora entediam-se bocejando.

Curiosamente, aqui a ignorância funciona como uma espécie de blindagem contra a interpretação, para Graciliano aberrante, do Brasil fenício e egípcio. Os maus alunos não entenderiam a aula do professor, mesmo porque não entenderiam nenhum conteúdo que fosse. Entre as esperanças malfadadas do funcionário, estava a de que o sociólogo não entendesse a

palestra pelo português arcano e pedante do professor.

Uma leitura mais sociológica desta aula permitiria supor que os alunos representam diferentes tipos de reações à Antiguidade brasileira. Há uma camada da sociedade, que por inteiramente desinteressada destas questões, sequer as assimilaria. Não é difícil ver aqui o universo da população sem acesso à escola formal, ou apenas a uma educação deficitária, que passaria ao largo das decifrações do grego e do fenício (que por si presumiriam uma formação razoavelmente compreensiva). Já os alunos avançados sequer abordariam a questão por percebê-la imediatamente como uma farsa dirigida ao estrangeiro. Aqui se trataria do universo da academia e do *establishment*. Comentamos antes sobre obras importantes de sociologia e história do Brasil surgidas na década de 1930: *Casa-Grande e Senzala* e *Raízes do Brasil*. É de se imaginar que o meio acadêmico que discute a formação do Brasil nesses termos sequer admita ao diálogo as interpretações, já desusadas e desmentidas, da Antiguidade brasileira, ou apenas as mencione com mesmo sorriso irônico do aluno da classe de Graciliano.

Mesmo que seja para refutá-lo, o imaginário desta Antiguidade reaparece, ocasionalmente, na literatura do período. Por exemplo, a *Introdução à Arqueologia Brasileira*, de Angyone Costa (1934), uma das primeiras resenhas sobre a história da arqueologia brasileira, vê ainda motivos para listar os casos célebres da Inscrição da Gávea, das Sete Cidades e do manuscrito 512 em um capítulo inteiro, apropriadamente intitulado “Material Suspeito”. Entre outros casos, Costa resume também o caso da inscrição fenícia da Paraíba. Costa considera as inscrições como marginais no estudo da arqueologia brasileira, talvez pelo muito que se tenha discutido sobre elas no paradigma do maravilhoso:

Elas existem, é bem verdade, perdidas pelo interior, gravadas no fundo de grotas, em abas de serra, em chapeirões. O que querem dizer, ninguém sabe e como se nos afiguram confusas e inexplicáveis, a nós, que não as aceitamos com o caráter que outros lhes atribuem, também aos seus mais acalorados entusiastas elas vão impressionando, sem nada lhes revelar. O interior do país está cheio delas. Brinquedo de índio ou marcação de roteiro de sertanistas e bandeirantes, o que é certo é que elas se concentram cerradas, indecifráveis, ante a curiosidade do homem. Grito de dor ou de amargura, pedido de alimento ou de socorro, indicação de caminho ou de cemitério, brinco inocente de criança ou ordem imperativa de mando, pedido de paz, reclamo de fêmea, angústia ou tortura, as inscrições são problemas à margem, são questões, quando muito laterais, no programa de nossa arqueologia. Não podem constituir uma questão principal, dentro da arqueologia brasileira, porisso que nenhum valor documental oferece esta pretensa escrita. (COSTA, 1934, p.129).

Por vezes, trechos menores de autores consagrados dão a entender que esta questão ainda sobrevivia no imaginário da década de 1930.

Para explicar o povoamento da América não têm faltado hipóteses curiosas.

Ultimamente as idéas que o cônego Ulisses de Penafort (“Brasil Prehistorico”) ampliara de Onffroy de Tharon (“Navegação do Amazonas”) com ousada documentação pessoal, faz reviver Brasseur de Bourbourg, e os jornais e revistas reiniciaram a publicar historias espantosas de cartaqueizes e fenícios colonizando o Brasil. O sábio Ladislau Neto sempre acreditou nessa lenda que será assim chamada até prova em contrario. O prof. Ludovico Schwennhagen, austríaco há muitos anos residente no norte brasileiro, reeditou (“História Antiga do Brasil”, Teresina, 1928) todas as tradições eruditas embora silenciasse sobre seus antecessores. Os Institutos Históricos tem guardado a compostura natural e não se pronunciaram. Mas a história estupefaciente, narrada com detalhes locais, com minúcias e datas, assombra e se popularisa com grave repercussão para o estudo serio e seguro do assunto. Para resposta digna indicaria somente o livro interessante do dr. Jorge Hurley [...] (“Prehistoria Brasileira” Belém, Pará, 1931 [...]) e os trabalhos do dr. Carlos Studart Filho na revista do Instituto do Ceará (CÂMARA CASCUDO, 1933, p.25).

No conto de Graciliano Ramos, os alunos medianos apenas copiam a lição espantosa da história fenícia do Brasil. Esse aluno, dotado de uma competência mínima de assimilação, mas incapaz da reflexão sobre o conteúdo, que seria representativa da superioridade sobre o mesmo, o absorveria acriticamente. Na nossa analogia, referimo-nos aqui ao *mass media* da época, e de uma recorrência insuspeita das notícias de fenícios e gregos nos jornais da virada da década de 1920 para 1930 na Capital Federal. Especialmente os anos de 1929-1932, talvez em função da publicação da *Antiga História do Brasil* de L. Schwennhagen, frequentemente citada, tanto para o bem quanto para o mal, nestes artigos jornalísticos.

A menção de Câmara Cascudo a Jorge Hurley não é avulsa. São dele as mais veementes refutações às hipóteses fenícias. Hurley (1883-1956), desembargador e membro do Instituto Histórico do Pará, publica já em começos de 1929 um artigo em *O Paiz* intitulado *Os histriões da Prehistoria – Schwennhagen, Frot e Alfredo dos Anjos*, referindo-se aí também ao engenheiro francês contemporâneo Apollinaire Frot e ao naturalista português Alfredo dos Anjos, que também realizaram trabalhos tentando provar a ocupação fenícia no Brasil. (HURLEY, 1929a, pp.1,4). Os termos usados por Hurley para descrever as idéias dos três pesquisadores são acerbos:

A Noite, do Rio, de ampla circulação no país, ao vehicular narrativa tão imbecil deveria, ao fim da baboseira, ressaltar, em quatro vocábulos irônicos, a responsabilidade da redacção: ironia certo não lhe falta...

Que a trindade ridícula de histriões da prehistoria pregue essas despidoradas invencionices longe do Brasil supporta-se, mas aqui dentro de casa não! É desaforo grosso.

Não é possível que o façam sem o protesto dos que, em silencio, pesquisam, patrioticamente, os factos adormecidos da prehistoria brasileira.

Fantasias dessa natureza, acredito, nunca mais passarão em julgado nas letras nacionaes, nem mesmo sob o pitoresco e penumbroso aspecto lendário. (HURLEY, 1929a, p.4).

Hurley reclama da visibilidade dada pelo jornal *A Noite* às pesquisas empreendidas por

Alfredo dos Anjos e Frot nesse sentido. Aparentemente, o assunto atraía a atenção, Por exemplo, a obra *Prehistoria Brasileira*, citada por Câmara Cascudo, foi anteriormente publicada em capítulos de *O Paiz* a partir de agosto de 1929, sob o título *Prehistoria Americana*.

Prehistoria Americana começa recapitulando as explicações teológicas sobre a existência do homem americano, apontando o padre Simão de Vasconcellos, no século XVII, como um dos precursores da teoria de que Ophir Índico, descendente de Noé, teria colonizado as Américas. A partir desta indicação, fica evidente qual será o primeiro alvo de sua refutação, o *Brasil Prehistorico* de Ulysses de Pennafort, que usa da mesma argumentação:

O cônego Ulysses Pennafort, notável philologo e desastrado ethnologo paraense, [...] diz que o povoamento do Brasil começou no anno 2088 antes da vinda de Jesus Christo.

Pennafort, fonte máster das noções de ethnologia americana que Rocha Pombo graphou na sua monumental Historia do Brasil (2º volume) “ensinou”: “Com toda a plausibilidade de certeza o primeiro povoador do Brasil foi Ophir Indico, filho de Jectan, neto de Heber” (HURLEY, 1929b, p.5).

Hurley ainda refere-se a outras interpretações etimológicas de Pennafort sob termos desairosos característicos da polêmica jornalística de então. Depois de mencionar ainda outras hipóteses sobre a origem do homem americano, Hurley chega à “Hipótese dos Hebreus”. Nela, o autor passa a debater a obra de Onffroy de Thoron:

Aceitando a hypothese dos hebreus, conservada carinhosamente pelos monogenistas, o philologo D. Henrique Onffroy de Thoron, espírito imaginoso e culto de sonhador invulgar, creou-lhe uma hypothese complementar, offerecendo provas, glotticas interessantes e archeologicas fúteis, das viagens dos navios de Salomão ao Amazonas, que diz ser o Ophir, Tardschisch e Parvaim (sic) (HURLEY 1929c, p.14).

Nos capítulos seguintes, Hurley ataca Rocha Pombo, que teria usado parte da argumentação de Thoron na *História do Brasil*, e passa a refutar sistematicamente todas as argumentações filológicas de Thoron e Pennafort.

A publicação jornalística dos capítulos de *Prehistoria Americana* foi interrompida pelo empastelamento de *O Paiz* em função da Revolução de 1930. No entanto, Hurley os publicou pouco depois, em 1931. Porém, é de se considerar que, de agosto de 1929 a março de 1930, com dois e até mesmo três artigos por mês, se divulgaram, mesmo que para refutá-las, as idéias de Thoron, Pennafort e Schwennhagen.

No entanto, a posição jornalística do período nem sempre era unívoca. No jornal

Correio da Manhã, por exemplo, artigos publicados no mesmo período dão visibilidade positiva à hipótese fenícia. Lemos, por exemplo, nas páginas do *Correio* de 17 de julho de 1930, uma reportagem intitulada *O Brasil Maravilhoso – Teriam os egypcios habitado o nosso paiz?* (O BRASIL, 1930, p.3), apresentando uma entrevista com Alfredo dos Anjos, já mencionado anteriormente por Hurley. Anjos defendia entusiasticamente que as inscrições espalhadas pelo Brasil são obra de civilizações antiqüíssimas, e que as da Gruta do Inferno, em Minas Gerais, são obra de egípcios, fenícios e cartagineses. Afirmou ainda que produziu um filme sobre o assunto, “*Brasil Maravilhoso*”, e que o planejava exhibir no exterior. De fato, as chamadas dos dias seguintes no jornal (18 e 19 de julho de 1930) fazem a propaganda do filme de Anjos.



Figura 18. Chamada de *Brasil maravilhoso*. *Correio da Manhã*, 19 de julho de 1930, p.8

O próprio Rocha Pombo, vítima do ataque de Hurley nos artigos de *Prehistoria Americana*” surge ocasionalmente para defender os expoentes da versão fenícia:

Entre os que se têm ocupado das origens das populações americanas anteriores a Colombo, dois autores se conhecem (quanto à América oriental) como os que com mais esforço se destacam na defesa da solução do problema pela hypothese phenicia: Onffroy de Thoron e o nosso cônego Raymundo Pennafort.

Não há duvida: tanto um como o outro nos impressionam, antes de tudo pelo valor dos argumentos em que assontam legítimas conclusões, e talvez mais pelo tom de convicção profunda com que discutem e inculcam a sua these (ROCHA POMBO, 1929, p.4).

Depois de resumir em rápidos trechos o caso da inscrição apócrifa da Paraíba e a atuação de Ladislau Netto no assunto, Rocha Pombo afirma que todo o problema das inscrições rupestres espalhadas pelo País ainda demanda estudo, podendo se constituir numa ferramenta das mais valiosas para o estudo do homem americano.

A propósito de taes investigações, sei que vamos ter para breve um trabalho desde muito anunciado, e que promete surpresas maravilhosas sobre inscrições lapidares da vertente amazônica.

Posso adeantar que se acha nesta capital, dirigindo a impressão da obra, o dr. Bernardo Ramos, a cuja perseverança acredito que vai dever a sciencia o grande serviço de uma larga contribuição, ao menos para a solução do nosso problema ethnogenico segundo a hypothese phenicia (ROCHA POMBO, 1929, p.4).

Ora, encontramos em meio a estas discussões ao próprio Ramos no processo de supervisão da impressão das *Inscrições*. Rocha Pombo estava bastante familiarizado com a obra, conhecendo Ramos ao menos desde 1917, e voltou, por vezes, a publicar artigos em defesa dos fenícios nos anos seguintes (por exemplo, no *Correio da Manhã*, em 15 e 22 de outubro de 1931). Neste último artigo, Rocha Pombo menciona Ramos novamente:

Antes de terminar este artiguinho, referirei em poucas linhas um outro caso que se parece muito com o que ficou atrás referente ao padre Pennafort. Conheci em Manáos o coronel Bernardo Ramos, espírito culto e incansável estudioso de archeologia americana.

Tinha este homem, já prompta para o prelo, uma grande colleção de inscrições lapidares da bacia amazônica, todas já decifradas.

Chegou a fazer até esta capital algumas viagens na esperança de conseguir a publicação de seu immenso trabalho.

E tanto insistiu junto dos poderes públicos que alcançou o que desejava: a impressão da obra na Imprensa Nacional. A última vez que com elle aqui me encontrei, senti-o muito satisfeito com as primeiras provas do serviço em mãos.

Passam-se poucos mezes, e tenho a noticia de que Bernardo Ramos acabava de fallecer, levando para o outro lado da vida sabe Deus que amargo desengano.

Que destino terá tido esse trabalho do grande pesquisador? Estará ainda na Imprensa Nacional? Estará com a família? Ou ter-se-á perdido? (ROCHA POMBO, 1931b, p.4).

A preocupação de Rocha Pombo é a de que o trabalho se perdesse pela falta de seu autor e revisor. De fato, embora as datas “oficiais” de publicação das *Inscrições* sejam, respectivamente, 1930 para o primeiro volume e 1939 para o segundo, havia volumes sendo impressos pelo menos até 1945, como as folhas de encerramento de alguns volumes

consultados apontam. Na introdução à obra, os herdeiros de Ramos afirmam ter encerrado por si as revisões faltantes.

Algumas referências esparsas também nos permitem testemunhar algumas outras recepções das conclusões das *Inscrições*. Evidentemente, temos os anexos do texto, em ambos volumes, que dão conta da estratégia de propaganda usada por Ramos, anexando as transcrições jornalísticas que davam visibilidade às suas idéias. No entanto, vemos ali apenas instâncias de uma recepção positiva, o que como vimos, não era de nenhuma forma unívoca.

Por exemplo, temos outro artigo do *Correio da Manhã*, de 16 de agosto de 1933, assinado por Pedro da Costa Rego (1889-1954), governador de Alagoas no período entre 1924-1928. Em *O phenicio da Gavea* (REGO 1933, p.2), Rego dá conta da publicação, por parte do jornal *A Noite*, da decifração de Ramos acerca da inscrição da Pedra da Gávea. Ao comentar sobre o assunto, o articulista menciona ter recebido um sábio, quando governador do Estado, que vinha lhe apresentar os resultados de suas pesquisas, provando a ocupação fenícia do Brasil. A cachoeira de Paulo Afonso, no estado da Bahia, seria na verdade uma barragem construída pelos antigos colonizadores.

O erudito, munido destas provas e argumentos, vinha propor ao governador o desvio do rio São Francisco para que ficasse evidente o trabalho de construção da barragem fenícia. O governador, abismado pela audácia e visível impossibilidade do pedido, explicou, em termos polidos, as dificuldades de tal empreendimento, ao que o sábio, frustrado em suas pretensões, deixou a entrevista.

Embora Costa Rego não aponte o autor da leitura da inscrição da Gávea, e tampouco indique o nome do sábio que o consultou, anos antes, podemos estabelecer sem erro os nomes dos dois. O primeiro é Ramos, uma vez que a transcrição da pedra da Gávea é sua; já o erudito não nomeado é Schwennhagen, já folclórico nas menções do assunto em outros artigos. Numa linha mais agressiva de refutações, vemos artigos com títulos como: *O sensacionalismo archeologico... - Como a autoridade de Ladisláo Netto desfaz a lenda das inscrições phenicias - Conjecturas infantis a respeito de uma rocha - (A Batalha, 10 de agosto de 1933, capa)*, ou ainda comentários como: “No tocante à prehistoria sul-americana e particularmente à pré-historia brasileira existem fantasias das mais loucas, com o entono da sciencia. Uma destas fantasias é a de Onffroy de Thoron” (CANECO, 1932, p.5).

Por parte da crítica erudita, à parte a ocasional opinião de Rocha Pombo, a recusa é quase unívoca. Já no âmbito articulista, o tema, talvez em função do seu caráter midiático, tem uma leitura muito mais benévola. Temos, por exemplo, uma série de reportagens publicadas em 1933 pelo escritor Saldanha Diniz no *Correio da Manhã*, com títulos como *A*

Atlântida e a América (DINIZ, 1933a, p.7), *Os phenicios na América – porque a história não consigna este facto real?* (DINIZ, 1933b, p.2), e *O Ophir de Salomão seria na América?* (DINIZ 1933c), maciçamente baseados na obra de Thoron.

Como as *Inscrições* se achavam em processo de impressão no início da década, as refutações mais frequentes do período se dirigem às obras que já estavam em circulação: o *Brasil prehistorico* de Pennafort, *a Antiga Historia do Brasil*, de Schwennhagen e as obras de Thoron. As primeiras menções a Ramos começam a surgir após a divulgação da decifração da Gávea, da qual o artigo da Revista da Semana é uma das versões publicadas. Aparentemente, outros meios jornalísticos publicaram os trechos de Ramos na mesma época, visto haver referências a outras notícias de igual teor no mesmo período (abril-maio de 1932):

Maio, logo após a sua ostentação no cartaz econômico, pula para a Historia do Brasil, sacudindo, a propósito da data do descobrimento, os velhos ossos do velho Pedro Álvares Cabral.

O feliz almirante lusitano não teve este anno nem as honras cívicas de um feriado nacional!

E, precisamente na data de sua maior gloria, foi divulgado pela imprensa o sensacional capítulo de uma obra grandiosa ainda inédita e pela qual se verifica que muitos séculos antes de Christo já os phenicios andavam por estas terras, assinalando a sua passagem com inscrições nas pedras, cuja decifração conseguiu agora ser descoberta por um paciente e erudito Champollion patricio.

Isso sem falar na veterrima pyramide do Ceará e outros monumentos, que deixam bem claro a existência pré-historica de raças asiáticas no Brasil, e que não constitue segredos para a archeologia, nem para os que, como o padre Pennafort, tem como ponto pacifico da sciencia glottica as comparadas afinidades da língua tupy com o sanskrito e o grego.

Como se vê, Cabral chegou muito atrazado [...] (CARVALHO, 1932, p.1).

Como podemos perceber, trata-se da mesma divulgação do capítulo das *Inscrições* sobre a pedra da Gávea.

A impressão geral deste conjunto de evidências é de que temos diversos tipos de reações às notícias da Antiguidade brasileira nos jornais. De forma geral, a apresentação é negativa, o que não impede, naturalmente, que o efeito publicitário de uma discussão como a das migrações fenícias no Brasil a faça reaparecer com frequência na mídia de então.

4.1.1 A Inscrição da Gávea

Dentro das polêmicas pró e contra a Antiguidade brasileira, temos, em 1932, uma instância diretamente ligada à publicação das *Inscrições*. Após a publicação de *Descoberto o mistério da Pedra da Gávea*, em abril daquele ano, na Revista da Semana, o articulista David

J. Peres publicou, meses depois, um artigo no *Jornal do Commercio* (04-09-1932), no qual atacava virulentamente a interpretação de Ramos, nos seguintes termos: “[...] essa *tradução* que, como orientalismo humorístico, é a maior pilhéria que já apareceu nestes últimos cinquenta annos, por estas bandas da América Latina” (PERES in LIMA 1933, p.4).

A partir daí, Peres passou a atacar especialmente a tradução da Pedra da Gávea feita por Ramos, argumentando terem havido erros e distorções grotescas na leitura deste último. Apontou ainda, como detalhes particularmente polêmicos, o fato das *Inscrições* terem sido custeadas pelo erário e a ausência de manifestação do IHGB sobre o caso.

O prefaciador das *Inscrições*, Vivaldo Lima (1877-1949) que havia fundado o IGHA juntamente com Ramos, saiu imediatamente em defesa de seu colega, fazendo publicar em resposta ao artigo de Peres o livreto *A inscrição da Gávea* (1933). Nele, Lima procurou desmontar a argumentação de Peres através de uma longa explicação sobre a origem do alfabeto fenício, citando diretamente uma série de eruditos, orientalistas e linguistas: Georges Contenau, René Dussaud, Joseph Vendryes, Gustave Glotz; também autores ligeiramente alinhados com o esoterismo, como Francisco Valdemiro Lorenz e José Álvarez de Peralta, e indiretamente outra dúzia de autores. Todo este aparato visava validar a grande variedade de formas sob as quais as letras e palavras eram interpretadas nas *Inscrições*, com a justificativa de que o processo de formação dos idiomas acabava forçosamente por torná-las heterogêneas.

Na *Revista da Semana*, em que foi publicada a notícia sobre a obra, vê-se a inscrição da Gávea de três modos diferentes [...] Ora, se o prof. David J. Peres não conhece os alfabetos archaicos, como pode se aventurar a ser critico de trabalhos epigraphicos? (LIMA, 1933, p.19).

As argumentações seguintes versavam tanto sob as escolhas idiossincráticas de leitura e transcrição de Ramos, contando tanto o ataque de Peres quanto a contra-argumentação de Lima, quanto discussões de natureza histórica e etimológica. Ao término da obra, Lima retoma a comparação de Ramos com Champollion, que também enfrentou detratores, como Étienne Quatremère (1782–1857) e Julius Klaproth (1783–1835) quando de sua decifração dos hieróglifos:

Com Bernardo Ramos, antes de publicada a sua obra, já appareceu o primeiro Klaproth, o *procurador espontâneo da cultura nacional*, David J. Peres. Havemos de ver quantos outros terão de apparecer depois do seu livro circular. Mas estou bem certo que todos os seus contradictores terão o mesmo destino de J. Swinton⁵⁷, Estevam (sic) Quatremère e Klaproth: - serão relegados ao esquecimento - e as

⁵⁷ Antes desta argumentação, Lima referiu-se aos detratores da leitura do alfabeto fenício pelo abade Barthèlemey (1716 –1795), entre os quais se encontrava o orientalista John Swinton (1703–1777).

theses sustentadas no trabalho do inesquecível epigraphista brasileiro não de triumphar um dia para bem da sciencia, que não poderá nunca ser entravada, na sua marcha evolutiva, pela irreverência doentia dos criticadores de cutiliquê (LIMA 1933, p.45).

A *Inscrição da Gávea* é um testemunho da convicção de Lima da veracidade das conclusões de Ramos. É lícito presumir que, em função da morte de Ramos em 1931, o impulso para a divulgação das *Inscrições* tenha decaído quase que completamente, como atesta a inquietação de Rocha Pombo em artigo citado acima. Isso não impediu que Lima, já como deputado federal (1947) de ainda envidar esforços para divulgar a obra, com resultados inusitados.

O periódico americano *Isis*, fundado em 1912 pelo historiador George Sarton, é uma das publicações mais respeitadas no ramo da história da ciência. Ao abrir o volume 41, de dezembro de 1950, deparamo-nos com a incomum resenha das *Inscrições*, feita pelo lingüista e arabista checo Alois R. Nykl (1885-1958). Nykl possuía um vasto domínio de idiomas, principalmente orientais, e havia sido professor de português e espanhol na Universidade de Harvard. Na revisão da obra, Nykl inicia dizendo que o exemplar das *Inscrições* lhe havia sido enviado por Vivaldo Lima: “Através da gentileza do Dr. Arlindo Camilo Monteiro, o conhecido editor e publicador de *Petrus Nonius*, fui presenteado com este trabalho monumental pelo amigo de toda vida do autor, Deputado Dr. Vivaldo Lima, recentemente falecido.⁵⁸” (NYKL, 1950, p.318).

A revisão de Nykl, sem surpreender, critica as *Inscrições*. Este destaca que Ramos citou um vasto número de autores pouco conhecidos e aceitos, e não esconde que considera a leitura de Ramos inteiramente fantasiosa. No entanto, argumenta que o material recolhido por ele, nomeadamente, as transcrições dos petróglifos, podem vir a ser úteis se reexaminadas:

Enquanto não podemos seguir Bernardo Ramos em suas imaginações fantasiosas, somos gratos ao Governo Brasileiro por haver custeado a impressão destes dois volumes in-fólio. Eles são um monumento duradouro da devoção patriótica do autor numa esfera da atividade humana que recebe agora pouca atenção comparada com as centenas de bilhões gastos em armas de potencial destruição. O material coletado e discutido no trabalho do Cel. Ramos, se reexaminado, pode levar a resultados mais convincentes no curso dos próximos anos, décadas ou séculos⁵⁹ (NYKL, 1950, p.318)

⁵⁸ No original: *Through the kindness of Dr Arlindo Camilo Monteiro, the well-known editor and publisher of Petrus Nonius, I was presented with this monumental work by the author's lifelong friend, Deputado Dr. Vivaldo Lima, who passed away since. (NYKL, 1950, p.318)*

⁵⁹ No original: *While we cannot follow Bernardo Ramos in his fanciful imaginings we are thankful to the Brazilian Government for having defrayed the cost of printing of these two in-folio volumes. They are a lasting monument to the author's patriotic devotion in a sphere of human activity which now receives but scant attention compared with the thousands of billions spent for tools of potential destruction. The material collected and discussed in Col. Ramos' work, if re-examined, might lead to more convincing results in the course of coming years, decades or centuries. (NYKL, 1950, p.318)*

A resenha de Nykl possivelmente é o último tratamento minimamente acadêmico das *Inscrições* em seu período de surgimento. Não localizamos referências posteriores sobre a obra de Ramos até a menção de Francisco Marshall em *Mediterranean Reception in the Americas* (MARSHALL 2005) onde o autor toma as *Inscrições* como testemunho da potência do imaginário do Mediterrâneo no Brasil. No entanto, podemos estabelecer algumas reflexões.

O aspecto mais conhecido das *Inscrições* é a decifração da Pedra da Gávea, possivelmente em função de seu apelo e pela divulgação feita nos jornais do Rio na década de 1930. Além desta referência, pode-se afirmar que as *Inscrições* não tiveram fortuna crítica relevante depois de concluídas. Certamente contribuiu para esse desfecho a demora para a publicação do segundo volume (nominalmente, 1939, provavelmente 1945), assim como o falecimento dos principais defensores da obra (o próprio autor em 1931, Vivaldo Lima em 1949), e a dificuldade de consulta e acesso a obra (em função do tamanho). Além, claro, do tema da obra e do tratamento deste. No entanto, as *Inscrições* situavam-se tranquilamente em meio às discussões ainda vigentes na década de 1930, constituindo um documento importante para a história da idéia da Antiguidade brasileira durante a República Velha.

4.2. Orwell, a pseudohistória, os fenícios no Brasil

O que sucedia no labirinto invisível a que levavam os tubos pneumáticos, ele não sabia em detalhe, mas apenas em termos gerais. Assim que fossem reunidas e classificadas todas as correções consideradas necessárias a um dado número do *Times*, aquela edição era reimpressa, destruído o número original, e o exemplar correto colocado no arquivo em seu lugar. Esse processo de alteração contínua aplicava-se não apenas a jornais, como também a livros, publicações periódicas, panfletos, cartazes, folhetos, filmes, bandas de som, caricaturas, fotografias - a toda espécie de literatura ou documentação que pudesse ter o menor significado político ou ideológico. Dia a dia e quase minuto a minuto o passado era atualizado. Desta forma, era possível demonstrar, com prova documental, a correção de todas as profecias do Partido; jamais continuava no arquivo uma notícia, artigo ou opinião que entrasse em conflito com as necessidades do momento. Toda a história era um palimpsesto, raspado e reescrito tantas vezes quantas fosse necessário. Em nenhum caso seria possível, uma vez feita a operação, provar qualquer fraude (ORWELL, 2005, p.41).

A leitura apocalíptica de George Orwell em *1984* dizia respeito aos temíveis processos de “reescrita” da documentação vistos no período stalinista. Grandes burocratas do Partido “sumiam” das fotografias do passado quando caíam em desfavor; a partir dali, nunca teriam ocupado a estrutura do poder. Para todos os efeitos, nunca existiram.

Nem mesmo esta prática, porém, nos é moderna; a *damnatio memoriae* praticada pelos

romanos, e mais antigamente pelos egípcios, já constituía uma forma de reescrita da história pela obliteração dos nomes e registros dos grandes personagens decaídos. O faraó Akhenaton (18ª dinastia) teve imagens e cartuchos com seu nome apagados por ordem de um de seus sucessores, Horemheb; o cônsul romano Sejano sofreu esta sanção oficial depois de ter conspirado contra a vida do imperador Tibério em 31 d.C; o imperador romano Geta foi também obliterado, em 211 d.C, por ordens de seu irmão, Caracala (primeiro pessoalmente, depois simbolicamente). Evidentemente, nenhum destes feitos foi bem sucedido: hipoteticamente, a obliteração perfeita não deixa rastros.

Este sentimento de que algo está sendo escondido, de que uma conspiração trama nas trevas para esconder a Verdade com V maiúsculo, é um mote bastante comum nas pseudociências, e igualmente na pseudohistória. Esta não deixa de ser, em seu modo enviesado, curiosamente parecido ao *wie eigentlich gewesen* rankeano, posto que crê também na realidade objetiva de uma versão histórica em detrimento das outras; apenas não é a mesma em que todo o mundo acredita.

Comentamos anteriormente sobre as tentativas inusitadas dos antiquários do século XVI-XVIII em reescrever a história a partir do desenvolvimento das disciplinas auxiliares, e particularmente da numismática. Por exemplo, as releituras dramáticas da história da Antiguidade feitas por Jean Hardouin, que viu a Antiguidade, denunciada pelas evidências das moedas, como uma terrível farsa montada por uma legião de latinistas, escultores, e outros especialistas sob a supervisão de Severus Archontius.

Vimos ecos desta suspeição no próprio Onffroy de Thoron, cercado pelos seus inimigos imaginados no *Collège de France* e no *Institut des Inscriptions*. Já em Ramos, as afirmações não são tão candentes: freqüentemente ele apresenta suas interpretações como contribuições ao diálogo erudito, mas estes momentos de debate científico desaparecem quando se percebe que a evidência é reinterpretada de forma sistemática e inexorável: claramente, o autor está plenamente convencido do que escreve.

Formulamos uma questão no início desta tese: Como Bernardo Ramos leu grego, fenício, chinês e egípcio nas inscrições rupestres das Américas? Chegou a hora de aventar uma resposta. Naturalmente, ela passa por alguns pontos:

1. A força da Antiguidade como uma idéia normatizadora de uma visão de mundo;
2. A interação entre as fontes usadas por Ramos e esta normatização.

Vimos acima que o próprio Ramos fala pouco em seu texto. Seu modelo de escrita se

baseia primariamente na apresentação de evidências massivas por parte de outros autores. Porém os anexos das *Inscrições* nos providenciaram um raro *insight* da mente deste personagem singular que nos acompanhou pelas últimas 150 páginas. Trata-se de uma entrevista dada por Ramos ao jornalista José Mattos, do periódico *O Piauí* em 1927:

(MATTOS) Qual é, então, a finalidade de sua obra?

(RAMOS) Demonstrar que a civilização do nosso Continente – A América, não tem essa origem nova, criança, impregnada do perfume e dos sons tropicais das nossas florestas, dos nossos socavões e das nossas imensas, caracterizada pela inubia e pela flexa dos nossos selvagens, como declamam poetas exaltados e historiadores neophytos.

(MATTOS) E então?

(RAMOS) “Na nossa América – este imenso Continente Americano, sacudido agora por todas as modalidades do progresso humano; neste Continente multiforme e polycromo em que se empregam os “Packards” e os carros de bois; os grandes dynamos geradores de electricidade, que movem usinas e illuminam avenidas esplendidas e os modestos moinhos hydraulicos das aldeias em que há cidades imensas e regiões vastíssimas desconhecidas ainda; nesta America a que chamamos o Novo Continente – viveram e desenvolveram-se fracções daquellas chamadas “civilizações antigas”. (Como se pudéssemos saber as origens e os fins das civilizações, como se não viessem ellas das lendas e do incógnito até nós, evoluindo vagarosamente, sem deixar marcos para divisões).

(MATTOS)- Somos então, descendentes de phenicios e gregos?

(RAMOS)- Não. Não é bem assim. Não há descendência, porque já hoje não corre nas veias americanas o sangue daquelles grandes povos e porque as nossas normas políticas e sociais, a nossa arte e a nossa literatura não se inspiraram directamente na delles. Entretanto, meu amigo, a história americana há de ter um pouco da Hellade e da Phenicia. Ella não pode começar com o Renascimento, que trouxe Colombo às nossas praias (RAMOS, 1939, p.538-539).

Pode-se ver aqui que Ramos pensa esta questão nos termos de uma polarização: antigo *versus* novo, seja a antiguidade da Antiguidade *versus* a modernidade da história do Novo Mundo a partir de Colombo, seja a antiguidade da civilização do Velho Mundo frente ao progresso tecnológico do Novo. No primeiro caso, fica implícita a inferioridade de uma história “nova”, associada à imaturidade; já a maturidade tecnológica, se não inferior, é pouco relevante frente à superioridade de cultura apresentada pelos referenciais antigos.

Já a “flexa” e a “inúbia” dos selvagens são distintivos de inferioridade frente à vetustez da Antiguidade. Os poetas exaltados (quer dizer, os indigenistas: Gonçalves de Magalhães ou Gonçalves Dias, por exemplo) e os historiadores neófitos erram em investir na identificação nacional com o índio. Para Ramos, menos *I-Juca-Pirama*, mais *Ilíada*. (Ou Assembléia Ilíada).

Partimos do princípio de que esta polarização exerceu um peso determinante no convencimento de Ramos da necessidade de provar esta ocupação antiga das Américas. Nesse sentido, sua empreitada é paradoxalmente patriótica. Embora os gregos e fenícios não sejam

nossos ancestrais, não seríamos de todo inferiores historicamente às civilizações do Velho Mundo justamente por também possuímos, e sobejamente espalhadas pelo solo pátrio, as evidências das migrações dos antigos povos do Mediterrâneo.

A valorização deste patrimônio arqueológico e seu estudo constituíam grandes preocupações de Ramos. Onffroy de Thoron já via a necessidade do estudo sistemático do material arqueológico das Américas como uma questão de grande importância, chegando a mesmo propor a organização de um Comitê de Pesquisas em assuntos americanos, nos moldes dos realizados na Europa para questões semelhantes (THORON, 1889, p.9). Ramos igualmente argumenta nesse sentido:

Não fallemos já sobre outros conhecimentos, como o anthropologico e ethnologico cujos exemplares parece haver mais prazer e porfia em fazel-os figurar nos museus estrangeiros, que no nosso particularmente, como desde muito já deveríamos ter.

O mesmo desapego com certa ordem de preciosidades vinha acontecendo no Egypto, até que, por um rasgo patriótico, o seu Governo pôz termo a tão deprimente praxe, prohibindo com rigor a sahida desses exemplares, a menos que não fossem julgados insignificantes por uma commissão fiscal competente.

Nem siquer nos tem servido de incentivo o aparecimento de homens de nacionalidades estrangeiras, que, subsidiados por associações scientificas, de quando em vêz, lhes facultamos com amplitude a região e da qual conduzem as melhores preciosidades.

[...]

Ao nosso governo, entretanto, fazemos justo apelo, para resolver sobre a conservação desse gênero único e valioso de provas que nos resta.

A França tem o seu Congresso de Inscriptões, como alguns outros países. Até 1838 conheciam-se 74 inscrições phenicias, púnicas ou lybicas reproduzidas e interpretadas na obra de Genesio, mas, desde então até hoje, esse número tem mais que duplicado e ante as inscrições descobertas ultimamente cita-se como mais importante uma, achada em Marselha, aliás no anno de 1884, e que é a mais extensa de todas as que se conhecem.

Aquí contamos 2.100 inscrições gregas e phenicias, por emquanto, além de outras, cujas decifrações ora levamos a effeito (RAMOS, 1930, p.59-60).

Se a versão de Ramos para a história das Américas fosse tida por legítima, estaríamos diante do equivalente nacional do *Corpus Inscriptionum Latinarum* ou das *Inscriptiones Graecae*. Como um contraponto herético, é curioso pensar que durante o período de pesquisa de Ramos (entre o início do século XX e a década de 1930), o responsável pelas *Inscriptiones Graecae* não era senão o filólogo Ulrich von Wilamowitz-Moellendorff.

À parte o humor, tanto o *Corpus* quanto as *Inscriptiones* iniciam no começo do século XIX; o CIL em 1847 sob a iniciativa de Theodor Mommsen, e as IG a partir de 1860, mas continuando o trabalho do *Corpus Inscriptionum Graecarum* iniciado em 1825. Os esforços dos antiquários dos séculos anteriores no recolhimento de inscrições eram dispersos, e a realização destes grandes esforços da historiografia germânica marca um novo padrão de

sistematização e erudição. Embora o trabalho de Ramos seja de molde eminentemente antiquário, a própria existência destes referenciais informa as *Inscrições*, mesmo que por caminhos vicários. Por exemplo, ao falar da obra de “Genesio”, Ramos na verdade está mencionando a obra *Scripturae linguaeque Phoeniciae monumenta quotquot supersunt* (1837), do orientalista alemão Wilhelm Gesenius (1786-1842), que é uma compilação de inscrições fenícias.

Esta pletora de referenciais, das tradições da mitologia fartamente citadas por Thoron, da cultura greco-romana, que cercam o pesquisador, o condicionaram a ver, num meio inteiramente diverso, os correspondentes destas imagens mentais. De onde surge a Assembléia Íliada?, De onde surgem o templo dedicado à vitória de Pisístrato, Sólon, os anfitriões, Zeus, Ísis, Hércules? De onde surge Votan? E por que todos os imigrantes da Antiguidade brasileira insistiam em criptografar suas mensagens? Não deixo de notar que existe um fenômeno cognitivo denominado *apofenia*⁶⁰, na qual quaisquer padrões, por aleatórios que sejam, constituem sentido na mente do leitor.

4.2.1 A Antiguidade brasileira: uma memória alternativa do Brasil?

Maurice Halbwachs, na obra póstuma *A memória coletiva*, disse que a memória é uma construção de grupos, mais do que do indivíduo. As memórias, para ele, são adquiridas num contexto social, e cada pessoa interpreta os acontecimentos a partir de sua experiência como membro de um grupo. As formações coletivas da memória podem apagar, enfatizar, ou mesmo criar memórias que jamais foram diretamente experimentadas pelo indivíduo; porém, elas são atuantes na sua mente em virtude de seu pertencimento ao grupo (HALBWACHS, 2006, p.41-42; 64-65, 72-73, p.ex). A respeito deste mecanismo, Jan Assmann argumentou (1995, p.27) que cada indivíduo, evidentemente, pertence a uma série de grupos, e portanto, constrói suas lembranças a partir dessa experiência combinada. Já em *A topografia legendária dos evangelhos na Terra Santa*, Halbwachs realizou uma espécie de trabalho estratigráfico das diferentes significações do espaço dadas à Palestina pelos grupos que a ocuparam: cristãos, romanos, árabes etc.

⁶⁰ “A apofenia refere-se à percepção de conexões ou significado em eventos que não estão relacionados entre si. Mesmo que não seja necessariamente um fenômeno social, ela pode estar relacionada com uma mentalização excessiva, visto que fontes pessoais ou sociais de significado são freqüentemente invocadas quando indivíduos percebem novas conexões ou significados”. (FYFE et al, 2008, p.1317): No original: *Apophenia refers to the perception of connections or meaning in unrelated events. While not necessarily a social phenomenon, it may be related to over-mentalizing, as personal or social sources of meaning are often invoked when individuals perceive new connections or meanings.*

A argumentação de Halbwachs em *A topografia legendária...* possui grande afinidade com a “*reception history of monuments*” levantada pelo arqueólogo Cornelius Holtorf (2001), e comentada no início desta tese. Basicamente, trata-se aqui das diferentes interpretações da paisagem. Uns viam os megálitos como obra de gigantes, outros de deuses, ainda outros de ancestrais. De qualquer forma, a interpretação comum dada às características da paisagem em um dado momento acabava por se espalhar como tradicional, e mais tarde como histórica.

Inspirados por Halbwachs, os estudos sobre a memória coletiva tenderam a compreender a natureza das relações entre a memória coletiva e a história como fragmentária.

Ele (Halbwachs) provavelmente pensou que, uma vez que a comunicação viva cristalizasse nas formas da cultura objetificada -quer fosse em textos, imagens, ritos, prédios, monumentos, cidades, ou mesmo paisagens- a relação de grupo e a referência contemporânea estariam perdidas e desta forma o caráter deste conhecimento como memória coletiva desapareceria igualmente. “*Mémoire*” se transformaria em “*histoire*”⁶¹ (ASSMANN, 1995, p.128).

Desta forma, as discussões sobre a memória coletiva, perdidas na tentativa de definir a relação difusa entre esta e a memória individual, ainda tinham problemas fundamentais por debater, como por exemplo, a questão da recepção (KANSTEINER, 2002, p.180). Na tentativa de colaborar na discussão desta questão, Wulf Kansteiner conceitualizou a memória coletiva como resultante da interação de três fatores:

[...] as tradições intelectuais e culturais que emolduram todas as nossas representações do passado; os construtores da memória que seletivamente adotam e manipulam essas tradições, e os consumidores da memória que usam, ignoram, ou transformam estes artefatos de acordo com seus próprios interesses⁶² (KANSTEINER, 2002, p.180).

Jan Assmann, importante referência atual nos estudos sobre memória coletiva, destaca três fatores importantes em sua reflexão sobre a mesma: *tradição, construção e consumo*.

Em seu artigo *Collective Memory and Cultural Identity*, Assmann estabelece uma distinção relevante entre duas formas da memória: comunicativa e cultural. A memória comunicativa relaciona-se majoritariamente ao passado que nos é imediato ou percebido como imediato; é uma memória instável, “informal”, não-especializada. Já a memória cultural

⁶¹ No original: *He probably thought that once living communication crystallized in the forms of objectivized culture - whether in texts, images, rites, buildings, monuments, cities, or even landscapes - the group relationship and the contemporary reference are lost and therefore the character of this knowledge as a mémoire collective disappears as well. “Mémoire” is transformed into “histoire”* (ASSMANN, 1995, p.128).

⁶² No original: *[...]the intellectual and cultural traditions that frame all our representations of the past, the memory makers who selectively adopt and manipulate these traditions, and the memory consumers who use, ignore, or transform such artifacts according to their own interests.* (KANSTEINER, 2002, p.180).

refere-se ao *corpus* de referências (textos, imagens, ritos) que, agindo numa época determinada, constroem a auto-imagem da sociedade nela vivente. Seria uma espécie de "herança", ou "tradição".

Há ainda a questão do potencial de memória. Assmann argumenta que os vestígios do passado, suas representações, são potencialmente formadores de memória quando estão "arquivados", por assim dizer; indexados em meios de baixa divulgação, ou de círculos restritos (museus, arquivos), ou ainda são desconhecidos. Quando estas representações saem deste círculo e se inserem na sociedade, podem sofrer uma reavaliação, passando a ser memórias ativas (ASSMANN, 1995, p.130; KANSTEINER, 2002, p.182).

O que é a memória cultural? Para Assmann, é “Um conceito coletivo para todo o conhecimento que direciona o comportamento e a experiência no painel interativo de uma sociedade, e que é construído através das gerações pela repetição de práticas sociais e iniciação⁶³” (ASSMANN, 1995, p.126). Ou seja, é um conceito que se relaciona com a imagem que a sociedade constrói acerca de si; como ela se percebe.

Assmann argumenta ainda que a memória cultural, diferentemente da memória comunicativa, caracteriza-se pela distância do cotidiano, e pela existência de pontos fixos no tempo (remoto); eventos significativos que tem sua memória preservada e solidificada através da tradição, quer seja iconográfica, textual, monumental ou no âmbito dos costumes e práticas. Estes eventos, "figuras da memória" na conceituação do autor, surgem na comunicação cotidiana como pertencentes a um tempo diverso, alheio. São "ilhas de tempo", dotadas de uma potência ou "energia mnemônica", que se relatam ao passado contemplativamente. O autor prossegue, dizendo que Aby Warburg, que primeiro notou esta potencialidade, a relacionou às formas objetivadas da cultura, como obras de arte, selos, pôsteres, etc (ASSMANN, 1995, p.129).

Em *Collective Memory and Cultural Identity*, são destacadas seis características da memória cultural: a *concreção da identidade*, a *capacidade de reconstrução*, a *formação*, a *organização*, a *obrigação*, e a *reflexividade*.

A memória cultural preserva o acervo de conhecimento do qual um grupo deriva a percepção de sua unidade e peculiaridade. As manifestações objetivas da memória cultural são definidas através de um tipo de determinação identificatória num sentido positivo [...] ou num negativo [...] ⁶⁴(ASSMANN, 1995, p.130).

⁶³ No original: [...] *a collective concept for all knowledge that directs behavior and experience in the interactive framework of a society and one that obtains through generations in repeated societal practice and initiation.* (ASSMANN, 1995, p.126)

⁶⁴ No original: *Cultural memory preserves the store of knowledge from which a group derives an awareness of its unity and peculiarity. The objective manifestations of cultural memory are defined through a kind of*

Pouco acima, citamos um dos argumentos de Bernardo Ramos para a redação das *Inscrições e Tradições*, no qual dizia que seu objetivo era provar que as Américas não tinham uma origem recente e selvagem, mas que faziam parte do mundo da Antiguidade. Poderíamos citar mesmo outros trechos das *Inscrições* onde esta reivindicação é retomada:

O illustre autor (*o doutor Theodor Koch-Grunberg, adição minha*) externa sua forma de pensar, que outra não é que a de Ricardo André, Carrick Mallery e de outros antiamericanistas: *que taes inscrições nenhum valor symbolico ou ideographico representam “e não passam de simples garatujas, gravadas ou desenhadas em rochedos por mera diversão dos selvagens em suas longas horas de ociosidade”* (RAMOS, 1930, p.391).

O etnólogo alemão Theodor Koch-Grunberg, como vimos acima, realizou pesquisas na região amazônica na virada do século XX, com ênfase na cultura indígena. Ramos argumenta que este tipo de pesquisa, ao enfatizar os aspectos primitivos das sociedades nativas, desmerece a pré-história nacional.

É evidente notar aí um movimento de distinção. Há uma formação identificatória positiva: “a Antiguidade brasileira é greco-fenícia”, assim como uma negativa “Os índios não foram responsáveis pelas inscrições”. A postulação efetiva deste novo paradigma interpretativo refere-se à primeira característica da memória cultural apontada por Assmann, ou seja, a **concreção da identidade**.

Nenhuma memória pode preservar o passado. O que resta é somente “o que cada sociedade em cada época pode reconstruir dentro de seu painel contemporâneo de referências”. A memória cultural trabalha reconstruindo, ou seja, sempre relaciona seu conhecimento a uma situação atual e contemporânea. [...] A memória cultural existe em dois modos: primeiro na potencialidade do arquivo [...] e segundo, no modo da atualidade, onde cada contexto contemporâneo põe o significado objetivado na sua própria perspectiva, dando a ela sua própria relevância⁶⁵ (ASSMANN, 1995, p.130).

Essas considerações de Assmann dizem respeito ao fato de que nosso conhecimento é sempre obtido a partir de nosso lugar no tempo, e de nossas preocupações contemporâneas. O conhecimento do passado não é exceção. A maneira da qual reconstruímos o passado, a partir das evidências (cujo critério de seleção é igualmente feito de acordo com uma perspectiva

identificatory determination in a positive [...] or in a negative [...] sense. (ASSMANN, 1995, p.130).

⁶⁵ No original: *No memory can preserve the past. What remains is only that "which society in each era can reconstruct within its contemporary frame of reference." Cultural memory works by reconstructing, that is, it always relates its knowledge to an actual and contemporary situation. [...] Cultural memory exists in two modes: first in the mode of potentiality of the archive [...], and second in the mode of actuality, whereby each contemporary context puts the objectivized meaning into its own perspective, giving it its own relevance. (ASSMANN, 1995, p.130).*

contemporânea) pode servir, como já serviu, para legitimar costumes, hierarquias, pretensões territoriais, etc. Um exemplo, como dado por Johnni Langer, é a atribuição das impressionantes ruínas do Grande Zimbábue a supostos colonizadores fenícios. Para a minoria branca na Rodésia, esta versão da história legitimava suas pretensões territoriais, pois tanto mostrava que colonizadores já haviam estado ali em épocas remotas, quanto demonstrava que somente elementos de uma raça “branca” poderiam desenvolver características civilizacionais avançadas (LANGER, 2005, p.11-14).

Da mesma forma, construir uma interpretação das inscrições rupestres amazônicas como epigrafia greco-fenícia é, também, refletir uma necessidade de inserção, por parte das elites amazonenses, no panorama da civilização ocidental, não apenas no plano econômico, ou da vinculação aos gostos correntes da época (como a ópera, no Teatro Amazonas), mas também retroativamente.

Antes das inscrições serem catalogadas por Ramos, elas não faziam parte de nenhum corpo epigráfico consistente. Algumas delas haviam sido publicadas de forma esparsa, mas a maior parte era inédita. Ou seja, apenas havia uma potencialidade de elas virem a exercer alguma influência ou ser objeto de alguma discussão. É a ação da publicação e divulgação que as coloca, pelo menos em tese, numa possibilidade de ação. Falamos anteriormente das iniciativas de catalogação das inscrições gregas, latinas e fenícias. As *Inscrições*, realizadas no mesmo espírito, objetificam, dotam de sentido e disseminam todo o conjunto de inscrições rupestres e imagens recolhidas por Ramos, contemplando ainda outra característica apontada por Assmann, a **capacidade de reconstruir**. O passado das Américas é reconstruído a partir desta nova chave de leitura.

Assmann ainda aponta como relevante a noção de **formação** para a construção da memória cultural:

A objetificação ou cristalização do significado comunicado e do conhecimento compartilhado coletivamente é um pré-requisito de sua transmissão na herança culturalmente institucionalizada de uma sociedade⁶⁶ (ASSMANN, 1995, p.130).

O que é objetificação? O que é cristalização? Assmann diz que estas solidificações do conhecimento não são automaticamente redutíveis à escrita. Isso não quer dizer que não possa haver solidificação na escrita, mas apenas que não é sempre o caso.

Curiosamente, as discussões sobre a memória estabelecidas nas *Inscrições e*

⁶⁶ No original: *The objectivation or crystallization of communicated meaning and collectively shared knowledge is a prerequisite of its transmission in the culturally institutionalized heritage of a society.* (ASSMANN, 1995, p.130).

Tradições abordam a temática da fixação do conhecimento. Dois trechos da obra serão abordados. O primeiro deles é o prefácio, escrito por Vivaldo Lima.

Lima argumenta no início do texto que o pensamento humano possui duas fases: a fase dinâmica, representada pela “língua falada e mimica, pela telefonia ou telegraphia [...] pela telepathia, pelos movimentos [...] ao desenhar, pintar, gravar [...] pela música, quando executada [...]” (LIMA *in* RAMOS, 1930, p.IX), e a fase estática, simbolizada pela escrita (alfabética, musical), pelos desenhos, esculturas, arquitetura, mobiliária, indumentária, etc. Os termos para estas duas formas de expressão são “fases ideo-dinamicas e ideo-estaticas da História”.

De acordo com o autor, o objetivo do decifrador destas inscrições, de sentido ignorado em virtude dos séculos que apagaram os vestígios de sua cultura, é fazer com que o pensamento retorne da fase estática para a fase dinâmica, através da decifração dos sons que no passado se atribuíam a estes sinais, ao mais das vezes por intermédio de uma língua intermediária ou descendente que haja sobrevivido. No entanto, somente se considerará terminado o trabalho se alguns critérios forem atingidos:

Feitos os transportes dos sons para a língua intermediária, estará resolvido o problema, desde que o vocabulário desta língua dê, à inscrição decifrada, o sentido que a tradição histórica conservou dos acontecimentos ocorridos na época em que taes inscrições foram feitas.

Todos os pensamentos estabilizados correspondem ao estado mental de sua época, daí a necessidade do investigador de interpreta-los ou ampliá-los para fazê-los corresponder ao estado de perfeição ou de progresso a que atinge no momento da decifração (LIMA *in* RAMOS, 1930, p.X).

Lima aponta aí um dos mecanismos usados por Ramos no embasamento teórico de sua decifração: a complementaridade entre inscrições (estáticas) e tradições orais (dinâmicas).

O próprio Bernardo Ramos, no segundo trecho selecionado, argumenta, praticamente em citação *ipsis litteris* de Thoron:

Não é pois sem razão que nas antigas tradições verbaes, segundo Onffroy de Thoron, encontramos os primeiros dados da história das Nações; ellas precedem as tradições escriptas e como estas perpetuam-se através das idades; recordam, em geral, a origem dos povos, as ações heroicas [...] enfim, encontramos nelas os vestígios ou traços das migrações sucessivas das populações até além dos mares longínquos; tudo isso, como se vê, é de um grande interesse histórico e geográfico (RAMOS, 1930, p.7).

Thoron, em citação seguinte, afirma que as tradições devem ser depuradas de seus aspectos fantásticos através de um estudo detalhado da etimologia. A obra de Ramos, baseada

firmemente nesta concepção metodológica, alterna levantamentos da tradição e da etimologia, retirados da obra de Thoron, com a decifração efetuada por ele.

De acordo com a visão de Lima, a ideo-estática, por exemplo, é um conceito abrangente, uma vez que não contempla somente a escrita, mas também uma série de modalidades artísticas. Já a tradição oral é considerada dinâmica. Mesmo sendo considerada suscetível de abastardamentos, ela é vital para a obtenção do conhecimento, pois é um meio de acesso aos mitos e narrativas que corroboram as inscrições, assim como é o campo onde as etimologias podem ser estudadas.

Voltando às considerações de Assmann, poderíamos argumentar que um paralelo entre a objetificação por ele expressa e as *Inscrições e Tradições* pode ser encontrado numa série de ações de reconhecimento de suas hipóteses, mas principalmente **no ato de sua publicação**. Poderia-se supor que a objetificação implica num movimento de fixação de algum aspecto de uma formação da memória cultural no arcabouço de uma sociedade, como o texto de um poema, ou a narração oral do mesmo; uma lenda, ou um gesto ritualizado. É o momento onde esta variedade deixa de ser particular e passa a ser generalizada, “citável”, por assim dizer.

As *Inscrições e Tradições* não obtiveram sucesso suficiente para passarem a exercer um peso determinante na construção da história nacional ou mesmo da percepção que a população faz dela. Mas a sua publicação e a repercussão limitada que obteve na época de seu surgimento são **tentativas de objetificação** de suas teses. Cada notícia, ou mesmo a campanha levada a cabo pelo autor durante a década de 1920 para convencer políticos influentes da validade de suas conclusões, representam esforços de difusão de seu modelo da pré-história nacional. Ao olhar os relatos jornalísticos, tanto contra quanto a favor da hipótese da Antiguidade greco-fenícia no Brasil, vemos que para além das versões acadêmicas do passado, há mundos paralelos a elas, versões alternativas que lutam para ocupar sua predominância, independentemente de sua adesão à “realidade” ou não. Será real ou objetificado aquilo que for tido por tal (E, como vimos, Borges reproduziu brilhantemente esta metáfora no tocante à arqueologia de Tlön).

A quarta característica da memória cultural citada por Assmann é a **organização**.

Com isto queremos dizer a) a justaposição institucional da comunicação, por exemplo, pela formalização da situação comunicativa na cerimônia e b) a especialização dos portadores da memória cultural ⁶⁷(ASSMANN, 1995, p.131).

⁶⁷ No original: *With this we mean a) the institutional buttressing of communication, e.g., through formalization of the communicative situation in ceremony and b) the specialization of the bearers of cultural memory [...]*(ASSMANN, 1995, p.131).

Pierre Bourdieu, no capítulo V de *O poder simbólico*, trata da noção de *região*. No sentido adotado pelo sociólogo, a região é um espaço de atuação (no exemplo de Bourdieu, parte de um campo disciplinar) que pode ser objeto de disputa por diferentes grupos. Na disputa pelo privilégio de enunciação que é a prerrogativa do poder simbólico: o poder de definir algo, os diferentes grupos afirmam, negam, delimitam, desmembram argumentos. A construção institucional do saber, como o vemos hoje, segundo Bourdieu, é o resultado do conflito entre estes grupos de interesses diversos. (BOURDIEU, 2004)

As características definidas por Assmann dizem respeito às formalizações, especializações, e do “cultivo” de uma memória cultural. No caso das *Inscrições*, poderíamos argumentar que uma ação nesse sentido seria a formação de um *corpus* historiográfico, assim como de uma região ou campo de pesquisas onde passasse a haver discussão entre os pesquisadores. Em vários trechos de sua obra, Ramos argumenta que este campo deve ser construído. O autor enfatiza a necessidade do país também dar relevância a seu *corpus* epigráfico, através da publicação e da realização de Congressos de Inscrições, a modelo de outros países. Se a França apenas apresenta algumas poucas centenas de inscrições e nela se realizam estudos avançados, a necessidade do Brasil é ainda mais premente, em vistas da grande quantidade de material epigráfico disponível. Isso é tanto mais relevante quanto muitas destas inscrições estavam em vias de desaparecimento. Através da inserção na prática da preservação e organização do material, a versão “alternativa” da história passa a se naturalizar, revestindo-se dos atavios da ciência usual.

Com relação à outra característica da memória, a **obrigação**, Assmann comenta:

A relação com a auto-imagem normativa de um grupo engendra *um sistema de valores* claro e *diferenciações em importância* que estruturam o acervo cultural de conhecimento e dos símbolos. Existem símbolos importantes ou não, centrais ou periféricos [...] dependendo de como eles funcionam na produção, representação, e reprodução desta auto-imagem.

[...] O caráter obrigativo do conhecimento preservado na memória cultural tem dois aspectos: o formativo na sua função educativa, civilizadora, e humanitária, e o normativo na função de prover regras de conduta⁶⁸ (ASSMANN, 1995, p.131-132).

Maurice Halbwachs, na obra *Les cadres sociaux de la mémoire* (1925), possui uma passagem que, em nosso entendimento, é complementar a essa:

⁶⁸ No original: *The relation to a normative self-image of the group engenders a clear system of values and differentiations in importance which structure the cultural supply of knowledge and the symbols. There are important and unimportant, central and peripheral, [...] depending on how they function in the production, representation, and reproduction of this self-image.*

[...] *The binding character of the knowledge preserved in cultural memory has two aspects: the formative one in its educative, civilizing, and humanizing functions and the normative one in its function of providing rules of conduct.* (ASSMANN, 1995, p.131-132).

Quando nós evocamos uma lembrança [...] a ligamos a outras em redor, na verdade a outras lembranças conectadas com aquilo que nos rodeia, nos objetos e coisas entre os quais vivemos, ou em nós mesmos: **pontos de referência** no espaço ou no tempo, idéias históricas, geográficas ou políticas⁶⁹ (HALBWACHS, (1925) (s.d), p.34).

A argumentação de Assmann diz respeito à escolha, por parte de um dado grupo, de marcos ou pontos de referência que legitimem a imagem que este grupo faz de si mesmo. Seriam símbolos dotados de uma dupla função: educadora e normativa. Mesmo um passado inventado, ou uma leitura diferente da evidência arqueológica, como pensada por Ramos, pode ser dotado de tais pontos de referência. Caso, hipoteticamente, por questões políticas ou identitárias, a versão bernardiana da pré-história brasileira passasse a ser a dominante na historiografia nacional, algumas de suas inscrições (como a da pedra da Gávea, por exemplo) se tornariam monumentos dotados de significação para a cultura do país. Fariam parte de um programa de preservação do patrimônio nacional, seriam tombados, etc. Não seriam apenas as inscrições levantadas que sofreriam este processo de “iconização”; a própria obra de Ramos adquiriria um status especial (lembramos do CIL e das *Inscriptiones Graecae*...).

A última característica da memória cultural, segundo Assmann, é a **reflexividade**:

A memória cultural é reflexiva em três modos:

- a) é prático-reflexiva enquanto interpreta a prática comum em termos como provérbios, máximas [...] rituais [...]
- b) é auto-reflexiva enquanto apela para si-mesma para explicar, distinguir, reinterpretar, criticar, censurar, controlar, superar, e receber hipolepticamente;
- c) é reflexiva de sua própria imagem enquanto reflete a auto-imagem do grupo através de uma preocupação com seu próprio sistema social⁷⁰ (ASSMANN, 1995, p.132).

Quando Ramos argumenta em favor de uma pré-história brasileira com gregos e fenícios em lugar de uma ocupada apenas pela “flexa e pela inúbia de nossos selvagens”, ele está se posicionando a favor de uma afiliação com a *civilização*, em contraposição à selvageria. Pois não é outra a intenção das elites construtoras de palacetes e teatros na Manaus da *belle époque*, e mais ainda no Rio de Janeiro, onde as transformações do espaço urbano,

⁶⁹ No original: *Quand nous évoquons un souvenir, [...] on dit quelquefois que nous le rattachons à ceux qui l'entourent: en réalité, c'est parce que d'autres souvenirs en rapport avec celui-ci subsistent autour de nous, dans les objets, dans les êtres au milieu desquels nous vivons, ou en nous-mêmes : points de repère dans l'espace et le temps, notions historiques, géographiques, biographiques, politiques[...]*(HALBWACHS, (1925) (s.d), p.34).

⁷⁰ No original: *Cultural memory is reflexive in three ways: a) it is practice-reflexive in that it interprets common practice in terms through proverbs, maxims [...], rituals [...] b) It is self-reflexive in that it draws on itself to explain, distinguish, reinterpret, criticize, censure, control, surpass, and receive hypoleptically. c) It is reflexive of its own image insofar as it reflects the self-image of the group through a preoccupation with its own social system. (ASSMANN, 1995, p.132).*

“civilizando-o” põem abaixo não somente os modos de vida das classes menos favorecidas, mas a própria paisagem, como, por exemplo, as reformas urbanas efetuadas por Pereira Passos entre 1903-1906. Há aí a busca de um reforço na afirmação identitária, um reflexo das expectativas que as elites tem com relação a si. Procuram, então, no passado, um modelo, inspiração, ou referência.

A partir das seis características da memória cultural tal como definida por Jan Assmann, podemos concluir que as *Inscrições e Tradições da América prehistórica* são, ao mesmo tempo, solidificadoras, reconstrutoras, formadoras, organizadoras, normativas e reflexivas de uma pretensão de estabelecimento de uma nova visão sobre o passado da Amazônia e do Brasil, assim como das camadas sociais que se identificavam com tais proposições. Mais do que isso, exemplificam singularmente as conclusões de Assmann quando este diz: “Que passado torna-se evidente em sua herança e quais valores emergem em sua apropriação identificatória nos dizem muito sobre a constituição e tendências de uma sociedade⁷¹” (ASSMANN, 1995, p.133).

No entanto, gostaríamos de levantar ainda uma última característica dessa “tradição inventada”. Ela é uma leitura do passado influenciada pela cultura clássica tanto quanto as nossas leituras são influenciadas por outros fatores. Há invenção, assim como toda uma pletera de estratégias, discursos, reivindicações identitárias, em toda a narrativa histórica. É talvez mais difícil perceber a arbitrariedade de nossas influências culturais por que, imersos nelas, tendemos a aceitá-las por naturais. É necessário um exercício de estranhamento para poder avaliar os mecanismos da construção da própria identidade, e acreditamos que uma leitura das *Inscrições* nesse sentido pode vir a ser de utilidade.

A questão da leitura das fontes e das interpretações pessoais dadas por Ramos ao conjunto de informações dadas por elas também é relevante. É compreensível referirmo-nos a um caso famoso semelhante, abordado por Carlo Ginzburg em *O queijo e os vermes* (1976), sobre o julgamento do moleiro Menocchio pela Inquisição:

Confrontando, uma por uma, as passagens dos livros por ele citados com as conclusões às quais chegava (ou até mesmo com o seu modo de referi-las aos juízes) nos vemos às voltas, invariavelmente, com lacunas e deformações, às vezes profundas. Qualquer tentativa de considerar esses livros “fontes” no sentido mecânico do termo cai ante a agressiva originalidade da leitura de Menocchio. Mais que o texto, portanto, parece-nos importante a chave de sua leitura, a rede que

⁷¹ No original: *Which past becomes evident in that heritage and which values emerge in its identificatory appropriation tells us much about the constitution and tendencies of a society.* (ASSMANN, 1995, p.133).

Menocchio de maneira inconsciente interpunha entre ele e a palavra impressa – um filtro que fazia enfatizar certas passagens enquanto ocultava outras, que exagerava o significado de uma palavra, isolando-a do contexto, que agia sobre a memória de Menocchio deformando a sua leitura (GINZBURG, 2004, p.80).

Para Ginzburg, este filtro era definido majoritariamente pela cultura oral. Já em Ramos, podemos localizar dois catalisadores deste impulso interpretativo: a experiência em numismática antiga e a obra de Onffroy de Thoron. Ambos, porém, não têm peso suficiente enquanto sozinhos, sendo a sua combinação – técnica, no caso da numismática, teórica, no caso de Thoron – as iniciadoras deste processo de leitura. Iniciadoras somente, pois Ramos ultrapassa em muito estes pontos iniciais, subvertendo e aplicando suas premissas em meios diversos. Da numismática, passa-se à epigrafia e à arte rupestre; do kichua thoroniano, passa-se ao grego e fenício; às Américas e além.

Os historiadores são apenas profetas às avessas e eles acolchoam e reanimam à força de imaginação suas predições *post eventum*; isso se chama “retrodição” histórica ou síntese e esta faculdade imaginativa é o autor de três quartas partes de toda página de história, sendo que o último quarto provém dos documentos. E há mais. A história é também um romance, com fatos e nomes próprios, e vimos que se considera como verdadeiro tudo o que se lê enquanto se lê; só será considerado ficção depois, e ainda é necessário que se pertença a uma sociedade na qual a idéia de ficção exista (VEYNE, 1984, p.118-119).

É difícil salientar suficientemente a importância da argumentação de Paul Veyne em *Acreditavam os gregos em seus mitos?* para esta tese. A releitura subversiva de Veyne sobre as noções de crença e verdade nos levam ao cerne do problema que as *Inscrições* nos demonstram. Assim como na Enciclopédia de Tlön, nos deparamos aqui com a crônica de uma verdade alternativa do mundo, tão real e verossímil com relação a esta quanto as historiografias e o *Corpus Inscriptionum* com relação aos nossos modelos vigentes.

Veyne, ao deter-se sobre as verdades do mito, nos torna alertas para a multiplicidade de visões da realidade, e do fato de que, para além das interpretações ortodoxas da história, convivemos mesmo agora com explicações de molde mítico para fatos da ciência. No Congresso Nacional, neste exato momento, correm projetos de lei que estipulam obrigar o ensino do criacionismo no currículo escolar em concomitância com a teoria darwinista⁷². Nos Estados Unidos, esta discussão data do famoso caso Scopes (1925), no qual o professor secundário John Scopes foi acusado de violar uma lei estadual que proibia o ensino do evolucionismo nas escolas do Tennessee, Estados Unidos. Estes casos demonstram, de forma

⁷² Projeto de Lei 8099 -2014:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=777616>

candente, que a vigência de um dado modelo explicativo da realidade não é necessariamente ligada aos nossos critérios de verdade e verossimilhança, mas à força dos grupos sociais que o apoiarem.

Estes grupos verão os fósseis dos antigos homínídeos como qualquer coisa, menos como ancestrais do homem; dirão que a Terra tem 6000 anos, como advogam alguns criacionistas, e teríamos então ressuscitadas polêmicas como a da curiosa obra *Omphalos* (1857), tornada famosa pelo capítulo de Stephen Jay Gould em *The Flamingo's Smile* (1987), na qual seu autor afirmava que as evidências fósseis da pré-história eram falsificações do Demônio para solapar a fé dos cristãos na explicação bíblica, em prol do ímpio darwinismo.

Um corolário necessário a esta resposta passará por uma questão muito importante na disciplina histórica, qual seja, o campo ténue que separa as interpretações “plausíveis” das fontes de outras consideradas “implausíveis”. Este espectro, naturalmente, é mutável em vistas das circunstâncias sociais, culturais, etc, que delimitam o campo disciplinar, por exemplo, da história. Até aí não há nada de novo; interpretações igualmente tidas por plausíveis podem coexistir no campo da história sem outras conseqüências que o debate, às vezes polido, outras não. Subjaz aí, tacitamente, que a convicção cabal do oponente da maior adequação de uma dada interpretação é suficiente para fazê-lo mudar de idéia, noção esta que está vinculada à presunção de progresso na disciplina.

Ao tomar um caso extremo de interpretação como o acontecido nas *Inscrições*, podemos pensar um pouco mais sobre estas questões. Como vimos, uma postura venatória da leitura, aos moldes da tática e da estratégia descritas por Michel de Certeau, pôde fazer com que um espectro de obras, das mais ortodoxas às mais especulativas, e acima de tudo a própria paisagem entendida como texto, passassem a servir unicamente um viés particular de leitura.

4.2.2 Veyne e o duplipensar

O'Brien fitava-o com curiosidade nos olhos. Mais do que nunca tinha o ar dum mestre, dedicado a um aluno peralta mas promissor.

- Há um ditado do Partido que se refere ao controle do passado - disse ele. - Repete-o, por favor.

- "Quem controla o passado, controla o futuro; quem controla o presente controla o passado" - repetiu Winston obediente.

- "Quem controla o presente controla o passado, -disse O'Brien sacudindo a cabeça devagar. - Na tua opinião, Winston, o passado tem existência real?

De novo a sensação de impotência dominou Winston. Seus olhos contemplavam o mostrador. Não sabia qual a resposta salvadora; "sim", ou "não"? Nem ao menos sabia que resposta

acreditava verdadeira.

O'Brien sorriu levemente.

- Não és metafísico, Winston. Até este momento, não havias considerado o que significa existência. Farei uma frase mais precisa. O passado existe concretamente, no espaço? Existe em alguma parte um mundo de objetos sólidos, onde o passado ainda acontece?

- Não.

- Então onde é que existe o passado, se é que existe?

- Nos registros. Está escrito.

- Nos registros. E em que mais?

- Na memória. Na memória dos homens.

- Na memória. Muito bem. Nós, o Partido, controlamos todos os registros, e controlamos todas as memórias, Nesse caso controlamos o passado, não é verdade?

- Mas como podes impedir que a gente se lembre das coisas? - exclamou Winston, de novo se esquecendo do mostrador. - É involuntário. . Está fora do indivíduo. Como podes controlar a memória? Não controlaste a minha!

Os modos de O'Brien tornaram-se ríspidos de novo. Pousou a mão no mostrador.

- Ao contrário - disse ele. - Foste tu que não a controlaste. Por isso estás aqui. Estás aqui porque fracassaste em humildade, em disciplina. Não queres fazer o ato de submissão que é o preço da sanidade. Preferiste ser lunático, minoria de um. Só a mente disciplinada pode enxergar a realidade, Winston. Crês que a realidade é algo objetivo, externo, que existe de per si. Acreditas também que é evidente a natureza da realidade. Quando te iludes, e pensas enxergar algo, julgas que todo mundo vê a mesma coisa. Mas eu te digo, Winston, a realidade não é externa. A realidade só existe no espírito, e em nenhuma outra parte. Não na mente do indivíduo, que pode se enganar, e que logo perece. Só na mente do Partido, que é coletivo e imortal.

O que quer que o Partido afirme que é verdade é verdade. É impossível ver a realidade exceto pelos olhos do Partido. É esse o fato que deves reaprender, Winston. Exige um ato de auto-destruição, um esforço da vontade. Deves te humilhar antes de recobrar o juízo.

Fez uma pausa de alguns momentos, como se para permitir que suas palavras calassem fundo.

- Lembras-te de escrever no teu diário: "liberdade é a liberdade de escrever que dois e dois são quatro?"

- Lembro. O'Brien mostrou a mão esquerda, de dorso para Winston, com o polegar oculto e mostrando quatro dedos.

- Quantos dedos tenho aqui, Winston?

- Quatro.

- E se o Partido disser que não são quatro, mas cinco... quantos?

- Quatro. A palavra acabou numa exclamação de dor. O ponteiro do mostrador fôra até cinqüenta e cinco. O suor brotara em todo o corpo de Winston. O ar rasgava-lhe os pulmões e saía de novo em profundos gemidos que nem mesmo trincando os dentes ele conseguia calar. O'Brien observava-o, com os quatro dedos ainda estendidos. Puxou a alavanca. Desta vez a dor apenas diminuiu um pouco.

- Quantos dedos, Winston? (ORWELL, 2005, p.236-237).

A tortura de Winston em *1984* é dupla, corporal e mental. O'Brien, o torturador, começa pela mente. Ao longo das sessões de tortura, ele diz a Winston que até mesmo os fenômenos naturais são suscetíveis desta reescrita tirânica do Partido: se ele quiser voar, voará. É interessante perceber que esta cisão entre verdade objetiva e o que se diz dela aparece em sua forma mais singela nos contos infantis: a roupa nova do rei é linda para todos que não querem passar por ignorantes, até que a criança diz que o rei, na verdade, não está usando roupa alguma.

Acreditamos que não seja necessário passar por nenhuma sessão de tortura para acreditarmos em coisas díspares. Estamos à frente de um exemplo evidente, como já vimos: a discussão sobre o ensino do criacionismo no mesmo patamar que a teoria darwinista nas escolas.

Ainda em *1984*, Orwell trata sobre o *duplipensar*. O duplipensar é a capacidade de

aceitar simultaneamente e com o mesmo grau de certeza duas opiniões contraditórias. Em Orwell, esta é uma ação consciente e estimulada pelo Partido, que a usa como modeladora instantânea da opinião: logo o Partido pode dizer que dois mais dois é cinco, e sempre foi cinco, até que mude de idéia e passe a dizer que o resultado é quatro, ou três. Seja qual for a mudança, ela se reveste de um caráter permanente inclusive reversível ao passado. A incoerência entre a opinião velha e a nova desaparece instantaneamente, pois a velha nunca existiu.

O que há aqui é a exacerbação política, intentada em 1984 para efeito dramático, de uma capacidade que todos nós possuímos, que é a de sustentarmos opiniões contraditórias. Paul Veyne, como vimos antes, tratou disto com relação aos leopardos, que não comem carne na sexta (pela realidade cultural dos etíopes), mas que comem carne na sexta (pela realidade da natureza). Os etíopes acreditam nas duas coisas. A fé e a experiência, ou a fé e a ciência no caso de cientistas religiosos, constituem sistemas de crença distintos e coexistentes na mente. Segue-se que a crença idiossincrática em alguma idéia desusada não é, por si só, um sinal de falha sistemática da razão. Temos o exemplo, não de Ramos, mas do orientalista americano Cyrus Gordon (1908-2001), um dos principais especialistas mundiais no estudo do idioma ugarítico e também das linguagens antigas do Oriente Próximo, que sustentou veementemente a veracidade da imigração fenícia às Américas, e inclusive da inscrição fenícia da Paraíba, contra a opinião do consenso arqueológico da inexistência desta ocupação.

Mas, para além destas opiniões heterogêneas, temos neste trecho de Orwell o sinal de um caminho esboroador para a convicção de uma versão da história construída pelo acréscimo de informações. Para o Partido, a história contará o que for conveniente no momento. Evidentemente, esta é a forma mais caricatural e maligna de uma conclusão banal em história, a de que todas as versões históricas são versões carregadas do interesse de seus produtores. No entanto, esta conclusão parte, ao mais das vezes, do pressuposto de que estas versões, por diferentes que sejam, possuem algum embasamento em fatos definidos; por exemplo, as versões da Guerra do Paraguai, ou as interpretações sobre a abolição da escravatura. Não se põe em questão a existência da mesma guerra, ou de que houve escravidão no Brasil. Isso se dá em função de que a existência destas informações é suficientemente bancada por uma infinidade de provas, das mais variadas fontes e que se corroboram, aos menos nos fatos gerais. Logo, não é difícil entender que não questionamos estes pontos em função de uma confiança estabelecida nesse corpo de referências, mesmo que não as tenhamos visto pessoalmente.

A compreensão de que estamos aqui diante de um salto de confiança não é comum, e

até mesmo inexistente em relação ao público não-historiador. Pode-se afirmar com relativa segurança que a convicção, por parte deste público, da veracidade de uma dada versão da história é gerada, de forma significativa, pelo **apelo à autoridade** do historiador, ou de quem quer que controle a produção do passado numa dada sociedade. No caso de 1984, é o Partido, inequivocamente; já no nosso caso, temos em questão múltiplos atores: os historiadores acadêmicos; organizações religiosas; ONGs; escritores de pseudo-história; jornalistas que se aventuram em novos filões editoriais etc.

O sucesso destes grupos na definição de uma versão aceita da disciplina está, obviamente, do lado das instituições acadêmicas, em função da solidez do reconhecimento estatal e de alguns sinais claros deste reconhecimento: entre outros, a concessão de verbas do CNPq. Mas na formação das idéias no indivíduo, este peso estatal pode não exercer tanta influência quanto as referências que são imediatas a ele. Digo aqui que o convencimento mais eficaz é o que for mais imediato ao sujeito. Já as manifestações desta imediatez são variadas: pressão dos *mass media*, apelo à autoridade, bíblica ou estatal, convencimento pela exposição às “provas”, etc. Todos estes mecanismos são passíveis de modificação em função de alterações sociais. Segue-se, portanto, que a formação de um conceito, por parte do consumidor da história, a partir uma dada versão que lhe é exposta é diretamente ligada à relação de forças que o cercam, até mesmo nos níveis mais básicos: o que ele é, de onde veio, etc.

Fica, pois, a leitura das *Inscrições* não apenas como testemunho de uma idéia desusada, ou de uma convicção pessoal levada ao paroxismo, mas como um espelho do que poderia ter sido o “passado” aceito, sob uma configuração de forças sociais diferente da nossa. Não quero com isso fazer da obra uma *cautionary tale*, mas apenas demonstrar o quão diferentes podem ser os resultados destas propostas alternativas de forças, que já existem, embora minoritárias, na nossa sociedade. O estudo dos mecanismos que levam ao convencimento das versões alternativas da história deveria ser mais disseminado, justamente em função de servirem inclusive para a melhor compreensão dos nossos convencimentos.

4.2.3 Um *desideratum* para o futuro

Em suas considerações finais, vemos enfim a meta-reflexão do autor sobre a sua obra. Nela vimos que o longo trabalho de citação e crítica sistemática dos autores feita por Ramos constituía parte de uma deliberação consciente por parte do autor:

Proposital e pacientemente, muito nos detivemos em traduzir e transcrever as interpretações de notáveis ethnologos, archeologos e historiographos, offerecendo em contraposição as nossas. Outra cousa não tivemos em vista, que preparar o espírito dos que nos julgarem opportunamente n'um assumpto como este, árido e complexo.

É desnecessário repetirmos os nomes dos autores que attribuem esta ordem numerosa de inscrições, à *mera diversão do selvagem*, das quaes porém, offerecemos não só as interpretações paleographicas, como as suas particularidades tradicionaes.

Em que accepção poderemos tomar as centenas de pensamentos, sentenças e phrases esculpidas, entre as quaes ΣΟΟΣ (são e salvo), tantas vezes repetidas em todos os logares atingidos por essa enorme quantidade de inscrições lapidares?. Poder-se-á admittir: que as houvesse esculpido esse heróico povo vencido e opprimido, que tomando o alvitre de um esforço supremo de salvação ou conquista de vida e morte, afrontou as ondas oceânicas logrando gravar nas rochas, desse porto de paz e salvamento, essa memorável e legendaria phrase. Do mesmo modo é crível: que essa peregrinação fosse forçada pela expulsão dos Cananeos, por Jusué e Salmazar (sic) ou mesmo por outras circumstancias de voluntaria migração de interesse commercial, de clima e de proveitos ao bem estar da natureza humana.

Esse mysterioso povo parece que seria o Phenicio Cananeo e o Grego, justamente o que se depreheende dos caracteres de suas inscrições; e é em favor dessa hypothese, que são lançados os argumentos contidos neste trabalho.

Falam-nos grandes sábios da communicação entre os povos do Oriente e do Occidente na alta antiguidade. Thoron insiste na navegação dos navios de Salomão ao Rio das Amazonas e ora a paleographia corrobora estas vastas theses ou as suas possibilidades. Mas este e outros factos são combatidos, como temos dito, pela ferrenha incredulidade dos antiamericanistas e de alguns orientalistas (RAMOS, 1939, p.478).

Esta reflexão está consciente de que labora a partir de uma opinião recusada. Ramos inquieta-se com o fato de que as suas opiniões, assim como outras semelhantes, são refutadas sem ao menos serem debatidas. Dentro de seu ponto de vista, refutar o valor paleográfico das inscrições é desprezar o patrimônio arqueológico nacional. Nesse sentido, Ramos expressa o apelo de que sua obra venha instigar o estudo e o debate sobre este patrimônio, quanto mais não seja pelo amor-próprio ferido dos autores por ele refutados.

No seu percurso final, Ramos reconhece o valor de esforços anteriores para a resolução do problema paleográfico, como os de Ladislau Netto:

É evidente que Ladisláo Netto teve seus momentos inspirados, como quando disse ter o desejo “*de deixar-se arrastar pelos vórtices da onda enthusiastica dos que viam dilatadas as fronteiras da origem do homem nos fastos da paleographia*”. Elle ainda disse: “*Ah! Quantas paginas indecifradas sobre a história da humanidade não encerram ainda esses arquivos de pedra até então occultos na mudez da noite eterna do passado!*” Outras vezes, na ânsia de uma conclusão, positiva de sua nobilíssima missão, descrente deixava escapar esta phrase:

“*Uma particularidade digna de attenção, é o haverem-se descoberto estas inscrições nas paragens mais desertas do Brasil, como a denunciarem os pontos extremos das longas peregrinações destes povos que nos legaram estes singulares monumentos. No dia em que taes inscrições forem interpretadas e tudo me faz crer,*

que jamais o hão de ser, a história do homem sul-americano terá quebrado o enigma da sua urdidura e verá dissipada a densa bruma que o envolve” (itálicos meus) (NETTO apud RAMOS, 1939, p.480).

Ramos reitera que há uma solução frente às constatações desesperançadas de Netto ou a ausência de julgamento, como a da comissão do IHGB frente à Pedra da Gávea em 1839. Esta solução é tornada possível através do avanço da ciência e do acúmulo de obras e relatos. A partir daí, em sua conclusão, Ramos lista brevemente as conclusões de alguns dos autores que citou nas *Inscrições*, como Rocha Pombo, Pennafort e Nadaillac.

Depois deste excursão, Ramos passa à retomada das principais inscrições da Antiguidade americana. A primeira deles é a Pedra Lavrada da Paraíba:

A da Pedra Lavrada do Estado da Parahyba, de grande relevância epigraphica, contem 55 symbolos, todos por nós decifrados, inscrição que poderia ser julgada como um planispherio celeste, se não fora antes um conjuncto de symbolos e signos, conforme ella propriamente define, tendo ao centro ERA Juno, divindade por excellencia. Foi, com effeito, deste modo que encontramos trabalhos idênticos de origens EGYPCIAS, de que tratam e offerecem belas reproduções, os sábios Flammarion e Kraemer. Em todo ponto de vista, é a Pedra Lavrada um labor paciente e precioso da nossa prehistoria. [...]

É uma revelação artística e scientifica, que tanto amplia a historia ainda tão obscura da antiguidade, quando é certo que antes da guerra de Troya, os Gregos tinham seus primeiros navios para a exploração dos Argonautas e viu-se entrar no Oceano a frota Egypcia de Sesostres. Desta época até o tempo de Alexandre, é admissível que os gregos, aos quaes attribuímos essa maravilhosa execução, muito emprehendedores e senhores de grande armada, tivessem podido atravessar o Atlantico, e conseguido estabelecer-se na America [...] Ora os Gregos, estabelecidos no Continente Chroniano (America) deveriam ter feito sua migração, cerca de 1000 annos a.C e desta migração, diz-se fizeram parte astrônomos, naturalistas, geographos, etc.

O systema de escripta empregado nessa admirável inscrição, sendo como é, formado de modo figurativo em caracteres do primitivo grego, revela a antiguidade própria de sua execução, quatro séculos, mais ou menos, anteriores à nossa era (RAMOS, 1939, p.485-486).

A instância seguinte é a da Cidade Abandonada do manuscrito 512:

O legendário estado da Bahia offerece-nos, por sua vez, inscrições de valioso alcance chronologico. São as da Cidade Abandonada, sobre as quaes muito se tem escripto, principalmente nos annos de 1591 a 1753, da nossa era.

Mas as de que já cogitamos alcançam a factos da antiga era e ligam-se à inscrição esculpida em grego archaico, n'uma pedra das ruínas de um templo, commemorativo à Victoria de Pesistrato (sic), facto que se relaciona aos annos 550, 538 e 527, tendo elle morrido neste ultimo, sendo sucedido pelos seus filhos Hippias e Hipparcho.

Vimos a que trata de um encorajamento aos celebres Amphictyons, organisadores dos jogos phyticos em Delphos e instituidores do poderoso Conselho, para proteger o Santuario de Apollo e promover festas em sua honra. Formavam então esse Conselho, e segundo a historia, reuniam-se duas vezes por anno, na primavera junto ao Santuario de Demeter nas Thermophylas, no outono, perto do Santuario de Apollo em Delphos, pelos annos 600 590 a 590 a 586 (sic), antes da nossa era.

Estes factos estão em pleno parallelismo aos da antiga Grecia, com a qual,

evidentemente demonstram as inscrições, estava em immediato contacto a prehistorica Cidade Abandonada, cuja existência viria de mais longa data e não do período colonial (RAMOS 1939, p.486).

Além da inscrição da Gávea, que é descrita ali em breves palavras, Ramos coloca como documentos importantes da Antiguidade americana as inscrições que encontrou em Itacoatiara, relacionando-as com o episódio das emigrações forçadas dos hebreus depois da conquista de Samaria pelo rei Salmanazar, de acordo com as *Inscrições*, em 750 a.C. Da mesma forma, as inscrições americanas famosas de Rocky Dell Creek e Grave Creek são tomadas como evidência de uma imigração consistente em todo o território das Américas.

Nas últimas palavras das *Inscrições*, Ramos retoma o tema da paridade entre a Antiguidade americana e brasileira e a do Velho Mundo:

O acatamento às tradições que cercavam a celebre Rosetta e posteriores investigações epigraphicas sobre a mesma, desvendaram mysterios que passaram com grande pasmo e proveito para os domínios da Historia.

As nossas *Itacoatiaras* também poderão conceder não menos valiosos elementos, desde que lhes sejam dadas as devidas atenções archeologicas.

As inscrições da grandiosa Stela de Mesa, a de Siloé e outras não tem mais valor epigraphico do que as do Continente Americano.

Effectivamente, esses nossos rudes, mas preciosos blocos de rochas graníticas, atingidos pela gradual erosão, soterrados, partidos alguns, expostos aos vandalismos, são embora, paginas abertas da lacônica historia desses povos fortes e destemidos, que o cataclysmo aniquilou e a obscuridade de um passado remoto vinha arrojando ao mais profundo esquecimento.

[...]

Estas (*Itacoatiaras*), como as demais inscrições do Continente Americano, não nos dictam apenas uma tradição valiosa, ellas constituem um hymno harmonioso de uma nova alvorada histórica para o nosso Brasil e implicitamente para toda a América, cujo problema archeologico, seja-nos licito julgar inicial e parcialmente resolvido (RAMOS, 1939, p.488-489).

Ramos, ao retomar os principais documentos da Antiguidade americana, enfatiza seu principal objetivo: a valorização da história nacional.

4.3 Conclusão

No final das contas, é difícil classificar as *Inscrições*, ou mesmo esta tese. Numa primeira visão, poderíamos falar de história das idéias. No entanto, surge incessantemente a questão da crença como modeladora, por vezes dramática, da realidade. Logo, não se trata tanto de história das idéias, ou de arqueologia brasileira, ou mesmo, forçando um pouco, da

epigrafia greco-fenícia (imaginária) no Brasil (ainda que, abstraído o erro, as *Inscrições* sejam possivelmente a primeira obra neste sentido publicada no país). As questões aqui levantadas, acreditamos, relacionem-se mais à *teoria* da história.

É evidente que recapitular todas as diferentes formas das *Inscrições* – idéias, autores, reinterpretações – contribuiu grandemente para fazermos uma idéia do arcabouço conceitual da obra. Mas mesmo essas três coisas nos deixam a impressão de que falta algo. **Como** Ramos leu grego e fenício nos petróglifos? Não é tanto em Thoron que devemos buscar a resposta, mas sim na mente de Ramos.

Agora: não temos como deduzir dos textos as paixões e motivações que transformam uma dúvida em busca, e esta busca, em uma nova certeza. Leituras de situações correlatas à nossa buscaram este ímpeto faltante nas condicionantes da cultura popular, como Carlo Ginzburg em *O Queijo e os Vermes*. De qualquer forma, nossa aposta no poder da crença retoma uma constatação já sobejamente levantada em nosso campo, mas nem por isso menos assustadora: a de que a crença cria a realidade que descreve, ao menos nos termos da História.

As analogias de Borges e Orwell são evidentes com relação a isso. Ora, a metáfora de Borges onde os vestígios arqueológicos mudam conforme as expectativas do escavador é quase boa demais para exemplificar o caso. Borges puxa ainda mais a analogia para sublinhar o efeito arrasador da hipótese: a partir de certo momento, as próprias leis da natureza, como a sucessão dos acontecimentos no tempo, são interpretadas diferentemente em Tlön. Já Orwell destaca o caráter aniquilador do Estado como potencial forjador destas novas interpretações da realidade e da história: o cidadão acreditará, idealmente, no que o Estado decidir, e até mesmo as evidências físicas deste novo passado estarão lá, ainda que, no fundo, elas mesmas sejam desnecessárias. O'Brien afirma a Winston que pode voar ou ficar invisível, pouco importa; o passado "falso", a lei da natureza "falsa" se tornariam verdadeiras pelo consenso social e pela eliminação sistemática das fontes e até mesmo das palavras que tornassem possível a resistência pelo pensamento autônomo. Mesmo a rebelião de Winston ocorreu dentro deste universo restrito pelo Partido, o que demonstra a interação entre a apreensão individual da "realidade" e a força dos modelos socialmente dominantes sobre ela.

As *Inscrições*, justamente em função do extremo de suas afirmações, se constituem num caso de estudo muito fértil com relação a estas questões: a questão da crença e da dúvida, o limite entre a história e a pseudohistória em diferentes tempos, a sobrevida de modelos paralelos e/ou atavísticos de erudição em zonas periféricas e principalmente da força do imaginário da Antiguidade, que é o motor das *Inscrições* e da nossa leitura.

Julgamos que nosso trabalho tem pelo menos o mérito de avançar na historiografia

deste imaginário da Antiguidade no Brasil, que foi inicialmente abordado, com relação ao século XIX, de forma abrangente, e dificilmente superável, por Johnni Langer e Lúcio Menezes Ferreira. É nesse período de decadência, onde as fontes institucionais escasseiam e iniciativas regionais esparsas substituem as antigas idéias desta “arqueologia nobiliárquica”, nas palavras de Ferreira, que as *Inscrições* e seus trabalhos conexos se situam, delimitando mais uma fase desta idéia.

Macunaíma agradeceu e pulou pela janela. Na esquina estavam dois cavalos, um castanho-escuro e o outro cardão-pedrês. “Cavalo cardão-pedrês pra carreira Deus o fez” Macunaíma murmurou. Pulou nesse e abriu na galopada. Caminhou caminhou e já perto de Manaus ia correndo quando o cavalo deu uma topada que arrancou chão. No fundo do buraco Macunaíma viu uma coisa relumeando. Cavou depressa e descobriu o resto do deus Marte, escultura grega achada naquelas paragens ainda na Monarquia e primeiro-de-abril passado no Araripe de Alencar pelo jornal chamado Comércio do Amazonas (ANDRADE, 1993, p.84).

Temos algo curioso aqui. Mário de Andrade, por vias ignotas, está se referindo aqui ao famoso artigo de Tristão de Alencar Araripe, *Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brazil*, artigo da RIHGB de 1887 no qual este menciona tanto a reportagem do *Correio do Amazonas* quanto o aviso, por parte de Barbosa Rodrigues, de que se tratava de um trote. (ARARIPE, 1887, pp. 234, 237).

Macunaíma data de 1928, dentro deste período crítico no qual se debate o Brasil fenício publicamente nos jornais, onde Ramos obtém financiamento para as *Inscrições*, Schwennhagen publica a *Antiga História do Brasil*, e Fawcett, desaparecido na selva, é alvo de uma série de expedições. Mas essa vontade implícita de recorrer à Antiguidade, mesmo que essa Antiguidade brasileira, já se encontra em franco processo de erosão. É sintomático que no campo literário, por exemplo, onde vemos Macunaíma como distintivo das idéias da Semana de 1922, a Antiguidade brasileira já é vista como uma farsa, em uma alusão bem pouco disfarçada. Isso não quer dizer que o apelo a esta tenha desaparecido por completo, mas que se esmaece grandemente a partir daí, sobrevivendo, quando muito, dentro de especulações de molde esotérico. Para dar um exemplo, a *Antiga História do Brasil* é considerada, hoje, literatura deste molde. Fica, no entanto, o testemunho das *Inscrições* como a manifestação de um desejo legítimo de valorização do patrimônio arqueológico nacional, e como um vestígio monumental da força do imaginário da Antiguidade brasileira.

REFERÊNCIAS

1. Citações de jornais:

(sem título). **O Paiz**, 16/mai/1900, p.1

ARCHEOLOGIA amazonica. IN: **O Paiz**, 20/dez/1921, p.4

BERNARDO de Azevedo da Silva Ramos. IN **Gazeta de Notícias**, 22/mai/1900, p.1

CÂMARA - votações. IN **Jornal do Brasil**, 8/ago/1922, p.16

CANECO, Frei. *Gaveta de Sapateiro*. IN **Jornal do Brasil**, 30 de agosto de 1932, p.5

CARVALHO, Affonso. *Porém já sete sóes eram passados. Chronica semanal*. IN **Correio da Manhã**, 08 de maio de 1932, p.1

CENTRO Numismático Brasileiro. IN **Gazeta de Notícias**, 15/mai/1900, p.2

CORREIO da Manhã, 19 de julho de 1930, p.8

DINIZ, Saldanha. *A Atlântida e a América* IN **Correio da Manhã**, 17 de setembro de 1933, p.7 (1933a)

DINIZ, Saldanha. *O Ophir de Salomão seria na América?* IN **Correio da Manhã**, 26 de novembro de 1933, p.ilegível (1933c)

DINIZ, Saldanha. *Os phenicios na America*. IN **Correio da Manhã**, 12 de novembro de 1933, p.2 (1933b)

EXCURSÕES archeologicas bem sucedidas. IN: **O Paiz**, 21/jan/1923, p.2

EXPOSIÇÃO numismática. IN **Gazeta de Notícias**, 24/mai/1900, p.5

GAZETILHA. IN **Gazeta de Notícias**, 18/mai/1900, p.2

HURLEY, Jorge. *Os histriões da Prehistoria – Schwennhagen, Frot e Alfredo dos Anjos*. IN **O Paiz**, 15 de março de 1929, pp.1, 4 (1929a)

HURLEY, Jorge. *Prehistoria Americana - Hypothese dos hebreus*. IN **O Paiz**, 29 de setembro de 1929, p.14 (1929c)

HURLEY, Jorge. *Prehistoria Americana - Hypotheses biblicas*. IN **O Paiz**, 23-24 de setembro de 1929, p.5 (1929b)

MENSAGEM Governamental lida perante o Congresso do Estado do Amazonas em 10 de julho de 1910. IN **Gazeta de Notícias**, 9/ago/1910, p.4.

MINISTERIO da Agricultura. IN: **O Paiz**, 10/jul/1926, p.9

NO GYMNASIO Nacional. IN **Gazeta de Notícias**, 6/mai/1900, p.2

NOTAS. IN **Gazeta de Notícias**, 5/mai/1900, p.2

- O BRASIL maravilhoso*. IN **Correio da Manhã**, 17 de julho de 1930, p.3
- O BRASIL na Exposição de Bruxellas*. IN **Gazeta de Notícias**, 8/fev/1910, p.1
- O BRASIL PREHISTORICO*. IN: **A Noite**, 20/dez/1921, p.5
- O QUE SE PASSA nos Estados- Amazonas- Outras notas*. IN: **O Paiz**, 12/abr/1922, p.2
- OS ETRUSCOS nada têm que ver com a América*. IN: **A Noite**, 13/out/1922, p.1
- QUARTO Centenário do Brasil*. IN **Gazeta de Notícias**, 16/mar/1900, p.1
- REGO, Pedro da Costa. *O phenicio da Gavea*. IN **Correio da Manhã**, 16 de agosto de 1933, p.2
- ROCHA POMBO, J.F.da. *O homem americano*. IN **Correio da Manhã**, 26 de setembro de 1929, p.4
- ROCHA POMBO, J.F.da. *Origens Americanas*. IN **Correio da Manhã**, 22 de outubro de 1931, p.4 (1931b)
- ROCHA POMBO, J.F.da. *Os Phenicios na América*. IN **Correio da Manhã**, 15 de outubro de 1931, p.4 (1931a)
- VIAJANTES. IN: **O Paiz**, 6/dez/1921, p.4
- XX CONGRESSO Brasileiro de Americanistas. IN **Jornal do Brasil**, 23/dez/1921, p.??

2. Bibliografia

- ALLEN, Don Cameron. **The Legend of Noah. Renaissance Rationalism in Art, Science, and Letters**. Urbana: University of Illinois Press, 1963.
- ANDRADE, Mário de. **Macunaíma – o herói sem nenhum caráter**. Belo Horizonte: Villa Rica Editoras Reunidas, 1993.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. *Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brazil*. **Revista do IHGB, volume L**, parte I, 1887.
- ASSMANN, Jan. *Collective Memory and Cultural Identity*. IN: **New German Critique**, n. 65, Cultural history\Cultural Studies. Spring – Summer, 1995, pp.125-133.
- AVELINO, Jacome. *Cidade petrificada no Piauí, 1886*. **Revista do IHGB, tomo L**, p. 226-, 1887.
- BARROSO, Gustavo. **Aquem da Atlântida**. São Paulo: Nacional, 1931.
- BARROSO, Gustavo. **Segredos e revelações da História do Brasil**. São Paulo: Ed. O Cruzeiro, s.d.
- BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. SP: Perspectiva, 2002.
- BENITE, Zvi Ben-Dor. **The Ten Lost Tribes: A World History**. Oxford University Press;

2013

BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias**. RJ: Conquista, 1973.

BORGES, Jorge Luis. **Obras Completas 1923-1972**. Buenos Aires: Emecé Editores, 1974.

BORGES, Jorge Luis. **Obras Completas 1975-1985**. Buenos Aires: Emecé Editores, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 5.572, de 14 de Novembro de 1928**. Autoriza a publicar, na Imprensa Nacional, a obra do coronel Bernardo de Azevedo da Silva Ramos sobre as inscrições prehistoricas existentes no Brasil. Diário Oficial da União - Seção 1 - 18/11/1928 , Página 24522. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5572-14-novembro-1928-562730-publicacaooriginal-86832-pe.html>

BRASIL. **Decreto nº 18.830, de 3 de Julho de 1929**. Abre, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de réis 150:000\$, para attender á publicação da obra escripta pelo coronel Bernardo de Azevedo da Silva Ramos. Diário Oficial da União - Seção 1 - 05/07/1929 , Página 14951. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-18830-3-julho-1929-517146-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRITO BROCA, José. **A vida literária no Brasil – 1900**. RJ: José Olympio Editora, 1975.

BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento II**. RJ: Zahar, 2012.

CALLADO, Antonio. **Esqueleto na Lagoa Verde**. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. RJ/SP: O Globo/Folha de São Paulo, 2003.

CASCUDO, Luis da Câmara. **O homem americano e seus temas**. Natal: Imprensa Oficial, 1933.

CASTRO, Chico. **Sr. Presidente...** (Sessão solene destinada a homenagear o Centenário de falecimento do Marquês de Paranaguá) Câmara dos Deputados , Sessão: 021.2.54.N Data: 05/11/2012. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=&txPartido=&txUF=&dtInicio=05%2F11%2F2012&dtFim=05%2F11%2F2012&txTexto=&txSumario=&basePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar#>

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1. Artes de Fazer**. RJ: Vozes, 2012.

CEZAR, Temístocles. *A Retórica da Nacionalidade de Varnhagen e o Mundo Antigo: o caso da origem dos Tupis*. IN: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. (org) **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

CEZAR, Temístocles. *Antigos, modernos e “selvagens” na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen*. IN PIRES, Francisco Murari.(org) **Antigos e modernos. Diálogos sobre a**

(escrita da) história. SP: Alameda, 2009.

CHILDE, Alberto. *Archeologia Classica e Americanismo. Conferencia lida em Março de 1915 na Bibliotheca Nacional*. IN: **Archivos do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, 1916, vol.XIX.

COLLINGWOOD, R.G. **A idéia de história**. Lisboa: Ed. Presença, 1981.

COOKE, G.A. **A textbook of north-semitic inscriptions**. Oxford: At Clarendon Press, 1903.

COSTA, Angyone. **Introdução à Arqueologia brasileira**, 1934.

COSTA, Cândido. **O descobrimento da América e do Brazil**. Pará: Typ. Da Papelaria Americana, 1896.

COSTA, Cândido. **As duas Américas**. Lisboa: J. Bastos, 1900.

DAOU, Ana Maria. **A Belle époque amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

DECIFRADO, AFFINAL, O MYSTERIO DA INSCRIPÇÃO DA GÁVEA! IN: **Revista da Semana**. Rio de Janeiro: 30 de abril de 1932, (numeração de páginas ilegível)

DESCARTES. **Discurso do método. Meditações. Objeções e respostas. As Paixões da Alma. Cartas**. SP: Abril Cultural, 1983 (col. Os Pensadores)

ECO, Umberto. **A busca da língua perfeita na cultura européia**. SP: Edusc, 2002.

ECO, Umberto. **Os Limites da Interpretação**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

EVANS, Richard. "A Confession of Defeat": *Mormon Apologetics versus Academic Consensus (1879-1922)*, IN: **Symposia**, 4, 1 (2012), pp. 11-23. Disponível em: <http://symposia.library.utoronto.ca/index.php/symposia/article/download/15739/13566>

FAGAN, Garrett G. *Diagnosing pseudoarchaeology*. IN FAGAN, Garrett G. (ed.) **Archaeological Fantasies**. New York: Routledge, 2006.

FAWCETT, P.H. **Exploration Fawcett**. London: Hutchinson, 1953.

FEDER, Kenneth. **Encyclopedia of Dubious Archaeology**. Santa Barbara: Greenwood, 2010.

FEDER, Kenneth. **Frauds, Myths and Mysteries. Science and Pseudoscience in Archaeology**. 7a ed. New York: McGraw-Hill, 2011.

FEIJÓ BITTENCOURT, Leopoldo Antônio. *Vida de Manuel Cícero Peregrino da Silva*. IN: **R.IHGB**, vol.229, out-dez 1955. RJ: Imprensa Nacional, 1956.

FERREIRA, Lúcio Menezes. **Territórios Primitivos. A institucionalização da Arqueologia no Brasil**. Porto Alegre: Edipucrs, 2010.

FERREIRA, Lúcio. *Vestígios de Civilização: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a construção da Arqueologia Imperial (1838-1870)*. IN: **Revista de História Regional**. Ponta Grossa: 4(1), 1999, pp.9-36.

- FLEMING, Katie. *The Use and Abuse of Antiquity: the politics and morality of appropriation*. IN: MARTINDALE, Charles; THOMAS, Richard. (eds.) **Classics and the uses of reception**. Oxford: Blackwell, 2006.
- FRAENKEL, Béatrice. *A assinatura contra a corrupção do escrito*. IN: BOTTÉRO, Jean; MORRISON, Ken. **Cultura, Pensamento e Escrita**. São Paulo: Ática, 1995.
- FYFE, Sophie; WILLIAMS, Claire, MASON, Oliver, PICKUP, Graham. *Apophenia, theory of mind and schizotypy: Perceiving meaning and intentionality in randomness*. IN **Cortex**. Elsevier, Vol.44, issue 10 (2008) p.1316–1325
- GALLAS, Alfredo O.G. , e GALLAS, Fernanda Disperati. *Julius Meili – A tradução da obra "O meio circulante no Brasil"*. IN: **Sociedade Numismática Brasileira – Boletim n.59**, p.51-55. Disponível em: <http://www.snb.org.br/boletins/pdf/59%20-%20Julius%20Meili.pdf>. Acessado em 08-10-2015.
- GINZBURG, Carlo. *Lorenzo Valla e a Doação de Constantino*. IN **Relações de Força**. SP: Companhia das Letras, 2002.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. SP: Companhia das Letras, 2004.
- GOELDI, Emílio Augusto. **Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense) de História e Ethnographia**. Tomo IV. 1904-1906. Pará: Typ. do Instituto Lauro Sodré, 1906.
- GOULD, Stephen Jay. **The Lying Stones of Marrakech. Penultimate reflections in natural history**. Harvard University Press, 2011.
- GRAFTON, Anthony. **Forgers and Critics. Creativity and Duplicity in Western Scholarship**. Londres: Collins and Brown, 1990.
- GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição**. SP: Papirus, 1998.
- GRAFTON, Anthony. Jean Hardouin. *The Antiquary as Pariah*. IN: **Bring out your dead: the past as revelation**. Harvard University Press, 2001.
- GRANIER, M.G. *Le roc de Dighton*. IN: CONGRÈS INTERNATIONAL DES AMÉRICANISTES. **Compte-rendu de la première session**. Nancy/Paris: Crépin-Leblond/Maisonneuve et Cie, 1875 (vol.1)
- GRANN, David. **Z, a Cidade Perdida**. São Paulo, Companhia das Letras, 2009
- GROSSI, Vincenzo. **La questione dei cosidetti "Precursori" di Colombo in America. Conferenza tenuta alla sede della Società Geografica di Rio de Janeiro la sera delli 19 Settembre 1891**. Torino: Tipografia G. Derossi, 1892.
- GROSSI, Vincenzo. **Nel paese delle Amazzoni**. Roma: Tip.dell"Unione Cooperativa Editrice, 1897.

- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire. (1925)** (s.d) Edição digital da Universidade do Québec.
- Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/Halbwachs_maurice/cadres_soc_memoire/cadres_sociaux_memoire.pdf
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HARDOUIN, Jean. **The Prolegomena of Jean Hardouin**. Translated by Edwin Johnson. Sydney: Angus and Robertson, 1909.
- HARTOG, François. **Os Antigos, o Passado e o Presente**. Brasília: EdUNB, 2003.
- HINGLEY, Richard. **Globalizing Roman Culture: Unity, diversity and empire**. London: Routledge, 2005.
- HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. (orgs) **A Invenção das Tradições**. SP: Paz e Terra, 2008.
- HOLTORF, Cornelius. *The reception history of monuments*. IN: **Monumental Pasts. The Life-histories of Megalithic Monuments in Mecklenburg-Vorpommern (Germany)**. Electronic monograph. University of Toronto: Centre for Instructional Technology Development, 2001. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1807/245>. Acessado em 26-09-2013.
- HOLUB, Robert C. **Reception Theory – A critical introduction**. London/New York: Methuen, 1984
- INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS. **Livro de Atas (1917)**
- INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS. **Livro de Atas (1917-1935)**
- INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS. **Livro de Atas (1917-1958)**
- JAUSS, H. R. **Pour une esthétique de la réception**. Paris: Gallimard, 2005.
- JENKINS, Keith. **A História repensada**. SP: Contexto, 2004.
- KANSTEINER, Wulf. *Finding meaning in memory: a methodological critique of collective memory studies*. IN: **History and Theory**, vol 41, n.2, pp.179-197, maio 2002.
- KOSSO, Peter. *Introduction. The epistemology of archaeology*. IN FAGAN, Garrett G. (ed.) **Archeological Fantasies**. New York: Routledge, 2006.
- KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- LANGER, Johnni. **Arqueologia do irreal: As cidades imaginárias do Brasil**. Dissertação de Mestrado- UFPR. Curitiba, 1996.
- LANGER, Johnni. **As cidades imaginárias do Brasil**. Curitiba: Secretaria de Cultura do Paraná, 1997a.

- LANGER, Johnni. *Mitos arqueológicos e poder*. **Clio – Série Arqueológica (UFPE)**, Recife, v. 1, n. 12, p. 109-125, 1997b.
- LANGER, Johnni. *Enigmas arqueológicos e civilizações perdidas no Brasil novecentista*. IN: **Anos 90 (UFRGS)**, Porto Alegre, n. 9, p. 165-185, 1998.
- LANGER, Johnni. **Ruínas e Mitos; a arqueologia no Brasil imperial**. Tese de doutoramento – UFPR, 2001.
- LANGER, Johnni. *A Cidade Perdida da Bahia: mito e arqueologia no Brasil Império*. IN: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Vol.22, no.43, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000100008&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 16 de julho de 2010. doi: 10.1590/S0102-01882002000100008.
- LANGER, Johnni. *Civilizações Perdidas no Continente Negro: o imaginário arqueológico sobre a África*. IN: **Mneme – Revista de Humanidades**. V.7, n. 14, fev./mar.2005. Disponível em: <http://www.seol.com.br/mneme>
- LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. **Introduction aux études historiques** (1897) 2ª Edição. Paris: Librairie Hachette, 1899.
- LATOUR, Bruno. **A Esperança de Pandora**. SP: Edusc, 2001.
- LEAL, Hermes. **Coronel Fawcett. A verdadeira história do Indiana Jones**. SP: Geração Editorial, 2000. (1ª edição 1996)
- LEFEVRE, Théotiste. **Guide pratique du compositeur d'imprimerie**. Paris: Firmin Didot, 1855 (2 vol.)
- LIMA, Vivaldo. **A inscrição da Gávea**. Rio de Janeiro: Oficinas graphics do Jornal do Brasil, 1933.
- MARSHALL, Francisco. *Mediterranean Reception in the Americas*. IN: HARRIS, William. (ed) **Rethinking the Mediterranean**. Oxford University Press, 2005.
- MARTINDALE, Charles. *Introduction: Thinking through Reception*. IN: MARTINDALE, Charles; THOMAS, Richard. (eds.) **Classics and the uses of reception**. Oxford: Blackwell, 2006.
- MARTINDALE, Charles; THOMAS, Richard. (eds.) **Classics and the uses of reception**. Oxford: Blackwell, 2006.
- MARTINS, Wilson. **História da Inteligência Brasileira Volume 5**. SP: Cultrix, 1978.
- MCELDUFF, Siobhán. *Fractured Understandings. Toward a history of classical reception among non-elite groups*. IN MARTINDALE, Charles, THOMAS, Richard. (eds) **Classics and the uses of reception**. Blackwell, 2006

- MCLUHAN, Marshall, FIORE, Quentin. **O Meio são as Massagens**. SP: Record, 1967.
- MEILI, Julius. **Das Brasilianische Geldwesen. I.Theil. Die Münzen der Colonie Brasilien 1645 bis 1822**. Zürich: Druck des Polygraphischen Institutes A. G, 1897.
- MEILI, Julius. **Das Brasilianische Geldwesen. II.Theil. Die Münzen des unabhängigen Brasilien. 1822 bis 1900**. Zürich: Druck von Jean Frey, 1905.
- MILLER, Peter (ed) **Momigliano and Antiquarianism**. UCLA, 2007.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *Ancient History and the Antiquarian*. IN: **Journal of the Warburg and Courthauld Institutes**, vol 13, no3/4 (1950), pp 285-315. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/750215>. Acessado em 31/05/2011.
- NASCIMENTO, Naira de Almeida. *Rocha Pombo: uma leitura da América na virada do século XX*. IN: **Anais do XIII Congresso Int. da ABRALIC**. Campina Grande: UEPB, 2013
- NETTO, Ladislau. **Lettre a Monsieur Ernest Renan a propos de L’Inscription Phénicienne apocryphe soumise en 1872 a L’Institute historique, géographique et ethnographique du Brésil**. Rio de Janeiro: Imprimerie à vapeur Lombaerts & Comp., 1885.
- NYKL, Alois R. *Inscrições e Tradições da América Prehistórica especialmente do Brasil by Bernardo de Azevedo Da Silva Ramos*. IN **Isis**, Vol. 41, No. 3/4 (Dezembro 1950), p. 318. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/227072>, Acessado em 09/05/2014.
- OLIVEIRA, Jorge Eremites de. **Arqueologia Pantaneira, História e Historiografia (1875-2000)**. Dourados-MS: Editora UFGD, 2008.
- ORWELL, George. **1984**. Companhia Editora Nacional, 2005.
- PENNAFORT, Raymundo Ulysses de. **Brazil Pre-Historico. Memorial Encyclopedico a proposito do 4o Centenário de seu descobrimento**. Ceará: Typ. Studart, 1900.
- PEREIRA JR., José Anthero. *Em torno da velha questão que é a de terem estado os fenícios no Brasil e outros reparos*. **Revista do IHGSP**, São Paulo, vol. LXVIII. p.183-190.
- POMIAN, Krzysztof. **Sur l’histoire**. Paris: Gallimard, 1999.
- POPE, Maurice. **The Story of Decipherment**. London: Thames and Hudson, 1999
- PROST, Antoine. **Douze leçons sur l’histoire**. Paris: Editions Du Seuil, 2010.
- RAMOS, Bernardo de Azevedo da Silva. **Catálogo da Coleção Numismática, publicado sob o auspício do Governo do Estado do Amazonas**. 3 volumes: (i-a, i-b, ii-a, ii-b, iii) Roma: Tipografia della R. Accademia dei Lincei, 1900. **Suplemento ao Catálogo Geral**. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brasil, 1900.
- RAMOS, Bernardo de Azevedo da Silva, CUNHA JR, Manoel Francisco da. (orgs) **CATÁLOGO dos productos enviados pelo Estado do Amazonas à Exposição universal**

de S. Luiz (Estados Unidos da América do Norte). Manaus: (s.n) 1904.

RAMOS, Bernardo de Azevedo da Silva. **O Egipto**. 10a Conferência da Cathedral de Manáos. Paris: Imprimerie Paul Dupont, 1912.

RAMOS, Bernardo de Azevedo da Silva. **Inscrições e Tradições da America prehistorica especialmente do Brasil**. 2 vol. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930, vol I; 1939, vol II.

RAMOS, Graciliano. **Garranchos**. (org. de Thiago Mio Salla). RJ: Record, 2012.

RAMOS, Mário; RAMOS, Julião. **Um Caboclo Amazônico**. Manaus: Ed. Gov. do Estado do Amazonas, 1965.

RELAÇÃO historica de uma occulta e grande Povoação antiguissima sem moradores que se descobria no anno 1753. Bahia, Rio de Janeiro, 1754. Fundação Biblioteca Nacional, documento n. 512.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Brazil. Tomo I (1839), terceira edição. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

ROCHA POMBO, José Francisco da. **Notas de Viagem (norte do Brazil)**. RJ: Benjamin de Aguilã, 1918.

SANTOS, Ivan Norberto dos. **A historiografia amadora de Rocha Pombo: embates e tensões na produção historiográfica brasileira da Primeira República**. Dissertação de Mestrado em História Social. IFCS-UFRJ, 2009.

SCHNAPP, Alain. *Arqueologia*. IN: BURGUIÈRE, André (org) **Dicionário das Ciências Históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993, pp. 70-78.

SCHNAPP, Alain. **The Discovery of the Past**. Harry Abrams, 1997.

SCHWARZ, Roberto. *As idéias fora de lugar*. IN: **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Livraria Duas Cidades/Editora 34, 2000.

SCHWENNHAGEN, Ludwig. **Fenícios no Brasil. (Antiga História do Brasil, 1928)** 4a edição. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, 1986.

SEIGNOBOS, Charles. **La Méthode Historique appliqué aux sciences sociales (1901)** 2ª Edição. Paris: Felix Alcan Editeur, 1909.

SOUZA, Roberto Acízelo de. **O Império da Eloquência**. RJ: EdUERJ-EdUFF, 1999.

SPANHEIM, Ezechiel. **Dissertatio de praestantia et usu numismatum antiquorum**. Roma: Apud Blasium Deuersim, et Felicem Cesarettum, 1664. Disponível em: <https://archive.org/details/ita-bnc-mag-00001187-001>. Acessada em 08-10-2015.

SPON, Jacob. **Recherche des Antiquités et Curiosités de la ville de Lyon, ancienne colonie des Romains & capital de la Gaule Celtique**. Lyon: Jacques Faeton, 1673. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k853966s>. Acessada em 08-10-2015.

- TAMBRONI, Filippo. *Dante Vaglieri*. IN: **Bollettino dell'Associazione Archeologica Romana**. vol IV, n.1, 1914, p.1-9. Disponível em:
http://periodici.librari.beniculturali.it/visualizzatore.aspx?anno=1914&ID_testata=54&ID_periodico=11591
- THE GREATEST of Expositions, Completely illustrated**. St. Louis: Samuel F Myerson Printing Co, (1904?) (Catálogo ilustrado oficial da Exposição Universal de St. Louis, 1904)
- THORON, Enrique Onffroy de. **Amérique Équatoriale**. Paris: V. Jules Renouard, 1866.
- THORON, Enrique Onffroy de. **Les pheniciens a L'ile d'Haïti et sur le continent americain. Les vaisseaux d'Hiram et de Salomon au fleuve des amazones (Ophir, Tarschich, Parvaïm)**. Louvain: Imprimerie de Charles Peters, 1889
- THORON, Henrique Onffroy de. *Antiguidade da navegação do oceano: viagens dos navios de Salomão ao rio das Amazonas, Ophir, Tardschisch e Parvaim, 1869*. **Annaes da bibliotheca e Archivo Público do Pará**, tomo IV, p. 01-37, 1904.
- VAGLIERI, Dante. **Sylloge Epigraphica orbis romani. Vol II, fasc. I. Inscriptiones Italiae Continens**. Roma: Fr. M. Pasanisi, 1892.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **L'Origine Touranienne des Americains Tupis-Caribes et des Anciens Egyptiens. Indiquée principalement par la philologie comparée: traces d'une ancienne migration em Amérique, invasion du Brésil par les Tupis, etc**. Vienne: Librairie I. Et R. de Faesy & Frick, 1876
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *A origem turaniana dos americanos tupis-caraíbas e dos antigos egípcios. Indicado pela filologia comparada: traços de uma antiga migração na América, invasão do Brasil pelos tupis etc*. Tradução de Temístocles Cezar. IN: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal (orgs.). **Varnhagen no Caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes – CNPq, 2013, pp. 346-448.
- VEYNE, Paul. **Acreditavam os gregos em seus mitos?** SP: Brasiliense, 1984.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. **Atlântida: pequena história de um mito platônico**. SP: Ed.UNESP, 2008.
- WATERMAN, John. T. (ed) **Leibniz and Ludolf on Things Linguistic. Excerpts of their Correspondence (1688-1703)** Translated and edited with Commentary and notes by John T. Waterman. Berkeley /Los Angeles/London: University of California Press, 1978.
- WOORTMANN, Klaas. **O selvagem e o Novo Mundo**. Brasília: Ed. UNB, 2004.
- ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

ANEXOS:

ANEXO I

Ilustrações e fotografias

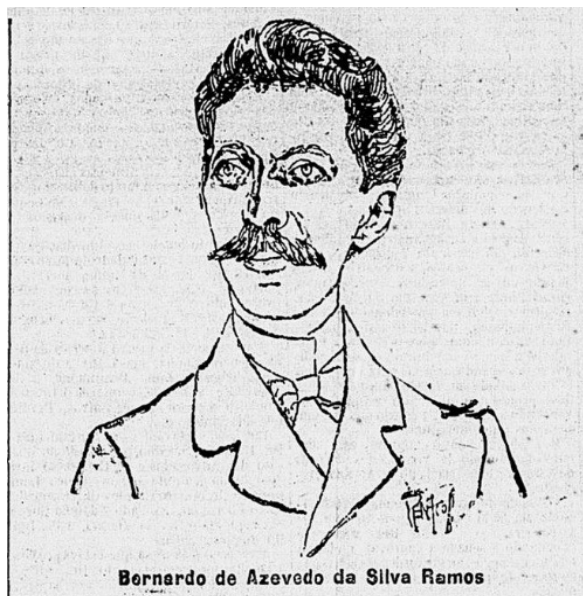
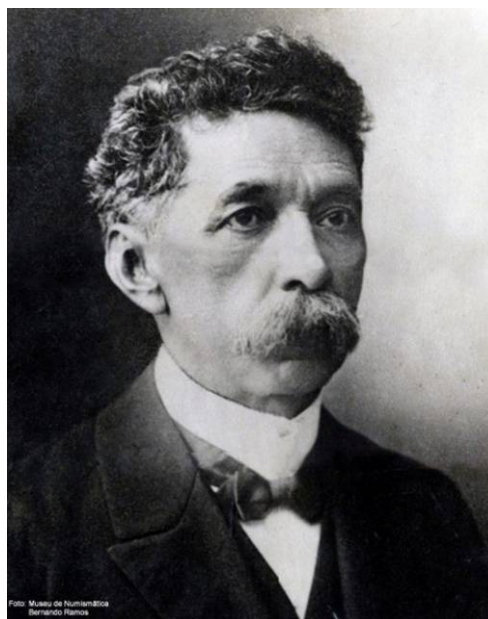


Figura 19: Caricatura de Ramos publicada por ocasião da exposição do 4o Centenário.

(Gazeta de Noticias, 22/05/1900, p.1)



**Figura 20: Retrato de Bernardo Ramos.
Acervo Museu de Numismática.**

DECIFRADO, AFINAL, O MYSTERIO DA INSCRIPÇÃO DA GAVEA!

A "REVISTA DA SEMANA" transmite aos seus leitores a sensacional descoberta, que vem revelar a passagem dos phenicios pela Guanabara 850 annos antes de Christo!

A Revista da Semana teve oportunidade de publicar no numero anterior uma exhaustiva reportagem photographica referente á escalada da Gavea pelo Centro Excursionista Brasileiro.

O admiravel recanto carioca, atlantilado em pedaço majestoso de montanha, não se recommenda apenas pela sua belleza natural.

Reverte-o ainda o valor altamente historico, archeologico, envolto num redutor encantamento de mysterio.

E' o que revelamos hoje com a transcripção de parte da obra do illustre historiador brasileiro Bernardo Ramos, no capitulo referente á famosa inscripção da Pedra da Gavea, cuja decifração vinha ha tanto tempo preocupando os nossos historiadores, a ponto de ser nomeada a commissão, de que fez parte Araujo Porto-Alegre, e que, aliás, não chegou a nenhum resultado.

A Revista da Semana, devidamente autorisada, divulgando a sensacional descoberta, graças á paciencia, á erudição e ao vasto saber de um patriótico illustre, tem em vista não somente a elucidação de um ponto interrogativo da nossa pre-historia, como tambem render uma homenagem ao autor da obra que tanto elevará a sciencia brasileira e que, por isso mesmo, mereceu a honra de ser mandada imprimir pelo governo, na Imprensa Nacional, que se emera em lhe dar feitura condigna com o seu alto valor.

AS INSCRIPÇÕES DO MORRO DA GAVEA

E' incontestavel que as inscripções lapidares, desde remotas eras, apesar de seu laconismo, veem merecendo cuidadosa attenção por parte de archeologos, e que têm originado suas interpretações muitas luzes sobre a Historia Universal moderna.

As que ora constituem o presente capitulo nos parecem das mais valiosas do Brasil, e neste sentido vamos sobre ellas emitir a nossa opinião, no sentido paleographico e historico.

Como preliminar, seja-nos licito ouvirmos Vigouroux, (1) em assumpto muito analogo:

"Ninguem pensava ainda na Europa de adivinhar o segredo dos hieroglyphos, quando se procurava adivinhar o sentido mysterioso das escripturas cuneiformes da Asia antiga.

Entretanto, a obra da decifração do Assyrio não devia ser conhecida senão muitos annos depois da do Egypto. Em 1847, estava-se tão adiantado que

sabios pensavam que Cyro e Nabuchodonosor podiam bem ser a mesma personagem" (2).

Aos escriptos de Ninive e da Chaldéa faltou um Champollion para nos fazer penetrar de um só golpe na comprehensão de seus signaes bizarros, cujo aspecto desorienta ainda mais o linguista, que os hieroglyphos dos templos e dos obeliscos egypcios; estes ao menos falam á vista com suas imagens tão exactas e

tão claras, enquanto os traços horizontaes e verticaes da Persia e da Syria, apenas offerecem a percepção complexa, sem ponto algum que fixe, excite a attenção, a sustenha ou lhe dê um cunho de estabilidade (3). Entretanto, foi por processos analogos aos de Champollion, isto é, pelo estudo das inscripções trilíngues dos Achéménides encontradas em Persépolis e em Bédhistouan, que se chegou enfim a ler a escriptura Assyria.



Fac-simile da capa do livro do illustre historiador patriótico, cuja obra marcará, mais uma victoria da cultura brasileira e do desvelo do nosso povo para com as suas gloriosas tradições.



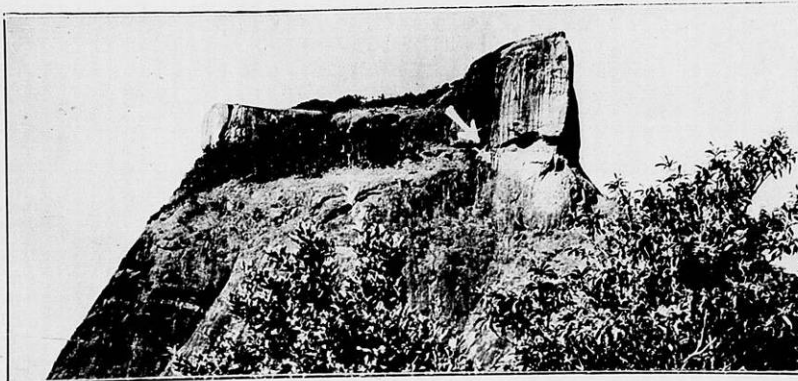
O eminentíssimo archeologo brasileiro Bernardo Ramos, autor da sensacional obra 'Inscripções e Tradições da America Prehistorica', a onde se documenta de maneira exhaustiva a passagem dos phenicios pelo Brasil.

mas depois de longas tentativas infructíferas foi preciso a collaboração incognosciente de muitas gerações de sabios, para resolver-se finalmente o problema (4).

A attenção da Europa havia sido atrahida desde o XVI seculo sobre as majestosas ruínas que se observavam na Persia, nos logares onde se suppõe, com razão, haver florescido em outros tempos Persépolis.

Pietro della Valle (1586-1652) publicou em 1621 cinco signos das inscripções que havia descoberto nestes logares, admitindo a hypothese, justificada depois, que seria preciso ler da esquerda para a direita (5). Entretanto sua publicação permaneceu inapercebida, até que Jean Chardin (1643-1713), em 1674, deu em relação de sua celebre viagem na Persia uma inscripção completa (6). Foi então lembrado que Persépolis havia sido construida pelos Achéménides e a esperanza de descobrir nas inscripções dos seus rochedos preciosas tradições historicas excitou uma viva curiosidade. Alguns sabios duvidaram então que este complexo de bizarros signos fosse uma verdadeira escriptura.

Em 1700, Thomas Hyde (1656-1705) autor de 'l'histoire de la religion des anciens Persees et de leur mœurs', juntou á sua obra uma dissertação, com o fim de provar que as inscripções cuneiformes de Persépolis, não eram uma escriptura, mas, sim, uma simples phantasia do architecto, para mostrar como de maneira



A Pedra da Gavea, vendo-se assignalada por uma setta o local onde se encontra a famosa inscripção.

(1) La Bible et les Decouvertes Modernes, v. I, ps. 153-158, 6.ª edição, Paris, 1896.

(2) Theologische Studien und Kritiken, année 1855, p. 367.

(3) Sobre a historia da decifração das escripturas cuneiformes e os factos que a ellas se ligam, veja-se J. Menant, Les escriptures cuneiformes; Exposé et travaux qui ont préparé la lecture et l'interpretation des inscriptions de la Perse, t. I, t. II, 2.ª ed., Paris, 1864; Vivien de Saint Martin, Ninive, dans le Tour du Monde, année 1865, 1.º semestre, t. VII, p. 295-302; etc., etc.

(4) As inscripções trilíngues de Persépolis, á primeira vista, são de Bédhistouan, deves, foram a base da decifração das cuneiformes. Dize tambem a estas inscripções trilíngues o nome de Achéménides, porque ellas emanam dos reis desta familia. Designase por inscripções ou escriptura de primeira especie as cuneiformes persas; da segunda as cuneiformes medaicas; da terceira as babilonicas. Segundo o P. A. J. Delattre em seu valioso trabalho sobre Le Peuple et l'empire des Hebreux, in 4.º, Bruxelles, 1885, p. 41-42 lingua da 2.ª columna não é o medaico, mas o idioma falado pelo povo d'Amson. Todas as inscripções persas foram reunidas em J. Menant, Les Achéménides et les inscriptions de la Perse; historia e traducción francesa, in 8.º, Paris, 1872.

(5) Viaggi di Pietro della Valle il pellegrino descritti da lui medesimo in Lettere familiari 3.ª in 4.º, Rome, 1653-1663, t. II, pag. 286.

(6) Chardin, Voyage en Perse et autres lieux de l'Orient, ed. de Anvers, t. II, in 4.º, 1735, t. II, vis á vis de la p. 167.

Figura 21: Reportagem da Revista da Semana sobre a decifração da Pedra da Gavea (30 de abril 1932)

ANEXO II

Bibliografia citada no Catálogo da Coleção Numismática – após o prefácio.

(Esta bibliografia apenas replica o texto do Catálogo, com seus eventuais erros e omissões)

ARAGÃO, A.C Teixeira. **Descrição geral e histórica das moedas de Portugal**. Lisboa, 1874-80.

AZEREDO COUTINHO, Cândido de. **Apreciação do medalheiro da Casa da Moeda apresentado na Exposição de 1861**. Rio de Janeiro, 1862.

_____, **Notícia sobre as moedas do Brasil e seu valor intrínseco em diversos países estrangeiros**. Rio de Janeiro, 1867.

_____, **Necessidade de aumento de senhoriagem na moeda auxiliar de prata do Brasil**. Rio de Janeiro, 1867.

_____, **Estudo sobre a moeda de cobre e a subsidiária do Brasil**. Rio de Janeiro, 1869.

BABELON, Ernest. **Description historique et chronologique des monnaies de la République romaine**. Paris, 1886.

BARTHELÉMY, A de. **Nouveau manuel complet de numismatique ancienne**. Paris, 1890.
Blätter für Münzfreunde von Erbstein, Leipzig.

CINAGLI, Angelo. **Le monete dei Papi**. Fermo, 1818.

COHEN, H. **Description historique des monnaies frappés sous l'Empire romain**. Paris, 1880-92 (2a ed.)

ENGEL, A; SERRURE, R. **Traité de numismatique du moyen âge**. Paris, 1891.

ESCHWEGE, W.C. Von. **Pluto Brasiliensis**, Berlin, 1833.

FERNANDES, Manuel Bernardo Lopes. **Memória das moedas correntes em Portugal, desde o tempo dos Romanos, até o anno de 1856**. Lisboa, 1856.

FIORELLI, G. **Catalogo del Museo Nazionale di Napoli, Collezione Santangelo**. Napoli, 1866.

FONROBERT, **Die Jules Fonrobert'sche Sammlung überseeischer Münzen und Medaillen**. Berlin, 1878.

GARDNER, **Greek coins (British Museum Catalogue)** London.

GNECCHI, F. **Le monete di Milano**, 1881.

HALLENBERG, **Collectio nummorum cuficorum**. Stockholm, 1800.

HEAD, B.V. **Historia nummorum**. Oxford, 1887.

HENNIN, **Catalogue d'une nombreuse collection de médailles et monnaies modernes**.

Paris, 1829.

LAFUENTE, **Historia de España.**

LEITZMANN, **Catalog seiner Münz-und Medaillen-Sammlung.** Leipzig, 1880.

MATTHEWS, **The coinage of the world.**

MIONNET, T. E. **Description de médailles antiques grecques et romaines.** Paris, 1807-1837.

MONTENUOVO, **Collectio Montenuovo. Verzeichniss verkäuflicher Münzen aus der fürstlich Montenuovo'schen Münzsammlung.** Frankfurt am Main.

NEUMANN, **Beschreibung der bekanntesten Kupfermünzen.** Prag. 1858-72.

THIEME, **Numismatische Verkehr.** Leipzig.

PIZARRO E ARAUJO, J. De S.A. **Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas a jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil.** Rio de Janeiro, 1820-22.

POOLE, **Greek Coins (British Museum Catalog).** London.

PROMIS, **Monete dei Reali di Savoia.** Torino, 1841.

ROSCHÉ, **Die Kenntniss antiker Münzen.** Nürnberg, 1778.

ROSSI, **Catalogo della collezione Rossi di Roma: monete di zecche italiane, medioevali e moderne.** Roma, 1880.

SABATIER, J. **Description générale des monnaies byzantines.** Paris, 1862.

VON SALLET. **Die Fürsten von Palmyra.**

SAMBON, L. **Recherches sur les monnaies de la presqu'île italique.** Naples, 1870.

SILVA LISBOA, Batlthazar da. **Annaes do Rio de Janeiro, contendo a descoberta e conquista deste paiz, a fundação da cidade com a historia civil e ecclesiastica, até a chegada d'el-rei dom João VI.** Rio de Janeiro, 1834-35.

THOMSEN, **Collection de feu Christian Turgensen Thomsen.** Copenhague, 1873.

Verzeichniss der Buletten des K Münzkabinet. Berlin.

WEYL, A. **Sammlung amerikanischer Münzen und Medaillen.** Berlin, 1889.

Catálogos de Hoffmann, Rollin, Schulmann, Weyl, etc.

ANEXO III

Biblioteca Numismática pertencente à coleção – Suplemento ao Catálogo Geral.

(Esta bibliografia apenas replica o texto do Catálogo, com seus eventuais erros e omissões)

LATIM:

- HALLENBERG. *Collectio nummarum cuficorum*. Stockholm, 1800, in 16o.
 THESAURO *Britanici pars prima*, interprete Aloysio Camite. *Idem, pars altera*, a N. F. Haym, interprete J. Khell. Vindoband. 1762-65, in 4o -2vol.
 MORELLI *Imperatores Romani (Atlas)*. S.d in-fol. 2Vol.
 NAGELEIN. *Thesaurus numismatorum modernarum*. Norimberg. S.d. In-fol.
 ECKHEL. *Numi veteris anedocti*. Vienne, 1775, in 4o.
 SELECTA numismata antiqua ex-museo Iacob de Wilde. Amstelodami, 1692, in 4o.
 SPANHEMII Ezequieles. *Dissertatio de Praestantia et uso numismatum antiquorum*. Romae, 1664. 1 vol, enc.
 NUMOPHYLACIUM *Clausemanus cantinens apparatus Splendidum antiquorum aequae accendiorum numismatum*. 1738, 1vol, enc.

PORTUGUÊS:

- FERNANDES. *Memória das moedas correntes em Portugal*. Lisboa, 1856, in 4o.
 CARDIM. *Discipção das moedas portuguezas de (sua) collecção*. Rio de janeiro, 18790, in 8o
 AZEVEDO COUTINHO. *Estudo sobre a moeda de cobre do BRAZIL*. Rio de Janeiro, 1869, in 16o, broch.
 MOTTA, *Moeda do Brazil*. Victoria, 1889, in 8o.
 CANTÛ, Cesar. *História Universal*. 13 vol. Enc.
 CATÁLOGO da Bibliotheca da Faculdade de Direito do Recife. 1Vol. Broch.

ESPANHOL:

- SALLES Y FERRÉ, Manoel. *Estudios Archeologicos y Historicos*. Madrid, 1887. 1 vol, broch.
 ROSA, Alejandro. *Coleccion de leyes, decretos y otros documentos sobre condecoraciones militares, Medallas comemorativas, Moneda metalica, etc., de algunos paizes de America del Sud*. Buenos Ayres, 1891, 1vol, enc.

ITALIANO:

- VISCONTI, Marcelli Fea. *La Villa Albani ora Torlenia discripta, ecc.* 1 vol., broch. Roma, 1869.
 LETTERE di Principi le quali o si scrivono da principi, o a principi, ecc. 1573, 1vol. Enc.
 GUERRI, A. *Fiesole e il suo Commune*. Firenze, 1897, 1 vol, broch.

FRANCÊS:

- LETELIER, *Description Historique des monnaies françaises, etc.* Paris, 1888. Tome 1, in 12o.
 LENORMANT. *Monnaies et Medailles*. Paris, S.d., in 8o.
 JACOB, Gerard. *Traité elementaire de numismatique ancienne*. Paris, 1825, in8o, 2 vol.
 LEFEBVRE. *Traité elementaire de numismatique generale*. Paris, 1860, in 8o.
 BARTHELEMY, *Nouveau manuel complet de numismatique ancienne, du moyen et moderne âge, avec Atlas*. Paris (Manuel Roret), 1866, in 16, 3 vol.
 JOBERT. *La science des medailles*. Paris, 1715, in 16o.
 BONNEVILLE. *Encyclopédie moneteire*. Paris, 1849, in fol.
 LEROUX, *Vade-mecum du collectionneur*. Montreal, 1885, in 8o.
 DE L'ECLUSE. *Monnaies de tous les pays*. Paris, 1887, in 8o.
 THOMSEN. *Monnaies grecques*. Copenhagen, 1869, in 8o.
 THOMSEN, *Monnaies romaines*, Copenhagen, 1869, in 8o.
 THOMSEN. *Monnaies du Moyen âge*, Copenhagen, 1873-76, in 8o, 3 vol.

THOMSEN. Monnaies Modernes. Copenhague, 1871-77, 2 vol.
 HERMIN. Manuel de numismatique ancienne, Paris, 1872, in 8o 3 vol.
 BENAVENT, Le caissier italien. S.d. 1787. Tom.I e II, in-fol.
 HEILBORN. Monnaies antiques de la collection de A.W. Stjernstedt. Stockholm, 1882, in 8o.
 HOFFMANN, Le numismate. Paris, 1862-64, in 8o.
 SCHLUMBERGER. Les principautes franques du Levant. Paris, 1877, in 8o.
 TORCHAN d' Armecy dissertation sur deux medailles. Antiochus Evergetes. Paris, 1815, in 4o.
 BARTOLO, Santes. (Nummophylacium reginae Christinae) Medailles du Cabinet de la reine Christine. La Haye, 1712, in-fol.
 BLUMER, Imhoof. Monnaies grecques. Amsterdam, 1882, in 4o.
 ROLLIN et FEVARDENT. Catalogue d'une collection de medailles de l'ancienne Grece. Paris, 1862, in 16o.
 COLLECTION THOMSEN. Catalogue des monnaies du moyen âge. 1876, in 8o, broch.
 LE MONITEUR de la numismatique. Paris, 1881. 1.annee in 8o. Broch.

INGLÈS:

SCOTT. The coin collector's journal. Vol 5. New York, in 8o.
 SMITH. Encyclopedia of gold & silver coins. Philadelphia, 1886, in 8o.
 SMITH. Visitor's guide of the U.S. Mint. Philadelphia, 1885, in 8o.
 SMITH. Coin collector's illustrated guide. Philadelphia, 1880-6, in 8o.
 MATTHEUS. The coinages of the world. New York, 1876, in 8o.
 SPINK & SON Monthly Numismatic Circular, (1892-1895) (1895-1896)
 THE COINS of the Montehu Dynasty. Monroe, S.d. In 8o.
 THE NUMISMATIST. Monroe, 1891-1896. in 8o. 3 vol.

DINAMARQUÈS:

THEOD Thanisend Efterladte Samling of Monter. Kjbbenhavn, 1880, in 8o.

HOLANDÈS:

JACOBSZ. Placaat op de cours der Gelden 1606. In. S. Graven. Hoche, 1606, in 4o.

ALEMÃO:

EGGER, Brüder. Catalog griechircher Münzen. Wien, 1890, in 8o.
 PROKESCH von Osten Vichthekannte Europäische griechische Münzen. S. I., 1845, in 4o.
 Löbbeke. Griechische Münzen. Branuschiweig, S.d., in 8o, 2 vol.
 BRENDICKE. Einführung in die Münzkunde. Berlin, 1889, in 8o.
 BLÄTTER für Münzfreund. Leipzig, 1879-1892, 1894-1896, (no 90-186) (no 187-214), in-fol.
 THIEME. Numismatischer Verkel. Leipzig, 1879-1892, in-fol, 6 vol.
 FANROBERT, Sammling Überseeischer Münzen. Berlin, S.d., in 4o, 3 vol.
 WEYL. Brandenburg. Pr. Mz. Sammlung. Berlin. 1877, in 8o.
 WEYL. Anktian Katalog, Berlin, 1884-1889, in 8o.
 WEYL. Dubletter des Kämglischen Münzkabinet. Berlin, 1882, in 8o.
 WEYL. Numismatische Correspondenz. Berlin, 1884-1889, in 8o.
 WEYL. 1. Verzeichniss, Berlin, 1879, in 8o.
 RENTZMANN, Numismatisches Legenden Lexicon. Berlin, 1881, in 8o.
 SCHLICKEYSEN, Erklärung der Abkürzungen auf Münzen. Berlin, 1882, in 8o.
 AD. HESS. Verzeichniss (Collectio Mantenuvo) Sammlung Theodor Rodde. Frankfurt, 1885-1886, in 8o.
 CONRAD. Neues Adelicher Wappernverk. Nurnberg, 1798, in 4o, 2vol.
 CAPPE, Die Mittelater. Münzen von Münster. Ossabrück etc. Dresden, 1850, in 8o.
 THIENE. Katalog der Sammlung der Herrn Leitzmann, Leipzig, 1880, in 8o.

- JOACHIM. Das neu eröffnete Münz cabinet. Nürnberg, 1761 in 3o.
RASCHE. Die Kenntnissantiker Münzen. Nürnberg, 1778-9, in 16o, 2 vol.
WEYL, Aukyan Katalog. N.29 136. Berlin, in 8o., 5vol, broch.
THIENE, Numismatischer Verkeler Leipzig, 1893-1896, in-fol, 2 vol, broch.
WEYL. Numismatischer Correspondenz. Berlin, 1890-6 (incompleta), in 8o, broch.
NUMISMATISCHER Litteratur Blatt. Hannover, vol. 6 7 e 8 in 8o broch.
Numismatischer spragistischer Anzeiger. Hannover, 1890-6, in 8o. 3 vol, broch.
Berliner Münzblätter. (1882-1891) (1892-3), in fol.
MEILI, Numismatische Sammlung, 1890, 5 vol.
KLIMPERT, Lexicon der Münzen, 1885 in 8o.
DANNENBERG, Grundzüge der Münzkunde 1891, in 12o.
J.N. BERLIN (Pastor) Münzsammlung Katalog (Manuscrito) in 8o.
LEVY. Ges. Der jüdischen Münzen. Leipzig, 1862, in 8o.
BRÜDER. Egger Griechische Münzen. Katalog, Wien, S.d, in 8o.
ENGELKEN Coursirende Galden. Silbermünzen. Bremshaven, 1858, in 8o.
VERLHAF Handbuch der griechischen Numismatikk. Hannover, 1850, in 8o.
Illustrierter Anzeiger für Cantor und Bureau. 1865-1886. Hamburg, 7 vol, broch.

ANEXO IV.
**BIBLIOGRAFIA APROXIMADA DAS INSCRIÇÕES E TRADIÇÕES DA AMÉRICA
 PREHISTÓRICA, 1 E 2 VOL.**

Actes de la Société Scientifique du Chili. Santiago : La Société, 1918 (tomo 28)

Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará, tomos VI e VII. Pará: Typ. Lauro Sodré, 1907, 190?

Annaes do Archivo Publico e do Museu do Estado da Bahia. Anno IV, vol. VI e VII. Bahia: Imprensa Official do Estado, 1920

ARARIPE, Tristão de Alencar. *Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brazil.* **Revista do IHGB, volume L,** parte I, 1887.

AVELINO, Jacome. *Cidade petrificada no Piauí, 1886.* IN: **Revista do IHGB, tomo L,** p. 226-, 1887.

AZEVEDO, J. Lúcio de. **Os Jesuítas no Grão-Pará. Suas missões e a colonização.** Lisboa: Tavares Cardoso e Irmão, 1901.

BABELON, Ernest. **Description historique et chronologique des monnaies de la République romaine.** Paris, 1886. (presumido)

BÉNÉDITE, Georges A. (provavelmente **Égypte.** Paris : Hachette, 1900, 3 vol. ou **Le Temple de Philae,** Paris : E. Leroux, 1893-1895, 2 vol.)

Boletim da União Pan-Americana. União Internacional das Republicas Americanas. Washington: Press of Gibson Brothers. (números de fevereiro 1915, 3 setembro de 1917)

BRASSEUR DE BOURBOURG. (Abbé) **Histoire des nations civilisées du Mexique et de l'Amérique-Centrale : durant les siècles antérieurs a Christophe Colomb.** Paris: A. Bertrand. 1857-59, 4 vols.

CANTU, Cesare. **Historia universal.** Lisboa: F.A da Silva, 1875-1879 (13 vol) (2a ed. port)

CHARTON, Édouard. (dir) **Le tour du monde: nouveau journal des voyages.** Paris: Librairie Hachette, 1860 (1o semestre)

CLEUZIQU, Henri du. **La Création de l'homme et les premiers ages de l'humanité.** Paris: Marpon et Flammarion, 1887.

CLÉROT, Léon, BRANDÃO, Paulo (orgs). **Annaes do XX Congresso Internacional de Americanistas.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924. (em vários volumes)

CONGRÈS INTERNATIONAL DES AMÉRICANISTES. **Compte-rendu de la première session.** Nancy/Paris: Crépin-Leblond/Maisonneuve et Cie, 1875 (2 vol.)

COSTA, Cândido. **As duas Américas.** Lisboa: J. Bastos, 1900.

COUDREAU, Henri. **Voyage au Tapajoz**. Paris: A.Lahure, 1897.

DEBRET, Jean-Baptiste. **Voyage Pittoresque et Historique au Brésil**. Paris: Firmin Didot Frères, 1834-1839. (3 vol?)

FIGANIÈRE, Visconde de. **Estudos Esotéricos. Submundo, Mundo, Supramundo**. Porto, 1889.

FLAMMARION, Camille. **Astronomie Populaire**. Paris: C. Marpon et E. Flammarion, 1880.

GAFFAREL, Paul. *Les phéniciens en Amérique*. In: **CONGRÉS INTERNATIONAL DE AMERICANISTES (Paris, 1875). Compte-Rendu de la première session**, Nancy, 1875

HAUSER, Phillipe. **Les Grecs et les Semites dans l'Histoire de l'Humanité**. Paris: A.Maloine, 1910 (segundo Ramos, 1909)

KOCH-GRUNBERG, Theodor. **Südamerikanische Felszeichnungen**. Berlin: Ernst Wasmuth, 1907.

LAUFER, René. *Artigo*, IN: **Journal de Dietetique et Bacteriotherapie**, 19??

LEFEBRVRE, Jules. **Traité Élémentaire de Numismatique Générale**. Paris: 1860.

LEFEVRE, Théotiste. **Guide pratique du compositeur d'imprimerie**. Paris: Firmin Didot, 1855 (2 vol.)

LEITE DE VASCONCELOS, J. **Religiões da Lusitânia**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897. (3 vol.)

LENORMANT, François. **La Monnaie dans l'Antiquité**. Paris: Lévy/Maisonneuve/Rollin et Feuardent, 1878 (2 vol.)

LEROUX, Joseph. **Vade-mecum du collectionneur**. Montreal: Beauchemin & Valois, 1885.

LYRA, José Fabio da Costa. *As Antiguidades no Brasil*. IN **Revista do Instituto Histórico e Geographico Parahybano**. Ano 1, 1909.

MACEDO. Francisco Ferraz de. **Ethnogenia Brazilica**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.

MAGALHÃES, (Dr.) José Vieira Couto de. **Viagem ao Araguaya**. Goyaz: Na Typ. Provincial, 1863.

MENEZES, Pe. Francisco de. Lamentação Brazilica. In ARARIPE, Tristão de Alencar. *Cidades petrificadas e inscripções lapidares no Brazil*. **Revista do IHGB, volume L**, parte I, 1887.

MODESTOV, Basile. **Introduction à l'Histoire Romaine**. Paris: Félix Alcan, 1907.

MORAES, Luciano Jacques de. **Inscrições Rupestres no Brasil**. Rio de Janeiro, 1924.

NADAILLAC, Marquês de. **L'Amérique Préhistorique**. Paris: G. Masson, 1883.

NADAILLAC, Marquês de. *La poterie chez les anciens habitants da l'Amérique*. IN: **Revue de Anthropologie**, tomo 4. Paris, G. Masson, 1881.

NETTO, Ladislau. **Lettre a Monsieur Ernest Renan a propos de L'Inscription Phénicienne apocryphe soumise en 1872 a L'Institute historique, géographique et ethnographique du Brésil**. Rio de Janeiro: Imprimerie à vapeur Lombaerts & Comp., 1885.

NETTO, Ladislau. **Investigações sobre a Archeologia Brasileira**. IN: Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Volume VI. RJ: Typ. Economica, 1885 .

ONCKEN, Guilherme. **História Universal**. Ed. Aillaud, Alves & c., s.d (18??) (13 vol.)

PENNA, Domingos Ferreira. Índios de Marajó. In: HARTT, Carlos Frederico. *Contribuições para a ethnologia do valle do Amazonas*. IN **Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 1885, vol. 4

PENNAFORT, Raymundo Ulysses de. **Brazil Pre-Historico. Memorial Encyclopedico a proposito do 4o Centenário de seu descobrimento**. Ceará: Typ. Studart, 1900.

POMBO, José Francisco da Rocha. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Fonseca Saraiva Editor (Vol. I-III); Benjamim de Aguila Editor (Vol. IV-X), 1905-1917. (10 vol)

RAMOS, Bernardo de Azevedo da Silva. **Catálogo da Coleção Numismática, publicado sob o auspício do Governo do Estado do Amazonas**. 3 volumes: (i-a, i-b, ii-a, ii-b, iii) Roma: Tipografia della R. Accademia dei Lincei, 1900. **Suplemento ao Catálogo Geral**. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brasil, 1900.

REIS, Alvaro. **Origens Chaldaicas da Biblia**. RJ: redação do "Puritano", 1918.

Revista do Instituto Archeológico e Geographico Alagoano. Maceió: 1925 (volume 10, ano 53)

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brazil. Tomo I (1839), terceira edição. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

RIBEIRO, Carlos. **Noticia de algumas estações e monumentos prehistoricos**. Lisboa: Typ. da Academia, 1878.

RODRIGUES, J. Barbosa. **O Muyrakytã. Estudo da origem, Asiatica, da Civilização do Amazonas nos tempos prehistoricos**. Manaus, Typ. do Amazonas, 1889.

RODRIGUES, J. Barbosa. **Rio Jauapery. Pacificação dos Crichanás**. RJ: Imprensa Nacional, 1885.

RODRIGUES, J. Barbosa. **Vellosia. Contribuições ao Museu Botanico do Amazonas**.

Volumes 2 (archeologia, paleontologia) e 4 (estampas). RJ: Imprensa Nacional, 1891-1892.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. **Diário da viagem que em visita, e correição das povoações da capitania de S. Joze do Rio Negro fez o ouvidor, e intendente geral da mesma.** Lisboa: Na Typografia da Academia, 1825

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. *Apêndice ao Diário de Viagem.* IN: **Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará**, tomo VI. Pará: Typ. Lauro Sodré, 1907.

SAMPAIO, Theodoro (org) **Annaes do 5o Congresso Brasileiro de Geografia.** Salvador: Imprensa Official do Estado. 1916 (2 vol)

SAMPAIO, Theodoro. *Os naturalistas viajantes dos séculos XVII e XIX e o progresso da etnografia indígena no Brasil.* IN ROQUETTE-PINTO, Edgard (org) **Anais do Primeiro Congresso de História Nacional.** Rio de Janeiro: IHGB-Imprensa Nacional, 1915-1917 vol 2

SANZ MARTÍNEZ, Julian. **Arte rupestre en la provincia de León.** Madrid: V.H. Sanz Calleja, [192-?]

SCHOMBURGK, Robert Hermann. **Robert Hermann Schomburgk's Reisen in Guiana und am Orinoko während der Jahre 1835-1839.** Leipzig: G. Wigand, 1841

SCHWENNHAGEN, Ludwig. **Antiga História do Brasil.** Teresina, 1928.

SEIGNOBOS, Charles. **Histoire narrative et descriptive de la Grèce ancienne.** Paris: A. Colin, 1901.

SEIGNOBOS, Charles. **Histoire narrative et descriptive des anciens peuples de l'Orient.** Paris: A. Colin, 1900.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. **Reise in Brasilien.** (edição ignorada) (2 volumes)

SOUZA, Francisco Bernardino de. **Lembranças e Curiosidades do Valle do Amazonas.** Pará: Typ. do Futuro, 1873

STRADELLI, Ermanno. *Iscrizioni Indigene della regione dell'Uaupés.* IN: **Bollettino della Società Geografica Italiana**, vol.1, n.37, 1900

Terceira reunião do Congresso científico latino-americano celebrada na cidade do Rio de Janeiro em 6 a 16 de agosto de 1905. Relatório Geral. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1906-10. (8 volumes)

THIEME, C.G. **Numismatischer Verkehr.** Leipzig, 1879-1892, in-fol, 6 vol.

THORON, Enrique Onffroy de. **Les pheniciens a L'ile d'Haïti et sur le continent americain. Les vaisseaux d'Hiram et de Salomon au fleuve des amazones (Ophir, Tarschich, Parvaïm).** Louvain: Imprimerie de Charles Peters, 1889

THORON, Henrique Onffroy de. **Antiguidade da navegação do oceano: viagens dos**

navios de Salomão ao rio das Amazonas, Ophir, Tardschisch e Parvaim, 1869. Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará, tomo IV. Pará: Typ. Lauro Sodré, 1904.

TRIANA, Miguel. **La Civilizacion Chibcha**. Bogotá: Escuela Tipográfica Salesiana, 1922.

VERISSIMO, José. "*Os ídolos amazônicos*" IN **Revista Amazônica**. Pará: Escrip. da "Revista Amazônica", tomo 1, 1883 (?)

VERISSIMO, José. *As populações indígenas e mestiças da Amazônia*. IN: **Revista do IHGB**, volume L, parte I, 1887.

VIGOUROUX, Fulcran. **La Bible et les découvertes modernes en Palestine, en Égypte et en Assyrie**. Paris: Berche et Tralin, 1881 (? vol)

Artigos variados: revistas "Pelo Mundo", setembro 1926; "Portugal", 3 de fevereiro de 1927, "Rio Paris", fins de 1920, "A Ilustração Brasileira", 16 de junho de 1912, 20 de janeiro de 1922; "Eu sei tudo", fevereiro de 1926; "Era Nova" 3 e 4 de setembro de 1928, "El Grafico" (Colômbia), 7 de fevereiro de 1921, "L'Illustration", 20 de março de 1926, "Cromos" (Colômbia), 21 de março de 1921, "Missions Posten" (Suécia), 11 de novembro de 1924

Artigos jornalísticos em: "A Noite", 9 de janeiro 1918, 13 de outubro de 1922, "O Norte" 21 de outubro de 1920, "A Capital" 25 de janeiro de 1918, "Gazeta da Tarde" 21 de abril de 1921, "O Jornal" 21 de dezembro de 1922, 04 de março de 1923, "O Imparcial" setembro 1928, "Jornal do Brasil" agosto 1922, "Correio da Manhã" 4 fevereiro 1923, 12 abril 1923, "Gazeta de Notícias" 5 janeiro 1923, "A Mensagem" 27 maio 1920, "União Paraíba" 10 de março 1928, "Constituição" 1886, "Jornal do Commercio" 1886, "O Globo" 17 set 1928, "New York Times" 20 de janeiro 1924

(As partes suplementares possuem referências mais completas, por este motivo não serão aqui listadas).

DICIONÁRIOS E OBRAS DE REFERÊNCIA

ALEXANDRE, Charles. **Dictionnaire Grec- français**, 12a édition. Paris : Hachette, 1865.

Almanach Hachette 1906. Paris: Librairie Hachette et Cie, 1905

CHAGAS, Manuel Pinheiro. **Diccionario popular, historico, geographico, mythologico, biographico, artistico, bibliographico e litterario**. Lisboa: Lallemand frères, typ. 1876-1890. 16 vol.

CONSTANCIO, Francisco Solano. **Novo diccionario crítico e etymológico da língua portugueza**. Paris: 18??

CORAZZI, David. (ed.) **Diccionario de Geographia Universal**. Lisboa: Empreza Horas Romanticas, 1878-1887 (4 vol.)

LACHÈZE, Pedro. **Vida de N. S. Jesu-Christo escripta pelos quatro evangelistas ou O Evangelho na sua Unidade/ Diccionario historico, theologico, etymologico, critico e**

moral da Bíblia Sagrada. Trad. de Luis Filippe Leite. 2a Ed. Lisboa: Emprezairos Silva & Souza & Typographia Joaquim Germano de Souza Neves, 1853? (Ramos também o cita pelo nome do tradutor, L.F. Leite)

SIMÕES DA FONSECA. **Diccionario Encyclopedico da Lingua Portugueza** RJ: Garnier, s.d (192?)

BONANÇA, João. **Encyclopedia de applicações usuaes.** Lisboa : Ed. Arthur Brandão, 1903.

RAND, W.W. **A dictionary of the Holy Bible.** New York: American Tract Society, 1890 (presumido)

RIBEIRO, João (dir.) **Almanaque Brasileiro Garnier para o anno de 1912.** Paris: Typogr. Garnier, 1912.

WEBSTER'S New International Dictionary. London, 1912

Obra não identificada do escritor português José Maria Latino Coelho (1825-1891)

Obra não identificada do erudito francês Leon de Rosny (1837-1914)

Número não identificado do Boletim do Museu Emilio Goeldi.

Obra não identificada de Basílio de Magalhães (1874-1957)

Tradução oitocentista não identificada de obras de John Casper Branner (1850-1922) e Charles Frederick Hartt (1840-1878) sobre a geologia e arqueologia brasileira.